

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ –
UNIOESTE

CAMPUS DE TOLEDO

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E AGRONEGÓCIO – PGDRA**

DOUTORADO

**O TURISMO COMO BASE DE
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: ESTUDO DE
CASO CORUMBÁ-MS**

TOLEDO

2026

O TURISMO COMO BASE DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: ESTUDO DE CASO CORUMBÁ-MS

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio - Doutorado, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE/*Campus* de Toledo, como requisito parcial para obtenção do título de “Doutora em Desenvolvimento Regional e Agronegócio”.

Linha de Pesquisa: Economia Regional e Sociedade

Orientador: Prof. Dr. Moacir Piffer

Toledo

2026

Cxxxd Chaparro, Jorceli de Barros.
O turismo como base de desenvolvimento territorial: Estudo de Caso
Corumbá-MS
/ Jorceli de Barros Chaparro. - Toledo, PR : [s.n], 2026.
200f.

Orientador: Dr. Moacir Piffer.
Tese (Doutorado) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná .
Bibliografia: f.

1. Turismo. 2. Desenvolvimento econômico. 3.*Habitus*. I.
Chaparro, Jorceli de Barros. II. Universidade Estadual do Oeste do
Paraná.

O TURISMO COMO BASE DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: ESTUDO DE CASO CORUMBÁ-MS

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio - Doutorado, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE/*Campus* de Toledo, como requisito parcial para obtenção do título de “Doutora em Desenvolvimento Regional e Agronegócio”.

Orientador: Prof. Dr. Moacir Piffer

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof. Dr. Jandir Ferrera de Lima
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Lucir Reinaldo Alves
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Profa. Dra. Dores Cristina Grechi
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

Prof. Dr. Sérgio Luís Allebrandt
Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ)

SUPLENTES:

Profa. Dra. Sandra Pereira D’Arisbo
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Profa. Dra. Eliana Lamberti
Universidade Estadual de Mato Grosso dos Sul

Toledo, 06 de julho de 2026

Dedico esta tese ao meu pai Victoriano Chaparro (*in memorian*), por ter sido um grande entusiasta da educação como instrumento para caminhar com liberdade, como sempre dizia: “Estuda minha filha, podem te tirar tudo, menos o teu conhecimento”.

Obrigada pai por tudo.

À minha sobrinha Kivian Karen Atwah Lickah Chaparro (*in memorian*) pela mulher determinada que foi em sua breve jornada. Saudades.

AGRADECIMENTOS

É impossível iniciar o agradecimento sem primeiro mencionar Deus, pois tudo que tenho, tudo que sou vem Dele, é o autor e condutor da minha vida, me concede diariamente a capacidade intelectual, física e emocional, elementos fundamentais me permitiram concluir mais essa etapa da minha jornada acadêmica.

Ao meu orienta-dor (como ele diz e penso que cabe bem) Prof. Dr. Moacir Piffer, quanta honra, que com seu jeito criativo me direcionou nessa jornada com elementos novos e instigantes para a minha temática. Mas antes de ser um grande orientador, é um ser humano incrível, com uma inteligência e carisma peculiar, que cativou e tranquilizou nesse processo que teve os seus obstáculos, não impossíveis, mas desafiadores. Serei eternamente grata.

Ao meu pai (*in memoriam*) Victoriano Chaparro que foi meu grande incentivador ao estudo, sempre com seu sorriso largo e alegre me chamando de “doutora”, isso ainda quando eu era apenas uma graduanda e ele já acreditava em mim.

À minha mãe Nedi de Barros Chaparro, com seu jeitinho todo tímido, mas com um coração enorme, me cuidou com atitudes espontâneas de muito amor e me fortaleceu com a sua garra em seu momento tão difícil.

Ao meu filho Gabriel, que foi compreensivo ao permitir a ausência de sua mãe no convívio diário, justamente em uma fase de diversas mudanças em sua vida, ainda assim, aguentou firme, com atitude madura e linda que me encheu de orgulho.

Às minhas irmãs e amigas Sirlene, Edelise, Noemi e Uzielita, que estiveram comigo nessa jornada com conselhos e encorajamento.

À minha família que por vezes foi meu sustento com apoio e alegria.

Aos professores do PGDRA, os quais tive a oportunidade de cursar as disciplinas, todos foram muito importantes nessa minha caminhada disponibilizando o tempo com muito conhecimento, aqui irei elencar, sem classificação de grau de importância, mas numa sequência cronológica de início e fim de disciplinas cursadas: Prof. Pery, Prof. Jandir, Prof. Cristiano, Prof. Moacir, Prof. Rippel, Prof. Jeferson, Prof. Lucir, Profa. Crislaine, Prof. Piacenti, sou muito grata pela vida e a capacidade intelectual de cada um de vocês.

Estendo ao Prof. Valdir Galante, ainda que eu não tenha sido aluna em alguma disciplina, fui sua aluna no desenvolvimento de um artigo.

A Coordenação do PGDRA, que permite que a oferta ocorra com padrão elevado de qualidade no ensino e pesquisa.

À secretaria do PGDRA, representada pela Débora, que sempre me acolheu com todo profissionalismo, carinho e respeito.

Ao apoio psicológico disponibilizado pela Unioeste, o qual fui acompanhada pela psicóloga Keila com seu excelente profissionalismo.

À turma XIII: Alexandra, Gabriela, Leandro, Rogério, Sandra, quantos momentos bons com apoio e divergências (construtivas) que serviram para construção de um amadurecimento acadêmico e pessoal entre cafés, almoços e jantas. Me sinto privilegiada por ter feito parte de um grupo tão comprometido e generoso, que fez da minha jornada no doutorado prazerosa.

À Sandra, Lindinalva e Rogério, que não mediram esforços e me deram bônus ao contribuírem com alguns dados e informações para esta pesquisa. Para além da academia, me acolheram em suas vidas.

Ao Uelson e Kristianno, por terem me oportunizado momentos de bons aprendizados com troca de experiências.

À Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS, à qual me sinto honrada por fazer parte do corpo docente e somado a esse motivo, posso desfrutar de dedicar ao estudo em tempo integral, já que me foi concedido o afastamento integral por período de 04 (quatro) anos.

Aos professores da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS Carlos Otávio Zamberlan e Laércio Alves de Carvalho que depositaram total confiança ao me conceder carta de referência para ingresso ao PGDRA.

Ao Grupo de Estudos em Turismo, Sustentabilidade e Hotelaria – GESTHOS/UEMS, que me oportuniza ampliar o conhecimento na área do turismo.

Aos ilustres professores doutores pelo aceite ao convite para compor minha banca
Aos meus amigos Nádia e Rogério que me incentivaram nessa jornada. Bete e Gérson, com suporte em muitas áreas.

E por fim, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

"O que adquire entendimento ama a sua alma"

Provérbios 19.8

CHAPARRO, J. B. **O TURISMO COMO BASE DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: ESTUDO DE CASO CORUMBÁ-MS**. 195f Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná-UNIOESTE, Campus Toledo.

RESUMO

Esta tese tem como objetivo geral compreender a base econômica do turismo em Corumbá-MS e analisar como os fatores institucionais, simbólicos e sistêmicos influenciam o desenvolvimento territorial, considerando os desafios e as possibilidades para a construção de uma identidade turística para o município. Embora o território corumbaense detenha mais de 44% da área do bioma Pantanal, concentrado no rio Paraguai, e apresente atrativo turístico excepcional, especialmente associada à pesca esportiva, ainda são escassos estudos que integrem, de forma sistemática, as dimensões econômicas, institucionais, socioculturais e sistêmicas do turismo no contexto do território de Corumbá. A fundamentação teórica articula a teoria da base econômica e o institucionalismo de Douglass North, a praxeologia social de Pierre Bourdieu (eixos de *habitus*, campo e capital) e o Sistema de Turismo (SISTUR) de Mário Carlos Beni. Metodologicamente, a pesquisa caracteriza-se como um estudo de caso com abordagem mista (quali-quantitativa), utilizando o cálculo do Quociente Locacional (QL) para mensurar a especialização econômica e a Análise de Conteúdo para interpretar o *corpus* documental e os dados da observação participante. Os resultados demonstram que Corumbá é um território especializado no turismo, com um QL superior a 1 em todos os períodos analisados: 3,04 (2010), 3,74 (2020) e 2,15 (2024). Entretanto, a redução do índice em 2024 revela uma perda de dinamismo econômico decorrente de fragilidades institucionais, descontinuidades administrativas e uma dependência da trajetória (*path dependence*) focada no segmento da pesca. Sob a ótica simbólica, identificou-se um *habitus* dominante tradicional, em que a atividade turística é percebida como vocação natural, mas carece de profissionalização e inovação, resultando em um campo turístico sujeito a regras exterior e dependente do Estado. A análise sistêmica pelo SISTUR confirma que o sistema é mais forte em partes do que no todo, possuindo ativos ambientais excepcionais, mas tem lacunas na superestrutura (governança) e na infraestrutura de suporte. A tese conclui que o turismo corumbaense não gera plenamente emprego e renda porque sua base institucional não se converte em uma estrutura econômica integrada e diversificada. Como contribuição acadêmica para promover o desenvolvimento territorial, a partir do Estado, propõe-se política pública voltada ao fortalecimento da identidade turística territorial de Corumbá fundamentada na Educação. A proposta visa superar a fragmentação do campo e fortalecer a governança para ativar os recursos existentes no território de forma sustentável.

Palavras-chave: turismo; desenvolvimento; economia; *habitus*, Estado.

CHAPARRO, J. B. **TOURISM AS A BASIS FOR TERRITORIAL DEVELOPMENT: A CASE STUDY OF CORUMBÁ-MS.** Doctorate in Regional Development and Agribusiness – Center for Applied Social Sciences, State University of Western Paraná – UNIOESTE, Campus Toledo.

ABSTRACT

This doctoral thesis aims to understand the economic base of tourism in Corumbá, Mato Grosso do Sul (Brazil), and to analyze how institutional, symbolic, and systemic factors influence territorial development, considering the challenges and possibilities for constructing a local tourism identity. Although the municipality of Corumbá contains more than 44% of the Pantanal biome area, concentrated along the Paraguay River, and presents exceptional tourism attractions—especially related to sport fishing—there is still a lack of systematic studies that integrate the economic, institutional, sociocultural, and systemic dimensions of tourism in this territorial context. The theoretical framework articulates Douglass North's Economic Base and Institutional Theory, Pierre Bourdieu's social praxeology (*habitus*, field, and capital), and Mário Carlos Beni's Tourism System Model (SISTUR). Methodologically, the research adopts a mixed-methods case study approach, using the Location Quotient (LQ) to measure economic specialization and Content Analysis to interpret documentary sources and participant observation data. The results indicate that Corumbá is a tourism-specialized territory, with Location Quotient values above 1 in all analyzed periods: 3.04 (2010), 3.74 (2020), and 2.15 (2024). However, the decline observed in 2024 reflects a loss of economic dynamism associated with institutional fragilities, administrative discontinuities, and path dependence centered on sport fishing. From a symbolic perspective, a dominant traditional *habitus* was identified, in which tourism is perceived as a natural vocation but lacks professionalization and innovation, resulting in a tourism field that is externally regulated and strongly dependent on the State. The systemic analysis based on the SISTUR model confirms that the tourism system is stronger in its isolated components than as an integrated whole, presenting exceptional environmental assets but significant gaps in governance (superstructure) and support infrastructure. The thesis concludes that tourism in Corumbá does not fully generate employment and income because its institutional and social bases have not been converted into an integrated and diversified economic structure. As an academic contribution to territorial development, a public policy proposal grounded in education is presented, aimed at strengthening Corumbá's territorial tourism identity. This proposal seeks to overcome field fragmentation and reinforce governance mechanisms in order to activate local resources in a sustainable manner.

Key-words: tourism; development; economy, *habitus*; State.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACERT – Associação Corumbaense das Empresas de Turismo
CADASTUR – Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos
CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CICATUR – Centro de Capacitação do Turismo
CLP -Centro de Liderança Pública
ESG – *Environmental, Social, Governance*
FUNDTUR – Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
ICS – Instituto Cidades Sustentáveis
IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IDSC – Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades
IFDM – Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal
IFMS – Instituto Federal de Mato Grosso do Sul
IHP – Instituto do Homem Pantaneiro
IPECE - Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MTur - Ministério do Turismo
ODS – Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
PBF – Programa da Bolsa Família
PSC - Programas Cidades Sustentáveis
PIB - Produto Interno Bruto
RAIS - Relação Anual de Informações Sociais
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SISTUR – Sistema de Turismo
UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Estrutura da tese	25
Figura 02 – Rio Paraguai em território corumbaense	27
Figura 03 – Série histórica do benefício PBF.....	29
Figura 04 – Pilares comparado com a mediana nacional.....	33
Figura 05 – Geoeconomia corumbaense no Pantanal Sul	42
Figura 06 – Difusão da base	60
Figura 07 – Influência do <i>habitus</i> na base econômica	72
Figura 08 – Instrumentos simbólicos	77
Figura 09 – Sistema de Turismo – SISTUR	95
Figura 10 – Confluência teórica	120
Figura 11 – Etapas da Análise de Conteúdo-AC	130
Figura 12 – Desenho da Pesquisa	136

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Setores econômicos - PIB nominal (2021)	30
Gráfico 02 – Série histórica ICMS em Corumbá (2018 a meados de 2025)	31
Gráfico 03 – Comparativos dos destinos de MS (2018 a meados de 2025)	50
Gráfico 04 – Fluxo de passageiros de Barcos-Hotel em Corumbá.....	51
Gráfico 05 – Empreendimentos turísticos em Corumbá.....	52
Gráfico 06 – Distribuição por tipos de empreendimentos.....	53

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Caracterização geral de Corumbá	28
Quadro 02 – Classificação Ranking de Competividade dos Municípios	33
Quadro 03 – Panorama geral de Corumbá no IDSC-BR	35
Quadro 04 – Calendário de eventos do município de Corumbá	44
Quadro 05 – Matriz do ambiente institucional do turismo de Corumbá	47
Quadro 06 – Objetivos do Sistema de Turismo de Corumbá	48
Quadro 07 – Atrativos de Corumbá	49
Quadro 08 – Demanda de barcos-hotéis	52
Quadro 09 – Dados gerais do turismo de Corumbá	54
Quadro 10 – Condições para o fortalecimento da base econômica	63
Quadro 11 – Conceitos de Douglass North	66
Quadro 12 – <i>Checklist</i> das teorias Base Econômica e Instituição para o setor do turismo	70
Quadro 13 – Modos de conhecimento de Bourdieu	80
Quadro 14 – Sistematização do <i>habitus</i> a partir de Bourdieu	81
Quadro 15 – Sistematização do campo a partir de Bourdieu	82
Quadro 16 – Sistematização do capital a partir de Bourdieu	85
Quadro 17 – <i>Checklist</i> para análise do turismo de Corumbá	89
Quadro 18 – Agentes da cadeia turística e as lógicas territoriais predominantes ..	105
Quadro 19 – Abordagens gerais sobre o desenvolvimento territorial	107
Quadro 20 – Aspectos dos paradigmas	121
Quadro 21 – Atividades características do Turismo – ACT's	126
Quadro 22 – QL setor do turismo – Ano 2010	139
Quadro 23 – QL setor do turismo – Ano 2020	139
Quadro 24 – QL setor do turismo – Ano 2024	140
Quadro 25 – QL geral do turismo de Corumbá	141
Quadro 26 – <i>Checklist</i> analítico da base econômica e institucional do turismo de Corumbá	147
Quadro 27– Praxeologia do turismo de Corumbá	150
Quadro 28– Capital dominante no campo do turismo de Corumbá	155
Quadro 29– Síntese da evidência do campo do turismo de Corumbá	157
Quadro 30– SISTUR de Corumbá	158
Quadro 31– Tipos de triangulação da pesquisa	165
Quadro 32– Triangulação teórica – turismo Corumbá	166
Quadro 33– Síntese dos resultados	168
Quadro 34 – Proposição para o turismo de Corumbá	175

LISTA DE MAPAS

Mapa 01 – QL do turismo em MS (2010).....	142
Mapa 02 – QL do turismo em MS (2020)	143
Mapa 03 – QL do turismo em MS (2024)	143

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Barômetro da Sustentabilidade (Fase Colher).....	36
--	----

SUMÁRIO

PARTE I	19
1. INTRODUÇÃO	20
2. CORUMBÁ: CONTEXTUALIZAÇÃO DE SUA FORMAÇÃO HISTÓRICA E SOCIOECONÔMICA	26
2.1 Caracterização do território corumbaense: aspectos geográficos, econômico e social	26
2.1.1 A formação histórica e o entrelaçamento geoeconômico	36
2.2 O turismo e suas nuances em território corumbaense de 1970 a 2024	43
3. BASE ECONÔMICA E O INSTITUCIONALISMO: DIFUSÃO COMO ITEM CHAVE DA TEORIA DE DOUGLASS NORTH	57
3.1 Crescimento e desenvolvimento econômico: um olhar a partir da base econômica	58
3.2 O papel da instituição no desenvolvimento econômico	64
3.3 Considerações da seção	69
4. PODER SIMBÓLICO: A PRAXIOLOGIA SOCIAL BOURDIEUSIANA EM UM TERRITÓRIO	73
4.1 Aspectos gerais do poder simbólico	73
4.2 A tríade do poder simbólico: <i>habitus</i> , campo e capital	78
4.3 Considerações da seção	87
5. O TURISMO SOB A ÓTICA DO SISTUR E A RELAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E SUSTENTÁVEL	91
5.1 O turismo e o SISTUR	91
5.2 O turismo e o desenvolvimento	97
5.2.1 Território turístico e o desenvolvimento territorial	102
5.2.2 Turismo e sustentabilidade: Convergência para o desenvolvimento territorial	109
5.3 Considerações da seção	113
PARTE II	116
6. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	117
6.1 Contextualização e caracterização da pesquisa	117
6.1.1 Epistemologia da pesquisa	118
6.1.2. Natureza, abordagem e objetivos da pesquisa	121
6.2 Procedimento de Coleta de dados	124
6.3 Técnica de análise de dados	128
6.3.1 Análise de Conteúdo (AC)	129
6.3.2 Quociente Locacional (QL)	132
6.3.3 Triangulação teórica e de métodos	134
7. RESULTADOS E DISCUSSÃO	137
7.1 A base econômica do turismo de Corumbá-MS sob a perspectiva institucional de North	138
7.2 <i>Habitus</i> , campo e capital do turismo de Corumbá na perspectiva bourdieusiana	150
7.3 O turismo de Corumbá sob o SISTUR de Beni	157
7.3.1 A relação do SISTUR corumbaense e as implicações para o desenvolvimento territorial	162
7.4 Triangulação teórica e metodológica de North x Bourdieu x Beni	165

7.5 Proposição de política pública para fortalecer a identidade turística no território de Corumbá	171
CONSIDERAÇÕES FINAIS	178
REFERÊNCIAS	184
Apêndice A	199

PARTE I

Esta tese encontra-se dividida em duas partes, sendo concentrada nesta primeira parte a apresentação descritiva do território onde o fenômeno objeto do estudo ocorre. As teorias e conceitos que serviram de base para análise do fenômeno por três distintas óticas, perpassaram o campo econômico (Douglass North), sociológico (Pierre Bourdieu) e sistêmico (Mario Carlos Beni). Sendo assim, a organização das seções está distribuída da seguinte forma:

A Introdução encontra-se na primeira seção, na qual estão dispostos o problema de pesquisa, justificativa, o objetivo geral e os objetivos específicos.

Na seção seguinte, que corresponde ao Capítulo 2, consta a caracterização do território de Corumbá-MS, dos aspectos gerais desde sua formação geográfica e histórica. Nessa última, é dada a ênfase na ocupação do território e o desenvolvimento das atividades econômicas com suas modificações no decorrer dos anos, e quais ainda existem, dentre elas, o destaque para o turismo, objeto deste estudo.

A seção correspondente ao Capítulo 3, aborda a Teoria da Base Econômica e Instituições do Douglass North (1955, 1966). A abordagem envolta desse capítulo se detém na explanação dos conceitos principais dessa teoria. Ao final, no tópico Considerações da Seção, promoveu-se a interlocução com o Turismo como atividade econômica na base de um território.

É na seção pertinente ao Capítulo 4 que encontra exposta a teoria do Poder Simbólico do autor Pierre Bourdieu (2010). O marco dessa teoria está sedimentado em três eixos: *habitus*, campo e capital. A descrição referente a cada um desses elementos está amparada no próprio autor, mas há contribuições de autores relevantes que publicaram sobre o estudo de Bourdieu. Esses fundamentos têm relação com o fenômeno do Turismo conforme exposto na Considerações da Seção.

E a última seção dessa Parte I, está o Capítulo 5, que versa sobre o Turismo, do aspecto sistêmico a partir do Sistema de Turismo - SISTUR, desenhado por Mario Carlos Beni (1998). Apoiado nisso, outros tópicos são linkados nessa seção, como desenvolvimento e sustentabilidade, no sentido de elucidar, que toda engrenagem do SISTUR desagua para essas duas temáticas.

INTRODUÇÃO

O turismo, enquanto fenômeno econômico, social e territorial, tem sido discutido na literatura por sua capacidade de articulação em abarcar os mais diferentes setores produtivos, com reflexos tanto na esfera pública como na privada, e assim, na sociedade em sua totalidade, o que denota a característica de promover o desenvolvimento em diversas escalas. Conforme apontado por Tomazzoni (2007; 2009) trata-se de uma atividade de natureza transversal, cujo desempenho depende da interação entre agentes, instituições e recursos locais, que reflete diretamente na organização econômica e social dos territórios.

Com as mudanças ocorridas no mundo pós-moderno, a partir da década de 1990, um novo cenário competitivo se instaura, demandando novas ações tanto para as organizações quanto as regiões em seus processos produtivos, tomando conta as constantes cobranças pertinentes as melhorias. Assim, essas transformações são demandadas em suas esferas econômica, social, tecnológica, institucional entre outros, o que exige estratégias frente aos desafios impostos ao local. Isso reforça a necessidade de compreensão das atividades econômicas que são capazes de impulsionar o desenvolvimento do território, entre as quais, tem-se o turismo que se destaca por sua natureza multifacetada, por consequente, essa flexibilidade de atuação com os demais setores produtivos da economia tem o potencial de cooperação para o fortalecimento econômico do território, que se torna instigante a análise de modo mais abrangente quanto ao seu transbordamento na base econômica de um determinado território (Tomazzoni, 2007; Chaparro, 2017).

Nesse contexto, dada a ocorrência da atividade turística, o município de Corumbá, localizado no estado de Mato Grosso do Sul, com aproximadamente 99 mil habitantes (IBGE, 2024), tem em sua extensão territorial o bioma Pantanal, com a passagem do rio Paraguai e também o seu próprio contexto da formação histórica que contribui para denominação de território turístico. Mas reconhecidamente é o bioma Pantanal com o rio Paraguai, como parte desse território, é o que torna o município conhecido dentro de um contexto denominado como destino turístico.

O Pantanal é a maior planície alagável do planeta, essa informação é corroborada pelo estudo de Silva e Abdon (1998), em que está exposto o cálculo de distribuição de área do Pantanal, equivalente a 138.183 km², dos quais 48.865 km²

(35,36%) estão no MT e 89.318 km² (64,64%) no MS” (Silva e Abdon, 1998, p.1707). Ainda segundo os autores, os municípios com maior área de seu território no Pantanal são: Barão de Melgaço e Corumbá, respectivamente com 99,2% e 95,6%. No que diz respeito a participação na formação da área do Pantanal, Corumbá é o que responde pelo maior percentual, sendo de 44,74%, seguido de Poconé (10,21%), Cáceres (10,11%) e Aquidauana (9,36%), num total de 74,42% na formação da área do Pantanal, ou seja, 102.823 km² de área dominada por esses quatro municípios (Silva e Abdon, 1998).

Esses dados corroboram que o município de Corumbá possui um potencial turístico a partir de ter em sua extensão territorial 95% no Pantanal e mais de 40% na formação da área do Pantanal, elementos suficientes que propiciam a composição para a oferta turística. O bioma Pantanal soma-se ao rico contexto histórico-cultural que segue no município desde a sua criação, que em tese, podem ser propulsores para o desenvolvimento do território com ênfase no turismo.

Tem sido demonstrado na literatura que os recursos naturais e culturais presentes em diversas localidades podem integrar a pauta de exportações da economia nacional, tornando-se parte de um diferencial competitivo considerando a hierarquia do atrativo no escopo do mercado global. Com isso, impulsiona outros setores da economia, bem como, a geração de receitas proveniente de turistas estrangeiros, desencadeando o crescimento de outros setores econômicos, além das compras efetuadas pelos turistas estrangeiros e por consequência a arrecadação tributárias pelo setor público (Tomazzoni, 2009; Henz, 2021).

O município de Corumbá apresenta outras atividades existentes e relevantes em sua base econômica para além do turismo, como terceirização, comércio entre fronteiras, pecuária de corte, mineração, indústria do cimento e importação de gás natural (Ramos, 2022), o que desperta o interesse em compreender como o turismo se posiciona nesse mosaico de setores produtivos.

A opção pelo enfoque do estudo para o setor do turismo é que essa é uma atividade com capacidade propulsora para expansão e ampliação do desenvolvimento socioeconômico do local, ao considerar o fator de que o turismo como atividade econômica pode contribuir para a redução da desigualdade social, atuando como fomentadora de geração de renda e emprego nos territórios onde ocorre o fenômeno. É importante destacar que o Estado exerce influência no dinamismo dessa atividade para a economia, seja por envolvimento direto

(implementação ou fortalecimento do turismo em busca de um objetivo político) ou indireto (como subproduto de um interesse em áreas/setores correlatos) em políticas para o turismo (Scott, 2011).

Para Malta (2018) o turismo é considerado pelos governantes uma fonte essencial para o desenvolvimento econômico a partir da via de políticas públicas. É que esse desenvolvimento é dotado de um caráter simbólico, a partir da reflexão de elementos como: processo, melhora, ação e território, de modo a amenizar ou extinguir a pobreza. Com base nesses quatro elementos propostos pelo autor, é possível pensar para o território em política para reforçar a identidade turística do local, com ações de fortalecimento por meio da educação contemplando projetos voltados a educação básica nas etapas de ensino infantil e fundamental; Melhoria na infraestrutura do município e das atrações turísticas, que possa atingir não somente o aumento de fluxo de turistas, ser um meio para atração de investimentos externos e também, ao mesmo tempo, difundir a base turística.

Frente a escolha do setor do turismo, considerando a história do início da pesca como atividade preponderante que caracteriza o município como território turístico, é apontada por alguns autores a ocorrência da atividade na década de 1970, e outros autores mencionam que o início da atividade se deu na década de 1980. Porém, para este estudo, será considerada a década de 1980 como o período que despontou o turismo e consta apresentado como atividade na base econômica de acordo com Ramos (2023). Está incluso na pesquisa o panorama da formação histórica contemplando os aspectos sociais, econômicos, culturais do município para compreensão da sua estrutura econômica até meados de 2025.

Apesar da relevância no turismo no território corumbaense, observou-se a escassez de estudos que analisem, de forma integrada, a base econômica da atividade, as instituições que moldam seus incentivos, as práticas socioculturais dos agentes e o funcionamento sistêmico do turismo. Embora o município de Corumbá apresente potencialidades naturais e culturais e ser um território considerado como destino turístico, as pesquisas concentram-se em sua maior parte em aspectos isolados, como os atrativos naturais, a pesca esportiva ou indicadores econômicos, sem articular essas dimensões em uma perspectiva territorial e interdisciplinar. Então, essa é a lacuna que justifica a realização do presente estudo, que busca compreender o turismo em Corumbá como um fenômeno complexo, condicionado por fatores institucionais, simbólicos e sistêmicos.

A partir disso, gera a questão norteadora dessa pesquisa: Qual a importância do setor do turismo para a base econômica do município de Corumbá e de que forma os fatores institucionais, simbólicos e sistêmicos se alinham para promover o desenvolvimento territorial?

No anseio de compreender essa dinâmica complexa do turismo no âmbito do território corumbaense a partir da questão norteadora, emergiu o objetivo geral dessa pesquisa, o qual é: Compreender a base econômica do turismo de Corumbá-MS e analisar como os fatores institucionais, simbólicos e sistêmicos exercem influência para o desenvolvimento territorial, considerando desafios e possibilidades futuras para identidade turística do município.

A fim de atender o objetivo geral, tem-se por objetivos específicos:

1. Caracterizar o processo de formação socioeconômica e a evolução da base econômica do turismo em Corumbá;
2. Analisar como os elementos institucionais influenciam a difusão e o desempenho do turismo em Corumbá;
3. Investigar o campo do turismo afim de relacionar o *habitus* dos agentes envolvidos na estrutura e valorização da atividade na base econômica de Corumbá;
4. Avaliar o Sistema de Turismo—SISTUR de Corumbá a partir da dinâmica entre seus subsistemas e a relação para o desenvolvimento territorial;
5. Construir uma proposta de política pública para fortalecimento da identidade do turismo no território corumbaense, a partir das evidências obtidas com a triangulação teórica.

Desse modo, o recorte temporal desta pesquisa compreende dois períodos de análise, definidos de acordo com a natureza dos dados e os objetivos investigados. O primeiro tem início na década de 1980, sendo utilizado para compreensão da trajetória histórica e institucional do turismo no território corumbaense. O segundo período analisado é a partir de 2010, pois considera os avanços decorrentes das Políticas Nacionais de Turismo implementados a partir desse ano. Ambos períodos se estendem a análise até 2025.

Ao estudar o fenômeno do turismo como uma atividade da base econômica de um município, tendo a atividade turística como interdisciplinar e que faz parte de um sistema aberto, incitou realizar a pesquisa a partir de três vertentes teóricas de áreas distintas, porém, complementar e que se dialogam quando se trata de desenvolvimento, sendo essas teorias: Teoria da Base Econômica e Institucional de

Douglass North; o Poder Simbólico de Pierre Bourdieu e o Sistema de Turismo – SISTUR de Mário Carlos Beni. Essa lógica tem sustentação em Ferrera de Lima (2022), o qual expõe que o desenvolvimento é um processo multidisciplinar de transformação social e mental, pois faz a integração dos fatores econômicos, sociais e psicológicos, indo além do crescimento econômico para incluir a melhoria das condições de vida. Portanto, isso justifica, a necessidade da análise de diversas áreas da ciência, em uma perspectiva holística, para maior validação nesse campo de estudo, visto que o crescimento econômico está apoiado nas relações de produção, melhoria nas condições de vida a qual remete as relações sociais entre outros.

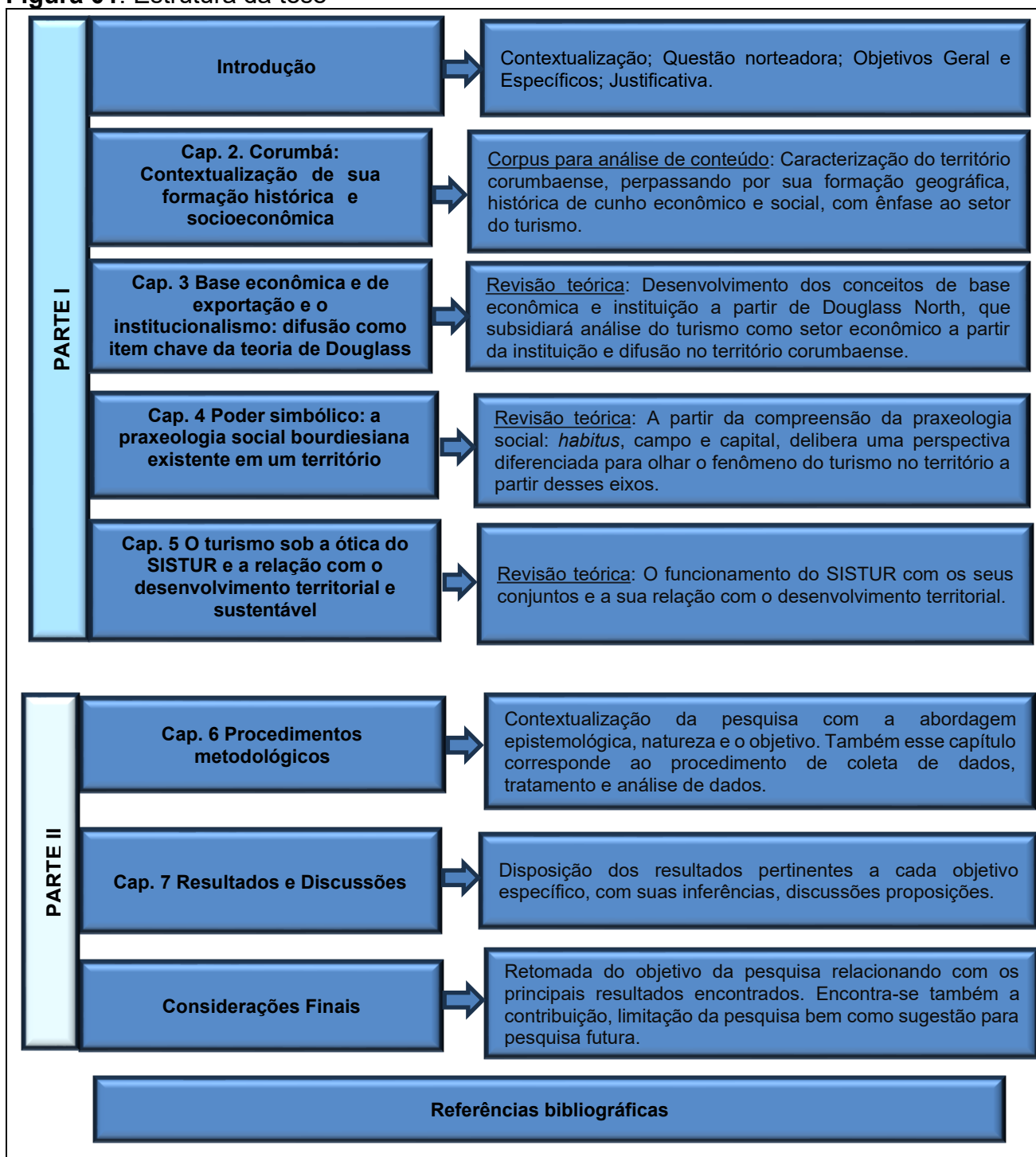
Em vista a atender o objetivo geral, optou-se pelo percurso metodológico claro e coeso, onde seguiu-se a lógica de divisão dos capítulos correspondendo a uma sequência de explanação teórica, em que cada capítulo servirá de corpus para análise ao atendimento de resultado de cada um dos objetivos específicos. Com isso, em sua organização, a estrutura desta tese encontra-se dividida em duas partes complementares, da seguinte forma:

Parte I: de caráter descritivo e teórico, abrange da Introdução ao Capítulo 5. Nela, apresentam-se o território de Corumbá-MS, bem como os fundamentos conceituais que sustentam a análise: a Teoria da Base Econômica e Institucional de Douglass North, a Praxiologia de Pierre Bourdieu e o Sistema de Turismo (SISTUR) de Mário Carlos Beni. Essa fundamentação estabelece as lentes pelas quais o fenômeno será examinado, permitindo uma compreensão multidimensional da atividade turística no contexto territorial.

Parte II: de cunho analítico e empírico, compreende os Capítulos 6 a 8. O Capítulo 6 descreve em detalhes os procedimentos metodológicos, incluindo classificação da pesquisa, estratégias utilizadas, técnicas de coleta e análise de dados. O Capítulo 7 apresenta as análises e discussões dos resultados obtidos, articulando-os aos objetivos específicos. Por fim, o Capítulo 8 reúne as Considerações Finais, nas quais são sintetizadas as principais contribuições, implicações e sugestões para pesquisas futuras, assim como as limitações enfrentadas.

Assim, essa organização da divisão dessas partes encontra-se demonstrada na Figura 01, o qual tem-se a apresentação sistematizada da estrutura desta tese, com a distribuição e articulação dos capítulos que as compõem, em vista a facilitar a compreensão do encadeamento lógico da pesquisa.

Figura 01: Estrutura da tese



Fonte: Elaborada pela autora.

2. CORUMBÁ: CONTEXTUALIZAÇÃO DE SUA FORMAÇÃO HISTÓRICA E SOCIOECONÔMICA

Este capítulo se apoia na contextualização do município de Corumbá, localizado no estado de Mato Grosso do Sul. Perpassa pela sua formação geográfica assim como sua história desde a criação. A escrita se debruça aos acontecimentos que se entrelaçaram e ditaram a formação da economia, cultura, população entre outros elementos que compõem o município onde ocorre o fenômeno do turismo, objeto deste estudo.

2.1 Caracterização do território corumbaense: Aspectos geográfico, econômico e social

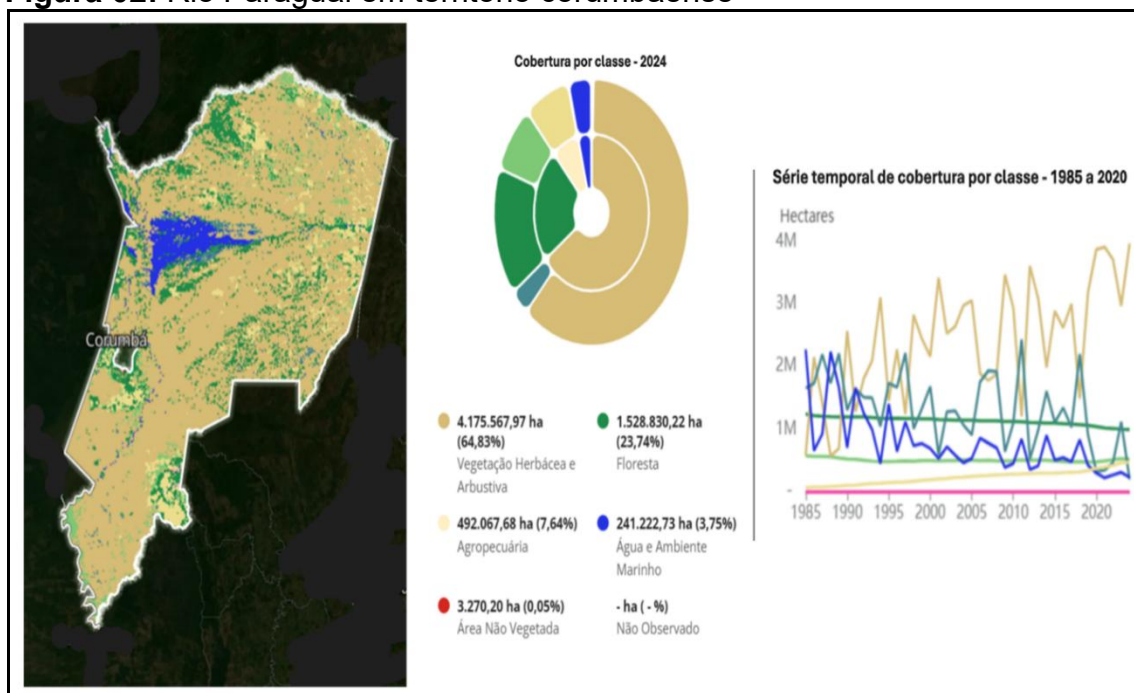
Corumbá é um município do Brasil que faz parte da região Centro-Oeste, situada no estado de Mato Grosso do Sul-MS, faz fronteira com a Bolívia (385,7 km de fronteira) e com o Paraguai (152,2 km de fronteira). Em seu entorno estão os municípios de Puerto Quijarro, Puerto Suarez (Bolívia) e Ladário (Brasil), o que faz dessa região um arranjo populacional de fronteira. Abriga também em seu território sete distritos, os quais são: Albuquerque, Amolar, Forte Coimbra, Nhecolândia, Paiaguás, Porto da Manga e Porto Esperança (Gonçalves; Isquierdo, 2011; Cabrero e Bacani, 2022; Martins, 2018).

O município tem a maior extensão territorial do estado do Mato Grosso do Sul e está localizado à margem direita do Rio Paraguai. Com essa vasta extensão territorial, Corumbá abarca em seu território mais de 44% na formação da área do bioma Pantanal, o que lhe permite carregar o título de “capital do Pantanal”, como portal de entrada de acesso a esse bioma. O Pantanal¹ brasileiro tem a sua importância e carrega os seguintes títulos: considerado Patrimônio Nacional pela Constituição Brasileira de 1988; Patrimônio Natural da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura - UNESCO, desde 2000, e nesse mesmo ano e a mesma agência (UNESCO), o reconheceu como Reserva da Biosfera Mundial (Martins, 2018).

¹ Vale ressaltar que o Pantanal é um bioma presente nos estados brasileiros de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso. Em Mato Grosso do Sul, os municípios que têm em seu território bioma Pantanal são: Anastácio, Aquidauana, Bela Vista, Bodoquena, Bonito, Caracol, Corguinho, Corumbá, Coxim, Ladário, Miranda, Porto Murtinho, Rio Negro, Rio Verde de Mato Grosso e Sonora. E do Mato Grosso, está presente nos municípios de Barão de Melgaço, Cáceres, Curvelândia, Itiquira, Nossa Senhora do Livramento, Poconé e Santo Antônio do Leverger (Martins, 2018).

No território corumbaense, tem-se a passagem do rio Paraguai, contribuindo ao percentual de 3,75% de Água e ambiente Marinho, conforme dados do Mapbiomas Brasil (2025), apresentado na Figura 02 com a representação de Corumbá, com destaque em azul que aponta para essa informação.

Figura 02: Rio Paraguai em território corumbaense



Fonte: Mapbiomas Brasil (2025).

Ainda sobre a Figura 02, a Vegetação Herbácea e Arbustiva é predominante com 64,83%, própria dos biomas Cerrado e Pantanal. Na série temporal por cobertura, de classe, dois dados chamam a atenção, o primeiro em relação a Floresta que apresenta oscilações, com nítido declínio no último período de análise. O segundo é o dado referente Água e Ambiente Marinho, estando em 2020 abaixo de 1M por hectare em relação a 1985, que estava na marca acima de 2M, o que sugere que o nível do rio Paraguai está baixando, o que gera implicações diretas no bioma Pantanal. Corumbá pertence a Mesorregião dos Pantanaís Sul-Mato-Grossenses e à Microrregião do Baixo Pantanal, sendo o município classificado como região intermediária e imediata. Os dados atualizados e sintetizados referentes ao município estão no Quadro 01.

Quadro 01: Caracterização geral de Corumbá

Área da unidade territorial - 2022	64.432,450 km ²
População do Censo 2022	96.268 hab.
População estimada - 2024	99.107 hab.
Densidade demográfica - 2022	1,49 hab./km ²
Pessoal ocupado em postos de trabalhos formais - 2022	21.167 pessoas
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) - 2021	0,74
Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) – 2023 Consolidado	0,6490
PIB a preços correntes - 2021	3.907.865,893 (R\$)
PIB per capita - 2021	34.684,48 (R\$)
Bioma	Cerrado, Pantanal

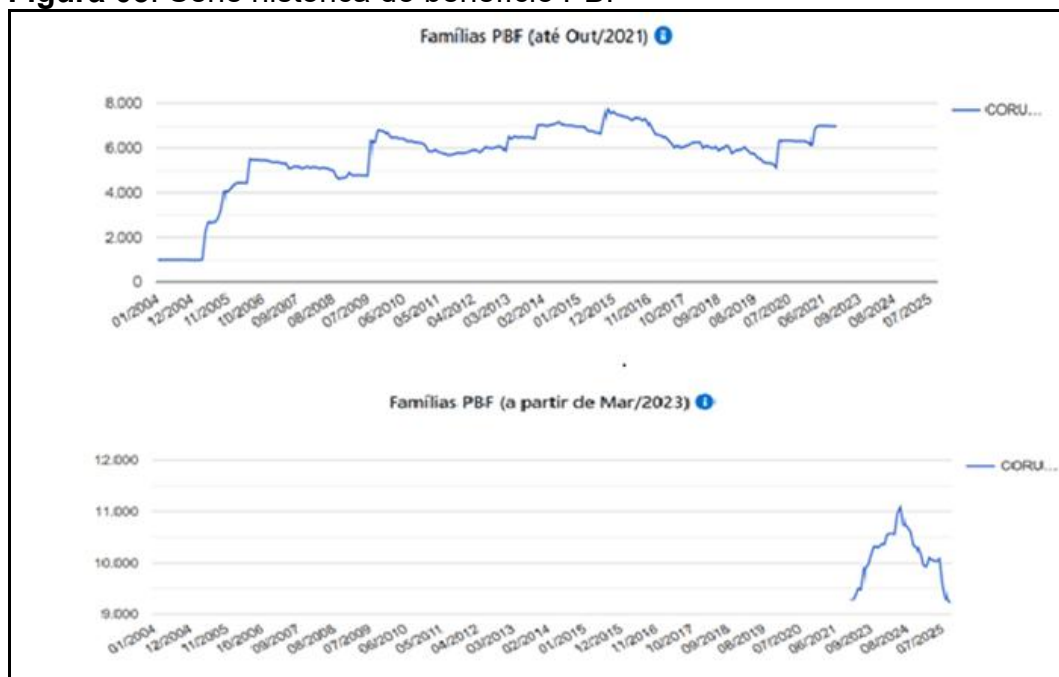
Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2024) e Data Sebrae (2025).

O Quadro 01, mostra o retrato da população, que de acordo com o Censo 2022 de aproximadamente 96 mil habitantes, sendo a maior parte dela concentrada na área urbana, dominando com 92%. A série histórica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE (2025), que contempla as décadas de 1970 a 2022, indica que o maior pico populacional ocorreu no ano de 2010, quando superou 100 mil habitantes.

No que compete ao mercado de trabalho, os dados do IBGE (2024) demonstram que, no ano de 2022, Corumbá registrou 21.167 pessoas como “pessoal ocupado”. De forma complementar, os dados do Novo CAGED demonstram a movimentação dos vínculos formais de trabalho, sendo registradas, no mesmo ano, 9.534 admissões e 8.668 desligamentos, resultando em saldo positivo de 866 vínculos. Em atualização até outubro de 2025, foram registradas 7.788 admissões e 7.452 desligamentos, gerando saldo positivo de 336 vínculos formais (CAGED, 2025). Cabe destacar que os saldos apresentados pelo CAGED representam a diferença entre admissões e desligamentos no período, não correspondendo ao número total de pessoas empregadas no município

Diante dos números expostos e para compreender essa queda, tem-se outra informação que agrega para inferência em relação a população ocupada é em relação ao Programa do Bolsa Família (PBF) do governo federal. A série histórica data seu início em 2004 (Figura 03), porém, respeitando o recorte dessa pesquisa, os dados serão analisados a partir de 2010.

Figura 03: Série histórica do benefício PBF



Fonte: Brasil (2025)².

Pode ser observado na Figura 03 o aumento contínuo do número de famílias beneficiadas pelo PBF. Considerando o recorte dessa pesquisa, a contar da quantidade de famílias beneficiadas nesse ano está na faixa dos 6 mil, sendo que anos posteriores, nota-se uma oscilação até o período de 2021, o qual a partir desse período, cresce o número de beneficiados, justificado pela pandemia do coronavírus (COVID-19), com salto para cerca de 10 mil o número de beneficiados do ano de 2021 para 2023. Quanto a ausência de dados referente ao ano de 2022 na série do PBF, está relacionada a transição legislativa que houve nesse ano com a aprovação do Projeto de Lei de Conversão (PLV) 6/2022 que mudou o Bolsa Família para o Auxílio Brasil com valor mínimo de R\$ 400 (BRASIL, 2022).

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), que considera indicadores em três dimensões: Longevidade, Educação e Renda é de 0,74, perceptível o resultado positivo, porém, com espaço para melhoria, já que é considerado maior o desenvolvimento humano quando o índice for próximo a 1 (PNUD, 2025).

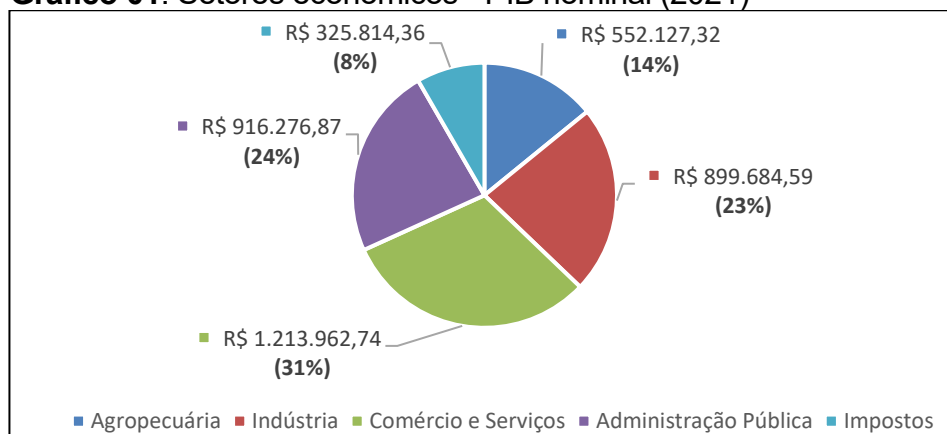
² Observação: 12/2020, 11/2020, 10/2020, 09/2020, 08/2020, 07/2020, 06/2020, 05/2020, 04/2020, 03/2020 - Devido a Pandemia Covid-19, de abril/2020 a dezembro/2020 as famílias beneficiárias elegíveis ao Programa Bolsa Família receberam o Auxílio Emergencial, portanto, para esta consulta os dados correspondentes ao Auxílio Emergencial estarão disponíveis do site: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/vis/data3/index.php?g=2>

Já o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) tem em sua proposta o acompanhamento do desenvolvimento socioeconômico, a partir da análise de três áreas, as quais são Emprego & Renda, Saúde e Educação, com variação do índice é de 0 a 1³, quanto mais próximo a 1, há maior desenvolvimento socioeconômico da localidade (SISTEMA FIRJAN, 2025). O índice consolidado do município está enquadrado no conceito “Moderado”. Ao desagregar, as áreas se apresentam com seguintes índices: Emprego & Renda com conceito Alto (0,8521), na sequência, a Educação com conceito Moderado (0,6094), e por último a Saúde, com conceito Baixo (0,4854).

Ainda sobre o IFDM, é interessante olhar para a área Emprego & Renda conceituada como desenvolvimento “Alto”, o que denota um ponto forte do município, porém, o que chama atenção é a divergência com os dados da população ocupada, o que indica uma distorção estrutural.

O valor do PIB per capita a preços correntes, 2021 está abaixo da média nacional, que de acordo com o IBGE (2025), referente ao período mencionado, o valor da média nacional esteve em torno de R\$ 42.000, portanto, significa que o PIB de Corumbá não está tão distante do mínimo, mas ainda assim se apresenta abaixo da média nacional. A distribuição de participação nominal no PIB encontra-se apresentada no Gráfico 01:

Gráfico 01: Setores econômicos - PIB nominal (2021)



Fonte: Elaborado pela autora a partir do IBGE/PIB Municipal – 2021.

Pelo Gráfico 01, é notável que o setor de Comércio e Serviços tem a maior participação com 31%, seguido da Administração Pública com 24%. Ramos (2023)

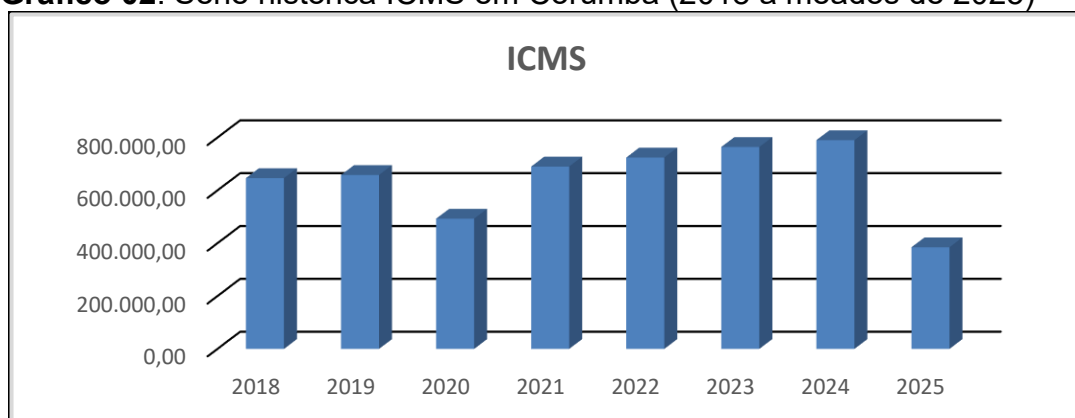
³ O desenvolvimento se encontra classificado em 4 conceitos dentro da variação de 0 a 1, como: Crítico (0,0 – 0,4), Baixo (0,4 – 0,6), Moderado (0,6 – 0,8) e, Alto (0,8 – 0,9).

aponta que um dos motivos para o crescimento da terceirização de Corumbá está relacionado ao interfluxo de pessoas e mercadorias nessa região de fronteira. Quanto ao segundo setor, o ponto está ligado com a quantidade de órgão públicos existentes no município, tais como as forças armadas (Exército, Marinha, Força Aérea Brasileira-FAB), instituições de ensino, secretarias técnicas, autarquias, agências de segurança, o que para Ramos (2023) significa geração de demandas por habitação, consumo e outros serviços são requisitados nessa cadeia.

Num contraponto sobre a participação da Administração Pública, em contribuição reflexiva em relação a esse segundo percentual, tem-se o estudo sobre “Análise da Participação da Administração Pública na Economia: Brasil e Ceará” do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará-IPECE, (2018), no qual é demonstrado uma preocupação quando é feita a relação do percentual relativamente alto do PIB da Administração Pública com locais com baixo dinamismo econômico e pouca diversificação das atividades produtivas. O problema se concentra em limitação de emprego e renda, que consequentemente, implica em aumento de relação oportunista de dependência da população aos interesses políticos dos governantes da localidade.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, o Art. 158, inciso IV, estabelece que 25% do produto da arrecadação estadual referente ao ICMS pertence aos municípios (BRASIL, 1988). Em relação aos valores registrados para Corumbá, o Gráfico 02 apresenta a evolução do ICMS, em valores nominais (R\$), no período de 2018 a meados de 2025, conforme dados disponibilizados pela Plataforma Alumia (2025)

Gráfico 02: Série histórica ICMS em Corumbá (2018 a meados de 2025)



Fonte: Plataforma Alumia (2025).

Na série histórica apresentada no Gráfico 02, há evidência de um crescimento progressivo em Corumbá em sua arrecadação a partir do ano de 2021. É notável que o crescimento se manteve constante nos períodos seguintes, culminando com o encerramento do exercício de 2024 com um valor que se aproxima dos R\$ 800.000,00 (Oitocentos mil de reais) em repasses de ICMS. O valor pertinente ao ano de 2025 tem uma projeção parcial, visto que está atualizado até o mês de agosto.

Outro indicador econômico importante na composição da economia do território corumbaense está relacionado a pauta da exportação. De acordo com os dados extraídos do Observatório do Sebrae (2025), é possível a comparação da dinâmica do mercado externo a partir dos períodos de 2010 e 2025. Em 2010, a exportação dos produtos de Corumbá teve sua concentração em três países, tendo a Argentina com maior representatividade no total exportado, com 279 milhões de dólares (74.1%). Seguida pela Bolívia com 78.7 milhões de dólares (20.9%), e em terceiro destino exportador é o Estados Unidos com 11.2 milhões de dólares (2.97%).

De acordo com os dados disponibilizados pelo Observatório Sebrae, para o período de 2025, nota-se a diversificação de países que exportam produtos do território corumbaense, pois observa um novo cenário de “compradores”, ocupando a primeira posição o Uruguai totalizado 218 milhões de dólares (47.4%), seguido pela Argentina, que se manteve relevante, porém, com redução em sua participação na exportação, passando para 114 milhões de dólares (24.8%), e aparece a Áustria como novo parceiro, respondendo por 57.7 milhões de dólares (12.5%).

Mais informações sobre Corumbá são demonstradas pelo Ranking de Competitividade dos Municípios⁴ (2025), que é divulgado pelo Centro de Liderança Pública – CLP. Nesse Ranking, foram avaliados 418 municípios brasileiros com mais de 80 mil habitantes, a partir das três dimensões “Instituição”, “Sociedade” e “Economia”, Na posição geral Corumbá ocupa a 345ª posição conforme Quadro 02.

⁴ A edição foi composta por 65 indicadores, organizados em 13 pilares temáticos e 3 dimensões, sendo essas 3 dimensões Instituição (2 pilares, 10 indicadores): visa analisar a competitividade sob a ótica da capacidade de uma região em criar as bases do desenvolvimento, do ponto de vista regulatório, do funcionamento eficiente da máquina pública, da boa gestão fiscal ou pela presença ativa da sociedade civil; Sociedade (7 pilares, 36 indicadores): visa analisar o nível de competitividade com ênfase na capacidade de uma região em fornecer à população local condições básicas para o bem-estar e a qualidade de vida; e Economia (4 pilares, 19 indicadores): analisada do ponto de vista da capacidade de produção de bens e serviços, geração de emprego e renda, ter uma economia inovadora e dinâmica, bom ambiente de negócio, infraestrutura básica para o desenvolvimento e uma mão de obra qualificada (CLP, 2025).

Quadro 02: Classificação Ranking de Competitividade dos Municípios

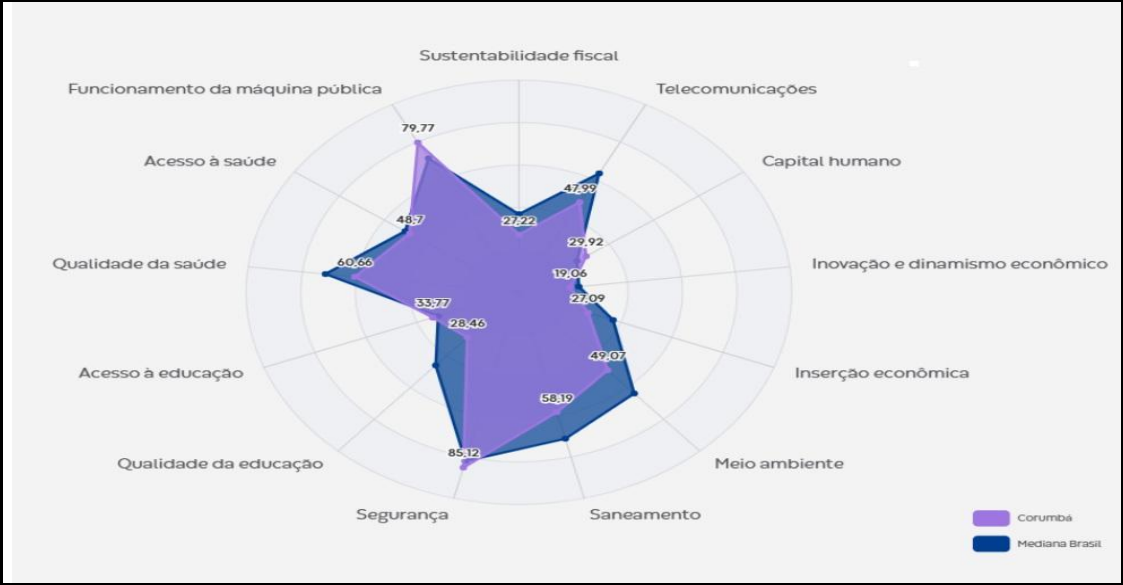
Posição Geral	Dimensão	Classificação
345º	Instituição	234º
	Sociedade	348º
	Economia	364

Fonte: CLP(2025).

Como observado no Quadro 02, o município de Corumbá ocupa uma classificação no ranking que está distante de ser umas das melhores na edição aqui analisada. A Economia (364) é a dimensão que se encontra em posição delicada, nela que se encontra o pilar “Inserção Econômica” que abarca indicadores de emprego e geração de renda, elementos centrais desta pesquisa.

O Ranking ainda permite visualizar a classificação fragmentada dos pilares de cada dimensão, assim como os indicadores de cada pilar, em formato de teia. Tais informações estão apresentadas na Figura 04:

Figura 04: Pilares comparados com mediana nacional



Fonte: Ranking de Competitividade dos Municípios (2025).

Figura 04 (representado o gráfico em teia) compara os 13 pilares analisados em comparação a mediana nacional. Segurança (85,12), Funcionamento da máquina pública (79,77) e Qualidade da Saúde (60,66) são os valores que mais se aproximam da borda e acima da média nacional, o que denota que esses pilares tem apresentado bom desempenho dentro das dimensões “Sociedade” e “Instituição”, as quais estão

inseridos, e indicam que o município tem vantagem competitiva nessas áreas.

Porém, do outro lado, os pilares destaques em fragilidades são: Inovação e dinamismo econômico (19,06), Qualidade da educação (28,46) e Capital humano (29,92), os quais estão inseridos nas dimensões “Economia” e “Sociedade”. Esse pilares são fundamentais na promoção do desenvolvimento, o que torna ponto de atenção para a necessidade de políticas direcionadas para solucionar gargalos nessas áreas, como a qualificação da população, inovação, dinamismo econômico, afim de garantir a sustentação do desenvolvimento econômico e social a longo prazo.

O pilar Meio Ambiente faz parte da pauta de sustentabilidade no território, que se apoia no tripé da integração dos eixos social, ambiental e econômico, a integração desses eixos depende da atuação conjunta de governo, mercado, academia e sociedade civil, com articulação em rede legítima, que fortalece e viabiliza a capacidade técnica e financeira nas ações, e dá acesso a implementação efetiva das políticas públicas. Porém, nessa dinâmica, é de responsabilidade da gestão municipal na condução e disseminação de práticas sustentáveis no cotidiano das comunidades (CLP, 2025).

Os resultados das camadas Objetivos de Desenvolvimento Sustentável-ODS e *Environmental Social Governance*-ESG estão incluídos no próprio Ranking de Competitividade dos Municípios, correspondente ao ano de 2025. O município de Corumbá, em relação aos **ODS** (17 Objetivos) ocupa a **398º** e quanto a **ESG**, ocupa o **378º** lugar considerando a média nacional. Tais posições, embora elevadas, não representam um desempenho positivo, pelo contrário, demonstra um cenário preocupante, pois reforça a urgência de implementação de ações passíveis de melhoraria desses indicadores.

Outra iniciativa que corrobora com as ferramentas para os municípios exercerem uma boa gestão com foco na sustentabilidade é do Instituto Cidades Sustentáveis (ICS), no âmbito do Programa Cidades Sustentáveis (PCS) Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil (IDSC-BR), apoiado no conjunto dos 17 ODS, com avaliação de 100 indicadores. Essa análise abrangeu todas os municípios do Brasil, no total de 5.570.

O resultado por esse outro Índice, permite visualizar o desempenho

⁵ 2030 da ONU e pelas dimensões ESG. Retomando ao conceito, a Agenda 2030, com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU) e a sigla ESG, que significa em inglês “environmental” (ambiental), “social” (social) e “governance” (governança).

separadamente dos 17 ODS bem como a classificação geral do município em relação ao Brasil e a classificação quanto ao seu nível de desenvolvimento. Cabe destacar os níveis desse índice são considerados como: Muito alto (80 a 100), Alto (60 a 79,99), Médio (50 a 59,99), Baixo (40 a 49,99), Muito baixo (0 a 39,99). O resultado pertinente ao município de Corumbá estão destacados no Quadro 03:

Quadro 03: Panorama geral de Corumbá no IDSC-BR

Pontuação geral	Classificação geral	Nível de desenvolvimento sustentável
46,55 de 100	4.128 de 5.570	Baixo

Fonte: IDSC (2025).

A informação apresentada no Quadro 03 só corrobora com dados já elencados anteriormente, só que nessa avaliação, com foco mais específico aos 17 ODS. O retrato do município em termos de sustentabilidade não é satisfatório, uma vez que sua classificação consta no patamar de nível Baixo. Caso não sejam implementadas intervenções para melhorar os indicadores utilizados para análise de cada um dos 17 ODS, o município tende a caminhar para duas opções não vantajosas para a competitividade: ou permanece estagnado no nível atual ou regredi para a categoria mais crítica que corresponde ao último nível classificado como Muito Baixo.

No formato segregado dos ODS, tem-se a possibilidade visualizar qual(is) objetivos estão carecendo atenção minuciosa por parte da gestão pública, os ODS 9. Indústria, Inovação e Infraestrutura (11,51) e 17 Parcerias e Meios de Implementação (21,16) são as que estão no nível muito baixo do radar. O ODS 8 Trabalho Decente e Crescimento Econômico encontra-se no radar com a pontuação (43, 6) está no nível baixo.

Os resultados apresentados convergem com o estudo de Chaparro, D^aArísbo e Piffer (2024), que analisa a sustentabilidade dos destinos turísticos de Mato Grosso do Sul, enquadrados na Fase Colher⁶, a partir do Indicador Barômetro da Sustentabilidade (BS)⁷. Essa análise se amparou nas dimensões de Sistema Humano

⁶ Portaria n. 09, de 05 de outubro de 2021 institui Programa de Classificação dos Municípios turísticos de MS. No artigo 5º, são apresentadas as fases de enquadramento, sendo nominadas conforme pontuações obtidas: Semear (1ª fase), Nascer (2ª fase), Frutificar (3ª fase) e Colher (4ª fase).

⁷ Ferramenta metodológica desenvolvida pelo pesquisador Robert Prescott-Allen (1997), e tornou-se método oficial de avaliação da sustentabilidade do *International Union for Conservation of Nature and Natural Resources* (IUCN). Este indicador é composto por dois elementos: o bem-estar do ecossistema e o bem-estar humano, ambos com igual importância.

e Sistema Ambiental e no cruzamento delas. Assim, os dados referentes a Corumbá estão apresentados de forma isolada na Tabela 01:

Tabela 01– Barômetro da Sustentabilidade (Fase Colher)

	Aquidauana	Bodoquena	Bonito	Campo Grande	Corumbá	Costa Rica	Dourados	Jardim
Sistema Humano	64,3	69,1	71,5	81,9	55,8	77,0	80,0	60,9
Sistema Ambiental	47,2	46,1	49,7	70,2	46,8	53,9	54,8	46,1
Barômetro Final	55,8	57,6	60,6	76,1	51,3	65,5	67,4	53,5

Fonte: Chaparro, D'Arísbo, Piffer (2024).

Notas: BS tem escala de 0 a 100 (zero a cem), considerando Ótimo/Sustentável (81 a 100 pontos), Adequado (61 a 80 pontos), Médio (41 a 60 pontos), Pobre (21 a 40 pontos), Ruim/Insustentável (0 a 20 pontos). (Hachmann, Rippel, 2015).

Tanto no Sistema Humano quanto Ambiental, o município de Corumbá se enquadra na escala “Médio”, permanecendo na combinação final na mesma escala, com menor percentual de sustentabilidade em relação aos demais municípios da categoria.

2.1.2 A formação histórica e o entrelaçamento geoeconômico

A história do município de Corumbá se inicia com a sua fundação no ano de 1778, pelo Capitão-General Luís Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres (Governador da Capitania de Mato Grosso). Os eventos que levaram a essa criação do município, de acordo com Corrêa (1995) perpassa pelas expedições de aventureiros espanhóis no século XVI que tinham por missão a exploração da foz do Prata como a rede fluvial que os levaria até as regiões andinas. Outro momento, também se deu pelos espanhóis, agora em missão diferente, conduzida por jesuítas com intuito de ocupação de áreas intermediárias dos ibéricos no Novo Mundo.

Após, nos séculos XVI e início do XVIII, houve o evento de disputa da região entre Portugal e Espanha atrás de índios e de metais preciosos, o que deflagrou o rompimento do Tratado de Tordesilhas. Por ser alvo de disputa, a partir desses eventos na região, foi decretada a construção do Forte Coimbra em 1775 e a fundação das povoações de Albuquerque (atual Corumbá) em 1778. Estas medidas tinham a finalidade de controlar a navegação das vias fluviais e evitar a penetração dos castelhanos (Corrêa 1995; Hany, 2005).

Em vista de disputa com a coroa espanhola, como forma de legitimar o

processo de ocupação houve estímulo para casamentos entre nativas e os desbravadores. Essa configuração demonstra, no entanto, a intencionalidade da criação do município de ordem puramente estratégica, baseada na premissa de proteção do território brasileiro. Essa região encontra-se localizada em ponto central sul-americano e tem-se o rio Paraguai como um dos mais importantes da planície e tem a característica espacial de estar situado em diversas jurisdições de países como o Brasil, Paraguai e Bolívia, formando um corredor fluvial internacional, tornando-o como principal via de trânsito de embarcações de mercadorias à época, o que levou ser alvo de disputa por castelhanos e portugueses (Hany, 2005; Reynaldo, 2007).

A passagem do rio Paraguai e sua formação é descrita por Reynaldo (2007) como a corrida das águas na direção norte-sul, ao passar pelo estado de Mato Grosso, que dá sua constituição na denominada Bacia do Alto Paraguai, no entanto, é nesse trecho que há separação da República da Bolívia, ao adentrar na República do Paraguai, faz a divisão com a República Argentina e desagua no Rio Paraná. As conexões do rio Paraguai o elevaram como elemento principal nas tensões políticas instauradas entre a província de Mato Grosso e a nascente República do Paraguai.

Essa tensão estava relacionada diretamente com Cuiabá, posto que seus interesses comerciais conflitavam com a austeridade da política do Paraguai que impunha parcialidade no trânsito das navegações de bandeira estrangeira em seu território, porém, essa lógica não se valia aos trechos da Vila Albuquerque (atual Corumbá) e Dourados até a Vila Maria (atual Cáceres), pois tinha trânsito livre (Reynaldo, 2007).

Dentre várias tratativas de abertura e normalização do trânsito no rio Paraguai, o cerne da questão esbarrava no limite de cada país, especificamente a extensão do sul de Mato Grosso, a disputa consistia no acesso para saída para o oceano Atlântico, via Bacia do Prata. Isso gerou e ocasionou incidentes que somaram para eclosão do conflito armado, conhecido como Guerra do Paraguai (1864 -1870), se deu entre o Paraguai e a Tríplice Aliança composta por Brasil, Argentina e Uruguai (Reynaldo, 2007). Em meio ao cenário de guerra, Corumbá vivenciou uma crise econômica, porém, as suas atividades comerciais não foram suspensas ou bloqueadas ainda que estivesse em funcionamento de forma precária, esses comércios serviam de abastecimento e os invasores dependiam deles.

Ao final da guerra, o Brasil saiu vitorioso colocando fim aos termos de

limitação a navegação, estabelecido pelo Paraguai, e assim retoma a abertura da livre navegação no rio Paraguai, principal eixo comercial da província de Mato Grosso. Essa abertura favoreceu a reconstrução de Corumbá, que emergiu como polo de crescimento regional, ao centralizar e exportar a produção de Mato Grosso, exercendo papel de redistribuidor do comércio global e atraindo crescente investimento para a região, tendo o cenário econômico em destaque com grupos emergentes que atuaram efetivamente na reconstrução pós-guerra. Cuiabá também se beneficiou, consolidando oligarquias locais (Reynaldo, 2007).

No geral do aspecto econômico, com a retomada da livre navegação foi viabilizada a inserção de Mato Grosso no escopo do capitalismo internacional, com a entrada de capitais estrangeiros em sua economia e uma dinâmica nos grupos econômicos e sociais. Contudo, Mato Grosso não alcançou o progresso imediato como desejado pelo presidente da Província Augusto Leverger, pois se foi marcada por rupturas e descontinuidade, e viveu um antagonismo do progresso de uma elite dominante e do outro lado a questão da escravidão e o trabalho semi-serviço nos arrendamentos dos hervaais do mate (Reynaldo, 2007).

O pós-guerra também propiciou uma inversão no campo político com o aparecimento de novas lideranças provinciais, modificando o cenário antes dominado pelas lideranças do norte devido a representatividade nas casas comerciais e extrativismo, foram perdendo gradativamente a influência aos novos grupos de poder político-administrativo que se sobrepuseram ao surgimento de novas bases econômicas e sociais ao final do século XIX (Reynaldo, 2007).

Meados do século XVIII a ocupação e a consolidação do território colonial no centro do Pantanal, perpassa pela saga dos colonos, formação do povoado, fundação dos dois fortes, o etnocídio, concessões de terra (conforme grau de “merecimento” do sesmeiro e decadência das lavras que exauriram. Esse processo desencadeou o incremento de uma atividade econômica tendo como principal recurso a planície pantaneira e o desbravador pantaneiro, o vaqueiro, o cavalo e o boi como os elementos fundamentais para a operacionalização dessa nova atividade, em áreas oriundas de doações, que abrangiam numa média de 350.000 hectares, com mão de obra indígena e negra. Nessa nova conjuntura com esses novos elementos, tem-se a configuração da região formatada no âmbito material e moral, imbuído de uma particularidade em suas características culturais, econômicas e sociais (Proença, 1992).

Ainda correspondente a esse período e século XIX, o município era exitoso em sua atuação econômica com as casas comerciais, que faziam a ponte entre os locais, servindo de entreposto comercial em proporção de escala mundial, já que seu alicerce era voltado à essas atividades. Essas casas comerciais correspondiam e serviam a: importação e exportação, relações comerciais internas à província/estado (favorecimento da interligação fluvial), representantes de bancos nacionais e estrangeiros, controle de navegação, mediadora para exploração de terra para extração de produtos naturais assim como da pecuária (Hany, 2005; Targas, 2012).

E dada essa localização estratégica e portuária que fazia a conexão entre duas capitais Cuiabá (capital da Província de Mato Grosso) e Rio de Janeiro (capital do Império), Corumbá pode desfrutar do desenvolvimento econômico como polo comercial e cosmopolita (**grifo da autora** – termo utilizado pelo autor, porém, não identificado como tal em outras literaturas), este último pelo fato de receber embarcações vindas da Europa e países vizinhos, devido intensificação da melhoria desses transportes (Hany, 2005; Targas, 2012).

As espécies de empresas de navegação que atuaram nos portos mato-grossense pertenciam ao público, a privada e a estrangeira, as principais competidoras pelos fretamentos nos portos eram oriundas dos países da Argentina, Paraguai e Uruguai e tinham por origem do trajeto o Rio Paraguai até o Porto de Corumbá, dando o reconhecimento, em período subsequente como importante entreposto comercial da Província (Reynaldo, 2007).

Em prol de maior cooperação com os países da Bolívia e Paraguai, o Estado brasileiro tomou iniciativa na região que modificara o cenário em 1914 como a efetivação da Ferrovia Noroeste do Brasil, que ligava a cidade de Bauru (SP) ao Porto Esperança (região de Corumbá), que teve por propósito estimular o comércio fluvial antes designado ao Prata. Para além do modal ferroviário, foi incluído também o rodoviário, que aperfeiçoou a comunicação entre Cuiabá e Campo Grande. Após a ampliação de possibilidade logística (fluvial, ferroviária e rodoviária) houve alteração na importância do comércio corumbaense, nos moldes já explicitados de casas comerciais, essas já afetadas com o declínio da exportação, já que os investimentos para Mato Grosso para expansão do comércio mundial, vinculados ao modal fluvial, sofreu “golpe” com a eclosão da Primeira Guerra Mundial ocorrida nos períodos de 1914 - 1918 (Queiroz, 2004, 2008).

Apesar do argumento da decadência comercial e fluvial de Corumbá ter sido

provocada pelo eixo ferroviário, Ramos (2022) defende que não houve decadência ou estagnação devido esse evento, mas sim outros fatores que atuaram de forma conjuntural. Pode-se destacar: o declínio das importações em virtude de circunstâncias políticas e econômicas externas (guerra, depressão); distância geográfica da capital Rio de Janeiro; transição do Império para República, considerando que a região Centro-Oeste passava por disputa política local que afetava nas decisões do Estado em termos de melhoria de infraestrutura portuária; dificuldade de gerenciamento da navegação fluvial por parte do Estado, o qual passou a concessão para empresas privadas para transporte de mercadorias e passageiros, e estas não corresponderam com qualidade a prestação do serviço ofertado.

Cabe salientar que apesar de ter diminuído a proporção no âmbito comercial, ainda assim o setor de serviços e negócios permaneciam como a força motriz da economia local. A obra de Souza (2008) intitulada “Sertão cosmopolita: tensões da modernidade de Corumbá (1872-1918)” retrata que o período abordado de seu estudo, do aspecto econômico, em termos de indústria, o município dispunha de baixa quantidade e se comparava ao do estado de Mato Grosso.

Os impactos da prestação de serviço sem qualidade, gerava um custo elevado ao comércio. Dentre os problemas relatados na prestação do serviço constam encalhe de navios e por consequência, as mercadorias estragadas; valor elevado das tarifas, que resultava no encarecimento das mercadorias; precariedade do porto e embarcações, desvios quase forçados dos portos brasileiros para portos platinos devido pagamento de tarifas por vezes abusiva, que encarecia o fretamento e estimulava o contrabando e sonegação; condições naturais (hídricas e fluviais) que impedia o trânsito de navegações dada a diminuição do volume dos rios pantaneiros por longos períodos. (Ramos, 2022; Reynaldo, 2007).

Apesar dos problemas decorrentes de gestão e estrutura, o comércio portuário tinha sua importância mercantil, e não se encerrou num rompante, mas passaram por “redefinições econômicas e funcionais sob a dinâmica de outros segmentos produtivos e que deram sustentabilidade econômica e urbana para a cidade” (Ramos, 2022, p.6). Ainda segundo o autor, mediado pela emergência das atividades extrativistas minerais, gerou uma nova refuncionalização portuária, denotando em uma nova reestruturação econômica da região.

Corroborando a isso, Reynaldo (2007) traz evidências que a implantação da ferrovia não alterou o centro econômico do Estado em detrimento da navegação fluvial

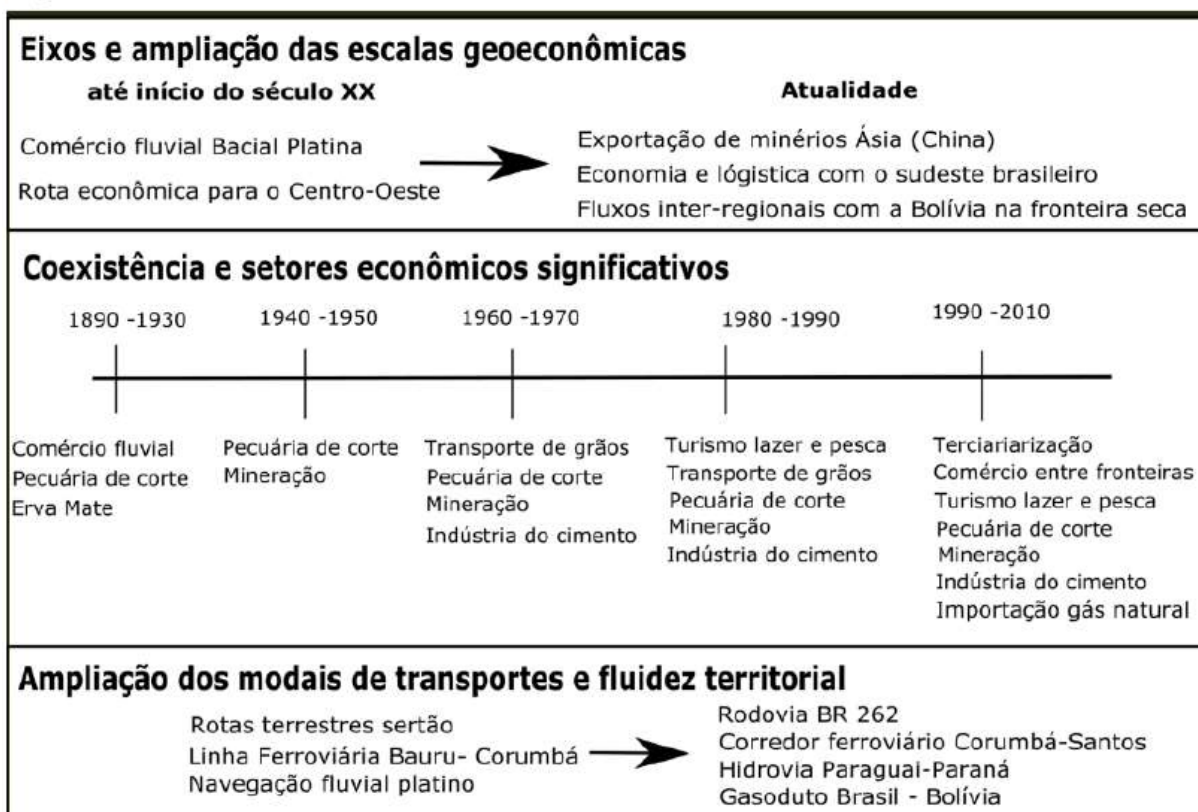
e das casas comerciais. Pelo contrário, como já demonstrado, o termo de troca foi o fator mais significativo na época. O referido autor destaca que o comércio platino não era insignificante, no entanto, até a década de 1940, a navegação representava 46% das exportações da região sul do estado de Mato Grosso, enquanto a ferrovia transportava menos de 7% da produção matogrossense. Contudo, a navegação pelo Rio Paraguai foi se diluindo em importância e exauriu as atividades com a inauguração em 1947 da ponte ferroviária “Presidente Eurico Dutra”, que colocou Corumbá em ligação com São Paulo.

A atividade pecuária bovina de corte emerge após o período de declínio das casas comerciais, se consolidando como uma proeminente atividade econômica. Essa atividade teve favorecimento pela própria configuração natural da planície do bioma Pantanal que possibilitara a pastagem. Mas é no decorrer da Segunda Guerra Mundial (1923-1945) que se inicia a atividade siderúrgica com extração de minérios no morro do Urucum (pela Sociedade Brasileira de Minérios-SOBRAMIL do grupo Chamma). Logo, precisamente em 1955, o Grupo Votorantim instala a fábrica de cimento Cia. de Cimento Portland Itaú, formando um novo cenário econômico em Corumbá (Paixão, 2006, Lamoso, 2001).

O fenômeno do turismo aparece no espaço regional no final dos anos de 1960 e início dos anos de 1970 de modo incipiente como atividade econômica, tendo por exemplo a ocupação de antigos prédios no Porto Geral e também o aproveitamento da atividade de pesca, surgida meados do século XX, e que se tornou um segmento proveitoso não apenas como diversificação econômica como serviu também de atividade transformadora no espaço regional, se tornando o maior atrativo turístico do município (Paixão, 2006).

Há uma forma de organização socioeconômica em cada fase da história do município de Corumbá, e isso acarreta também em uma forma peculiar, em seu processo, as atividades econômicas de determinados períodos não se encerram como aparenta de forma cíclica, mas se justapõe em simultaneidade. O estudo de Ramos (2023) traz a representação de reestruturação dos aspectos geoeconômicos da região de Corumbá (Figura 05) ao longo dos anos, que reverberaram na composição da própria estrutura urbana, como em sua dinâmica local, no que diz respeito ao consumo, institucionais, habitacionais entre outros.

Figura 05: Geoeconomia corumbaense no Pantanal Sul



Fonte: Ramos (2023).

Na Figura 05, pertinente ao estudo de Ramos (2023) é possível visualizar a continuidade da atividade de Pecuária de Corte desde 1890. Em década subsequente, tem-se a introdução da Mineração, a qual não tem interrupção. Quanto ao Transporte grãos e Indústria do cimento, tem-se o início entre as décadas de 1960-1970, porém, após a década de 1990, a atividade de Transportes de grãos já não aparece, logo pode-se pressupor que a atividade foi extinta.

É a partir da década de 1980 que o Turismo lazer e pesca desponta como atividade econômica, se mantendo em décadas posteriores. E a partir da década de 1990, nota-se a presença de novas atividades no cenário econômico, como é o caso da Terceirização, Comércio entre Fronteiras e Importação de gás natural, porém, o período analisado se estende até o ano de 2010. Mas Ramos (2023) destaca que as principais atividades da economia corumbaense são o polo minerador juntamente com a pecuária, sendo essenciais também para compreender o papel dessas atividades na "região pantaneira e fronteira no âmbito do território nacional e das exportações de *comodities* minerais (Ramos, 2023, p. 7).

Para Ramos (2022), o desenvolvimento local de Corumbá, demonstra que a

mudança cíclica da economia local se deu por problemas estruturais nos processos produtivos somados com os fatores externos. O estudo de Ramos (2022) teve por foco a reestruturação produtiva do município mencionado a partir de 03 concepções espaciais, sendo a primeira voltada para a produção do espaço; a segunda com ênfase para a reestruturação produtiva; terceira como o entendimento do espaço em sua sincronicidade e simultaneidade.

Ainda para Ramos (2022), os pressupostos dessas concepções estão alicerçados nas teorias de Lefebvre (2013) Santos (2006), Massey (2008), tendo a primeira diretamente relacionada a diversidade de agentes/agenciamentos que compõem a constituição desse espaço em suas diversas formas, conteúdos e estruturas. A segunda, num enfoque mais específico da produção social como os processos (econômicos, políticos etc.) que reportam às mudanças no espaço. E referente à essas mudanças no e pelo espaço, tem-se a dimensão temporal como terceira concepção.

Retomando a Figura 05, e ao olhar para a mudança cíclica, o turismo tem a sua constância até o final do período analisado. Porém, ainda é um setor atuante na economia corumbaense, e é nele que a pesquisa se apoia, visto que município de Corumbá é banhado pelo Rio Paraguai e abarca maior extensão do bioma Pantanal, fato esse, que torna o território conhecido como capital do Pantanal. É esse reconhecimento diante dos elementos naturais que são fortes atrativos turísticos que viabilizaram o destaque ao município como destino turístico. Complementar ao Rio Paraguai e o bioma Pantanal, o território corumbaense tem em seu contexto histórico-cultural como elemento de destaque que contribuem como atrativo para o setor do turismo atuar como uma importante atividade na promoção do desenvolvimento, dada sua capilaridade de alcançar e abarcar demais setores econômicos. Com isso, o tópico seguinte contextualiza o turismo em território corumbaense.

2.2 O turismo e suas nuances em território corumbaense de 1970 a meados de 2025

No estado de Mato Grosso do Sul, duas regiões turísticas são de destaque de proporção internacional: Bonito e Pantanal (Corumbá). De acordo com Ignarra (2013), em sua proposição apresenta o método de classificação de atrativos estabelecido pelo CICATUR/OEA – Centro de Capacitação para Turismo, o qual classifica os atrativos

existentes em uma região, considerando o grau de importância representados por 4 (quatro) Hierarquias.

A primeira Hierarquia corresponde ao atrativo complementar a outro de maior interesse. A segunda Hierarquia é relativa ao atrativo com alguma capacidade de estímulo de correntes turísticas regionais e locais, atual ou potencial, e de prospectar turistas nacionais e internacionais, ainda que esteja no local por outras motivações. Já a Hierarquia três se dá ao grau de importância relevante do atrativo turístico individual ou em conjuntos com outros atrativos, em esfera nacional, com capacidade de motivação de corrente atual ou potencial, de turistas nacionais ou internacionais. E por último, a Hierarquia quatro, concentra o conceito de atrativo turístico excepcional de grande significado ao mercado internacional, o qual se refere ao atrativo que por si só motiva uma quantidade significativa de turistas de proporção internacional.

Aplicando isso ao contexto do turismo de Corumbá, cujo elemento turístico principal é o Pantanal, pode-se inferir que o turismo nesse território é potencializado pelas características ambientais locais, o que favorece e proporciona práticas advindas dessa característica como o Turismo de Pesca, a qual é enfatizada a prática da pesca esportiva; Ecoturismo; Turismo Náutico e, até mesmo o Turismo Cultural.

No enquadramento em esfera nacional, em conformidade com a Portaria nº 9, de 24 de abril de 2025, a qual trata sobre o Programa de Regionalização do Turismo, do Mapa do Turismo Brasileiro e da Categorização dos Municípios do Mapa do Turismo Brasileiro, em seu Art.8 estabelece os critérios para compor o Mapa do Turismo Brasileiro, o território de Corumbá cumpre tais critérios que o permite compor esse mapa, que tem por finalidade dar destaque aos principais destinos turísticos do País (BRASIL, 2025).

No estado de Mato Grosso do Sul, o turismo é regido pela Lei 5.224, de 9 de julho de 2018, que estabelece o Sistema, Políticas e o Plano Estadual de Turismo. Porém, o Programa de Classificação Turística dos Municípios do Estado de Mato Grosso do Sul, que visa o fortalecimento do setor do turismo, é instituído a partir da Portaria da FUNDTUR, n. 09, de 05 de outubro de 2021. O programa é baseado em quatro fases de análise do destino, conforme o cumprimento dos requisitos específicos: (1ª) Semear, (2ª) Nascer, (3ª) Frutificar e (4ª) Colher (MATO GROSSO DO SUL, 2018; FUNDTUR, 2021).

Corumbá está enquadrado na última fase (Colher), que de acordo com o Art. 6, inciso IV da Portaria, essa fase se configura destinos onde o turismo é um setor

consolidado na base econômica do município. Tais destinos já possuem uma demanda expressiva de turistas, oferta equipamento especializados e há articulação entre a gestão pública e o *trade* turístico para o desenvolvimento da atividade (FUNDTUR, 2021).

O início do turismo em Corumbá, se dá na década de 1970, despontando fora do eixo local. E aqui, na narrativa do fato, consta que ocorreu por intermédio do Sr. Orozimbo Garcia Decenzo, paulistano, com exercício de suas funções no Porto Morrinho, agregou a pesca como lazer, dando início então, a procura por pescado na região pantaneira. Dado o aumento da demanda pela atividade e consequentemente o crescimento dos negócios, o Sr. Oromzibo mudou-se para Corumbá e construiu sua primeira embarcação chamada Cabexi. Na sequência, ocorre o turismo ecológico na região do Pantanal-Sul com a Fazenda Santa Clara, e assim, gradualmente se transforma em pousada, localizada em um dos atrativos mais importantes da região que é a Estrada Parque Pantanal, tornando-se, pioneira, neste segmento turístico (Chaparro, 2017).

Assim, a atividade da pesca continua sendo o maior atrativo do turismo local, contudo, outros segmentos foram incluídos no portfólio turístico do local, como o turismo ecológico, cultural, o turismo de compras diretamente relacionado com a feira do lado boliviano, que antes da flutuação cambial que elevou o valor da moeda estrangeira, apresentava um expressivo crescimento, devido aos preços competitivos em seus produtos, e o segmento de eventos, com sua importância na oferta turística.

Atualmente, de acordo com o Relatório de Atividades Turísticas de Corumbá, disponibilizado pelo Ministério do Turismo-MTur, como inovação do portfólio de oferta turística, vem sendo desenvolvido segmentos como o afroturismo, o turismo de observação de vida selvagem e de aves, o turismo de experiência e o turismo de aventuras (BRASIL, 2025).

O turismo cultural e de eventos já tem suas festas reconhecidas regionalmente e por vezes, em extensão nacional e internacional, dentre as quais destacam-se: Carnaval, Festival Gastronômico Sabores das Américas, Eco Pantanal Extremo, Corumbá – Águas do Pantanal, Festival América do Sul e o Banho de São João, este último inclusive já foi incluído em 2017 na Agenda de Eventos do Ministério do Turismo (Chaparro, 2017). No Quadro 04 constam os principais eventos com seus respectivos períodos de realizações.

Quadro 04: Calendário de eventos do município de Corumbá

Evento	Segmentação turística	Período
Carnaval	Turismo Cultural	Fevereiro e/ou março
Banho de São João	Turismo Cultural	Junho
Festival Gastronômico Sabores das Américas - FEGASA	Turismo de Negócios e Eventos	Outubro
Eco Pantanal Extremo	Ecoturismo e Turismo de Esporte	Novembro
Festival América do Sul	Turismo Cultural	Novembro
Festival Internacional de Pesca de Corumbá - FIPEC	Turismo de Pesca	Janeiro e/ou fevereiro

Fonte: Atualizado de Chaparro (2017).

Dentre os eventos elencados, os de maiores destaques e expressivo na identidade local é o Arraial do banho de São João e o Carnaval. O primeiro é um evento que acontece no mês de junho, onde os festeiros (pessoas que querem agradecer a São João por alguma graça recebida, seja em função de promessas, por devoção ou por simpatia em relação ao Santo), seguem em procissão carregando seus andores que ostentam uma imagem de São João, fazendo a peregrinação de suas casas até a Ladeira Cunha e Cruz. Tem-se por tradição o cumprimento entre si e de seus andores, logo, descem a ladeira com seus cantos e rezas até às margens do rio Paraguai para proceder com o mergulho de seus andores a qual banham o Santo. Ao final, retorno para suas residências e estendem um mastro com apenas uma bandeirinha regada de festa até a madrugada (Chaparro, 2017).

O carnaval uma festa que teve sua origem no município após a Guerra do Paraguai. Como o município de Ladário, que fazia parte da cidade de Corumbá, foi escolhida para sediar o Arsenal da Marinha (transferido de Cuiabá para Ladário em 14 de março de 1873), sendo 6º Distrito Naval da Marinha do Brasil, devido à sua posição estratégica para a defesa oeste do estado, dado a isso, vieram militares em sua maior parte do Rio de Janeiro. Esses militares, na década de 1930, deram início aos primeiros carnavais seguindo o modelo realizado na cidade do Rio de Janeiro, de modo que esse festejo tinha o intuito de amenizar a saudade. Assim se explica o carnaval cultural com a Corte de Momo, a Ala dos Marinheiros, as Marchinhas, o

Corso com a batalha de Confetes, os Cordões Carnavalescos oriundos dos carnavais da Cidade Maravilhosa daqueles tempos. E, posteriormente, as Escolas de Samba, organizadas pela LIESCO (Liga Independente da Escola de Samba de Corumbá) (Chaparro, 2017).

No que tange à evolução do ambiente institucional do turismo, uma das mais proeminentes política pública se refere a Lei nº. 2.251 de 09 de abril de 2012, que instituiu o Sistema Municipal de Turismo de Corumbá, a qual teve por finalidade “estabelecer novos mecanismos de gestão pública das políticas turísticas e criar instâncias de participação de todos os segmentos atuantes no meio turístico”. A importância dessa iniciativa era nortear a criação de mecanismos para gestão pública na formulação de políticas voltadas ao turismo. A partir disso, se desenhou o sistema turístico no município, com a formação da Fundação de Cultura e Turismo do Pantanal, Conselho Municipal de Turismo, Conferência Municipal de Turismo, Plano Municipal de Turismo, Fundo Municipal de Turismo e o Sistema Municipal de Indicadores e Informações Turísticas. O ponto forte dessa Lei, foi a reestruturação do Conselho Municipal de Turismo (Chaparro, 2017). De modo sucinto, no Quadro 05 estão apresentados os principais marcos voltados para o setor do turismo no município de Corumbá.

Quadro 05: Matriz do ambiente institucional do turismo de Corumbá

Período	Marco	Evento
2012	Criação da Lei n. 2.251	Instituição do Sistema Municipal de Turismo de Corumbá.
2013	Decreto n. 1.111	Cria a Fundação de Turismo do Pantanal.
2013-2107	Observatório do Turismo	Núcleo de estudo e pesquisa da Fundação de Turismo do Pantanal – Ação de governo
2013	Decreto n. 1.284	Estabelecido o Regimento Interno do Conselho Municipal de Turismo (COMTUR).
2014	Decreto n. 1.405	Programa Corumbá em Desenvolvimento (CODES): Alcança o turismo por promover o desenvolvimento econômico, social, turístico, cultural, tecnológico.
2014	Decreto n. 1.442	Regulamenta a modalidade de hospedagem alternativa denominada “Cama e Café”, instituída no âmbito municipal pela Lei Complementar n. 177, de 08 de maio de 2014.
2017	Formalizado empréstimo junto ao FONPLATA ⁸	A importância do empréstimo se dá em atender questões da infraestrutura urbana e socioambiental do município.

⁸ O Fundo Financeiro para Desenvolvimento da Bacia do Prata faz parte de um Banco de Desenvolvimento Formado por cinco países: Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai. O FONPLATA concede empréstimos apenas a seus países-membros e essas operações são caracterizadas por estar acompanhadas pela garantia soberana de cada país. O foco das operações

2020	Lei 2.727	Aprovação do Plano Municipal de Turismo de Corumbá para o quadriênio 2020/2023.
2024	Decreto 3.104	Designa membros do Conselho Municipal do Turismo para o biênio 2024-205
2024	Lei Complementar 349	Dispõe sobre a organização administrativa do Poder Executivo do município de Corumbá, integrando como entidade da Administração direta a Fundação de Turismo do Pantanal.

Fonte: Atualizado a partir de Chaparro (2017).

É possível perceber pela demonstração da análise do Quadro 05 que o avanço das políticas públicas para a sustentação do turismo em Corumbá ocorre de forma gradual. Pois é a partir de 2012, com a Lei 2.251, é criado o Sistema Municipal de Turismo, estruturado como política pública, como instrumento de gestão e governança, que institui Fundação de Cultura e Turismo do Pantanal (FUNDTUR/Pantanal), o Conselho Municipal de Turismo Conferência Municipal de Turismo, Plano Municipal de Turismo, Fundo Municipal de Turismo, Sistema Municipal de Indicadores e Informações Turísticas. Os principais objetivos da criação do Sistema Municipal dispostos no Art. 2º dessa Lei, estão elencados no Quadro 06:

Quadro 06: Objetivos do Sistema de Turismo de Corumbá

Inciso	Descrição
I	Consolidar um sistema público municipal de gestão turística, com ampla participação e transparência nas ações públicas;
II	Universalizar e democratizar o acesso a bens, serviços e produtos turísticos;
III	Dinamizar as cadeias produtivas da economia do turismo;
IV	Assegurar a efetividade das políticas públicas de turismo pactuadas entre o Município e a sociedade civil;
V	Mobilizar a sociedade, mediante a adoção de mecanismos que lhe permitam, por meio de ações conjuntas, definir prioridades e assumir co-responsabilidades no desenvolvimento e na sustentação dos projetos turísticos;
VI	Estimular a organização e a sustentabilidade de grupos, associações, cooperativas e outras entidades atuantes na área turística;
VII	Estimular o intercâmbio turístico e a convivência com os demais municípios da Região Pantaneira, bem como dos demais Estados brasileiros e de outros países;
VIII	Levantar, divulgar e preservar os atrativos turístico do município;
IX	Estimular a continuidade dos projetos turísticos já consolidados e com notório reconhecimento da comunidade.

Fonte: Corumbá (2012).

está em pequenos e médios projetos de desenvolvimento, com um valor médio de US\$ 30 milhões. Seu objetivo é enfocar a integração regional das áreas mais vulneráveis, principalmente nas regiões de fronteira com especial interesse nas desigualdades físicas, econômicas e sociais da região. Desde 2019, concede financiamento apenas para o setor público. Informações obtidas em: <https://www.fonplata.org>.

Com essa institucionalização, o setor passou a receber a atenção devida, que resultou na criação de um órgão específico para atender as demandas da atividade. Esse marco abriu o caminho para o desenvolvimento de outras iniciativas que subsidiaram para possibilidades da estruturação de planejamento turístico no território.

Quanto a oferta turística existente no território, a pesca esportiva é considerada a principal dentro do segmento de natureza, a que dá o movimento na cadeia turística de Corumbá. Porém, existem outros atrativos que somam e fortalecem o território como destino turístico, como: Museu Casa do Dr. Gabi - Espaço de Memória; Estrada Parque Pantanal; Forte Coimbra; Memorial do Homem Pantaneiro; Mirante Izulina Xavier, conforme descrito no Quadro 07:

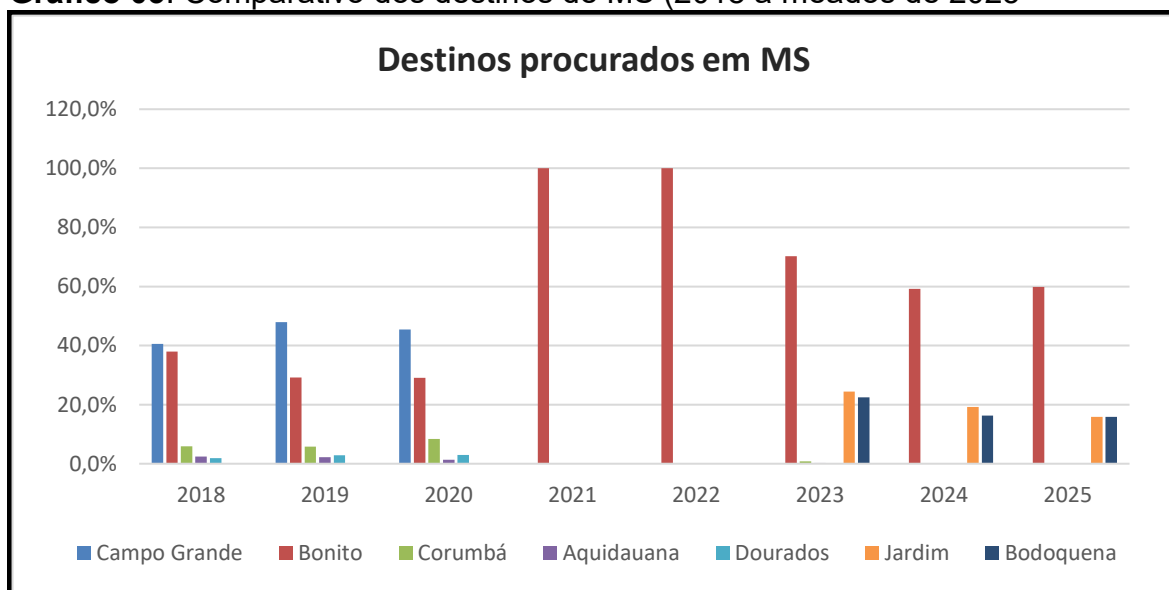
Quadro 07: Atrativos de Corumbá

Atrativo	Descrição
Museu Casa do Dr. Gabi - Espaço de Memória	Criado em 2016, sob a tutela da Fundação da Cultura de Corumbá. O espaço guarda um acervo muito rico e serve de base para contar um pouco da história mais recente da “Cidade Branca”, contado a partir das características arquitetônicas, das peças, obras de arte expostas e até mesmo, da própria história de vida do casal que construiu e morou na residência.
Estrada Parque Pantanal (EPP)	É uma Área de Especial Interesse Turístico (AEIT) criada pelo Governo do Estado de Mato Grosso do Sul em março de 1993. Fatores como sua importância ambiental, turística, histórica e cultural fazem da via um lugar único no Pantanal. Compreendendo pelo menos quatro sub-regiões (Paraguai, Miranda, Abobral e Nhecolândia), a EPP está dentro dos municípios de Corumbá e Ladário.
Forte Coimbra	Construção localizada às margens do Rio Paraguai, no distrito de Coimbra, aproximadamente 100 km de distância do município Corumbá/MS, em uma região privilegiada pela natureza, cercada pelas matas de candaras, paratudos e ipês. A edificação é tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional – IPHAN.
Memorial do Homem Pantaneiro	Programa permanente do Instituto Homem Pantaneiro (IHP), funciona como centro cultural, com reconhecimento de Ponto de Memória, promove a cultura rural pantaneira, seus costumes, tradições e jeito de ser em um trabalho alinhado à importância da conservação do Pantanal.
Mirante Izulina Xavier	Localizado no alto do Morro do Cruzeiro, o nome é uma homenagem a artista plástica Izulina Xavier. O trajeto ao mirante percorre-se as 14 estações da Via Sacra, com 72 estátuas feitas em cimento, que retratam a Paixão de Cristo desde a condenação por Pôncio Pilatos até a Morte na Cruz. No ponto mais alto está a imagem do Cristo Rei do Pantanal, abençoando toda a região com a imponência dos seus 12 metros de altura. Com visão privilegiada para contemplar o pôr do sol, a cidade, as curvas do rio Paraguai e a imensidão do Pantanal.

Fonte: Elaborado a partir do relatório de atividades do Mapa do Turismo (2025).

Na Plataforma Alumia⁹, que monitora o desempenho do turismo no estado de Mato Grosso do Sul, no painel correspondente a Atividades Turísticas que engloba informações nos menus: Contagem de fluxo de passageiros; Perfil do turista – série histórica; Perfil do turista atual; Visitação-Atrativos; Visitações Bonito-Serra da Bodoquena, Barcos-Hotel, nos períodos disponibilizados variado entre 2018 a 2025 (até o mês de agosto), informações referente ao município de Corumbá constam apenas nos menus “Contagem de fluxo de passageiros” e “Barcos-Hotel”. Quanto ao primeiro menu, os dados correspondentes a procura por destinos em Mato Grosso do Sul estão demonstrados no Gráfico 03:

Gráfico 03: Comparativo dos destinos de MS (2018 a meados de 2025)



Fonte: Elaborado pela autora a partir da Plataforma Alumia (2025).

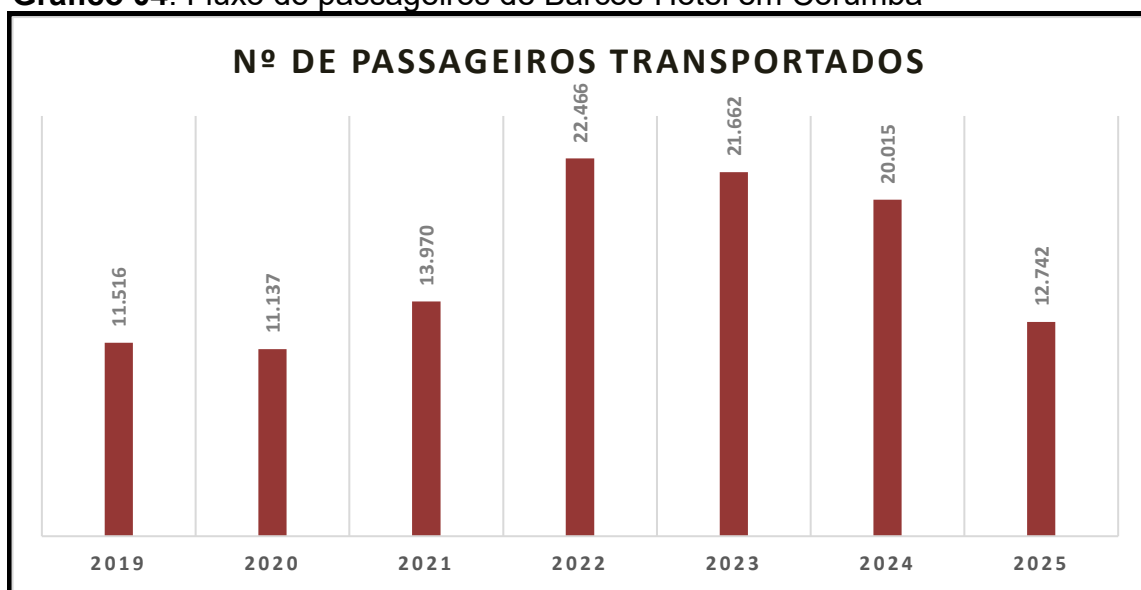
As informações constantes no Gráfico 03, se dá a partir da coleta realizada por meio de entrevista, sabendo que entre os períodos de 2018 a 2020, os locais de coletas foram aeroporto e rodoviária de Campo Grande, capital do estado de Mato Grosso do Sul, que serve como polo distribuidor de fluxo turístico. Dos anos de 2021 a 2025 (até o mês de agosto), o aeroporto de Bonito foi o único local de coleta, justificado em nota pela Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul -FUNDTUR, que tem o objetivo de estruturar a coleta de dados abrangendo outros destinos.

⁹ Plataforma de Inteligência Turística de Mato Grosso do Sul focada em Big Data, desenvolvida pela Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul em parceria com o Instituto de Pesquisa Fecomércio, com consultoria técnica da Sprint Dados. Atualmente é a ferramenta de inteligência de dados do Observatório do Turismo de Mato Grosso do Sul – Informação disponível em <https://alumia.tur.br/quem-somos/>.

Cabe destacar uma limitação importante desses números: não houve coleta de dados em pontos estratégicos, como os aeroportos e rodoviárias de Campo Grande e Corumbá. Essa ausência pode ter contribuído para o baixo percentual registrado para Corumbá, sugerindo aparentemente baixa na procura pelo turismo no Pantanal, com entrada por esse município. Porém, logo que abaixo, com os dados do menu seguinte, há informações complementares que oferecem um quadro mais consistente sobre a demanda turística no território.

O menu que apresenta dados relativos ao turismo de Corumbá, é de Barcos-Hotel, pois esse é importante, devido relação direta com a principal atividade turística ofertada no território, o qual é a pesca esportiva nas águas do rio Paraguai. O quantitativo do número de passageiros está demonstrado no Gráfico 04:

Gráfico 04: Fluxo de passageiros de Barcos-Hotel em Corumbá



Fonte: Elaborado a partir da Plataforma Alumia (2025).

Observa-se que do ano de 2019 a 2022, houve um crescimento expressivo de passageiros transportados nos barcos-hotéis, esse crescimento pode ter sido motivado pela pós Pandemia da Covid-19, o qual a busca pelo turismo de natureza se tornou atrativo, e o outro motivo pode ter sido pela exibição da novela Pantanal, no ano de 2022, pela emissora Globo.

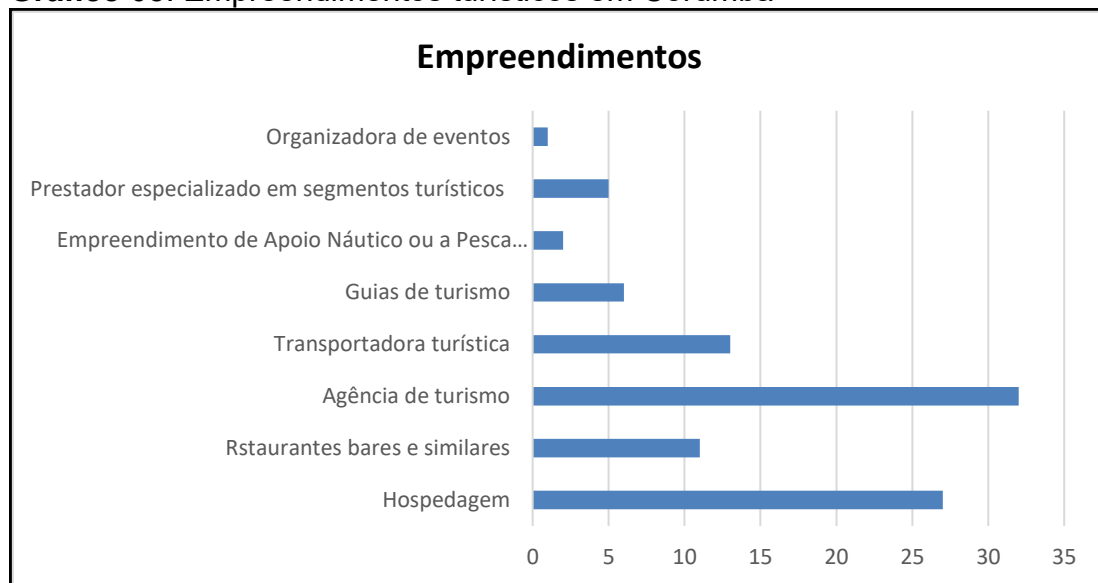
Complementar a informação de passageiros, tem-se uma síntese do levantamento de dados referente ao ano de 2023, que apresenta informação dos passageiros quanto ao gênero, polo emissor, gasto médio e permanência, que constam no Quadro 08:

Quadro 08: Demanda de barcos-hotéis

Gênero	Masculino (79,1%) Feminino (20,9%)
Polo emissor	1º: São Paulo (31,09%); 2º Paraná (21,18%); 3º Minas Geraí (14,39%) e em 4º Mato Grosso do Sul (9,49%).
Gasto médio (R\$)	6.600,00
Permanência média	5 (dias)

Fonte: Plataforma Alumia (2025).

Quanto ao Quadro 08, no perfil do turista, é clara a predominância do gênero masculino, contrastando com apenas 20% das mulheres. Esse percentual distante entre os gêneros pode ser entendido, que a cultura da pesca esportiva era uma atividade de entretenimento do gênero masculino. Sobre o polo emissor, o estado de São Paulo segue na frente. O interessante é que os três polos emissores fazem divisa com o estado de Mato Grosso do Sul, o que pode inferir que essa demanda se beneficia da facilidade logística. Na sequência da análise, torna-se pertinente observar como essa demanda se reflete na estrutura empresarial do setor, conforme apresentado no Gráfico 05:

Gráfico 05: Empreendimentos turísticos em Corumbá

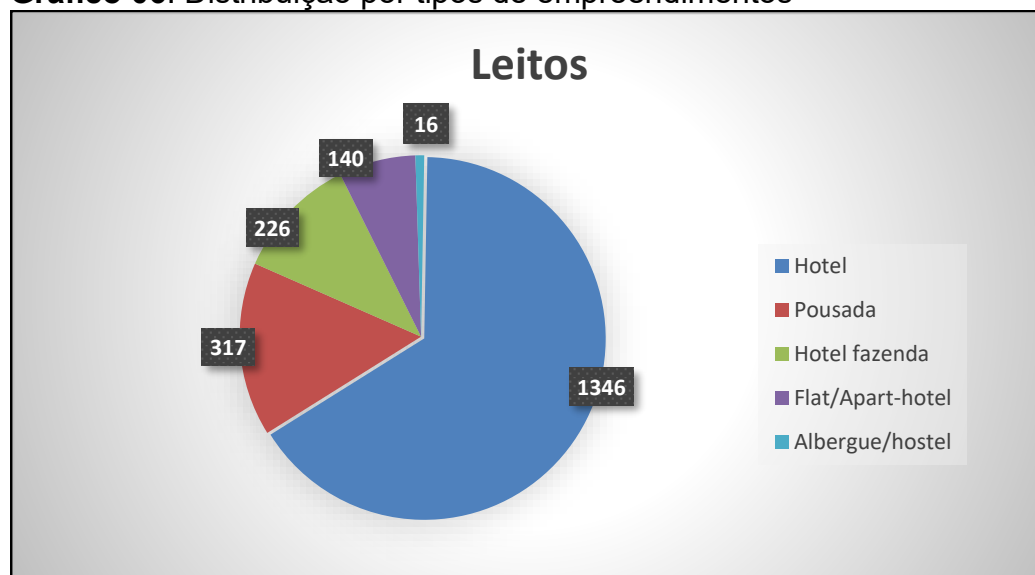
Fonte: Elaborado a partir da Plataforma Alumia (2025).

Conforme observado no Gráfico 05, o destaque para os empreendimentos está para “agência de turismo”, predominante no território, com uma quantidade aproximada de mais de 30. Seguido de “hospedagem” com mais de 25

empreendimentos, e mais de 10 empreendimentos identificados como “transportadoras turísticas”, seguido de “bares e restaurantes” também aproximado em mais de 10 empreendimentos.

A oferta de equipamentos de hospedagem no território compreende em diversos tipos, como: hotel, pousada, hotel-fazenda, flat/apart-hotel, albergue/hostel. Em termos de quantidade de leitos, a infraestrutura totaliza em 2.045, sendo distribuídos nos tipos apresentados, conforme o Gráfico 06:

Gráfico 06: Distribuição por tipos de empreendimentos



Fonte: Elaborado pela autora a partir da Plataforma Alumia (2025).

Conforme evidenciado no Gráfico 06, a infraestrutura de hospedagem é caracterizada pela predominância de “hotel” e “pousada”, as quais detêm a maior fatia da oferta de leitos, respectivamente **1346** e **317**. Essa concentração contrasta com a baixa participação de “albergue/hostel”, que registram o menor número de unidades no território, com apenas **16**.

De modo geral, os dados do setor do turismo em Corumbá, são encontrados tanto no relatório de atividades turísticas como componente de cadastro no Ministério do Turismo (Mtur) para o programa de identificação de destinos turísticos denominado Mapa do Turismo, bem como na Plataforma Alumia, da Fundação de Turismo do Estado de Mato Grosso do Sul. Assim, numa síntese correspondente a diversos tópicos extraídos do cadastro do Relatório de Atividades Turísticas do MTur, tem-se o Quadro 09 com as informações pertinentes e relevantes do turismo nesse território.

Quadro 09: Dados gerais do turismo de Corumbá

Item	Descrição
Região turística	Pantanal
Instância de Governança Regional	Sim, está ativa
Órgão municipal responsável pelo turismo	Fundação de Turismo do Pantanal
Conselho Municipal do Turismo	Conselho ativo
Plano Municipal do Turismo	Sim, criado pela Lei nº 2251, DE 11 de abril de 2012.
Atrativos turísticos	Maior fluxo: atrativos naturais Ações do produto: Mapas turísticos, mídias e redes sociais Calendário Nacional de Eventos no Ministério do Turismo: Nenhum evento do município consta Espaços para eventos e negócios: Auditórios, Centro de Convenções e Eventos, Hotéis Edificações tombadas: Total de 7 - Casario do Porto de Corumbá; Forte Coimbra; Forte Junqueira; Igreja Nossa Senhora da Candelária; Casa do Artesão; Praça da República e da Independência
Planejamento e Governança	Legislação relacionada ao Turismo: Lei Nº 2.251 DE 11 de abril de 2012 - cria o Sistema Municipal de Turismo; DECRETO Nº 1.111 de 26 de dezembro de 2013 - cria a Fundação de Turismo do Pantanal; Participação de governanças regionais e estaduais de turismo: IGR Pantanal Principais parcerias, rede de cooperação, intercâmbios etc: SEBRAE, SENAC, UFMS, IFMS, Instituto do Homem Pantaneiro - IHP, ACERT, FUNDTUR MS; Participa ou é contemplado em programas ou projetos com o MTur: Sim, CADASTUR, Programa de Regionalização do Turismo, Plano Nacional do Turismo; Fundo Municipal de Turismo: Sim. Plano Diretor Urbano que contemple o Setor de Turismo: Sim. Número da lei: Lei Complementar Nº 098 de 09 de outubro de 2006. Plano Municipal de Turismo e /ou Plano de Desenvolvimento Territorial do Turismo: Sim Ano: 2020 Programas, projetos e ações acerca da atividade turística: Programa de Sensibilização Turística, Projeto de Qualificação, Qualificação de Servidores Públicos Receita tributária das atividades turísticas no município: 0 Possui Inventário Turístico: Não
Sazonalidade, Oferta e Outros Serviços e Equipamentos de Apoio	Nº de hospedagem: 54 Nº de Leitos: 3500 Outros, descreva: Barco-hotel; Locação por temporada Meios de hospedagem mais utilizado pelo turista: Casa de amigos/parentes, Pousada, Hotel, Hostel, Outros Outros, descreva: Locação por temporada (Airbnb, Priceline, Travel City, Agoda); Barco-hotel Meio de hospedagem com cadastro no sistema CADASTUR: 25 Período de maior fluxo turístico: Fevereiro-Novembro Meio de comunicação utilizado para divulgação do destino: Internet, Indicação de parentes/amigos, Rede sociais Média do número de empregos gerados no setor de hospedagem: 65 (dados CAGED 2024) O Município possui cursos, programas e/ou ações de qualificação profissional para o turismo? Sim Quais? Programa de Sensibilização Turística, Cursos de Capacitação na área de alimentos e bebidas, Cursos de Capacitação Atendimento ao Público, Capacitação dos Agentes Públicos Já houve manifestação de interesse de investidores em empreender no setor de turismo no município? Sim. Quais? Investidores do setor de alimentos e bebidas, hospedagem, Agência de Turismo Possui guias e/ou condutores de turismo? Sim. Quantos? 6 O Município possui locadoras de imóveis, automóveis, embarcações e aeronaves para temporadas? Sim. Quantos? Imobiliárias, Locadoras de

	veículos (Localiza), Locação de barcos (Porto Marina Limoeiro, Marina do Gelson e outras). Agências bancárias o município: 6
Infraestrutura e Acessibilidade	O município possui abastecimento de água, serviços de esgoto, serviços de energia, serviços de coleta de lixo? Sim. Quais? Empresa de Abastecimento de Água e Esgoto - SANESUL; Empresa de Energia - ENERGISA; Coleta de resíduos sólidos e coleta seletiva - UNIPAV O município possui aeroporto? Sim - Aeroporto Internacional de Corumbá Quais os tipos de sistema de Transporte? Transporte rodoviário de passageiros: (Transporte rodoviário coletivo de passageiros, organização de excursões em veículos rodoviários próprios, Serviço de táxi e locação de automóveis) Qual a principal forma de acesso ao(s) destino(s) turístico(s)? Aeroporto, Rodovia O Município faz parte de alguma rota turística? Sim. Quais? Rota Pantanal - Bonito Existe linha regular de transporte turístico que interligue os principais atrativos? Sim. Quais? Rota para Estrada Parque Pantanal - BR 262; Rota Serra do Amolar - Hidrovia do rio Paraguai Quais sistema de segurança e equipamentos que proporcionam à população e ao turista as garantias básicas do cidadão? Hospitais e defesa civil, Marítima, aérea e de fronteiras, Corpo de bombeiros, Postos de saúde, Delegacias de Polícia Delegacia de proteção ao turista: Não Locais de embarque e desembarque sinalizados e com acesso em nível: Sim Existem espaços reservados para pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida? Sim O município dispõe de profissionais capacitados para o atendimento de pessoas com deficiência? (ex.: domínio da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS). Sim
Economia Local	Possui acesso ao crédito do Fundo Geral de Turismo - FUNGETUR? Sim. Qual? Acesso a crédito bancário Número total de empresas formais do setor do turismo existentes no município? 105 Qual a média do número de empregos gerados no Setor de Turismo? 694 (dados CAGED 2024) Há uma política de atração de investimentos privados para o setor? Não
Qual a arrecadação e a alíquota média aplicada do Imposto ISS nas atividades de turismo contidas no item 9 (Serviços relativos a hospedagem, turismo, viagens e congêneres) da referida lei, para os anos de 2021 e 2022. Valor de arrecadação do ISS nos dois últimos anos (R\$)	Primeiro Ano (R\$) R\$ 0,00 Segundo Ano (R\$) R\$ 0,00
Alíquota média do ISS nos dois últimos anos (%)	Primeiro Ano (%) 5.0 Segundo Ano (%) 5.0
Aspectos Ambientais e Naturais	Quais tipos de Patrimônio Natural? Reservas ecológicas, Unidade de Conservação Há unidades de conservação (federal, estadual e/ou municipal)? Sim Quais estão fechadas para o uso público? 0 Quais tipos de Patrimônio Cultural? Equipamentos: (Museus; Pinacotecas; Teatros; Anfiteatros), Histórico: (edificações tombadas com genuíno fluxo e interesse turístico e histórico).

Segmentos nos últimos dois anos	Negócios e eventos: 5 Turismo Cultural: 5 Ecoturismo: 5 Turismo de Aventura: 5 Outros: Pesca Esportiva - 04
Náutico	O Município possui: Lagos, Rios O Município possui águas termais? Não O Município possui estudo sobre a profundidade desses rios, lagos ou lagoa? Não No Município esses rios, lagos ou lagoas são navegáveis, que possui possibilidade de equipamentos aquáticos como (jet ski, lancha ou qualquer outra embarcação) para navegar neles? Sim Nome do rio: rio Paraguai, Paraguai Mirim O Município possui pontes sobre o(s) rio(s)? Sim. Nome da ponte e altura do nível da água do rio: Ponte Ferroviária Eurico Gaspar Dutra, Distrito de Porto Esperança, com 971.5 metros com 53.2 de altura. Ponte sobe o rio Paraguai, região de Porto Morrinho - 1.890 m de extensão, 22 m de altura. O Município possui marinas/garagens náuticas, guarda para barcos? Sim Quantidade, quais e localizações: 02 locais (Porto Marina Limoeiro, Rua Mato Grosso 1550 -18,998239, -57,631783 / Marina do Gelson, Rua Aquidauana 1, -18,998937, -57,628519) Essas estruturas possuem Alvará? Sim Possui Licença Ambiental vigente? Sim O Município possui empresas de comercialização de produtos ou serviços náuticos? (stand up, caiaque, surf, pesca, boias, mergulho). Sim O Município possui barcos para passeios turísticos? Sim Quantos: 17 O Município tem Lei que regulamenta a atividade náutica? Não O Município tem algum projeto náutico? Não Município possui Turismo de Pesca? Sim. Qual? Pesca Esportiva - Pesque e Solte O Município possui alguma atividade turística de mergulho? Sim Qual? Mergulho nas águas do Paraguai Mirim O Município possui alguma atividade turística de vela? Não

Fonte: Elaborado a partir do Relatório de atividades turísticas-MTur (2025).

O Relatório de Atividades Turísticas apresenta as informações consolidadas fundamentais do turismo de Corumbá, o que viabiliza o acesso ao conhecimento de sua estrutura de governança, atrativos turísticos, infraestrutura, entre outras já apresentadas no Quadro 09. A partir da descrição dos atrativos no município de Corumbá, que se constituem como produtos turísticos e dentro de uma engrenagem de funcionamento de mercado, é o que caracteriza o fenômeno do turismo como uma atividade de cunho socioeconômico e com sua importância dentro da base econômica do município.

Com essa constatação, avança-se para o arcabouço teórico no tocante aos mecanismos que são os pilares dessa dinâmica. O próximo capítulo apresenta a teoria de base econômica e o institucionalismo de Douglass North, que permitirá a discussão para compreender, a partir de pontos-chaves dessas teorias, a estruturação e o funcionamento do setor do turismo em território corumbaense.

3 BASE ECONÔMICA E O INSTITUCIONALISMO: DIFUSÃO COMO ELEMENTO CHAVE DA TEORIA DE DOUGLASS NORTH

Ao longo do tempo, surgiram teorias que buscaram analisar e explicar as condições de causa e efeito sobre o desempenho econômico das regiões. Dentre elas, destaca-se a Teoria da Base de Econômica, postulada por Douglass Cecil North em 1955, sendo o enfoque dado as atividades exportadoras como um expoente ao crescimento de uma região. Como precursor dessa teoria, o ponto de partida busca explicar a causa do crescimento de uma região a partir de sua base exportadora, ou seja, tem-se por ponto central, que uma região se desenvolve ao ter influência externa (regiões ou países) na demanda por seus produtos (bens e serviço) que consequentemente, gera por meio do efeito multiplicador desenvolvimento econômico (Piffer e Arend, 2008).

A teoria da base econômica explica as relações inter-regionais que envolvem o fluxo de mercadorias, de pessoas, de serviços e os impactos dos fluxos entre a região e o restante da economia global. A capacidade de gerar excedentes e colocá-los em mercados externos, estimula a entrada maciça de capital na região exportadora através da balança comercial. Assim, as atividades de base de uma região são responsáveis pelo seu crescimento e pelo seu desenvolvimento econômico, criando, ao longo do tempo, “a sua especialização ou multi-especializações, que corresponde atividades ou setor ligado ao comércio inter-regional” (Piffer, 2009, p.9).

Para entendimento do desenvolvimento econômico de uma região e sua relação com as demais regiões internas e externas, lança-se mão das teorias desenvolvidas por Douglass North sobre Base Econômica, partindo disso, e a. que este capítulo avança, perpassando pelas duas fases da produção intelectual do autor.

Na primeira fase, o estudo é direcionado ao pensamento da Teoria da base econômica (1955), que mostra de forma compreensível o crescimento de espaços menores a partir da localização das atividades produtivas, ou seja, recai sobre a localização das atividades produtivas. Já na segunda fase, o seu aporte de estudo versa sobre o Institucionalismo (1966), com destaque para o papel central das instituições no desenvolvimento de uma sociedade, o que entrelaça com a própria base econômica da região, visto que, instituições fortalecidas impulsionam o avanço para o desenvolvimento econômico (Piffer, 2009).

3.1 Crescimento e desenvolvimento econômico: um olhar a partir da teoria de base econômica

North (1955) desenvolveu a teoria da base econômica a partir dos seus estudos sobre o desenvolvimento de algumas regiões dos Estados Unidos. Em sua proposição, o autor evidenciou algumas inadequações sobre a teoria do crescimento econômico regional, especialmente a que pressupunha que o desenvolvimento ocorre em uma sequência de estágios. Essa sequência se dá primeiramente na fase de economia de subsistência, em consequências das melhorias advindas do transporte, a região passa para a fase seguinte de desenvolvimento do comércio e especialização local (North, 1955).

No entanto, North (1955), detectou que algumas das regiões norte americanas, se desenvolveram sem necessariamente se enquadrar no “protocolo” para o desenvolvimento, ou seja, não passaram pelo estágio de economia de subsistência conforme teorizações formuladas pelos autores da teoria da localização e crescimento regional. O autor cita como exemplo o caso do noroeste americano, que essa região não passou pela fase como já tinha os seus mercados localizados a milhares de distância, o que significa que o seu crescimento estava vinculado à exportação dos produtos de sua região. Produtos como o trigo e a madeira os principais demandados externamente (North, 1955; Duarte, 2022).

Nessa teoria, North (1955) de modo a explicar o crescimento regional, classificou as atividades produtivas de uma região numa dicotomia como básicas e as não básicas. O agrupamento das atividades se dá em distinção de sua natureza, sendo conceituadas como atividades básicas correspondentes às atividades exportadoras, enquanto, as agrupadas como não básicas são as que atendem a demanda interna. O crescimento dado pelas atividades exportadoras, se respalda na premissa do efeito multiplicador sobre as atividades concebidas como não básicas, os resultados da primeira, transbordariam sobre a segunda (Piffer e Arend, 2008; Silva *et al*, 2020).

No fluxo de influência das atividades básicas sobre as não básicas, destaca-se, que conforme se fortalece a divisão de trabalho nas atividades básicas, o efeito dinâmico sobre atividade não básica é inevitável, elas se entrelaçam formando uma relação de causa e efeito, a qual recebe os impactos positivos, ainda que numa atuação passiva, de modo indireto, mas dentro do processo crescimento econômico

da região (Piffer, 2009, Duarte, 2022).

Assim, pode entender que é a partir dos fluxos externo que a teoria da base econômica pode ser explicada. Porém, essa teoria tem sua amplitude em relação a teoria paralela a ela que é a base de exportação, já que engloba outros fatores que vão além da exportação, como por exemplo, o fluxo de renda (Piffer, 2009; Duarte, 2022). Assim, pode-se compreender que a teoria de base econômica traz a ideia de reverberação na base quando há crescimento exógeno da demanda.

Nesse sentido, a teoria da base econômica, o cerne dela é que os setores responsáveis que abastecem a demanda externa (exportação) é que são determinantes para o desenvolvimento do território. A ocorrência do efeito renda gerado pelo setor exportador, impacta na da base econômica e desenvolvimento regional. Esses efeitos podem influenciar diretamente, indiretamente com repercussões diretas, indiretas e até de forma induzidas sobre outras atividades econômicas do local, com o retorno da renda originada pelo setor exportador quando distribuída em forma de salário, é utilizada para aquisição de bens e serviços, o que promove o surgimento de novas atividades não básicas (Haddad, 1999; Montagnhan e Shikida, 2012).

Em outras palavras, o aumento da produção das atividades básicas, acompanhada da demanda externa, promove o efeito multiplicador na economia da região ao propiciar o surgimento de atividades não básicas, ou seja, a dinâmica externa atua como promotor na formação de novos ramos de atividades. Dado a continuidade, para North (1955) é a soma das atividades básicas (exportação) e não básicas (mercado interno) de uma região que determinam a definição da atividade total, sendo que a primeira (atividade básica) é expoente para o desenvolvimento da região, a partir do dinamismo que a cerca em demandas por seus produtos (bens e serviços). Porém, cabe destacar que esse impulso na economia do local é um substanciado no combinado com arranjos institucionais fortes e equilibrados (Piffer, 2009).

Na teoria da base econômica, ao examinar o papel da exportação numa economia regional, North (1955) destacou que a base de exportação desempenha um papel fundamental na determinação da renda absoluta e "*per capita*", principalmente no efeito indireto que ocasiona. Nisso, a questão apontada por North (1955) é em relação as regiões novas, que tem por atividades exportadora o setor primário, que ocorre de certa forma, por sua disponibilidade vis-à-vis os outros setores, ou seja, os

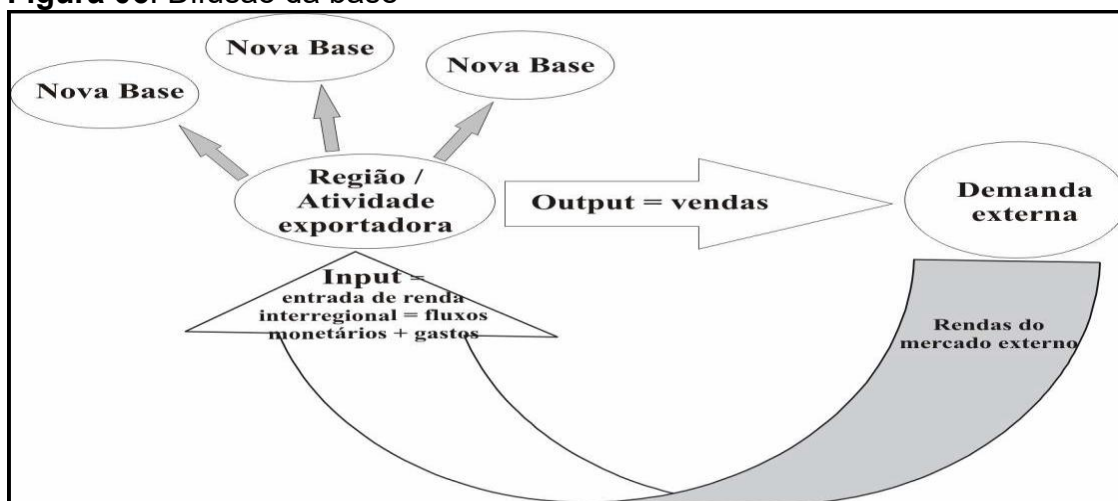
produtos primários têm uma vital importância na sensibilidade cíclica da região, é sentido através deles na economia local devido a transação do nível de renda oriundos de outras regiões se fazem sentir na economia (North, 1955; Silva *et al*, 2020).

Aqui cabe uma ressalva quanto a definição de produto primário, já que para North (1955), o sentido estrito do termo refere-se ao artigo principal produzido em uma região. Portanto, o conceito de produto de exportação abrange produtos do setor secundário e até o setor terciário. Dessa forma, esclarece a terminologia para utilização de “produtos de exportação” (ou serviços) e “base de exportação”, sendo a primeira designada para se referir aos itens individuais, e o segundo para se referir ao coletivo, os produtos de exportação de uma região” (North, 1955).

É com o fluxo de mercadorias pessoas e serviços que a base de exportação está assentada, enquanto, pode-se dizer que a base econômica relaciona o crescimento do local com a dinâmica externa. E com a teoria da base de exportação é permitido uma avaliação regional, pois instrumentaliza por meio do conceito de classificação das atividades, quais são as que deram origem ao desenvolvimento regional e quais são as que influenciam o dinamismo das atividades produtivas (Piffer e Arend, 2008).

Contudo, é essencial manter o dinamismo no setor exportador, a fim de que mantenha o efeito multiplicador para que viabilize a difusão à outras atividades e setores da economia, num processo contínuo de inovação e diversificação, com vista a expansão econômica (Santos *et al*, 2020). O processo de difusão da base a partir do dinamismo do setor exportador, pode ser visualizado na Figura 06:

Figura 06: Difusão da base



Fonte: Piffer (2009).

A leitura da Figura 06 pode ser feita como um esquema de como o crescimento adequado da atividade de base com seus canais de comercialização e distribuição resultam em uma expansão do mercado, implicando consequentemente nas exportações inter-regionais, resultado do estímulo a outros setores assim como entrada de capitais (fluxos monetários comerciais e/ou investimento no território). Pois quando entra o fluxo, há uma reação vigorosa em cadeia, já que o setor privado expande a atividade com ampliação de plantas ou novos projetos produtivos que geram novos empregos (Piffer, 2009).

A relevância da exportação como força motriz para o crescimento de uma região em virtude da difusão ao demais setores econômicos, apesar dos pontos positivos expostos e o dinamismo que provoca na economia da região, com a promoção do aumento da renda absoluta e *per capita*, e que age e impacta no bem-estar da população, contudo o setor não é suficiente para promover o desenvolvimento, ou seja, ser a única fonte de crescimento, mas sim, é apresentado como uma condição necessária para tal (North, 1955; Piffer e Arend, 2008; Montagnhan e Shikida, 2012).

A transferência de crescimento de um setor para outros derivou o conceito, desenvolvido por Hirschman (1961), denominado “encadeamento para trás” e de “encadeamento para frente”. Resumidamente, os efeitos podem ser diferenciados da seguinte maneira: o encadeamento para frente refere-se ao estímulo dado aos setores que utilizam como matéria-prima a produção da atividade econômica principal da região, enquanto o encadeamento para trás resulta do estímulo que essa atividade principal proporciona aos setores que produzem bens e serviços essenciais para seu funcionamento. (Hirschman, 1961; Piffer, 2009; Montagnhan e Shikida, 2012).

Piffer (2009) sistematiza que o encadeamento parte de um mecanismo indutor do crescimento, a partir de sua característica do investimento, que gera a capacidade para mais investimentos, chamando-o de efeito complementar. Assim, de forma clara, o referido autor exemplifica da seguinte forma:

O crescimento de uma unidade industrial provoca o crescimento das indústrias que 1º. Fornecem matérias-primas e insumos 2º. Demandam do seu produto e serviços”. Isso demonstra, que as indústrias e/ou empresas, tem um papel essencial, como propulsoras, indutoras e transformadoras no contexto regional e local. Esse processo impulsiona tanto os encadeamentos para trás (setor de insumos) quanto para frente (setor industrial, comércio e serviços), além de influenciar a demanda final, tanto interna quanto externa (Piffer, 2009, p. 18-19).

Certas condições são fundamentais para que a região possa se beneficiar dos efeitos multiplicadores da exploração de sua base econômica: o tamanho da população e a concentração e distribuição da renda pessoal e familiar. Quanto maior for a população e mais igualitária a distribuição de renda, maior será o mercado interno e a capacidade de reter a renda na compra de bens e serviços (Haddad 1999; Montagnhan e Shikida, 2012).

Para conceber que há o processo de desenvolvimento a partir da base de exportação, deve-se olhar qual é o estímulo e transbordamento a outros setores da economia na região. Esse estímulo deve provisionar a entrada de novos capitais como: fluxos monetários comerciais e novos investimentos. Em outras palavras, com a entrada de fluxos, há dinamização na economia por se caracterizar um efeito multiplicador, numa relação de consumo e investimento, conseqüentemente haverá expansão das atividades econômica relativas ao produto (bens e serviços) exportados, como por exemplo, ampliação da planta e novos projetos produtivos, (Piffer, 2009).

Compreender a base econômica de uma região desde a sua formação, é olhar para as raízes da especialização produtiva, essa afirmação tem-se o respaldo em Piffer (2009) que afirma que é por intermédio da base econômica que se determina também a especialização regional, “sendo pelo sucesso da estrutura produtiva que se verifica o quanto a região cresceu, tendo por base extensão do mercado interno e a região exportadora como receptora de renda de outras regiões” (Piffer, 2009, p.4).

Retomando para North (2018), o fortalecimento das atividades de exportação é o principal fator que impulsiona o crescimento de uma região e sua interação com o resto do mundo. Assim, agrega em sua afirmação, que para entender uma região, é essencial compreender suas relações com outros espaços regionais e os elementos e atores que regulam essas interações. Para Ferrera de Lima (2024) é nos fluxos comerciais inter-regionais que tem se voltado os interesses, os quais podem ser direcionados aos produtos e serviços, capital, força de trabalho e população, porém ressalta que o fluxo se dá mediante a especialização da região bem como a interlocução entre os agentes econômicos, mas é claro que diante de uma lógica de produção. O autor ainda dá ênfase que é a “especialização e o dinamismo da base econômica determinam o estágio de desenvolvimento ou subdesenvolvimento” (Ferrera de Lima, 2024, p.45).

A difusão da base para North (1990) envolve mudanças econômicas em vista a melhoria da economia no âmbito regional, que envolve o fator demográfico, no caso, expansão da população, que gera a criação de consumidor e mão de obra (North, 1990, Piffer, 2009). Já Ferrera de Lima (2024) aponta que North (2018) também analisa a base econômica regional, destacando o dinamismo das regiões não apenas sob a ótica dos fenômenos sociais, mas principalmente através de sua estrutura econômica e do papel das instituições no fortalecimento dessa base.

Desse modo, para sistematizar os apontamentos sobre base econômica e a sua importância para o desenvolvimento do território, a partir dos autores trazidos para essa discussão, estão evidenciados no Quadro 10 os fatores extraídos considerados essenciais para o fortalecimento da base econômica.

Quadro 10: Condições para fortalecimento da base econômica

Itens condicionantes	Descrição	Autores
Base De exportação	Crescimento vinculado a exportação dos produtos (atividades básicas) gera o efeito multiplicador sobre as atividades não básicas.	North (1955) Piffer e Arend, (2008); Silva <i>et al</i> , (2020)
Difusão da base	Manutenção do dinamismo do setor exportador para que promova uma difusão contínua de inovação e diversificação, resultando em expansão de mercado, exportações inter-regionais, entrada de capitais.	Santos <i>et al</i> , (2020); Piffer (2009)
Tamanho da população e Distribuição da renda	Quanto maior a população e mais equilibrada a distribuição de renda, maior a expansão do mercado interno e a capacidade de retenção da renda por meio do consumo de bens e serviços.	Haddad (1999) Montagnhan e Shikida (2012)
Especialização produtiva/ Interlocução com agentes econômicos	É o que permite a ocorrências dos fluxos comerciais	Ferrera de Lima (2024)
Papel das instituições	Regras do jogo aplicadas em arranjos institucionais fortes e equilibrados	North (2018) Piffer (2009) Ferrera de Lima (2024)

Fonte: Elaborado pela autora.

A partir da síntese exposta no Quadro 10 sobre o entendimento das condições para o fortalecimento da base econômica, torna evidente que para se manter o dinamismo na base, para além dos fatores de exportação e seus efeitos multiplicadores, há também papel das instituições na condução para redução das incertezas, com efeito direto nos custos de transação e de produção. Diante disso, o próximo tópico, remete à

segunda fase do pensamento de Douglass North concerninge as instituições, com aprofundamento dessa concepção, em vista de compreender o papel das instituições no desempenho da base econômica do território.

3. 2 O papel da instituição no desenvolvimento econômico

Juntamente de Ronald Coase e Oliver Williamson, Douglass North (1990), é um dos principais precursores da Nova Economia Institucional (NEI)¹⁰. Em suas pesquisas no campo da história econômica, enfatiza o papel importante das instituições no que tange o desenvolvimento das sociedades. Para North (2018), a compreensão das instituições de uma sociedade presente e futura, só é possível a partir da relação de aprendizado com passado, ou seja, o passado molda a escolhas de hoje e amanhã, “e o passado só pode se tornar inteligível como um caso de evolução institucional” (North, 2018, p. 9).

Thorstein Veblen (1857-1929) é considerado o precursor da escola institucionalista, tendo a sua obra intitulada “A Teoria da classe ociosa: Um Estudo Econômico das Instituições” (1899), um meio o qual trouxe uma forma dinâmica de fazer analogia da economia com a biologia, em especial à genes da evolução, acrescentou aspectos da conduta social humana, como hábitos, institutos e instituições em abordagem de análise econômica, de modo a explicar a evolução econômica repassada por geração. Como afirma Lopes (2013) os hábitos, originados de comportamentos repetitivos dos indivíduos em busca de alcançar certos objetivos, são moldados pelo contexto social em que estão inseridos e transmitidos culturalmente.

Quando esses hábitos se consolidam como padrões coletivos de comportamento, acabam influenciando e conformando as instituições políticas, econômicas e sociais. Assim, pode se pensar, que em sua essência as instituições são formas de pensar compartilhadas (Oliveira Junior, 2011; Simões, 2014). Ainda em consonância ao pensamento de Veblen (1899), Costa (2020), enfatiza que “a evolução da estrutura social ocorreria por meio de um processo de seleção adaptativa de instituições, que juntamente com as relações legais exerceriam forte

¹⁰ É um campo da ciência econômica que mostra o papel das instituições, tácitas ou formais, hard ou soft, na organização da produção. Esta vertente apresenta os custos de transação, e seus determinantes, como os fatores preponderantes da governança institucional (Mendes, 2019).

influência nas atividades econômicas” (Costa, 2020, p. 38).

O estudo de Douglass North sobre instituição surge a partir de um inconformismo com os pressupostos neoclássicos, especialmente a ideia de agentes perfeitos e mercados eficientes. Para ele, explicar o ser humano não é algo simples, que possa ser enquadrado numa regra de maximização de lucros, mas que na realidade há outras séries de fatores, que ignorados, implicam no desempenho das economias. North, numa racionalidade, entendia que existe mais variáveis que denotam em uma complexidade para a análise econômica e que por natureza, os mercados e os agentes políticos são imperfeitos, possuindo informações incompletas e custos diferentes de zero. A ideia de maximização não foi excluída por North, porém, só foi alterada (Passanezi, 2003).

É acrescentado ainda por Passanezi (2003,pág. 78) que North “mantém a premissa de que o indivíduo orienta suas ações pela busca da maximização da utilidade”. Considerando que bens e serviços tem o valor de troca, pode-se entender que as ideias, ideologias e preferências soam como expressões simbólicas de valor, que vão desenhando e influenciando as preferências individuais. Nesse ponto que North chama atenção para considerar fatores motivacionais que dão norte as tomadas de decisões e que por consequência tem efeito na formação e transformações das instituições na análise do desempenho e do desenvolvimento econômico (Passanezi, 2003).

Passanezi (2003) destaca outro ponto da teoria de North, relacionado ao indivíduo, o qual esse tem dificuldade de compreender o ambiente que o cerca, designando essa dificuldade a própria evolução da sociedade (passando de troca para complexa transações). Essa complexidade gera uma limitação de percepção do ambiente, o qual North define como “limitação cognitiva”, que junto com a incerteza exercem influência no desempenho econômico e evolução social. E mediante a isso, para reduzir essa racionalidade limitada, há uma construção e utilização de modelos mentais (ou crenças/ideologias) pelos indivíduos, que os leva a simplificar o ambiente e direcionar para tomada de decisões. E nessa concepção de estruturas mentais, emerge a instituição (regras formais e informais) como forma de reduzir a incerteza com as “restrições humanas” segundo Passanezi (2003).

Diante da definição de “limitação cognitiva” Passanezi (2003) faz uma avaliação crítica quanto a isso, pois argumenta que os indivíduos vivenciam a todo momento o “novo”, e nessas situações são confrontados a agirem com estratégias

novas para cada ação, então, é impossível reter e organizar informações suficientes para tomadas de decisão definitiva, já que a ação humana é consciente para busca de um determinado fim. Logo, no ponto de vista da autora, a implicação da definição colocada por North, é que a racionalidade pressupõe o julgamento de um ser onisciente.

Mas é inegável a importância do envolvimento dos indivíduos para que as instituições sejam de fato efetiva no cumprimento de seu objetivo, o qual é a ocorrência das transações, e claro que, juntamente com as estruturas de governanças das organizações. No entanto, que um sistema econômico eficiente ou não, é o reflexo do comportamento, relação e arranjo institucional (Strassburg, Oliveira e Rocha Jr., 2019; Rocha Jr. 2001,).

As instituições para Douglass North têm um papel tão importante no crescimento econômico, a ponto de ditar a sua dinâmica e o seu ritmo. E para compreender essas mudanças numa trajetória temporal, se torna fundamental olhar como o ser humano desenvolve as formas de cooperação, competição e os dispositivos de regras dentro de uma organização. Dada essa importância às instituições dentro da dinâmica econômica, North avança com mais densidade no desenvolvimento da teoria das instituições (Costa, 2020).

É nas instituições e organizações construídas pelas sociedades que North encontra resposta a questão central de sua pesquisa sobre a prosperidade de uma nação em detrimento da pobreza e miséria de outras. A partir dessa perspectiva, North avançou na formulação dos principais conceitos de sua teoria: instituições, organizações, matriz institucional dependência de trajetória (*path dependence*) e ruptura institucional (Costa, 2020). Esses conceitos estão descritos no Quadro 11:

Quadro 11: Conceitos de Douglass North

Instituições	Apresentadas como sendo as “regras do jogo” (normas) socialmente construídas, gozando de aceitação geral pelos membros de um grupo social, que impõem restrições formais e/ou informais e que moldam o processo de interação entre os agentes, ao mesmo tempo em que estruturam incentivos na troca humana, sejam este de ordem política, social ou econômica. Principal papel na sociedade: reduzir incertezas Afeta o desempenho da economia mediante seu efeito sobre os custos de transação e de produção.
Organizações	Trata-se de grupos de indivíduos vinculados por algum propósito comum em busca da consecução de determinados objetivos. Abrange órgãos políticos, econômicos, sociais e educacionais. Importante agente da mudança institucional.
Matriz institucional	Consiste em uma rede interdependente de instituições e organizações políticas e econômicas. A sua existência é fundamentada pelas organizações e determina quais tipos de organizações virão a existir.

Dependência de trajetória (<i>Path dependence</i>)	Influência do passado sobre o presente e deste sobre o futuro, possibilitando a compreensão das diferenças de desenvolvimento entre países e regiões, decorrentes de processos de auto reforço de suas trajetórias históricas.
Ruptura institucional	Ocorridas por meio das mudanças institucionais, comandado por mudanças nos modelos de comportamentos e hábitos (modelos mentais) dos indivíduos.

Fonte: Elaborado a partir de North (2018), Costa (2020) e Piaia (2013).

No Quadro 11, a distinção entre instituição e organização é evidente, sendo que a primeira pode ser entendida como “regra do jogo” com suas convenções, códigos de conduta, normas de comportamento e as regras formais que conduzem a sociedade, enquanto a organização, como o elemento compreendido como “jogadores”.

Para North, a teoria das instituições está sedimentada na combinação entre a teoria do comportamento humano com a teoria dos custos de transação, a partir disso, há compreensão da existência das instituições e qual a finalidade desse jogo no funcionamento de uma sociedade. O desempenho da economia é afetado pelas instituições mediante ao efeito exercido sobre os custos de transação e de produção (Piaia, 2013).

Em suma, as oportunidades em uma sociedade, são oriundas da conexão das instituições com a teoria econômica com base em suas limitações-padrão. E quem surge para tirar vantagem dessas oportunidades são as organizações, que vão alterando as instituições conforme evoluem (Piaia, 2013). As instituições em conjunto com a tecnologia empregada ajudam a reduzir os custos associados as transações (negociações e contratos) e transformação (produção e distribuição de bens), e pode ir além, em facilitar o acesso às informações pertinentes da atividade humana.

Outro aspecto fundamental das instituições é a redução de incerteza ao se ter regras claras. Contudo, as instituições não funcionam de forma ideal para toda sociedade, as estruturas institucionais podem ser moldadas por interesses específicos ou por contextos históricos, levando a diferentes níveis de eficiência econômica entre sociedades. Por causa das variações nas instituições, o que pode ser eficaz em uma sociedade pode não funcionar em outra (Costa, 2020). Tendo por base a dinâmica institucional, se tem a possibilidade de fazer a análise do desempenho econômico de uma sociedade, já que as instituições exercem um papel fundamental dentro do desenvolvimento da economia (Gala, 2003; Piaia, 2013).

Para North, o desafio econômico não reside no progresso tecnológico ou na acumulação de capital, mas nas regras ou arranjos institucionais que incentivam ou

restringem tais atividades. Em outras palavras, as causas do crescimento econômico são resultado de uma matriz institucional específica. Sobre a importância das instituições, North é enfático que elas realmente importam, dado que as mudanças institucionais desempenham um papel fundamental que sobrepõe as mudanças tecnológica, e que essas mudanças geram grau de importância para o desenvolvimento de uma sociedade (Piaia, 2013).

Nessa linha, Gala (2003) reforça que uma matriz que estimula o acúmulo de capital físico e humano possibilita atingir o crescimento e aproveita para enfatizar que entre os países ricos e pobres, a diferença situa-se nas matrizes institucionais e destaca que o problema não é necessariamente a falta de acesso à tecnologia. No entanto, que pesa pela falta de regras, leis costumes direcionados ao estímulo de atividades economicamente produtivas que justamente põe uma sociedade em estado de pobreza.

Não há neutralidade nas instituições e por meio dela pode-se obter explicações sobre trajetórias específicas. Dessa forma, na lógica de mercado há influência, em certo grau, da estrutura política e institucional nas diretrizes para o crescimento, pois é pelas instituições que se preconizam os incentivos de uma economia. É a partir da estrutura subsidiada pelas instituições, em sua evolução, moldará a trajetória econômica que resultará em um dos três pilares: crescimento, estagnação ou declínio (Conceição, 2003; North, 2018).

Em um ponto diferenciado de Douglas North, credita que a partir da mudança institucional ocorre o processo de transformação no desenvolvimento, sob outra perspectiva, os autores Acemoglu e Robinson (2008) afirmam que é impossível imputar unicamente as mudanças institucionais de ordem econômica como transformadoras nas dinâmicas de desenvolvimento de um país, mas que além disso, as disputas em torno do poder político também ecoam como outro fator de influência na trajetória de desenvolvimento. Os autores ainda destacam que as mudanças devem ser feitas em instituições políticas, o que afeta também o eixo de análise, deslocando para um olhar nas disputas ocorridas no campo político de uma sociedade.

Continuando, Acemoglu e Robinson (2008), concluíram em seus estudos que há dois fatores determinados na trajetória de formação instituições, sendo o primeiro exógenos e o segundo endógeno. O primeiro fator correspondente a forma de colonização de um país - característica favorável, estabeleceu-se instituições mais estáveis, equilibradas com foco para desenvolvimento, o contrário, instituições frágeis

inclinadas para serem exploradas e exportadora de recursos naturais, é perceptível em países características de alta densidade populacional, taxas de mortalidade por doenças (malária e febre amarela), marcados por exploração.

O segundo fator está diretamente vinculado às instituições econômicas e resulta das escolhas coletivas de uma sociedade. No entanto, essas escolhas não são uniformes, o que gera conflitos de interesse entre diferentes grupos na definição das instituições econômicas. Assim, Acemoglu e Robinson (2008), retomam que é a disputa no campo político que são determinadas as instituições econômicas.

Complementar a isso, Simões (2014) aponta que as instituições políticas desempenham um papel crucial na compreensão da formação das instituições econômicas e, conseqüentemente, no desenvolvimento econômico dos países. São as diferenças na formação das instituições políticas juntamente com a disputa pelo poder dentro de uma sociedade os fundamentos essenciais para compreender a desigualdade existente no desenvolvimento econômico das nações. Isso significa, devido aos diferentes arranjos políticos resultantes da luta pelo poder no território, até países com instituições econômicas semelhantes podem seguir trajetórias de desenvolvimento distintas.

3.3 Considerações da seção

A teoria de Base econômica (1ª fase) e a abordagem da Instituição (2ª fase) do estudo de Douglass North) se justifica neste trabalho para análise do setor do turismo, que constitui o objeto deste estudo, no território de Corumbá-MS. A utilização de recursos naturais e com condições favoráveis de uso, dá ao setor do turismo uma característica de atividade exportadora, que segundo Ablas (1991) o processo de desenvolvimento é identificado quando há atividade exportadora na base regional, e, normalmente essas atividades correspondem aos recursos naturais (clima, qualidade do solo, riqueza de subsolo, etc.). O autor também enfatiza que, as atividades produtivas podem ser tanto no primeiro, como segundo ou terceiro setor, e que a produção do terceiro setor é identificado em regiões que possuem características turísticas.

É nesse ponto que se fundamenta a adequação da teoria de Douglass North para estudo do turismo em Corumbá, pois ela permite, compreender não apenas o comportamento econômico do setor, mas também como esse comportamento é

moldado pela instituição, ou seja, o comportamento da atividade do turismo na economia do território corumbaense, da dinâmica da racionalidade econômica a regras dessa dinâmica. Contudo, o ponto de partida se dará por meio da identificação do turismo como atividade de base econômica do município.

Para isso, foi construído um roteiro com dimensões avaliativas, elaborado pela autora desta tese, com base nos fundamentos teóricos apresentados neste capítulo. O roteiro integra elementos importantes das duas fases do pensamento de Douglass North, sendo a 1ª fase (Base econômica) e a 2ª fase (Instituição), que servirão de esteio comparativo, se há alinhamento entre a teoria e a prática no território, ou seja, se o turismo desempenha de fato o papel de atividade básica e se as instituições reguladoras favorecem ou limitam seu desempenho. O conjunto de elementos que compõem checklist está exposto no Quadro 12.

Quadro 12: *Cheklis*t das teorias Base econômica e Instituição para o setor do turismo

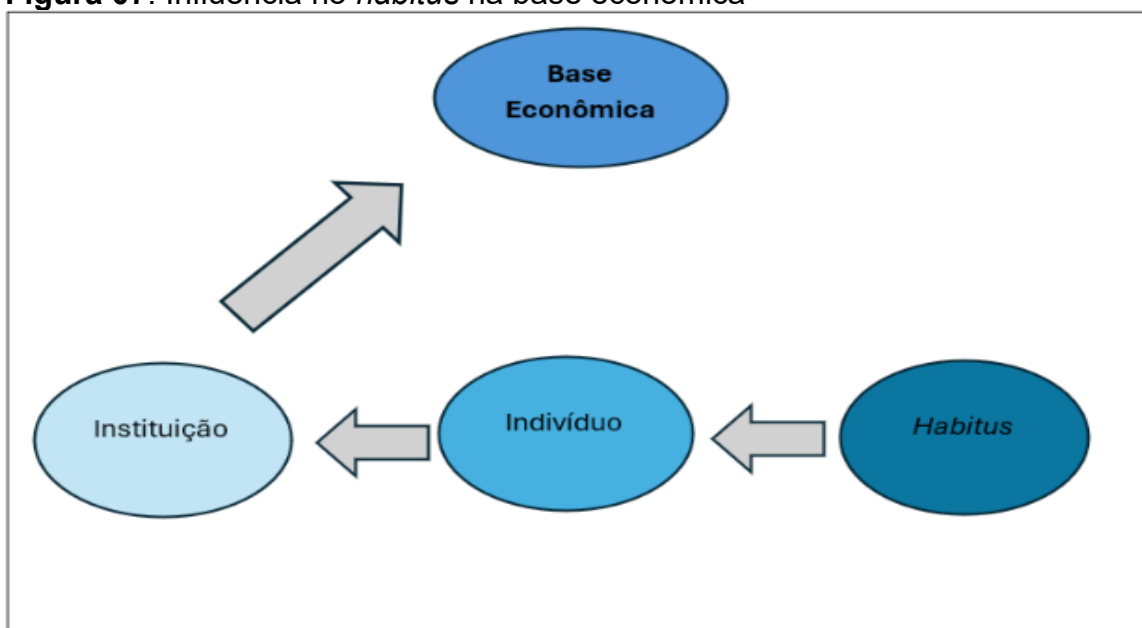
TEORIA	REQUISITO	AUTORES
Base Econômica	O território é especializado no turismo?	North (1955)
	Há fluxo de mercadorias, pessoas e serviços, ou seja, a atividade é exportadora que promove a entrada de novos capitais como fluxos monetários, comerciais e novos investimentos, gerando o efeito multiplicador na economia do território ao propiciar o surgimento de atividades não básicas (difusão)?	Piffer e Arend (2008); Piffer (2009)
	Promove crescimento e/ou desenvolvimento econômico pelo seu dinamismo com geração de renda e emprego a ponto de impactar o desenvolvimento do território?	Haddad (1999); Montagnhan e Shikida (2012)
Instituição	Há entendimento sobre o quanto a qualidade das instituições (regra do jogo) afetam o desempenho econômico de um território?	North (2018); Piaia (2013)
	Quais instituições formais estruturam o turismo no território (leis, conselhos, sistemas, fundos, órgãos gestores)	North (2018)

	Quais normas, práticas, valores, costumes ou padrões de comportamento informais que orientam a atividade turística no território?	North (2018)
	Como se dá a governança do turismo no território, considerando a articulação entre poder público, setor privado e sociedade civil?	Strassburg, Oliveira e Rocha Jr. (2019) Rocha Jr. (2001)
	Que organizações são envolvidas direta e indiretamente na atividade turística?	Strassburg, Oliveira e Rocha Jr. (2019) Rocha Jr. (2001)
	Há compreensão da dependência da trajetória (<i>path dependence</i>) sobre o formato atual da atividade?	North (2018) Costa (2020) Piaia (2013)
	E como se dá a atuação da Matriz Institucional (Instituições x Organizações) no papel de direcionar os incentivos, redução de incertezas e desenvolvimento da base, ou seja, é fortalecida que permite resultado econômico satisfatório?	Piaia (2013)

Fonte: Elaborado pela autora.

Essas questões apontadas no Quadro 12 são essenciais compreender o desempenho no aspecto econômico e institucional do setor do turismo no território. Conforme discutido no capítulo, a base econômica tem a sua regra (instituição) que impacta no jogo e no jogador. Entretanto, como argumenta North, a instituição é formada e acontece pelo indivíduo, ou seja, é o indivíduo que faz a firma acontecer. Contudo, o indivíduo tem o seu *habitus*, o qual exerce influência direta na dinâmica institucional, conforme apresentado na Figura 07:

Figura 07: Influência no *habitus* na base econômica



Fonte: Elaborado pela autora.

Como a Figura 07 apresenta uma dinâmica ao evidenciar a retroalimentação entre base econômica, instituição, indivíduo e *habitus*, essa perspectiva leva ao ponto de transição entre a análise de cunho econômico e institucional e a análise do aspecto sociológico. Como as instituições dependem dos indivíduos, como suas crenças mentais que derivam de estruturas internalizadas de percepção e ação, convém avançar para uma compreensão a partir da teoria de Pierre Bourdieu sobre o *habitus*, campo e capital, elementos de obra “O Poder Simbólico”.

Dessa forma, o próximo capítulo apresenta as contribuições da praxiologia social de Bourdieu envolto dos conceitos de *habitus*, campo e capital, complementados por outros autores. Essa abordagem permitirá ampliar a compreensão sobre os mecanismos simbólicos e relacionais que condicionam o funcionamento do setor turístico no território corumbaense.

4. PODER SIMBÓLICO: A PRAXEOLOGIA SOCIAL BOURDIESIANA EM UM TERRITÓRIO

Em sentido geral, este capítulo evidentemente não tem a pretensão de esmiuçar as obras e a vida de Pierre Bourdieu, ou seja, não abarca toda a sua reflexão complexa e a importante contribuição dada a sociologia prática, bem como não faz um recorte radical periodizado de suas obras, mas versa especialmente e especificamente sobre a sua obra “O Poder Simbólico”, que traz a luz para análise dos elementos: *habitus*, campo e capital.

A ideia de traçar um panorama dessa obra fundamentada no *habitus*, campo e capital, é buscar uma nova ótica para analisar o fenômeno do turismo em sua versão socioeconômica. Assim, a obra “O Poder Simbólico” juntamente com outros trabalhos frutos de pesquisa orientada para análise dessa obra, oferecem a base adequada de sustentação teórica para a nova perspectiva de análise, de modo que permitirá compreender e, posteriormente, realizar inferência que implicará numa análise relacional com o fenômeno do turismo na base econômica do território analisado, ou seja, o *habitus* dessa base.

4.1 Aspectos gerais do poder simbólico

A abordagem de Bourdieu (2010) traz em seu bojo a teoria praxeológica social, a qual tem por finalidade fazer a relação dialética entre o agente e a estrutura social. As premissas da praxeologia social de Bourdieu versam sobre um gama de autores, porém, a sua teoria inovadora e consistente tem maior enfoque e sustentação substanciados nas obras de Émile Durkheim, Max Weber e Karl Marx (Bourdieu, 2010).

Contudo, os pressupostos desses autores, como por exemplo, a ênfase estruturalista dada por Karl Marx em sua obra “O capital”, assim como o subjetivismo da fenomenologia e do existencialismos, foram o motivo da insatisfação de Bourdieu para avançar na frente da dialética do agente e estrutura social, e parte disso, tem-se o valor contributivo para o pensamento da economia e sociologia econômica, sustentado por Bourdieu um novo desenho para a sociologia social embasado no lema “apreender a prática como tal” (Prasad, 2005; Lourenço, 2018; Bourdieu, 2009, p.56).

Ao internalizar o princípio tanto da estrutura social (regras, normas e relações sociais em uma sociedade) e quanto o agente (os indivíduos que agem dentro dessa

estrutura), a perspectiva relacional de Bourdieu se diferencia claramente das abordagens marxista e weberiana de classe, que ressurgiram nos anos 1970. Enquanto o marxismo vê o agente como um simples "ocupante" de uma posição na estrutura social que o considerava predeterminada, o enfoque weberiano entende a estrutura como o resultado da agregação dinâmica de ações individuais voltadas para a exclusão (fechamento) e a apropriação de recursos (usurpação), ("fechamento") e tomar controle ("usurpação") de recursos ou oportunidades (Wacquant, 2013).

Tendo esse pressuposto, Bourdieu gera uma complexa teoria de cunho social, com expressividade aos mecanismos da dominação e reprodução social. A partir disso, os estudos versados na descrição da sociedade moderna, tem seus fundamentos enraizados na ideia de "campo", "capital", "*habitus*" e por meio desses eixos, discorre sobre a distinção estrutural nos mais variados campos sociais, compreendidos também como espaço social, que constituem uma sociedade (Villas Bôas Filho, 2022).

A articulação da teoria de Bourdieu perpassa por duas dimensões definidas como "estruturalismo construtivista" ou "construtivismo estruturalista". Quanto ao estruturalismo, Bourdieu parte da adoção da ideia da relação da existência no mundo, ou seja, das estruturas objetivas do mundo social. Sendo estas estruturas reais, que existem independente da consciência ou vontade do indivíduo. Já a dimensão construtivista o enfoque se encontra na gênese social. Nesse argumento é exposto que as percepções, ações, pensamentos dos indivíduos são construídos socialmente, ou seja, constituído do *habitus*. É claro que para Bourdieu, além do *habitus*, o autor reconhece a existência de estruturas sociais maiores, como campos, grupos e classes sociais (Bourdieu, 2010; Villas Bôas Filho, 2022).

Complementando a ideia acima, para Robbins (2002) e Thiry-Cherques (2006), o estruturalismo adotado por Bourdieu serve mais como método do que propriamente um cunho teórico de explanação, pois esse construtivismo é de uma concepção fenomenológica, que busca uma estrutura historizada imposta na interação entre agentes (indivíduos e grupos) e as instituições.

Ao explicitar a transição de uma sociedade tradicional e moderna, Bourdieu (1994) faz uma análise da diferença existentes entre elas, principalmente no que corresponde a substituição do capital simbólico, sendo que na primeira, é estabelecido na lógica de honra e capital econômico. Em outras palavras, nessa transição, há

mudança na forma de dominação social, de como é exercida e legitimada, passando de um capital simbólico difuso, baseado numa cultura compartilhada, passando para um capital simbólico objetificado, codificado, delegado e garantido pelo Estado, esse seria o processo de transição de uma sociedade conforme Bourdieu (1994) e Villas Bôas Filho (2022).

Complementar a isso, para Bourdieu (1994) as sociedades modernas têm-se o capital simbólico concentrado no Estado, o qual detém poder de nomeação, como uma espécie de “banco do capital simbólico”. Essa nomeação está representada em atos ou discursos oficiais que são simbolicamente utilizados por personagens “oficiais”, que agem *ex officio*, na qualidade de detentores de um *officium (publicum)* designado pelo Estado. Nesse sentido, o Estado concentra os mais variados tipos de capital, espécie de “metacapital”, o habilitando ao exercício de poder sobre os demais capitais de seus detentores. Outra definição dada por Bourdieu em relação ao Estado é o de “fiduciário organizado” e também como “metacampo” (Bourdieu, 1994, 2012; Villas Bôas Filho, 2022).

Os termos designados por Bourdieu ao Estado, se embasam no papel de centralidade exercido por ele mesmo nos campos sociais, devido a concentração que detém nos capitais econômico, político, internacional, jurídico, entre outros. Por isso Bourdieu trata o Estado como produtor de “princípios de classificação”¹¹, capaz de criar a “estrutura estruturante”, e por isso, existe como instituição. Quanto a instituição, o autor esclarece que a definição é mais limitada a sua área sociológica, no entanto, que em seus estudos, faz a distinção de “instituição” e “campo”. Em relação ao campo destaca que nem tudo é instituído nele e que há diferentes graus de institucionalização (Bourdieu, 2012; Villas Bôas Filho, 2022).

Retomando o termo “fiduciário organizado” já apontado em parágrafo anterior, Bourdieu o designa ao Estado por entender que a caracterização das instituições se dá pelo automatismo do processo e elas existem de duas formas: realidade (registro civil, Códigos, formulários burocráticos) e nos cérebros das pessoas, e só funcionaria no alinhamento entre “estruturas objetivas” e as “estruturas subjetivas” (Bourdieu, 2012; Villas Bôas Filho, 2022).

Ainda, para Bourdieu (2007) o estofo da realidade social tem a sustentação

¹¹ Esse princípio de classificação se origina do estudo de Durkheim, mas para Bourdieu (2010) as formas de classificação deixam de ser universais (transcendentais) e tomam formas sociais, arbitrárias (relativa a um grupo particular)

nas relações correspondente a redes de laços materiais e simbólicos, que servem de objeto para análise social. As duas formas de relações estão classificadas do seguinte modo: o primeiro relacionado ao conjunto de posições objetivas (instituições ou “campos”) que determinam a percepção e ação, a segunda faz referência ao indivíduo com suas percepções e apreciações, compondo o *habitus*. Com isso, pode e deve superar a oposição entre o objetivismo e subjetivismo, mediante adoção do relacionismo metodológico, a fim de aprender a dialética das estruturas sociais e cognitivas da história (Bourdieu, 2007; Wacquant, 2013).

Raud (2007) adiciona em sua exposição, que Bourdieu em sua sociologia econômica, leva em consideração três dimensões: a histórica, social e política. Com isso reconstrói o início dos dispositivos econômicos em relação ao agente econômico, pois para ele, o que a economia considera como puro dado (oferta, demanda, mercado) é na realidade um construto social, em que se está embasado na história, o que rompe com o estruturalismo e introduz novos conceitos como campo e *habitus* a esse novo campo de pesquisa econômica.

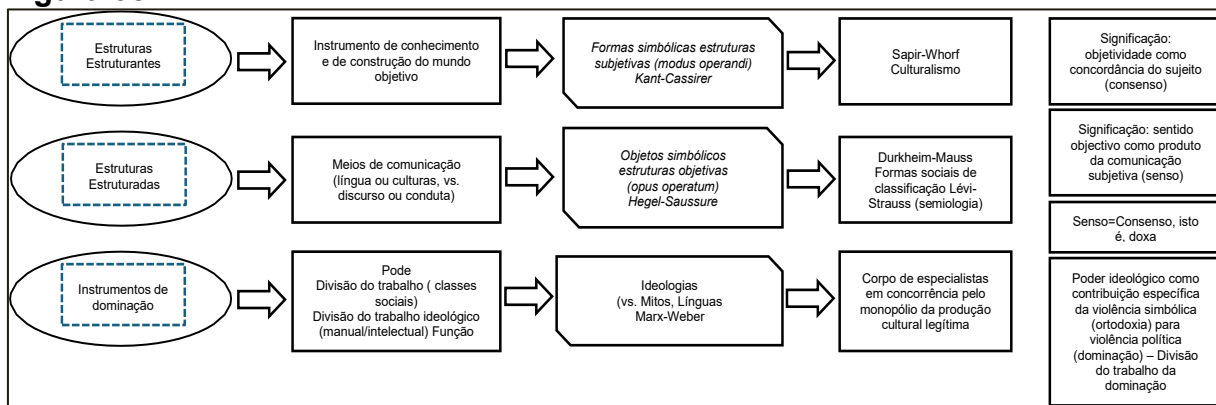
No entanto, o Poder Simbólico para Bourdieu (2010) é algo que não deve ser ignorado, em um campo onde o poder está presente, é essencial identificá-lo, principalmente onde ele se deixa ver menos. O Poder simbólico um poder invisível, que só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem reconhecer que estão submetidos a ele, ou mesmo que o exerce. Os seus sistemas simbólicos são a arte, religião, língua, que servem como estrutura estruturantes e que também, são passíveis de uma análise estrutural em diferentes universos simbólicos como instrumentos de conhecimento (mito, língua, arte e ciência) (Bourdieu, 2010, p.8).

A análise estrutural é um método que busca compreender a lógica específica de cada forma simbólica, conectando-se à ambição neo-kantiana (*modus operandi*) de entender a produção da consciência. Diferentemente, a tradução estruturalista, baseada na teoria de Saussure, enfoca as estruturas objetivas (*opus operatum*) da linguagem. Aqui, a língua, como um sistema estruturado, oferece a inteligibilidade das palavras, explicando a relação constante entre som e sentido (Bourdieu, 2010).

O sistema simbólico, como instrumento de conhecimento e comunicação, exerce um poder estruturante porque ele próprio é estruturado. No entanto, “o poder simbólico não reside nos sistemas em si, mas na relação entre aqueles que exercem o poder e os que estão sujeitos a ele, fundamentada na estrutura do campo onde se cria e reforça a crença na legitimidade das palavras e de quem as pronunciam”

(Bourdieu, 2010, p.15). O autor ainda reforça que esse poder é uma forma transformada, disfarçada e legitimada de outras formas de poder. Na Figura 08, estão apresentados os instrumentos simbólicos postos por Bourdieu (2010).

Figura 08: Instrumentos simbólicos



Fonte: Elaborado com base em Bourdieu (2010).

Para Bourdieu (2010), as produções simbólicas são colocadas como instrumentos de denominação, haja vista que tem relação com os interesses da classe dominante. A ideologia partindo como um desses instrumentos, numa ação coletiva e apropriada, servindo de instrumento de interesses particulares, porém, que se apresenta como interesses universais. Dessa forma, as ideologias, como condução social da sua produção e circulação, podem ser representadas na concorrência pelo monopólio da competência (religiosa, artística, etc.).

É por meio de uma cultura dominante que há a contribuição da classe dominante, sendo essa classe composta pelo poder que vem do capital econômico, a qual a legitimação da dominação se por intermédio da produção simbólica. Aqui, entende-se por cultura a que une, que serve como intermediário de comunicação bem como também a que separa, nesse caso, instrumento de distinção. Essa última legitima as distinções e obriga todas as culturas (subculturas) à distância da cultura dominante (Bourdieu, 2010).

Assim, o Poder Simbólico de Bourdieu (2010) pode ser compreendido como fazer ver e fazer crer, num dualismo de confirmar ou transformar a visão de mundo. No fazer ver e crer, o autor trata da influência sob a percepção do indivíduo, direcionando a sua visão e crença em determinada visão de mundo. O significado disso pode estar em confirmar crenças existentes ou transformar as crenças e percepções de uma sociedade. Ainda o poder simbólico pode ser entendido como um

“poder mágico”, uma influência exercida por meio da força física ou econômica. Em outras palavras, o poder mágico são os efeitos reais do poder simbólico.

Contudo, é possível compreender e salientar que o Poder Simbólico não está fixado nos sistemas, mas reside na própria estrutura do campo onde acontece a produção e reprodução da crença. Em suma é no campo, onde se dá as relações sociais (política, educação etc.) e de poder é que o Poder simbólico pode ser percebido, pois são nessas estruturas sociais que a crenças criam formas e se mantém.

O Poder Simbólico traz em sua tese a exploração conceitual de três eixos, a saber, o *habitus*, campo, capital. Esses três conceitos podem ser interpretados a partir dos fundamentos para uma espécie de “competência comunicativa”, que traz em seu bojo a “linguagem de associação”, que conecta o sujeito, objeto e os próprios objetos, o indivíduo percebido como parte integrante de uma coletividade. Dessa forma, o mundo “social” torna-se “objetivo”, passível de comunicação e pertencente a uma realidade que perpassa o eu individual. Nesse contexto, o eu e a coletividade se fundem através dessa ciência prática, que vai além das identificações subjetivas do dia a dia (Grenfell, 2018).

4.2 A tríade do Poder Simbólico: *habitus*, campo, capital

Bourdieu (2010) define o conceito de *habitus* como conhecimento adquirido, onde há incorporação da disposição do agente em ação, ou seja, é a partir de comportamentos e percepções do indivíduo que estão internalizadas que moldam o seu *habitus*. O interessante que nessa proposição, o autor traz a palavra grega *hexis*, para fundamentar que as disposições não derivam apenas do campo intelectual ou parte de uma abstração, mas sim também está incorporada como parte do corpo e das práticas do dia a dia de um indivíduo, fortalecendo a ideia de disposição do corpo e postura, manifestando as práticas reais das ações do indivíduo (Bourdieu, 2010).

Essa definição de *habitus*, segundo Thiry-Cherques (2006, p. 33) tem proximidade com “a noção de Heidegger¹² do modo de ser no mundo, porém, com suas características próprias”. Ainda segundo o autor, Bourdieu se aproxima no

¹² Filósofo alemão Martin Heidegger (1889-1976) é considerada um dos importantes vetores que impulsionam a filosofia do século XX, fazendo uma reflexão sobre a existência humana por meio de uma interrogação sobre o sentido do ser. (Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672017000100008).

sentido de apresentar o *habitus* como um sistema de disposições, num compilado de modo de perceber, sentir, fazer, pensar, que leva a uma determinada ação diante de uma circunstância apresentada. Essas disposições possuem características plásticas, flexíveis, podendo ser fortes ou fracas (Thiry-Cherques, 2006).

Bourdieu retoma o lado ativo do conhecimento prático, o qual essa noção rompe com o modelo estruturalista. Essa tradição materialista citada pelo autor, faz menção as estruturas econômicas e sociais como pontos de análise do comportamento humano, o que distancia da proposta reflexiva de Bourdieu de que o indivíduo é um ser ativo capaz de agir e moldar uma realidade social, ou seja, essas estruturas impostas. Assim, o autor enfatiza o *habitus* voltado para a teoria social (Bourdieu, 2010).

A sua teoria não minimiza a importância das estruturas postas, a de ordem econômica e social, mas reforça que elas são mediadas pelos *habitus* individuais, numa relação dialética entre agentes e indivíduo, gerando uma dinâmica mais ativa na prática social, na transformação de uma sociedade. Entretanto, a teoria do *habitus* emerge da necessidade empírica do aprendizado das relações de afinidade entre o comportamento dos agentes e as estruturas e condicionamentos sociais (Bourdieu, 2010; Setton, 2002).

Em vista disso, Setton (2002) propõe pensar o *habitus*, a partir de Bourdieu (1983), numa relação de mediação entre os condicionamentos sociais exteriores e a subjetividade dos sujeitos. A autora concebe o conceito como um sistema em reformulação contínua e não algo definitivo e que a faz compreender o *habitus* como características e de uma experiência biográfica, funcionando como um sistema de orientação que opera tanto de maneira consciente quanto inconsciente (Bourdieu, 1983; Setton, 2002).

O conceito de *habitus* propõe identificar a mediação entre indivíduo e sociedade como uma das questões centrais da produção teórica de Bourdieu, a partir de suas premissas epistemológicas. Para Bourdieu, o mundo social é objeto de três modos de conhecimento, sendo eles o fenomenológico, objetivista e o praxiológico, (Setton, 2002). Assim, no Quadro 13 estão descritas cada um do modo de conhecimento.

Quadro 13: Modos de conhecimento de Bourdieu

Fenomenológico	A verdade da experiência primeira do mundo social, isto é, a relação de familiaridade com o meio familiar, apreensão do mundo social como mundo natural e evidente, sobre o qual, por definição, não se pensa, e que exclui a questão de suas próprias condições de possibilidade.
Objetivista	Constrói relações objetivas (econômicas e linguísticas), que estruturam a prática e as representações práticas ao preço de uma ruptura com esse conhecimento primeiro e, portanto, com os pressupostos tacitamente assumidos que conferem ao mundo social seu caráter de evidência e natural
Praxiológico	Tem como objeto não somente o sistema das relações objetivas construído pelo conhecimento objetivista, mas também as relações dialéticas entre essas estruturas e as disposições estruturadas nas quais elas se atualizam e que tendem a reproduzi-las, é o duplo processo da interiorização da exterioridade e exteriorização da interioridade.

Fonte: elaborado a partir de Bourdieu (1983).

Em suma, o *habitus* como um sistema de disposições relacionadas a uma trajetória social, a praxiologia busca captar a historicidade e a flexibilidade das ações. O *habitus* é um conceito que permite conciliar a relação paradoxal entre realidade exterior versus a individual, gerando a dialética entre dois mundos do indivíduo, o objetivo e subjetivo, o que vem a denotar a ideia de que o individual e o subjetivo estão e condição simultânea e num contexto coletivo orquestrado. Assim, a teoria o bordieusiana do *habitus* aponta que esse é um produto da história, retroalimentado por novas experiências bem como sendo afetado por elas, o que faz sentido, o *habitus* na relação com o campo, em relação dialética entre sujeito e sociedade, indivíduo e estrutura social determinada (Setton, 2002).

Bourdieu vê no *habitus* individual e coletivo o depósito de um “aprendizado” ou “formatação cultural” do passado, um conhecimento adquirido que, estando interiorizado/incorporado nos agentes, permite a produção das práticas sociais. Portanto, o *habitus* não pode ser visto numa ideia simplista e mecânica dentro de um escopo de funcionamento social de pura reprodução e conservação, mas deve ser entendido como uma resposta ao aspecto da sociedade, numa ordem social de estratégias e práticas, adaptações ativas na construção da história (Lourenço, 2018; Setton, 2002).

Observa-se que o conceito de *habitus* para Bourdieu ocupa uma posição de destaque para compreensão das práticas sociais, considerando como princípio gerador em vista a orientar as percepções, escolhas em um campo. Em seu estudo sobre Pierre Bourdieu, o autor Thiry-Cherques (2006) consolidou, e serve como contribuição, algumas definições de *habitus*, sintetizada no Quadro 14:

Quadro 14: Sistematização do *habitus* a partir de Bourdieu

Eixo	Definição
Habitus	Sistema de disposições , perceber, sentir, fazer pensar, julgar e valorizar o mundo.
	É composto: pelo ethos (<i>conjunto sistemático de disposições morais</i>): valores em estado prático, não consciente, que rege a moral cotidiana; pelo héxis (princípios interiorizados pelo corpo): posturas, expressões corporais, aptidão corporal adquirida.; pelo eidos : modo de pensar específico.
	Não designam simplesmente condicionamentos, mas simultaneamente um princípio de ação. São estruturas (disposições interiorizadas duráveis) e são estruturantes (geradoras de práticas e representações).
	É infraconsciente : Nos permite agir em um meio dado sem cálculo ou controle consciente. Princípio de um conhecimento sem consciência.
	Contém em si o conhecimento e o reconhecimento das regras do jogo em um campo determinado. Produto da experiência biográfica individual, da experiência histórica coletiva e da interação entre essas.
	É relativamente autônomo : encontra-se entre o inconsciente-condicionado e o intencional-calculado; Não é destino : Preserva uma margem da liberdade ao agente, uma liberdade conferida pelas regras dominantes no campo em que se insere; Contém potencialidades objetivas : associada à trajetória da existência social do indivíduo.
	É tanto individual quanto coletivo ; São diferenciados e são diferenciantes, operam distinções; É uma interiorização da objetividade social que produz uma exteriorização da interioridade , ou seja, não como o <i>habitus</i> está internalizado, mas como o indivíduo se situa em um determinado universo social.

Fonte: Elaborado a partir de Thiry-Cherques (2006).

O *habitus* tem a sua referência a um campo. No entanto, o ápice da relação *habitus* e campo, é vista por Bordieu (2010) como se o primeiro tem a sua formação pelas condições objetivas pelo segundo, mas, o *habitus* influencia e molda o campo, ou seja, determina determinando o que o determina. Nesse sentido, ora o *habitus* pode ser denominado como um produto dentro do campo social, ora é visto numa ação dinâmica, como agente ativo que influencia o campo (Bourdieu, 2010).

Aqui cabe salientar, que de acordo com Grenfell (2018), o conceito de campo surgiu explicitamente em 1996, como ferramenta de análise e relação com o *habitus*. Bourdieu (2010, p. 64) define campo como “um espaço social, regido e delimitado por um conjunto de regras e relações de poder”. É nesse campo que há a expressão do *habitus*, em outras palavras, a composição desse campo está envolta da concordância do *habitus*. A análise empírica sistêmica do indivíduo e de suas práticas

só podem ser compreendidas a partir do campo em que estas se realizam. (Thiry-Cherques, 2006). Portanto, os principais elementos que constituem o conceito de campo na perspectiva bourdieusiana, estão sistematizados no Quadro 15:

Quadro 15: Sistematização do campo a partir de Bourdieu

Eixo	Definições
Campo	É um espaço social estruturado . Cada campo funciona como um microcosmo dotado de lógicas próprias, regras específicas, valores e princípios de hierarquização .
	É simultaneamente um campo de forças (estruturas que constri os agentes nele envolvidos) e um campo de lutas (os agentes atuam conforme suas posições relativas no campo de forças, buscam conservar ou transformar essa estrutura).
	Não são estruturas fixas. São produtos da história das suas posições constitutivas e disposições que elas privilegiam.
	São os interesses específicos , os investimentos econômicos e psicológicos que é solicitado aos agentes dotados de um <i>habitus</i> e as instituições nele inseridos que legitima um campo .
	É um espaço de relações objetivas entre indivíduos, coletividade ou instituições, que competem pela dominação de um cabedal específico.
	Tem propriedades universais e características próprias . As propriedades de um campo para além do <i>habitus</i> , tem-se a doxa (senso comum - o que os agentes estão de acordo) e o nomos (leis gerais, funcionamento do campo).
	É um espaço estruturado de posições (postos) que podem ser analisados independente das características de seus ocupantes.

Fonte: Elaborado a partir de Thiry-Cherques (2006).

Sobre a noção de campo, Wacquant (2013) faz uma análise dos estudos de Bourdieu, apontando que o teórico, em seus postulados sobre a hierarquia de classe faz uma ruptura conceitual, marcada pela elaboração do conceito de “campo de poder” e pela noção de *corpus* (corpos coletivos como ocupações ou famílias, que garantem a afinidade de disposições e a orquestração do *habitus*). Esses conceitos, diferentes de classe e campo, ajudam Bourdieu a explicar a consolidação do Estado assim como a solidariedade das elites, ainda que no contexto de divisões de classe, o que dá início a evolução de seus princípios de classificação como gênero e etnicidade (Wacquant, 2013).

Para Bourdieu (2010) na dinâmica social, é importante a compreensão da relação *habitus* (característico de uma classe) e a lógica do campo (regras, normas, valores) em que se geram. O autor ainda argumenta que a razão e a razão de ser de

uma instituição e dos seus efeitos sociais se estabelece no campo de forças, que podem ser direções opostas ou complementares, com base em interesses ligados aos agentes em diferentes posições sociais e seus respectivos *habitus*. Portanto, são as forças presentes no campo social que determinam a natureza e os efeitos das instituições (Bourdieu, 2010).

O campo é espaço de lutas declaradas ou não, por disputa para legitimação dos princípios da divisão desse campo. A questão da legitimidade surge da própria possibilidade de contestá-las, da ruptura com a doxa (senso=consenso) que a aceita a ordem corrente como algo óbvio. Desse modo, “a força simbólica das partes envolvidas nesta luta nunca é completamente independente da sua posição no jogo” (Bourdieu, 2010, p. 150). O autor ainda reforça que o campo está em constante movimento, como é nele que reside as ações e reações dos agentes, assim pode ser descrito como um espaço multidimensional. E se esses agentes lutam caso queiram se manter ou melhorar de posição no campo, o que significa conservação ou aumento do capital específico gerado no campo, ou seja, o capital valorizado nesse campo (Bourdieu, 2010).

O campo social como espaço dimensional se refere a um sistema multidimensional, conjunto aberto de campos relativamente autônomos, de coordenadas com valores correspondentes aos valores das diferentes variáveis, que assim se distribuem em dimensões, sendo que na primeira é relativo ao volume global de capital que o possuem; na segunda equivale a composição de seu capital, ou seja, “o peso relativo das diferentes espécies no conjunto das suas posses” (Bourdieu, 2010, p. 135).

Em seu artigo “Campo econômico” de 1997, Bourdieu traz o elemento econômico como um agente coletivo, correspondente ao grupo, família ou empresa, na funcionalidade de um campo. Ressalta que o campo econômico se diferencia dos demais principalmente nos aspectos das sanções, consideradas pelos outros como brutais, e a conduta em busca pela maximização do lucro material individual. Contudo, as estratégias econômicas são em sua maior parte, integradas num sistema complexo de estratégias de reprodução (Bourdieu, 1997).

Entretanto, a teoria de econômica deve ser retratada na teoria dos campos numa particularidade, construída pouco a pouco. A teoria geral da economia dos campos possibilita a descrição e definição dos moldes inerentes a cada campo, como a operacionalização e os conceitos gerais de capital, investimento e ganho. A

importância de entender a gênese social de um campo implica no aprendizado específico da crença que o sustenta, do jogo da linguagem que se joga, das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele são gerados (Bourdieu, 2010).

As mudanças ocorridas no interior do campo, com certa frequência são impactadas pelas mudanças nas relações com o exterior. Na troca com o exterior do campo, as relações estabelecidas com o Estado são as consideradas uma das mais importantes dadas ao poder regulamentador. Dentre as vantagens das intervenções do Estado constam as “tarifas preferenciais, patentes, regulamentos, crédito para Pesquisa & Desenvolvimento, aquisição de equipamentos, criação de emprego, inovação, modernização, exportação, habitação etc.” (Bourdieu, 1997, p. 39, 40).

A definição de mercado para Bourdieu é apenas uma construção social, o qual se aproveitam do seu capital social para exercer pressão sobre o Estado, em especial aquelas que estão em desvantagem dentro do campo, buscam benefícios por meio da modificação das “regras do jogo” em vista da obtenção de vantagens no novo contexto de campo. Desse modo, imposições por agentes em diferentes posições, adotam modificações, via poder do Estado, com a finalidade de controlar e dar as diretrizes para o funcionamento do mercado (Bourdieu, 1997).

Os propósitos econômicos considerados fundamentais, aqui elencados como as necessidades, preferências e inclinações para o trabalho, poupança e investimento, são de formação endógena e dependem da história específica do ambiente econômico em que estão inseridas. Para Bourdieu (1997) é pelo ambiente econômico que são determinados os comportamentos exigidos aos indivíduos, impondo os objetivos (enriquecimento individual) e o meios (como atingi-los).

Para assumir a historicidade constitutiva dos agentes e do espaço de ação se faz necessário o rompimento do modelo dominante, que tem a combinação da teoria do equilíbrio geral e do agente racional. Em uma nova caracterização, são os agentes criadores do espaço, de modo que não apenas operam dentro do campo econômico, mas também o criam e deformam, conferindo-lhe uma estrutura particular, na interação entre as diferentes “fontes de campo”, ou seja, entre as diferentes empresas de produção, que o campo e as relações de poder que o caracterizam são gerados (Bourdieu, 1997).

Nesse ponto, o poder simbólico dos agentes depende com efeito, da posição ocupada no espaço (e nas classificações que nele estão potencialmente inscritas). Os agentes econômicos, nesse caso, estão conferidos as empresas, que determinam a

estrutura no campo a partir do volume e a estrutura do capital específico que possuem, denotando o estado das forças que se exercem sobre o conjunto de empresas envolvidas na produção de bens semelhantes, geralmente denominado “setor” ou “ramo”. A força ligada a um agente depende de seus diversos recursos, muitas vezes chamado *strategic market assets*, fatores diferenciais de sucesso (ou fracasso) que podem lhe proporcionar uma vantagem competitiva. Os recursos incluem diferentes formas de capital: financeiro, cultural, tecnológico, jurídico, organizacional, comercial e simbólico. (Bourdieu, 2010, 1997).

O *habitus* no campo tem a sua formação por diferentes capitais, sendo essa gama de capitais que determinam o *habitus*, que em sua composição vem a determinar as estruturas sociais, concebido que os recursos provenientes do capital podem ser convertidos em poder. Esses capitais se configuram em diferentes formas de poder no campo: capital financeiro, que está relacionado ao domínio direto do recurso financeiro ou indireto via bancos; capital cultural, diz respeito a classes sociais; capital tecnológico, ligado aos recursos científicos (pesquisa) e técnicos (procedimentos) em vista a viabilizar aumento de rendimentos; capital jurídico; capital organizacional, dado ao conhecimento e informação sobre o campo; capital comercial (equipe de venda) originado pelo controle de redes de distribuição (armazenagem e transporte) e de marketing e pós-venda; capital simbólico, reside no controle de recursos intangíveis, fundamentado no conhecimento e no reconhecimento social, como, por exemplo, a reputação da marca e a lealdade dos clientes (Bourdieu, 1987; Bourdieu e Wacquant, 2005).

Thiry-Cherques (2006) adiciona que o capital para Bourdieu tem o seu acúmulo por vias de investimentos, heranças e se multiplica conforme a habilidade do detentor em investir, e que o termo carrega uma complexidade conceitual, que para além do econômico (riqueza material) existe o capital cultural (conhecimento, habilidades, informações etc.), capital social (conjunto de acessos sociais), capital simbólico (conjunto de ritual de reconhecimento social). A sistematização das definições do capital está elencada no Quadro 16:

Quadro 16: Sistematização de capital a partir de Bourdieu

Eixo	Definições
Capital	O conceito é derivado da noção econômica – capital se acumula por investimentos, transmite por herança e reproduz com capacidade investimento.

	Conceito é complexo , pois se entende que há outros tipos de capital , como: cultural, tecnológico, jurídico, organizacional, comercial, social, simbólico .
	Suas formas são conversíveis umas nas outras , como por exemplo, o econômico pode ser convertido em simbólico.
	É a quantidade de capital que determina o posicionamento na estrutura.
	A sua distribuição no campo é desigual .
	Detentor da posse de capital juntamente com o reconhecimento das regras do jogo é que dão acesso para entrada no campo. A admissão no campo requer a posse de diferentes formas de capital.

Fonte: Elaborado a partir de Thiry-Cherques (2006) e Bourdieu e Wacquant, 2005

Assim, é por intermédio desses capitais que o indivíduo ou grupos se estabelecem no posicionamento social, sempre buscando se manter, melhorar e fortalecer dentro do campo. No entanto, os ocupantes de posição dominante são os mesmos que detêm o capital do conhecimento, lhes permitindo ter uma visão macro do campo, possibilitando-lhes as melhores estratégias. Já a associação do capital tecnológico com os demais, tem a eficiência na redução de custos (Bourdieu, 1997).

A força do agente, seja empresa ou indivíduo, no espaço social está diretamente vinculado aos seus capitais. O capital lhes outorga a vantagem de posição dentro do campo, seja para firmá-la ou mudá-la. Assim, esse agente dominante impõe a forma do jogo e a dita as regras conforme seus interesses. Porém, isso não significa que não irá sofrer resistência por parte dos dominados na constituição das regras do campo (Bourdieu e Wacquant, 2005).

Para Bourdieu (1983), as relações de poder em um campo social emergem das disputas entre agentes detentores dos variados tipos de capital. O funcionamento dessa dinâmica pode ser compreendido a partir da perspectiva de análise do sistema simbólico e reconhece que os grupos sociais empregam interesses estratégicos ocultos para ampliar suas vantagens materiais e simbólicas (Bourdieu, 1983, Prasad, 2005).

Outro ponto importante trazido por Bourdieu é a referência que faz em relação as práticas e os bens materiais, estes traduzidos como vestimentas, mobiliários, propriedades e que são produtos do *habitus*, e funcionam como manifestações simbólicas expressando as diferenças entre os agentes sociais de seus capitais, servindo como mecanismo de inclusão ou exclusão (Bourdieu, 1983, 2010).

A distribuição do capital e dos custos influenciada pelo tamanho da empresa, determinam a estrutura do campo, nesse sentido, voltado as relações de força entre as firmas. As empresas com o controle de uma parte muito importante do capital (da energia global) obtém mais poder sobre o campo, e conseqüentemente, detém poder sobre as empresas com capital menor (Bourdieu, 1997).

E ao adentrar em dominação simbólica e lutas regionais, primeiramente Bourdieu (2010) faz a distinção do termo região entre geógrafos e economistas. De acordo com o autor, para o geógrafo, o termo se limita a análise do espaço, e pouco olhar para as fronteiras políticas ou administrativas, assim, priorizando a localização das atividades. Para os economistas, a região é vista a partir de sua relação com outros espaços, especialmente no que se refere ao fornecimento de recursos, à distribuição de produtos e aos fluxos econômicos, e nisso, “introduzem o instrumento de análise particular – o custo” (Bourdieu, 2010, p. 109).

Diante disso, o conceito de regionalismo para Bourdieu é descrito como forma particular das lutas propriamente simbólicas, pelos agentes envolvidos de forma individual em estado de dispersão ou coletiva em organização, em vista de conservar ou a transformar as relações de forças simbólicas da identidade social. Se a luta se dá em caráter individual (caso das interações da vida quotidiana), a única opção dos agentes em posição de dominados é a de aceitação. Na luta coletiva, o objetivo é “subversão das relações de forças simbólicas tem-se a destruição da tábua de valores que as constitui como estigmas, é um esforço pela autonomia, entendida como poder de definir os princípios de definição do mundo social” (Bourdieu, 2010, p.124).

Em suma, o “poder simbólico é um poder que aquele que lhe está sujeito dá àquele que o exerce, um crédito com que ele o credita, que lhe confia pondo nele a sua confiança” (Bourdieu, 2010, p.188). Em outras palavras, pode-se dizer que o poder simbólico é um poder concedido pela própria aceitação de quem está subordinado a ele, de modo que o indivíduo ou grupo dominado, dá legitimidade ao dominante. A pessoa ou grupo dominado confere legitimidade ao dominante, creditando a ele a confiança no que representa, seja sistema, ideias, portanto, o poder simbólico depende da aceitação e reconhecimento daqueles que o seguem.

4.3 Considerações da seção

Diante da tríade proposta por Bourdieu por meio de sua praxiologia *habitus*,

campo, capital, a sua relação com o município de Corumbá se dá na busca de compreender como é a dinâmica do campo econômico a partir do *habitus* dessa região, que tem o rio Paraguai por base estrutural, que, no entanto, a própria atividade turística desse município se dá a partir da base hídrica desse rio. Contudo, o estudo da teoria de Bourdieu em conexão com as demais áreas, permite análise de como o município opera na orquestração desses elementos.

Tem-se no *habitus*, enquanto sistema de disposições incorporadas, o modo que influi no princípio gerador das práticas dos agentes do território, como o poder público, privado, terceiro setor, trade turístico, comunidade. As disposições do *habitus* do turismo se originam da historicidade do território corumbaense, marcada pela ênfase no rio Paraguai, pela dinâmica fronteiriça que influencia na própria tradição do local. Essas características, que dão o tom não somente para as estratégias frente ao setor do turismo, como também formata a percepção dos agentes no aspecto de oportunidades, ameaças, forças e fraquezas da operacionalização dessa no território.

Já o campo é entendido como um espaço estruturado de relações e disputas, que permite compreender que o turismo em Corumbá, com a sua heterogeneidade, é um campo dominado por interesses divergentes, seja no âmbito econômico, ambientais, culturais e políticos, e que os agentes inseridos, buscam suas posições nesse campo, com intuito de conservar ou transformar. É a partir da concepção bourdieusiana de campo como espaço de forças e lutas, que vai auxiliar na compreensão da trajetória histórica dos modelos de segmento do turismo dispostos (pesca, natureza, cultural) no território bem como as disputas por legitimidade entre grupos.

O eixo capital traz em seu bojo as suas ramificações: econômico, cultural, social, simbólico e as suas variantes que serve de análise do campo turístico, para compreender a posição dos agentes nesse campo, considerando que o dominante no campo é o que dispõe de um volume de capital e do reconhecimento das regras do jogo desse campo. Em Corumbá, essa relação de capital econômico (empreendimentos turísticos); capital cultural (saberes locais), capital social (ecossistema turístico) e o capital simbólico (manifesta-se como a reputação e a legitimidade atribuída aos agentes, instituições e práticas que compõem o setor) constituem elementos centrais para a estruturação do campo. Entender esses capitais permite a compreensão, a partir da análise, quanto as estratégias, domínio, disputas, legitimação operantes no setor.

A teoria de Bourdieu não renega a importância das estruturas postas, mas essa

tem a pretensão de dar um enfoque para o *habitus* individuais, numa dialética entre o agentes e os indivíduos. Contudo, ela emerge da necessidade empírica do aprendizados das relações entre comportamento dos agentes e estruturas condicionantes. Com base nisso, a partir da sistematização dos pontos centrais dos eixos *habitus*, *campo* e *capital*, criou-se um roteiro com questões relativas a esses para averiguação empírica da teoria do turismo em Corumbá, conforme segue as questões no Quadro 17:

Quadro 17: Checklist para análise do turismo em Corumbá

Eixos	Reflexões a partir do praxeologia	Autores
Habitus	As práticas dos agentes do turismo em Corumbá-MS (público, privado, terceiro setor, <i>trade</i>) revelam disposições incorporadas ao longo de suas trajetórias sociais?	Bourdieu (2010); Thiry-Cherques (2006); Setton (2002)
	É possível identificar elementos de <i>hexis</i> (gestos corporais, modo no atendimento, postura) nas práticas cotidianas que caracterizam o território como destino turístico?	Bourdieu (2010)
	Qual a influência do <i>habitus</i> no território e com as instituições?	
	Há convergências entre o <i>habitus</i> individual e um <i>habitus</i> coletivo que se expressa como um modo da sociedade corumbaense de fazer turismo?	Bourdieu (2010); Setton, 2002 Thiry-Cherques (2006)
	As práticas observadas são predominantemente de reprodução do que já está estabelecido ou indicam estratégias de adaptação e transformação?	Lourenço (2018); Setton (2002)
Campo	Quais são as regras, valores e lógicas específicas que estruturam o campo turístico no território corumbaense?	Bourdieu (2010); Thiry-Cherques (2006)
	Sobre o campo de forças no estabelecimento das instituições, há disputas perceptíveis entre agentes públicos, privados, terceiro setor e comunidade pela definição legítima do que é o turismo no local?	Bourdieu, 2010
	Como se expressam as posições dominantes e dominadas dentro do campo do turismo?	
	O campo turístico em Corumbá-MS funciona como um microcosmo relativamente autônomo ou altamente dependente do Estado?	Bourdieu (2010; 1994; 2012)
	Quais são as doxas (consensos) e nomos (leis gerais) que estruturam o turismo no território?	Thiry-Cherques (2006)

	O campo turístico se movimenta em função de mudanças externas (políticas públicas, Estado, mercado) e internas (disputas entre agentes), ou o Estado atua como “metacampo” influenciando diretamente nas regras, oportunidades e posições no turismo corumbaense?	Bourdieu (1994, 1997, 2010; 2012) Villas Bôas Filho, 2022)
Capital	Quais capitais (econômico, social, cultural ou simbólico) são mais valorizados no campo turístico de Corumbá-MS?	Bourdieu (2010)
	É perceptível a concentração do capital simbólico no Estado?	
	Há agentes que concentram capital social e outros que lhe permitem uma visão macro do campo que viabiliza as melhores estratégias, impondo a forma do jogo e a ditando as regras conforme seus interesses?	Bourdieu (1997) Bourdieu e Wacquant (2005)
	O capital simbólico (reputação, legitimidade, tradição) é utilizado para criar distinções dentro do turismo (ex.: pesca esportiva, Pantanal, hotelaria)?	Bourdieu (2010)

Fonte: Elaborado pela autora.

Assim, este capítulo permitiu consolidar a sustentação teórica que será aplicado nos próximos capítulos, em especial na análise do turismo sob a ótica do SISTUR e na compreensão do desenvolvimento territorial sustentável. A abordagem bourdieusiana fornece o elo necessário entre a dimensão estrutural (instituições, normas, campo econômico) e a dimensão prática (agentes, estratégias, disposições), assegurando coerência teórica, metodológica e analítica conforme proposta para esta tese.

5. O TURISMO SOB A ÓTICA DO SISTUR E A RELAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E SUSTENTÁVEL

O turismo é uma atividade que não possui um conceito único e universal, dada a sua abrangência na relação com os mais diversos setores. É uma atividade que abarca várias áreas, como a econômica, social, cultural e ambiental, o que dificulta um conceito único, já que é uma atividade que compartilha fronteiras com diversas ciências e atividades humanas, entrelaçando numa conexão que a deixa apta para auxiliar no processo de desenvolvimento local (Lickorish e Jenkins, 2000; Barreto, 2005).

Há alguns conceitos da perspectiva de algumas áreas, como por exemplo, do contexto social, Zimmerman (1996) faz a seguinte colocação sobre o turismo, o qual fragmenta a sua definição como: homem (autor do turismo), espaço (substrato para realização) e tempo (elemento temporal consumido pela própria viagem – deslocamento - destino). Quanto ao viés economicista, fica uma lacuna para uma exatidão em seu conceito, que como dito anteriormente, numa relação de atividade com as demais áreas, perpassa os elementos tangíveis e comercializáveis.

E assim, este capítulo tem a pretensão, em substratos, direcionar um estudo aos tópicos que moldam o turismo como importante atividade impulsionadora dentro do escopo do desenvolvimento para o território.

5.1 O turismo e o SISTUR

Primeiramente, cabe colocar que o turismo é uma atividade com diversas peculiaridades, o que a distingue das demais atividades, por exemplo, a própria característica da estocagem ou reservas, dado que seus recursos são estáveis, logo o consumo é feito no local receptor. No entanto, que para haver o consumo dos bens tangíveis e intangíveis disponibilizados pelo setor em suas atrações, o turista deve se deslocar ao local em que o atrativo é ofertado. Assim, o produto do turismo tem características próprias em sua composição, que se somam em elementos que se completam, sendo: transporte, alimentação, acomodação e entretenimento. São essas conotações que caracterizam e estruturam a oferta turística ao passo de dar valor e significações aos elementos sociais, culturais e ambientais das localidades (Andrade, 1995; Lage e Milone, 2001).

Para Beni (2003), há três tendências para definição do turismo: a econômica,

a técnica e a holística. Na definição econômica, há controvérsias numa definição precisa, haja vista, autores tratarem o turismo como indústria dentro do setor econômico ou atividades social e econômica. Mas ao final do tópico quanto a definição econômica, Beni afirma que no turismo não existe um processo de transformação tangível e concreto, mas o que ocorre são os valores agregados aos diferenciais turísticos naturais e culturais, iniciando na aquisição dos atrativos, na sequência o transporte, hospedagem, alimentação, os serviços pertinentes a recreação e entretenimento, finalizando coma fruição do roteiro. A definição técnica, tem-se a construção a partir do turista, para depois transbordar ao turismo em geral. Já as definições holísticas irão abranger a essência da totalidade do turismo conforme a sua complexidade, que de acordo com o autor, já que existe diversas classificações:

Os bens turísticos estão classificados como: 1. Materiais (museus, praias etc.) e imateriais (paisagem, clima etc.); 2. Imóveis (museus, hotéis, casas etc.) e móveis (produtos gastronômicos, artes, artesanatos); 3. Duráveis ou perecíveis (produtos gastronômicos ou artesanais); 4. Consumo (bens de que satisfazem a necessidade dos turistas) e de capital (o que é utilizado para produção de outros bens); 5. básico, complementares e independentes; naturais ou artificiais. E quanto aos serviços pertinentes ao turismo, eles estão agrupados como: 1. Receptivos (atividades hoteleiras e extra-hoteleiras); 2. alimentação; 3. Transporte (da residência à destinação turística e no centro receptor); 4. Públicos (administração turística, postos de informação, etc.); recreação e entretenimento na área receptora (Beni, 2003, p.38).

De um modo bem geral, outras características do turismo, como qualquer outra atividade, está relacionado aos aspectos, que pode tanto ser positivos ou negativos. Beni (2001) aponta que entre os pontos positivos e eficientes que a atividade possui, o primeiro se dá na promoção da difusão de informação sobre uma região ou localidade; abertura de novas perspectivas sociais a partir de um desenvolvimento econômico e cultural; integração social, alguns casos, consciência nacional; em vários campos permite o desenvolvimento da criatividade; a partir do conhecimento do mundo permite o sentimento de liberdade, estabelece contato com outras culturas, a qual estimula o interesse por viagens turísticas.

Ao contrário, o efeitos reverberados negativamente ao polo receptor, são caracterizados como: a degradação e destruição aos recursos naturais; perda da autenticidade da cultura local; por falta de informação correta, pode haver uma descrição estereotipada do turista e da região emissora; falta de perspectiva de grupos que não estão diretamente relacionados com a atividade no destino turístico, o qual

não obtém os benefícios direto dessas visitas assim como do Sistema de Turismo local; aparecimento de fenômeno de disfunção social na família, como socialização, desintegração da comunidade; e por último, a dependência do capital estrangeiro ou de estereótipos existentes, concentração demográfica, especulação imobiliária, preços inflacionados dos produtos e serviços, oportunismo do ponto de vista pejorativo do lado empresarial, concentração de renda assim como não priorizar outras atividades econômicas, sazonalidade. (Beni, 2001; Oliveira, 2002).

O turismo demanda de um campo vasto de sua análise, assim, Acerenza (2002) apresenta que existem quatro enfoques de escolas diferentes, que os considera principais, que possibilitam uma análise do turismo, são eles: o econômico, que vê as atividades por esse viés, partiu da Escola de Berlinesa; o social, que dá o destaque ao homem como elemento principal do turismo, tem origem na Escola Francesa; o psicológico advoga pela análise das motivações que levam o indivíduo se deslocar para outros destinos, esse estudo foi introduzido pela Escola Polonesa; por último, o enfoque sistêmico, que é fundamentado na Teoria Geral de Sistemas de Karl Ludwig von Bertalanffy, que olha o fenômeno do turismo como complexo e deve ser enxergado como um todo, permitindo a integração de todas as demais ciências envolvidas para conhecer o conjunto que envolve o turismo (Acerenza, 2002; Urano, 2016).

Dessa forma, a ênfase desta pesquisa está pautada no enfoque sistêmico, a partir da Teoria Geral de Sistemas de Bertalanffy, que se configura como uma ciência geral da totalidade com um complexo de elementos em interação, mas que pode ser encontrada dessemelhanças paralela às semelhanças entre os fenômenos (Bertalanffy, 1973). Nessa obra, foi concebido o modelo de sistema aberto, caracterizado por um fluxo contínuo de entradas e saídas e a sobrevivência é garantida pela troca de energia com seu ambiente, ou seja, permanente inter-relação (dinâmico). Embora seja um processo contínuo de entrada e saída, é desejável que o processo se mantenha em um estado estável, de equilíbrio (homeostase), ainda que o resultado final venha ser alcançado através de diferentes caminhos (equifinalidade) segundo Bertalanffy (1973).

Assim, o turismo passa a ser compreendido não como um conjunto fragmentado de atividades, mas como um sistema aberto, dinâmico e interdependente, no qual atores, instituições, infraestrutura, recursos naturais e fluxos econômicos se articulam de maneira contínua. Tal perspectiva permite analisar o

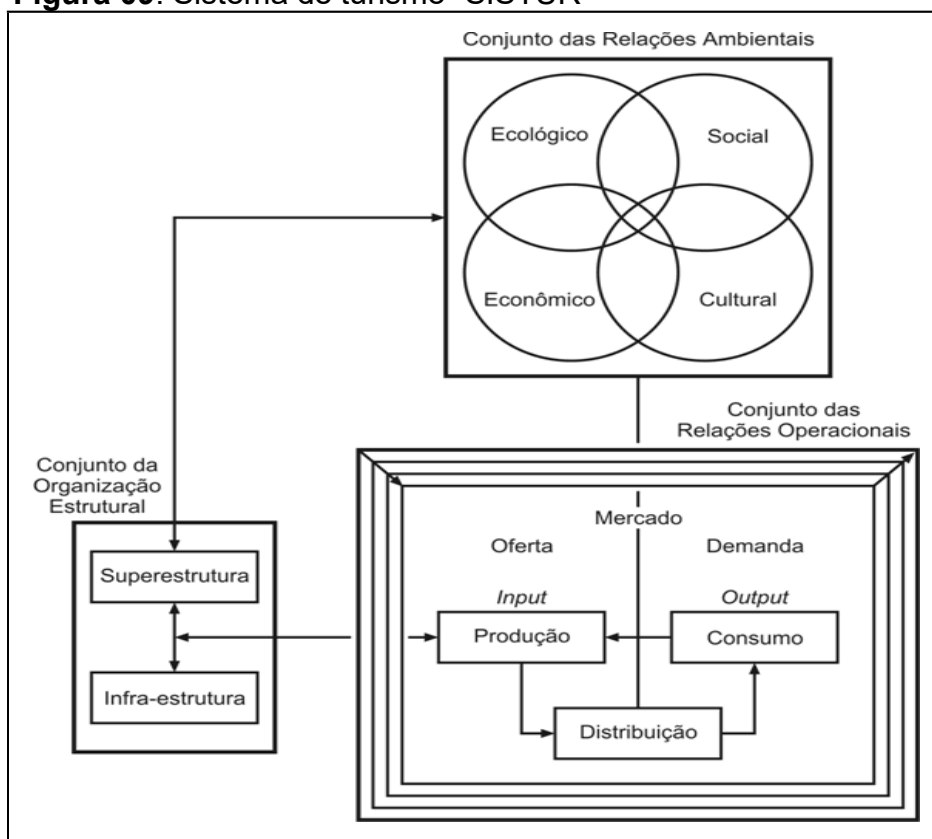
fenômeno turístico em sua totalidade, evidenciando que alterações em um de seus componentes repercutem em todo o sistema, reforçando a necessidade de abordagens integradas e interdisciplinares para a compreensão do desenvolvimento territorial.

Nesse contexto, por se tratar de um fenômeno multifacetado, o turismo pode ser abordado sob diferentes enfoques, o que lhe cabe a análise dessa relação com o todo que o envolve, e isso é possível por meio de uma visão holística e sistêmica. A importância da visão sistêmica perpassa áreas do comportamento assim como é válida também para as ciências sociais, o qual consiste na inter-relações e interdependência de todos os fenômenos (Capra, 2006).

Em uma compilação de elementos e fatores, Beni em sua tese de 1988, propôs o Sistema de Turismo (SISTUR), tendo por base a Teoria Geral de Sistemas, a qual tem por premissa “que cada variável, em um sistema específico, interage com todas as outras variáveis desse sistema e com a de outros sistemas que com ela realizam operações de troca e de interação” (Beni, 2001, p.44). Essa interação sistêmica objetiva um determinado fim, conforme o que está proposto dentro de um plano, programa entre outros. O autor ainda argumenta que apesar do SISTUR ser um sistema de troca dinâmica e interdependente, isso não o faz ser autossuficiente. O seu crescimento é imposto por uma série de variáveis. Dado a sua característica de sistema aberto, se mantém em constante processo de movimento quando se trata das relações dialéticas, concernentes aos conflitos e colaboração com o meio em que o circunda, e pode ser desmembrado para análise.

É fundamental a compreensão do real objetivo do Sistema de Turismo (SISTUR), a qual lhe é imputado a organização de um plano de estudos da atividade de turismo com a possibilidade de visualizar os três grandes conjuntos: Os das Relações Ambientais-RA, o da Organização Estrutural-OE e o das Ações Operacionais-AO, com seus componentes básicos e as funções primária atuantes em cada um dos conjuntos. Esses componentes são considerados um subsistema em si, ainda que segmentado, estão interligados entre si em uma intersecção homogênea, o qual interagem ou pelo menos, deveriam. Conforme a Figura 09, por exemplo, na intersecção dos subsistemas do conjunto de RA, o encontro no centro permite o funcionamento ideal da engrenagem resultando no desenvolvimento sustentável como a forma de difundir a base do turismo.

Figura 09: Sistema de turismo -SISTUR



Fonte: Beni (2001)

O conjunto das Relações Ambientais-RA engloba os Subsistemas Ecológico, Social, Econômico e Cultural. O Subsistema Ecológico se encontra ligado diretamente com o meio ambiente natural, ou seja, precisamente sobre a atividade turística exercida no solo, fauna, flora bem como a relação de causa e efeito da atividade sobre o meio ambiente. Beni (2003) aponta, que em virtude dos benefícios recebidos para o desenvolvimento oriundo das atividades do turismo, o Estado se torna o responsável no compromisso de proteção das características ambientais. Quanto ao Subsistema Social o aspecto a ser considerado está relacionado com as transformações sociais que são causadas com o desenvolvimento turístico, o que deve ser observado “os efeitos sobre os modelos sociológicos de desenvolvimento turístico nos núcleos tradicionais, em expansão e nos novos” (Beni, 2003, p. 270).

Já o Subsistema Econômico apresenta o desenvolvimento do setor em seu conjunto, ou seja, considera o controle de gestão do SISTUR, com estabelecimento de indicadores básicos e de fácil apresentação, como por exemplo, tráfego de turistas, balanço turístico, uso da capacidade instalada de alojamento e pessoal empregado no setor. No Subsistema Cultural “são avaliados os efeitos sobre os valores históricos-

artísticos, assim como os usos e costumes da população” (Beni, 2003, p. 279).

É no Conjunto da Organização Estrutural do Sistema-OE que estão inseridos os Subsistemas da Superestrutura e da Infraestrutura. O Subsistema da Superestrutura contempla em sua operacionalização a “integração de ações de organização, planejamento estratégico, gestão e operação da atividade de Turismo” (Beni, 2003, p. 282). Toda estrutura institucional oficial pública do setor se move por meio do processamento da junção desses componentes, formando toda administração do SISTUR. O Subsistema de Infraestrutura é o que corresponde ao essencial para que ocorra a prática do Turismo e as condições básicas que garanta qualidade para a comunidade, “tais como sistema transportes, sistemas de comunicação, energia elétrica, serviço de abastecimento de água, rede de esgotos e outros” (Beni, 2003, p. 293).

A parte da operacionalização do Turismo está diretamente englobado no Conjunto das Ações Operacionais do Sistema-AO, nele se encontra o funcionamento racional da engrenagem do Mercado que estabelece uma relação entre Oferta e Demanda de bens, serviços e capitais, intercambiado pela Distribuição. A oferta está para além dos atrativos naturais existentes no destino turístico, já que esse permite a criação de fluxos com a capacidade atração de turistas, como por exemplo, conjunto de equipamentos, bens e serviços de alojamento, alimentação, recreação e lazer entre outros. Contudo, a lógica de produção da oferta do turismo vai além de bens e serviços, pois nessa atividade estão inclusos instalações e equipamentos, sendo os insumos então denominados como recursos e atrativos turísticos (Beni, 2003).

É o subsistema de distribuição que dentro de engrenagem, que faz a entrega do produto ou serviço ao consumidor, o que abrange as escolhas dos canais, seleção da oferta, programação de visitas, prospecção e entrega da oferta, venda e suas relações. Esse subsistema é tido como estratégia de marketing, já que essa mediação entre oferta e demanda, assegurando que o consumidor obtenha da melhor maneira possível. No entanto, que esse processo está apoiado em três decisões básicas, as quais são: 1. Escolha de métodos e canais de distribuição; 2. Organização da distribuição e das atividades de vendas; 3. Atividades de apoio à distribuição e às vendas (Beni, 2003).

O subsistema de demanda contempla as pessoas que deslocam do destino emissor para o destino receptor com propósito recreativo e/ou necessidades, mas que de qualquer forma, demandam dos insumos ofertados, provocando a demanda de

transporte, alojamento, alimentação etc., por vezes, bens e serviços que se complementam. Sendo, esse subsistema importante na engrenagem do mercado turístico.

A interação do SISTUR, para Guimarães, Pontes, Dos Anjos (2021), mostra que as variáveis coexistem em um sistema de interação com as demais, de modo mais elucidativo, a variável pode ser ao mesmo tempo causa e efeito, numa impossibilidade de uma análise isolada do contexto. Os autores ainda enfatizam que o SISTUR considera como elementos de estudo o espaço turístico, dados socioeconômicos da região receptora, estudo em torno do comportamento do mercado turístico e elaboração de diagnóstico turístico, análise das potencialidades para o desenvolvimento econômico na região receptora.

No estudo de Grechi (2011), na relação do sistema turístico mediante a perspectiva institucional, não é negado a complexidade desse sistema e ainda possui a característica de natureza complementar, no qual há dependência entre os membros da cadeia no quesito de funcionamento eficiente para que a firma turística desempenhe um papel competitivo.

5.2 O turismo e o desenvolvimento

O fomento do turismo começou a ganhar destaque como uma atividade econômica, devido à diversidade desse setor, a partir da década de 1990, com crescimento expressivo, alcançando um lugar de destaque na política geoeconômica bem como a organização espacial, no entanto, que a atividade é vista como promissora para o futuro milênio (Coriolano, 1998). Com essa afirmação de Coroliano, após 20 anos, pode-se inferir que o turismo é uma atividade com a capacidade de capilarizar, ou seja, nessa sua pluralidade de produzir o produto turístico, possibilita uma melhora na distribuição nos aspectos econômicos.

Ablas (1991) aponta que esse processo de desenvolvimento é estabelecido pela base regional que é composta de atividades exportadoras, que normalmente está relacionada aos recursos naturais e condições favoráveis para usá-los, como os portos, clima, qualidade do solo, riqueza de subsolo etc. O autor referencia que as atividades produtivas podem ser tanto do primeiro como do segundo e terceiro setor, e enfatiza que o último é identificado em regiões que possui características turísticas.

Para solidificar a atividade turística como fomentadora de um determinado

território, é sugestivo identificar, se o mesmo possui potencialidades e atrativos que denomine tal região como turística. Mas o turismo como uma única atividade não pode ser responsável pelo desenvolvimento, porém, é uma atividade multiplicadora, que serve como estratégia de auxílio e apoio para que o desenvolvimento ocorra. Assim, há o entendimento da importância do turismo como uma atividade promotora para o desenvolvimento de um território, dada sua capacidade de disseminar estímulo para o aumento da produtividade nos mais diversos setores da economia, consequentemente tem por resultado cooperação para que ocorra mudança e crescimento na estrutura econômica local (Beni, 2003; Tomazzoni, 2009).

Nessa condição de atividade econômica, os benefícios do turismo versa num quadro propício aos territórios que possuem as características que a possam difundir a base, assim, dentre eles, a redução da desigualdade por meio da geração de renda originada pela versatilidade dessa atividade, que tem uma capacidade de criação de empregos, mas claro que compreendendo a sua classificação dentro do setor terciários, que demanda notavelmente de mão de obra de modo intensivo, e por isso, se torna uma importante base de crescimento para uma economia regional (Rabahy, 2020).

De acordo com Rabahy (2020), no âmbito federal, o turismo serve como uma abordagem para se falar em crescimento na prerrogativa de fortalecimento do mercado interno afim de obter benefícios direto e com base nessa estratégia, gerar benefícios que precedem o desenvolvimento do turismo internacional. O autor ainda enfatiza que esse crescimento deve ser coordenado numa articulação com todas instâncias pertencentes a esse setor, com atenção para dois aspectos que considera essenciais, sendo o primeiro, envolver à priorização dos segmentos de mercado característico de cada região, considerando a origem do turista (doméstica ou internacional) e o perfil desse turista (renda, motivação, característica psicográfico, etc.); o segundo aspecto está intrinsecamente relacionado a estratégia da região na promoção para o crescimento do turismo, como por exemplo, facilitar o crescimento espontâneo impulsionado pela demanda, e complementar a isso, focar no lado da oferta, com incentivos a novos investimentos públicos e privados na região.

No Brasil, o turismo teve sua inserção na base de exportação a partir da Teoria Neoliberal, após a abertura de mercados com a globalização (década de 1990), dado a sua ligação empresarial que propiciou aumento de renda ao Estado. Dado a isso, os investimentos no setor se intensificaram (visto a dependência do País de

financiamento estrangeiro), porém, com pouca ênfase ao planejamento e instrumento de regulação estatal, o que resultou de saídas de divisas (receita para outros países) e deixou rastros de exploração ambiental e danificação na identidade cultural. Essa massificação e saturação dos destinos é um período concebido como segunda onda do desenvolvimento do setor turístico (Henz, 2021; Hall, 2001; Panosso Netto e Trigo, 2009).

As situações problemáticas originadas da globalização na pauta do desenvolvimento afetaram diretamente a atividade turística (enquanto aumento da concorrência nos mercados e imposição de ajuste dos sistemas produtivos nacionais), contudo, abre-se aqui um parêntese para entendê-la como um processo vinculado ao território, já que um dos ajustes que foram necessários para inserção nesta nova dinâmica dependeram das decisões sobre investimento e localização tomadas pelos atores econômicos. Nessa abordagem do desenvolvimento turístico, percebe-se uma coesão entre os autores Malta (2011) e Faria (2012) quando o conduzem a uma associação de benefícios econômicos devido ao conjunto de atividades que englobam essa área, ou seja, é contundente que o mesmo enviesa para a vertente economicista.

Mas diante disso, o Estado toma frente da condução do desenvolvimento do setor, com respaldo a partir da carta magna, a Constituição de 1998, em que há uma nova era na administração pública com a descentralização, permitindo autonomia para adoção de estratégias alternativa ao neoliberalismo. Dentre as medidas estabelecidas, com objetivo de desenvolver produtos das regiões de modo a valorizar as economias locais, houve a institucionalização do turismo com o Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT (1994), criação do Ministério do Turismo (2003), apresentação do Programa de Regionalização do Turismo - PRT (2004) (Henz, 2021).

Por todas as implicações apresentadas no movimento de globalização, e o turismo, à época, como uma atividade pujante para uma base econômica regional, porém, sem devida proteção, fez autores como Jenkins e Henry (1982) reforçarem a importância da intervenção do Estado perante a dinâmica contributiva que o setor promove na economia, principalmente. Para os autores, a intervenção deve ser sob os aspectos sociais e ambientais. Assim, o norteamento dessa proposição denota ao caráter sustentável, que o Estado deve propiciar como agente regulador de forma a garantir responsabilidade e planejamento à cadeia turística, já que esse é um setor com possibilidades de desdobramentos e transbordamento aos demais setores

econômicos, provocando tantas externalidades positivas como negativas. Assim, é inferência direta a importância do Estado como regulador nas competências que concerne ao desenvolvimento sustentável da atividade turística.

O Estado para Dias (2008) e Nogueira (1987) em relação ao turismo, está encabeçado de dar as diretrizes nos quesitos de estrutura, implementação, coordenação e monitoração do modelo estabelecido de planejamento, e atua também como investidor na infraestrutura básica e incentivos à iniciativa privada. Em 1966, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE publicou um documento instrucional para formulação de políticas governamentais para o turismo, com as seguintes opções: *i)* taxa de crescimento desejada para o turismo, implica na decisão de fomentar o turismo de massa ou seletivo; *ii)* desenvolvimento do turismo com a junção dos setores público e privado *iii)* nos planos nacionais de desenvolvimento dar prioridade ao turismo; *iv)* decisão sobre o tratamento dado ao setor, no sentido de priorizar financiamentos e créditos especiais ou tratar o setor da mesma forma que os demais. Essa última reforça o posicionamento de importância ao setor tanto como os outros (Lickorish e Jenkins, 2000; Henz, 2021).

Dias (2008) e Hall (2001) ainda complementam que é delegado ao Estado os devidos incentivos fiscais e empréstimos com juros atrativos para alavancar um destino turístico na compreensão de que o setor é exportador. Com todos esses elementos envolvidos em vista a potencializar o setor como estratégico para o desenvolvimento de uma região, é visível a importância do Estado no exercício desse papel, ora numa atuação como regulador ora como investido e promotor, mas que pese a consideração de que esse não tem poder de atuar sem a devida cooperação, ainda que seja de grande responsabilidade desse, já que sua importância se valida na intervenção das regras do jogo do mercado. Tal que Beni (2006, p.17) corrobora que “o Estado deve prestar colaboração conjunta com as empresas privadas e as organizações sociais”, visando o elo de contribuição entre esses atores para desenvolver o setor turismo em suas mais diversas vertentes empreendedoras.

Retomando então, esse impulso do setor à região dependerá da prioridade que é dada à atividade, de modo que os gestores públicos e a população estejam de fato interessados na propagação dela como promotora do desenvolvimento afim de que promova a difusão na base econômica, permitindo o seu encadeamento para frente e trás. Mas se ambos não coadunarem em abraçar o setor, esta será apenas uma atividade eventual descompromissada com o teor de desenvolvimento. Assim,

entende-se que deve haver uma adesão consciente da região para que o desenvolvimento ocorra, partindo de uma perspectiva de baixo para cima (Oliveira, 2002; Henz, 2021).

Diante do raciocínio delineado acima sobre os agentes locais na fluidez do desenvolvimento do setor turístico, é permitido o entendimento da atividade turística como impulsionadora do desenvolvimento endógeno, já que essa teoria é alicerçada na proposta de fortalecimento nas dinâmicas de cooperação entre os agentes econômicos, políticos, sociais, de um modo sucinto, para a condução de uma política eficiente. Pois para Barquero (2001, p.238) “a sinergia entre as iniciativas locais de cada território e as ações das demais administrações que promovem a mudança estrutura” é uma forma de garantir a eficiência da política de desenvolvimento local.

A modalidade turismo já foi constatada como fenômeno em constante evolução, logo, submetido as mais variadas instabilidades, seja de ordem ambiental, política, sociais, econômicas, culturais e tecnológicas, entre outras como a própria volatilidade do mercado, que incide sobre os mais diversos aspectos e situações, como as próprias transformações do mercado, que trazem consigo processos acelerados na inovação e a especialização da oferta dos destinos, movimentando para constantes inserções e investimentos.

Para Solá, Moraleda e Mazón (2012) há uma lacuna existente entre crescimento e desenvolvimento do turismo, mencionando desafios e a importância das políticas públicas e da inovação para o desenvolvimento sustentável no setor, no entanto que questionam como integrar o turismo nas políticas de desenvolvimento de uma forma mais direta. Sobre essas questões aportam que uma alternativa se dá em estratégias voltadas para a comunidade, enfatizando a gestão do conhecimento como fator importante na relação para o desenvolvimento de uma região.

5.2.1 Território turístico e desenvolvimento territorial

O território pode ser entendido como resultado dinâmico da consolidação das múltiplas atividades que ocorrem no espaço, manifestada nas dimensões econômicas, sociais, políticas e culturais, ou seja, essas relações projetadas no espaço que se materializam no território. Para Raffestin (1993), a formação do território é concebida a partir do espaço. Esse espaço corresponde à base anterior à intervenção humana, enquanto o território surge quando esse espaço passa a ser apropriado, organizado e

controlado pelos indivíduos, grupos sociais, instituições e o próprio Estado. Desse modo, a construção territorial toma forma com a relação dos atores sociais, onde o poder é o centro dessas relações, tendo o Estado como componente estruturante como parte dessa relação, exercendo a influência, regulação e disputa dentro desse processo de territorialização.

Raffestin (1993) ainda aponta que a discussão acerca da produção territorial se dá a partir das relações de poder, no qual a ênfase ao território tem-se como resultado das ações e estratégias estabelecidas pelos mais diferentes atores sociais sobre o espaço, ou seja, toda relação territorial é permeada por relações de poder, sendo estas mediadas por instrumentos materiais e imateriais, como trabalho, informação, comunicação, infraestrutura e tecnologia. O autor ainda ressalta, que o poder não está concentrado exclusivamente no Estado, embora este tenha um papel estruturante e regulador, mas o poder circula entre os diferentes atores sociais que atuam na produção territorial (Raffestin, 1993).

Assim, o território deixa de ser interpretado apenas como uma delimitação física para ser entendido como uma construção social, política e de relações, estabelecido pelas intencionalidades, disputas e mecanismos envolvidos do poder. Diante disso, é permitida a compreensão do território como resultado dinâmico das interações sociais e das estratégias de apropriação do espaço, o qual revela que as territorialidades são continuamente produzidas e transformadas conforme os interesses e as relações estabelecidas entre os agentes. Nesse aspecto, a territorialidade é entendida como o conjunto de relações construídas pelos atores com o território, o qual expressa pertencimento, identidade, controle e formas de uso do espaço, de modo que pode manifestar relações de cooperação ou conflito. (Raffestin, 1993).

Assim, os diferentes grupos sociais atribuem funções e significados distintos ao território, produzindo territorialidades múltiplas e por vezes, conflitantes. Essa interpretação dialoga diretamente com o turismo, visto que a atividade turística promove novas formas de apropriação do espaço e intensifica relações entre diferentes atores, como residentes, turistas, empresários e Estado. O turismo é uma atividade com suas particularidades em relação à sua produção, pois o território é um elemento fundamental que transforma o produto final por meio do consumo das suas variadas formas-conteúdos, simbólico e material, de modo que caracteriza o espaço como principal objeto de consumo, essa dinâmica diferenciada de consumo resulta na formação do território turístico. Nessa apropriação do espaço a qual a atividade se insere, tem a

capacidade de provocar mudanças no ambiente natural como nas relações sociais, logo, por ser um fenômeno complexo e multifuncional, o qual tem sua marca física, cultural e simbólica, está sujeito as imbricações no espaço e território (Raffestin, 1993; Cruz, 2000).

A transformação social ocorrida no território se manifesta no entrelaçamento de turismo e território, uma vez que a dinâmica da atividade estabelece relações complexas de encontros e confronto proveniente de territorialidades distintas, como a dos residentes e dos turistas. Knafo (1999) classifica o primeiro como *insiders*, o qual percebem o território como provedor dos rendimentos para suprir as necessidades para sua sobrevivência, e o segundo, o denomina de *outsiders*, que enxergam o destino como um território de lazer, descanso e prazer. Dessa forma, o território turístico torna-se espaço de encontros, tensões e negociações entre diferentes territorialidades. Além disso, a perspectiva de Raffestin (1993) fortalece a compreensão do desenvolvimento territorial enquanto processo relacional e multidimensional.

Há outros elementos do turismo que são essenciais na composição para definição de território turístico, o qual Rodrigues (1997) os denomina como: polos emissores de turistas; polos receptores e os polos indutores. Sendo que, dentre os três citados, é o polo receptor que qualifica o território turístico ou o lugar turístico, pois é nele que a atividade turística é materializada, é a concretização do consumo no espaço, conforme salientado por Frattucci (2000, p. 122) “É no *lugar turístico* que o fenômeno se materializa e sobrepõe suas formas fixas em: atrativos turísticos, equipamentos e serviços turísticos (hospedagem, alimentação, guias de turismo, locais etc.) e infraestrutura de apoio (comunicação, transportes, segurança, etc.)”.

O desenvolvimento perpassa a existência de recursos naturais ou atrativos turísticos, pois inclui a capacidade de articulação entre os atores, das relações institucionais e das redes que estruturam o território. E são os emaranhados dessas relações que imprimem no espaço como malha, rede e “nós” que se constitui o território, denominado por Raffestin (1993) como sistema territorial, o qual é exteriorizada por um grupo. As malhas correspondem às formas de organização e delimitação do território, o qual representam a estrutura espacial criada pelos atores para administrar e ordenar o espaço. Já as redes configura os fluxos materiais e imateriais que estruturam o território, enquanto os nós representam os pontos estratégicos de concentração e articulação dessas relações. Essa abordagem tem aproximação com as discussões sobre território turístico ao permitir compreender que a atividade turística depende da

articulação entre polos emissores, receptores e indutores, que formam uma rede de conexões que viabiliza o deslocamento de pessoas, capitais, informações e serviços, pois o território turístico constitui-se como espaço de consumo, experiência e reprodução de relações sociais e simbólica (Raffestin, 1993; Rordrigues, 1997; Fratucci, 2000).

Nessa linha, tem-se a pesquisa de Costa e Rocha (2023) que atuaram num esforço para a aproximação teórica do turismo e territórios-rede, o qual os autores agregam a rede geográfica como elemento importante para análise do turismo no território, fazendo a interlocução entre território e rede. O entendimento de rede tem a proposição de linhas, com objetivo de canalizar fluxo, que moldam a estrutura do espaço fazendo as conexões interna e externa dos fenômenos, integrando o próprio território (Santos, 2012; Dollfus, 1991; Costa e Rocha, 2023).

Os autores Yáziqi e Carlos (1999) entendem que para melhor compreensão do turismo como elo integrador do território é pertinente a realização de uma análise socioespacial, dada multidisciplinaridade da atividade, a fim de que haja convergência nas ações por parte dos gestores públicos e privados. Essa proposição tem respaldo em Fratucci, Moraes e Allis (2015, p.3) ao corroborarem que “é essencial a compreensão das lógicas territoriais que cada um desses agentes adota para a satisfação das suas demandas e expectativas”.

Ao trazer território e rede para análise do turismo, Costa e Rocha (2023) expandem a ideia da lógica de zona/reticular com o território-zona e território-rede, e com isso relacionam território-zona e território-rede com o turismo, na perspectiva dos agentes envolvidos na cadeia turística, sendo considerado como elo principal: turistas, Estado, empresas e trabalhadores. O território zonal é onde os fenômenos ocorrem de forma local, dentro da lógica zona. Já o território rede tem mais fluidez e mobilidade, representado pela lógica reticular dos pontos, nós e redes, que permite o desenvolvimento das interações em múltiplas escalas e direções. Ainda sobre território-rede, os autores acrescentam que "os fenômenos correm de forma seletiva no espaço geográfico, territorializam e se articulam em redes, sendo o uso de forma descontínua e flexível" (Costa e Rocha, 2023, p.6).

Dada a complexidade do fenômeno do turismo, na compreensão dessa dualidade territorial (território-zona e território-rede), os agentes que fazem parte da cadeia são também elementos no espaço e exercem diferentes ações relacionadas ao poder e no próprio uso do território Fratucci (2000). Então, Costa e Rocha (2023),

apresentam diferentes formas de territorialização na perspectiva do turista, Estado, empresas, trabalhadores/comunidades locais, conforme apontado no Quadro 18:

Quadro 18: Agentes da cadeia turística e as lógicas territoriais predominantes

Elemento do Espaço	Descrição e classificação
Turista	▪ Exerce papel central na determinação da oferta turística, pois toda atividade turística é estruturada de forma seletiva e reticular para atendê-lo no destino. ▪ Territorializam de maneira seletiva em vários nós/pontos por intermédio das redes, ▪ Lógica predominante de atuação: Usa o espaço na lógica reticular ▪ Territorialidade predominante: Território-Rede
Estado	▪ Central na existência do fenômeno turístico ▪ Contribui no sentido de fomento da atividade, com papel central na efetivação de políticas tanto para o mercado quanto para a comunidade local ▪ Prioriza áreas fechadas para gestão e planejamento, ▪ Lógica predominante de atuação: Usa o espaço na lógica zonal ▪ Territorialidade predominante: Território-Zona
Empresa	▪ Papel primordial no uso corporativo do território. ▪ Agem como rede, atuando em cadeias, ligadas pela internet, caráter móvel, dinâmico e fixo ao mesmo tempo, se deslocam para destinos rentáveis (melhor localização para aumentar seus lucros), reestruturam território onde se instalam. ▪ Se instalam de maneira seletiva para melhor receber os fluxos ou emitir determinados fluxos, ou seja, precisa estar próxima dos atrativos e servir aos turistas, que são o elo da cadeia turística. ▪ Globais, nacionais e locais são exógenas ao destino turístico. ▪ Agem de forma reticular, com exceção para as pequenas empresas. ▪ Lógica predominante de atuação: Usa o espaço na lógica reticular ▪ Territorialidade predominante: Território-Rede
Trabalhadores/ Comunidades locais	▪ Elemento integrante da atividade turística ▪ Não apresentam, <i>a priori</i>, protagonismos para concepção e execução para as políticas voltadas ao turismo ▪ Territorializam fundados na lógica zonal, depende do entorno para sua existência, mas quando se relacionam com outros agentes como por exemplo empresas a lógica é reticular. ▪ Lógica predominante de atuação: Usa o espaço na lógica zonal ▪ Territorialidade predominante: Território-Zona

Fonte: Elaborado a partir de Costa e Rocha (2023).

Ainda que os elementos da cadeia turística assumam as duas lógicas, o protagonismo se encontra na lógica reticular. As redes assumem papel central na forma espacial da atividade turística, no entanto, que o próprio Sistema de Turismo é

embasado nessa interação espacial e nas redes, dada a forma de territorialização do turista que é o elo da cadeia, chega ao destino mas desloca do destino principal para os atrativos a partir de redes, o que o caracteriza a sua lógica de territorialização de reticular, não usando o território em sua totalidade, mas se desloca a pontos (locais de visitação) específico e seletivos, por meio pontos, nós e redes (Costa e Fonseca, 2022).

O campo de força e formação de rede no território turístico é estabelecido e acentuado pela relação entre os atores públicos, privados e sociedade civil, que são os provocadores da transformação do espaço na apropriação pelo turismo no território, como pontua Raffestin (1993), essa estrutura é exteriorizada por um grupo.

É nesse processo de transformação que o turismo produz territórios e territorialidades caracterizados por dinâmicas flexíveis e descontínuas. Nesse contexto, torna-se relevante compreender a singularidade da atividade turística e a forma como seus agentes consomem, produzem e transformam o território, bem como os desdobramentos desse processo para o desenvolvimento territorial. O turismo demanda um intenso exercício de interação com o mundo, os turistas, os empresários e os demais atores que participam direta ou indiretamente da atividade e para o próprio território onde se desenvolve (Souza, 2000; Cara, 1999).

Nessa perspectiva, Raffestin (1993) compreende a territorialidade como a dimensão vivida do território, expressa nas múltiplas relações que indivíduos e grupos sociais estabelecem com o espaço ao longo do tempo. Assim, a territorialidade envolve aspectos simbólicos, culturais, sociais, econômicos e políticos que atribuem significado à essas práticas territoriais, onde os atores vivenciam simultaneamente o processo de construção territorial e o território já produzido, por meio de relações existenciais, associadas à identidade, ao pertencimento e à cultura, e de relações produtivistas, relacionadas à utilização econômica dos recursos e das potencialidades territoriais. Porém, independentemente da natureza da relação, essa é permeada pelo poder, já que há uma busca por parte dos agentes em influenciar, organizar e transformar tanto a natureza quanto as relações sociais. O que infere na compreensão do território como resultado das relações de poder que orientam sua produção e apropriação (Raffestin, 1993).

No caso do turismo, há mais clareza nessa condição, pois a atividade não utiliza apenas o território como recurso, mas também produz novas territorialidades, cria novas definições de uso do espaço, atribui novos significados aos lugares e intensifica as relações entre os diversos agentes envolvidos no processo de desenvolvimento

territorial. Como atividade promotora de desenvolvimento, esse exercício de integração deve ser constante e intencional, que de acordo com Milton Santos (2006), a mediação entre mercado e sociedade civil é na arena do território, e que nesse processo, por vezes é preciso ter um caráter protetor ou de contestação. Essa integração, retoma a rede e não há dinâmica de desenvolvimento territorial sem a criação ou o reforço de redes e de novas formas de cooperação.

As redes são criadas na cooperação entre os autores dentro do território, que ainda que não tenham interesse idênticos, mas que podem ter seus projetos convergentes com objetivos benéficos para o desenvolvimento de regiões, municípios e territórios. Portanto, o fortalecimento das redes se dá na relação intensificada entre associações, pesquisadores, empresas privadas e órgãos públicos, civis, empresas privadas e órgãos públicos. Nessa mobilização de atores sociais que se busca identificar e resolver problemas comuns que se tem a formação do território, suplementando o espaço-lugar, criando um meio favorável para o desenvolvimento do potencial produtivo de certo local (Carrière e Cazella, 2006). Essa perspectiva converge com Ferrera de Lima (2022), ao destacar que as forças endógenas do território estão relacionadas à ação de seus atores, à mobilização e cooperação dos agentes econômicos e das organizações da sociedade civil, bem como à atuação das lideranças locais.

A partir dessas perspectivas, Carrière e Cazella (2006) e Ferrera de Lima (2022) apresentam elementos complementares para a compreensão das dinâmicas e dos processos relacionados ao desenvolvimento territorial, sintetizados no Quadro 19:

Quadro 19: Abordagens gerais sobre o desenvolvimento territorial

Abordagens quanto:	Descrição
Dinâmicas territoriais	a. Múltiplas e sobrepostas, impermanentes; b. seus limites não são nítidos; c. valorização do potencial de recursos latentes, virtuais ou "escondidos"; Visa revelar recursos inéditos, o que constitui como inovação; Saberes heterogêneos são articulados e combinados. (Carrière; Cazella, 2006). Ferrera de Lima (2022) complementa que a dinâmica territorial é impulsionada por forças endógenas e exógenas que colocam o território em movimento. Os fatores endógenos estão relacionados às características específicas do território e à mobilização dos atores locais, à cooperação, ao empreendedorismo e às lideranças.
Ponto máximo de maturação de um território construído	Geração de "renda de qualidade territorial", na concepção de que o território é o "produto" comercializado. Os diferentes atores (público e privado) precisam articular suas ações mercantis e não-mercantis com propósito de criar oferta combinada e coerente de atributos territoriais. Para Ferrera de Lima (2022), um território desenvolvido deve associar dinamismo econômico e vitalidade à geração de oportunidades de emprego e renda, ao capital humano e à qualidade de vida da população.

Território como uma criação coletiva e institucional	Está associada a ideia de que as transformações das propriedades do território-dado (delimitação é político-administrativa, pode abrigar vários "territórios construídos") podem gerar e maximizar o processo de valorização de diversos recursos - genéricos e específicos desse espaço.
Densidade institucional	Explica a construção e as características de um território. Duas propriedades fundamentais nessa análise: a. realidade em evolução; b. resultado simultâneo dos "jogos de poder" e dos "compromissos estáveis" estabelecidos entre os principais atores.
Aparatos institucionais	Mesmo em todos os territórios.
Análise institucional	Não dissimula as exclusões socioeconômicas e nem os conflitos sociais
Aspectos operacionais da teoria do desenvolvimento territorial	- Unidade ativa de desenvolvimento, dispõe de recursos específicos e não transferíveis; - Para além da realidade geográfica ou física tem sua complexidade, sendo ao mesmo tempo humana, social, cultural e histórica; - Resultado de uma construção social, o que cria o território é o sistema de atores locais.
Estratégia do desenvolvimento territorial	- Criterioso inventário dos recursos locais. Valores simbólicos tornam-se em recursos socioeconômicos como indutores de novas estratégias para o desenvolvimento. - Cooperação entre atores - Planejamento de pequenos centros urbanos (re-equilibrar configurações campo-cidade), permitir difusão mais equilibrada dos serviços e empresas e à população. Já Ferrera de Lima (2022) acrescenta que o fortalecimento das forças endógenas envolve mobilização e cooperação dos agentes, atuação das lideranças e capacidade de articulação coletiva, contribuindo para a construção de uma dinâmica própria do território.
Categorias de atores	1 . Público: diferentes esferas governamentais 2 . Privado: empresas, bancos, agências de seguro, caixas de poupança etc. 3 . Sociedade civil: associações culturais ou esportiva, sindicatos, estruturas de educação etc. Na perspectiva de Ferrera de Lima (2022), a mobilização, a cooperação e a articulação entre os agentes econômicos, as organizações da sociedade civil e as lideranças fortalecem as forças endógenas e o capital social do território.

Fonte: Elaborado a partir de Carrière e Cazella (2006) e Ferrera de Lima (2022).

As abordagens apresentadas no Quadro 19 demonstram convergências entre Carrière e Cazella (2006) e Ferrera de Lima (2022), sobretudo quanto à atuação dos atores, à mobilização dos recursos e às dinâmicas relacionadas ao desenvolvimento territorial. Carrière e Cazella (2006), no que se refere às categorias de atores no desenvolvimento territorial, consideram que o setor privado proporciona melhores experiências ao desenvolvimento territorial, sobretudo pela viabilização da criação de empregos, o que contribui para a melhoria do bem-estar. Ainda de acordo com os autores, cabe ao Estado assumir o papel de apoiador e incentivador às iniciativas locais, enquanto o desenvolvimento territorial envolve as dimensões econômica, ambiental, social e cultural, caracterizando-se como um processo multidimensional.

Essa perspectiva dialoga com Ferrera de Lima (2022), para quem a dinâmica territorial está relacionada às forças endógenas e exógenas que colocam o território em movimento, sendo as forças endógenas associadas à mobilização e cooperação dos

agentes, à atuação das organizações da sociedade civil e das lideranças locais. Para o autor, outro aspecto importante sobre desenvolvimento territorial refere-se a mudança de mentalidade, sobretudo das lideranças locais que exercem o poder no território e, quanto ao sentido de aumentar riqueza é para migrar de estágio para outro de sociedade, seguindo uma lógica evolucionária de avanços qualitativo e progressista. O referido autor ressalta a importância de uma governança territorial visionária, proativa e empreendedora sendo a condição essencial para promover transformações sustentáveis no território.

5.2.2 Turismo e sustentabilidade: convergência para o desenvolvimento territorial

Primeiramente, faz-se necessária a distinção entre os termos “sustentável” e “desenvolvimento sustentável”, usados com frequência como sinônimos para designar a sustentabilidade. Conforme a proposição de Feil e Schreiber (2017) o termo sustentável é entendido como base de apoio de sustentabilidade, enquanto desenvolvimento sustentável como o alicerce, voltado para a gestão criteriosa dos recursos naturais, com o objetivo de tutelar sua existência para as gerações futuras. Essa definição de desenvolvimento sustentável consta no Relatório Brundtland – Nosso Futuro Comum de 1987, que enfatiza a importância de não comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades, ao mesmo tempo em que busca satisfazer as necessidades presentes (ONU, 1987).

Com o destaque envolto da temática sustentabilidade, as teorias tradicionais voltadas ao desenvolvimento econômico versavam apenas num viés mecanicista dentro de seu sistema, sem priorizar as questões ambientais nos processos de exploração dos setores produtivos, tiveram que passar por transformação no conceito de desenvolvimento, com isso, foi demandada nova postura do Estado (Renzi, Henz, Rippel, 2019).

Essa reestruturação apontada ao conceito de desenvolvimento se encontra com o conceito dinâmico de sustentabilidade abordado por Sachs (2000), no sentido do aumento exponencial das necessidades da população global. Diante dessas necessidades, surge a reflexão sobre como ser capaz de estar ou usar o ambiente sem afetá-lo. Numa junção de relação harmoniosa entre o homem e o ambiente, fica explícito a “preocupação com a qualidade dessa integração e avalia suas

propriedades e características, abrangendo os aspectos ambientais, sociais e econômicos” (Feil e Schreiber (2017, p. 674).

Para Jimenez Herrero (2006) e Hanai (2012), a sustentabilidade é compreendida como conjuntos de sistemas que inclui a opção social com múltiplos objetivos que se transformam no tempo, numa retroalimentação contínua, perfazendo então, uma concepção dinâmica do conceito, numa proposta de manutenção co-evolutiva dos sistemas sociais e naturais, de modo a enfrentar às flutuações existentes e adaptar-se às mudanças transformacionais que ocorrem no tempo. Assim, de acordo com a compreensão de Hanai (2012) e McCool, Moisey e Nickerson (2001) o próprio termo sustentabilidade já traz em seu bojo uma relação significativa com temas como: redistribuição de rendimentos; equidade no processo de produção; manutenção dos ecossistemas; manutenção da resiliência natural e do homem; e nova configuração no aspecto de poder, porém, cada qual com ações resolutivas diferentes.

Dentre essas colocações, voltar o termo sustentabilidade e desenvolvimento sustentável não é uma tarefa fácil. Autores como Butler (1980) salienta que o termo turismo sustentável não se aloca dentro da proposição do conceito propriamente utilizado de desenvolvimento sustentável, já que compreende o primeiro como a manutenção do turismo, sem estar relacionado diretamente com a preocupação dos elementos físicos e humano em que a atividade ocorre.

Diante da lógica exposta, Butler (1980) defende a designação do termo “desenvolvimento sustentável do turismo”, pois a sua adequação se aplica o turismo numa visão ampliada, em seu desenvolvimento como um todo, integrando o bem-estar da comunidade e a preservação do ambiente. Sob essa ótica, o turismo deve ser planejado para aplicação de manutenção saudável do espaço em todas as esferas (física, humana, ambiental entre outros).

Para Vieira (2011) há uma movimentação no processo evolutivo do desenvolvimento sustentável do turismo, pois saiu da centralidade do ambiente, passando a incorporar em seu bojo os aspectos econômicos, sociais, culturais assim como a equidade social. Para a autora, o respeito deve prevalecer no local, no sentido de preservação dos direitos e desejos da comunidade, abarcado a mesma na cooperação do processo de tomada de decisões no planejamento e gestão do turismo. Aqui pode inferir que a autora faz um chamado para planejamento participativo da sociedade para o desenvolvimento sustentável do turismo.

No estudo de Garlet, Grellmann e Madruga (2021), há um compilado dos

princípios estabelecidos em 2003 pela *World Trade Organization* – WTO, para o desenvolvimento do turismo sustentável. O primeiro princípio: tem a sua relação com os recursos naturais, históricos, culturais e outros relacionados ao turismo. a qual se deve conservar para o futuro sem interferir nos benefícios para a sociedade de hoje. O segundo princípio: versa sobre o planejamento e gestão do desenvolvimento do turismo com o objetivo de não causar sérios danos seja de ordem ambiental ou sociocultural para a área turística. O terceiro princípio: preza pela qualidade generalizada do aspecto ambiental em vista da manutenção e melhoria quando necessário. O quarto princípio: é direcionado ao turista para que se sinta satisfeito no destino turístico, assim, o local mantém o seu valor de mercado e continue sendo um destino desejado pelos turistas. E o quinto princípio: é voltado para a sociedade local, que os benefícios oriundos do turismo sejam estendidos a todos.

A partir da convergência com os princípios estabelecidos pela WTO (2003), que tem a premissa no ambiental, planejamento, qualidade, econômico e social, que ao pensar em ações práticas para o desenvolvimento do turismo sustentável, compete integrar à essa temática a Agenda 2030, que estabelece os 17 Objetivo de Desenvolvimento Sustentável – ODS. Nesse escopo, tem a aderência com a pesquisa, o Objetivo 8 - Trabalho Decente e Crescimento Econômico, que preconiza o fomento ao crescimento econômico sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos. Essa articulação permite que o desenvolvimento sustentável do turismo seja pensado como um sistema capaz de promover a inclusão produtiva e o fortalecimento da base econômica território.

Sob essa ótica, o emprego no setor do turismo propicia elementos que venham atender o Objetivo 8. Para isso, é importante compreender o conceito de emprego num setor que tem muitas interfaces, já que abrange os mais diversos tipos de organizações enquadradas no setor primário, secundário e terciário, incorporando em sua cadeia os mais distintos produtos e serviços.

Contudo, a definição utilizada para emprego no setor do turismo é o qual se refere a relação direta com os bens e serviços adquiridos pelos visitantes e que estão enquadrados nos considerado característicos do turismo, ou que tenham conexão à atividade em si entre outros, produzidos por uma indústria do próprio setor ou não, que pode ser um emprego numa atividade característica do turismo – ACTs, que o visitante pode vir a consumir ou não, ou seja, considera a totalidade das ocupações nas ACTs. Desse modo, vale salientar que por sua vez, o emprego no setor do turismo

tem em sua conta apenas os relacionados aos bens e serviços adquiridos por visitantes, mas que não se limita às ACTs (UNWTO, 2010; Sakowski, 2015).

Desse modo, outro ponto a ser levantado encontra-se a dificuldade de mensurar os impactos advindos da atividade turística, pois o consumo dos seus produtos e serviços se dá tanto pelo público externo quanto interno. Romão (2018) aponta que essa dificuldade amplia quando é incluída a nova tendência de acomodação e transporte no formato compartilhado entre nativos e visitantes, e ainda ocorre, ao longo do tempo numa sazonalidade. Contudo, o turismo tem a sua versatilidade e capacidade de transbordamentos aos demais setores econômicos, o que implica positivamente em uma cadeia produtiva e geradora de oportunidades no mercado de trabalho, com ofertas diretas e indiretas, mas ainda assim, nem sempre há o reflexo de aumentos de postos de trabalho na área.

Porém, apesar dos benefícios advindo do setor do turismo, numa outra perspectiva, é importante pontuar a externalidade negativa vinculada ao emprego nesse setor. Os autores Cooper *et al.*, 2011, traz o destaque para a informalidade existente na atividade, o que o denomina como fator complicado, e ainda indo além, para as condições que geram preocupação como salário considerados baixos dependendo da economia do país, outros como saúde e segurança, aliás, a falta dela no exercício de algumas atividades.

Somando a isso, tem-se a questão salarial. Com ênfase ao Brasil, Henz (2021) pontua que não existe piso salarial próprio ao setor do turismo, implicando numa oferta de mão de obra de baixa qualificação e falta de comprometimento dos jovens, que por sua vez, sem experiência, e tratam o emprego nessa área como temporário. A autora ainda acrescenta que em países classificados como subdesenvolvidos, os empregos na área são considerados de alta produtividade, pois tem-se a exigência demandada em fluência em outras línguas, atendimentos com qualidade. Já em países com rendimento melhor essas exigências são mínimas dentro de uma gama de outras para o mercado de trabalho. Contudo, a diferença do primeiro para o segundo, gera uma rotatividade de mão de obra nas áreas em virtude das competências exigidas no primeiro possibilita ocupação melhores em outros setores econômicos (Henz, 2021).

Apesar desses apontamentos que dão destaque principalmente a informalidade e a inexistência de piso salarial vinculados ao setor, ainda assim o turismo é uma atividade com capacidade pulverizadora nas mais diversas áreas, apresentando como um importante fator versátil e multiplicador, perpassando sobre os aspectos

econômicos, sociais e culturais, atingindo o status socioeconômico de transformador, resultando em mudanças estruturais na sociedade (Acerenza, 2002; Trigo, 1998; Lickorisch; Jenkins, 2000).

Pelo fato do turismo ter essa característica de versatilidade é que o coloca em posição de atividade atrelada ao desenvolvimento econômico, tendo entre a sua capacidade reconhecida por organizações como Ministério do Turismo, Organização Mundial do Turismo (OMT) e Banco Mundial, está a geração de emprego e renda. Essas organizações reconhecem o setor do turismo com perspectiva promissora e crescimento contínuo pelo dinamismo que promove na economia gerando fluxo de divisas e de capitais, o que o torna significativo e estratégico para o desenvolvimento econômico em âmbito local, regional e nacional. O destaque é que a produção proveniente do turismo pode ser compreendida em um contexto amplo, desde produtos alimentares, passando por construção civil e equipamentos dos mais diversos (Malta, 2011; 2018).

Diante da exposição das externalidades positivas do turismo, fica claro o potencial do setor para proporcionar diversos benefícios, especialmente no âmbito econômico, sendo percebido como um instrumento eficaz para impulsionar o desenvolvimento territorial, contribuindo para a criação de oportunidades de emprego e envolvimento da mão de obra existente no local.

5.3 Considerações da seção

O esboço teórico desenvolvido neste capítulo permitiu identificar que o turismo, quando compreendido sob a perspectiva sistêmica, apresentada pelo SISTUR, configura-se como um fenômeno complexo, imerso em dinâmicas concernentes em território. O modelo de Beni contribui para elucidar como o turismo depende da articulação entre seus conjuntos: Relações Ambientais-RA, o da Organização Estrutural-OE e o das Ações Operacionais-AO, com seus subsistemas interligados entre si. Essa ideia aplicada ao território corumbaense, vem demonstrar que o turismo é uma atividade que não se sustém isoladamente, e especificamente no território, ainda tem as suas particularidades por ter do bioma Pantanal com o rio Paraguai como atrativos centrais do turismo do território, a fronteira com a Bolívia, o que intensifica a complexidade para gerir esse sistema, que mantém uma busca contínua pela sua integração e atualização.

Ao seguir para a discussão sobre o turismo e o desenvolvimento, compreende-se que o setor possui potencial para dinamizar economias locais, desde que inserido em estratégias que reconheçam as especificidades territoriais e que articulem políticas públicas, atores locais e a conservação ambiental. Diante desse potencial, o turismo é um setor capaz de promover o desenvolvimento territorial, mas dentro de uma lógica de fortalecimento das instituições, investimentos, articulação e organização dos agentes, práticas de gestão que qualifiquem a oferta turística.

A discussão sobre território turístico e desenvolvimento territorial evidencia que só há uma construção territorial a partir da ocupação do espaço pelas relações sociais, sendo estruturada pelo Estado. E nesse espaço, o turismo como atividade econômica, opera de forma enraizada, apropriando e ressignificando elementos ambientais, culturais e simbólicos para compor sua atratividade, e o território corumbaense se torna palco para operacionalização dessa atividade.

Contudo, o desenvolvimento territorial impulsionado pelo turismo, portanto, requer formas de governança capazes de articular esses elementos, promover coesão social e estimular a participação dos diferentes atores do campo turístico, com mudança de mentalidade, sobretudo das lideranças locais que exercem o poder no território. Portanto, os agentes que fazem parte da cadeia são também elementos no espaço e exercem diferentes ações relacionadas ao poder e no próprio uso do território, tais são identificados por Costa e Rocha (2023) como: turista, Estado, empresa, trabalhadores e comunidades locais.

Mas é claro também que o desenvolvimento territorial deve ser sustentável, em relação harmoniosa entre o homem e o ambiente, abarcando os aspectos ambientais, sociais e econômico, como uma engrenagem fluída. O desenvolvimento sustentável do turismo perpassa o eixo ambiental e agrega em seu conjunto os aspectos econômicos, sociais, culturais a equidade social, visando o respeito ao local com a preservação dos direitos e desejos da comunidade com cooperação do processo de tomada de decisões no planejamento e gestão do turismo.

Nessa toada, tem-se os princípios estabelecidos em 2003 pela *World Trade Organization* – WTO, para o desenvolvimento do turismo sustentável com a premissa no ambiental, planejamento, qualidade, econômico e social, e que na prática para o desenvolvimento, tem-se as diretrizes pelos 17 ODS compostos na Agenda 2030, e como parte do requisito de incorporação neste trabalho, optou-se pelo Objetivo 8 - Trabalho Decente e Crescimento Econômico, que tem por base promover o

crescimento econômico sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos. Esse tópico dá embasamento para analisar se o setor do turismo tem difundido sua base econômica, em vista a promover geração de emprego e renda em Corumbá, ou seja, se tem atendido ao ODS 8.

Dessa forma, ao integrar todas essas dimensões SISTUR, desenvolvimento, território e sustentabilidade, torna-se evidente que o turismo em Corumbá opera em um espaço marcado tanto por estruturas socioeconômicas quanto por relações simbólicas, culturais e institucionais. É nesse ponto que se estabelece a convergência entre as três perspectivas teóricas utilizadas nesta tese: North oferece o aporte sobre base econômica e como as instituições moldam incentivos, reduzem custos de transação e definem o ambiente onde o turismo se desenvolve; Bourdieu permite compreender como os agentes com diferentes *habitus* e capitais disputam posições, afim de legitimarem práticas e construção/manutenção do campo turístico do local; e Beni por meio do SISTUR, possibilita compreender o turismo a partir da articulação sistêmica entre os elementos que compõem a atividade.

Assim, a integração dessas três perspectivas lança luz ao entendimento de que o turismo corumbaense não é apenas um conjunto de atividades econômicas, mas um campo institucional, simbólico e sistêmico que se estabelcem no território. Essa articulação teórica dá base para análise do turismo no território em Corumbá desenvolvida na Parte II desta tese.

PARTE II

A Parte II desta tese apresenta os procedimentos metodológicos adotados na investigação, seguidos da análise e discussão dos resultados e, por fim, das considerações finais. Trata-se, portanto, da etapa em que o arcabouço teórico desenvolvido na Parte I: Base Econômica e Instituição de Douglass North, O Poder Simbólico de Pierre Bourdieu e o SISTUR de Mário Carlos Beni abarcando o desenvolvimento territorial e sustentável toma forma com aplicação de métodos para compreender o turismo no território de Corumbá-MS.

De início, tem-se a descrição do percurso metodológico da pesquisa, que orientaram a construção dos elementos essenciais pertinentes aos dados, como a coleta de dados, técnicas de pesquisa e o tratamento e análise de dados. É um capítulo criterioso de modo a respeitar a articulação entre a questão norteadora da pesquisa e os objetivos geral e específicos.

Na sequência, consta o desenvolvimento da análise que dá sustentação para o desdobramento da discussão, a qual a interpretação ocorre a luz do arcabouço teórico composto por três vertentes para compreensão do turismo em território corumbaense.

E por último, estão apresentadas as considerações finais, nas quais são retomados os principais achados do estudo, sua aderência aos objetivos da pesquisa e sua relevância para a compreensão do turismo enquanto fenômeno econômico, institucional, social e territorial. Essa parte encerra a tese indicando contribuições teóricas, limitações e pesquisas futuras para a temática abordada.

6. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Estudar uma atividade da base econômica de um município requer percorrer um caminho metodológico com muitas nuances, passando por todo contexto geográfico, histórico, econômico e sociais bem como se dá a dinamização “da” e “na” formação dessa base. Para atender o objetivo geral da tese, foi necessário construir os objetivos específicos, pois a pesquisa teve o delineamento e os procedimentos metodológicos considerando o percurso coerente que pudesse alcançar resultados que fizessem sentido para a proposta da tese.

Nesse sentido, o desafio consistiu em analisar o turismo como atividade integrante da base econômica de Corumbá-MS a partir de diferentes perspectivas teóricas que, embora possuam enfoques distintos, apresentam pontos de convergência para a compreensão do fenômeno.

A pesquisa partiu da etapa teórica, essencial para compreensão do fenômeno do turismo sob a perspectiva de três vertentes teóricas escolhidas para serem trabalhadas do âmbito econômico, social e sistêmico. Em seguida, avançou-se para a etapa empírica, destinada à coleta, organização e sistematização dos dados necessários ao atendimento dos objetivos específicos propostos.

Dessa forma, este capítulo se destina a descrição detalhada quanto ao planejamento e da execução da realização da pesquisa, contemplando o desenho metodológico aqui adotado, sua natureza epistemológica, os métodos empregados e os procedimentos de coleta e análise dos dados. Esses elementos constituem a base para a interpretação dos resultados e para a construção das discussões apresentadas nos capítulos subsequentes.

Assim, este capítulo apresenta, de forma estruturada, o desenho da pesquisa, sua natureza epistemológica, os métodos empregados e os procedimentos de coleta e análise dos dados.

6.1 Contextualização e caracterização da pesquisa

A estratégia de pesquisa adotada é o Estudo de Caso, definida como “Estratégia escolhida ao se examinarem acontecimentos contemporâneos [...] e seu poder diferenciador é capacidade de lidar com ampla variedade de evidências - documentos, artefatos, entrevistas e observações” (Yin, 2001, p. 27). Por tratar o

turismo como atividade integrante da base econômica do município Corumbá-MS, delimitação territorial justifica-se pela relevância histórica do turismo devido ao bioma Pantanal e o rio Paraguai como atrativos de alta demanda para o segmento de pesca. Atividade essa iniciada, para alguns autores citados o apontamento é que ocorreu na década de 1970, enquanto outros, fizeram a menção de que o início da atividade se deu na década de 1980. Enfim, décadas que marcaram o município como território turístico.

Como a atividade será estudada e analisada a partir de três vertentes teóricas, que norteiam a tese, optou-se pelo recorte temporal abrangendo os períodos de 1980 a meados de 2025, que permite compreender o atual cenário do turismo a partir do panorama da formação histórica, contemplando os aspectos sociais, econômicos, culturais do município, mesmo considerando eventuais lacunas de registros em determinados períodos.

Para alcançar os objetivos, a pesquisa se dividiu em três etapas, sendo a primeira etapa de caráter teórico, com revisão, seleção e sistematização do arcabouço teórico. A segunda etapa constituiu a fase empírica, onde ocorreu o processo de coleta de dados documentais, observacionais e estatísticos. E a última etapa é a analítica, onde os dados foram integrados e interpretados à luz das teorias selecionadas. E por último, a fase 3 que consta a consolidação e resultados dos dados obtidos.

6.1.1 Epistemologia da pesquisa

A partir da necessidade de compreensão e explicação dos fenômenos é que surgem as teorias, e estas, servem de base de sustentação para a pesquisa científica, pois “apresentam-se como um quadro de referência, metodicamente sistematizado, que sustenta e orienta uma investigação” Koche (2003, p.91). Ainda mesmo que o ponto central de uma pesquisa seja produção de nova teoria ou ampliar o entendimento sobre fenômenos, ainda assim, será orientada por teorias existentes, que servirão de base para novas interpretações de saberes existentes (Correa e Lorieri, 2009).

Como a pesquisa teve por premissa três bases teóricas, a saber: “Base Econômica e Instituição” de Douglass North, “O Poder Simbólico” de Pierre Bourdieu com o seu *habitus*, campo e capital, e o Sistema de Turismo (SISTUR) de Mário Carlos Beni”, reconheceu-se que o processo científico é dinâmico e com rigor científico, por

isso, teve-se a preocupação da convergência epistemológica entre essas teorias que serviram de esteios para compreensão análise da investigação do fenômeno turismo. Então, na perspectiva epistemológica, a escolha dessa integração teórica encontrou amparo em Bachelard (1884–1962) e Morin (1921-2024).

O primeiro (Bachelard) é um dos precursores da epistemologia contemporânea, que segundo Macucule *et al* (2023) tem o seu enfoque histórico racionalista, que assentou a sua discussão na ruptura epistemológica, que significa que apesar de diferenças epistemológicas, essas, não podem objetivar criação de fronteiras, tendo por essa ideia, a sua contribuição da ruptura dos obstáculos epistemológicos. Esses obstáculos são apontados por Bachelard (1996) como: experiência primeira, o conhecimento geral, o obstáculo verbal, o substancialismo, o conhecimento unitário e pragmático, o obstáculo animista e o obstáculo ao conhecimento quantitativo. Em suma, Bachelard (1996), enfatiza que o espírito científico avança na criação de métodos novos que não podem ser buscados em anteriores. Para o autor, a ciência não na simples acumulação de verdade, mas avança com movimento contínuo de revisão crítica de pensar, retificação de erros e rupturas com o senso comum e formas estabelecidas, pensamento esse que deriva o seu conceito chave de ruptura epistemológica.

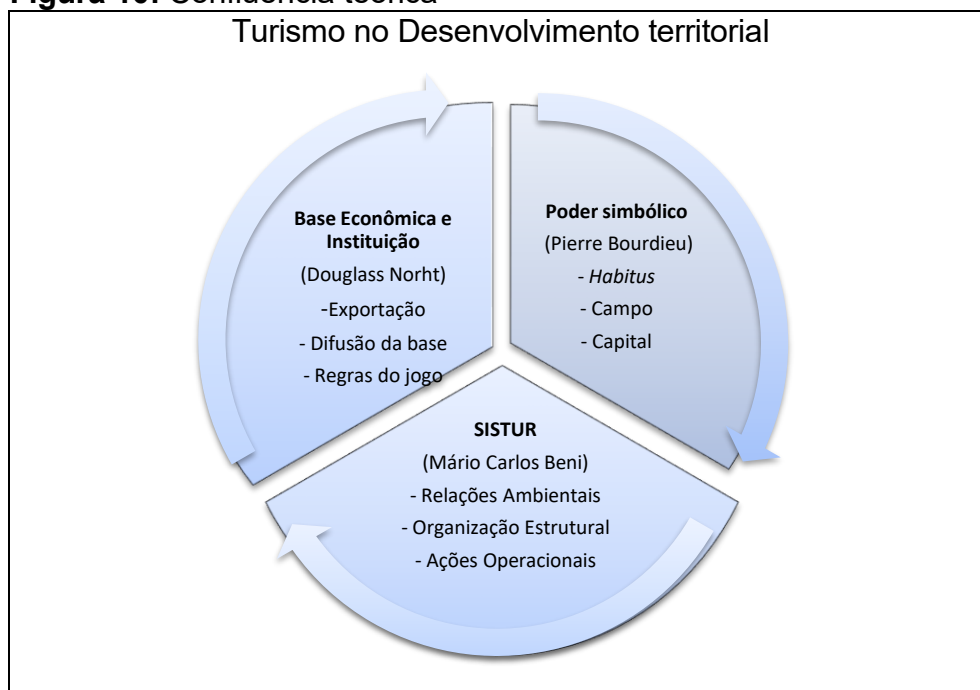
Já Morin (1996) retoma a ideia bacheriana, porém, com a ênfase na epistemologia da complexidade. De acordo com esse autor, essa epistemologia propõe a interligação entre saberes e disciplinas, superando a fragmentação do conhecimento e articulando campos distintos, por vezes antagônicos. Nessa linha do pensamento complexo, a teoria deve ser compreendida como uma construção em constante movimento. Toda teoria só preserva sua complexidade mediante um processo contínuo de recriação intelectual. Isso implica em reconhecer a importância do diálogo permanente com outras teorias que está em constante transformação. Uma teoria que se fecha sobre si mesma, sem considerar as incertezas e retificações inerentes ao conhecimento, tende a perder vitalidade e degradar-se. Em suma, a epistemologia da complexidade se ancora em propor que toda teoria deve ser concebida com algo em transformação constante (Morin, 1996, 2003, 2015; Correa e Lorieri, 2009).

Desse modo, pode-se dizer que a base epistemológica desta tese se pauta na articulação do princípio epistemológico ruptura de Bachelard (1996) com o princípio da complexidade com sua integração de saberes de Morin (1996). Essa junção

permite compreender o conhecimento como um processo em constante construção, aberto a novas perspectivas, o que vem respaldar e consolidar a premissa dessa pesquisa que se dá na articulação de três vertentes teóricas em campos de saberes distintos.

Porém, cabe ressaltar que em consulta as bases científicas, o tema proposto ainda não foi investigado na perspectiva desta tese, caracterizando o ineditismo desta pesquisa que se encontra pousado na triangulação das três teorias apresentadas para analisar o fenômeno do turismo no território corumbaense. As três teorias se dialogam e convergem para o desenvolvimento territorial, conforme Figura 10.

Figura 10: Confluência teórica



Fonte: Elaborado pela autora.

A junção delas, permite lançar mão de uma lente diferenciada de análise, já que traz uma perspectiva de investigação amplificada, que permite visualizar o fenômeno como atividade econômica de diferentes vertentes, mas que apesar de distinções de áreas de estudo (ciências sociais aplicadas e humanas) das teorias aqui aplicadas, há uma confluência entre elas nos temas abordados, pois a formação de uma base econômica é regida por regras (instituição) e seu capital, logo, a instituição do campo é posta por indivíduos com seus *habitus* que determinarão a existência das atividades da base. O turismo como atividade econômica, faz parte da engrenagem do sistema, que tem seu espaço na base econômica do território

6.1.2 Natureza, abordagem e objetivos da pesquisa

Diante do debate histórico em vista sobre qual a melhor abordagem para uma pesquisa versando entre a qualitativa e quantitativa, Khun (1996) alega que não há modelo certo ou errado, mas sim aqueles que irão conseguir responder melhor do que a anterior às rupturas da ciência normal, relevando em conta os paradigmas e teorias que são fruto de um determinado tempo histórico. Mas para Augusto (2014) a escolha deve considerar a ontologia, epistemologia e axiologias de cada abordagem. Tais diferenças estão explicadas no Quadro 20:

Quadro 20: Aspectos dos paradigmas

Modelo Natureza	Ontologia	Epistemologia	Axiologia
Quantitativo	Tem como fundamento a realidade única que pode ser medida e validada pelos princípios científicos	Existe afastamento e separação entre investigador e objeto de investigação	A pesquisa deve ser neutra, isenta de valores
Qualitativo	Discorre sobre realidades múltiplas construídas pela sociedade e que geram significados diversos para os diferentes sujeitos e essa interpretação dependerá da visão de mundo do investigador	Pesquisador e objeto de investigação são interdependentes, um influencia o outro, e a relação do investigador com o seu objeto de investigação pode beneficiar a pesquisa	Defende que a pesquisa é influenciada pelos valores do pesquisador, sendo impossível a neutralidade

Fonte: Elaborado a partir de Augusto (2014).

Augusto (2014) ainda insere que são essas diferenças que permitirão a criação das três concepções de mundo, as quais são: objetivismo, subjetivismo e o construtivismo. E a autora destaca que ambos os modelos qualitativo e quantitativo apresentam suas limitações e vantagens, contudo a melhor escolha entre qual método deverá ser pautada na reflexão da base teórica e que permitirá a construção correta dos dados, e quando uma das abordagens não for suficiente para a compreensão da realidade apresentada, é recomendado para atendimento a lacuna a associação das abordagens.

Diante do exposto, e com o intuito de atender o objetivo geral desta tese, o qual é “compreender a base econômica do turismo de Corumbá-MS e analisar como

os fatores institucionais, simbólicos e sistêmicos exercem influência para o desenvolvimento territorial, considerando desafios e possibilidades futuras para identidade turística do município”, a pesquisa apresentou aderência para utilização da abordagem mista. Embora haja predominância qualitativa, foi incorporado procedimentos quantitativos complementar a análise do fenômeno investigado, considerando o fato do setor do turismo se relacionar com os demais setores e atores econômicos e a busca por conhecimento desse fenômeno em sua pluralidade da perspectiva de áreas diferentes.

Considerando o caráter interdisciplinar desta pesquisa, adotou-se a triangulação teórica e metodológica como estratégia para estabelecer relações entre os diferentes referenciais utilizados, bem como entre as fontes de dados, os procedimentos de investigação e os instrumentos qualitativos e quantitativos empregados. Essa opção metodológica tem a pretensão de ampliar a compreensão do fenômeno estudado, permitindo sua análise sob diferentes perspectivas que, embora distintas, apresentam pontos de convergência.

Com isso, no que compete a abordagem qualitativa para analisar o fenômeno turismo tem-se o respaldo em seu conceito a qual vem ao encontro com o apontamento de Dencker (1998, p. 97) “a observação dos fenômenos sociais, feita de maneira intensiva, a qual implica a participação do pesquisador no universo de ocorrência desses fenômenos, é uma metodologia do tipo qualitativa”. Complementar, a maior riqueza de extração e obtenção de dados possibilita a maior aproximação da realidade em que se compreender. Essa compreensão ampliada do fenômeno em foco permite geração de mais resultados que contributivos (Pozzebon e Freitas, 1998; Minayo e Sanches, 1993). No caso desta tese, os resultados obtidos contribuirão para formulação de modelos que poderão ser aplicados para análise de outros territórios turísticos.

O setor do turismo é analisado economicamente numa régua sedimentada em mensurar produtos (bens e serviços) consumidos pelos turistas no curso das viagens; a influência interrelacional com outras atividades do setor produtivo na base econômica e os efeitos da oferta dos produtos nessa base (Henz, 2021).

Como o fenômeno pesquisado é o turismo como setor produtivo na base econômica de Corumbá e o efeito de difusão dessa base, assim, a parte condizente as questões socioeconômicas, terá a abordagem quantitativa, com técnicas para coleta, uniformização e análise dos dados, para construir o que possibilita o alcance de

resultados com maiores margens de segurança e menores distorções de análise e interpretação (Diehl, 2004).

Cabe destacar que sobre as empresas turísticas, Goded Salto (1998) e Silva (2007) que essas não se enquadram na concepção de empresa nos moldes tradicionais, pois para a primeira não há uma definição, já que pesquisadores a respeito do assunto ressaltam que não há existência por natureza de empresas turísticas, mas o que ocorre é a soma de um conjunto de produtos que se transformar em produtos turísticos à medida que são destinados ao consumo final.

É cabível salientar que os autores que se debruçam sobre a economia do turismo se preocupam com a classificação quanto as características dos produtos e serviços correspondente ao setor, pois pode incorrer de não captar todos os efeitos diretos e indiretos de sua cadeia produtiva na economia, devido o manuseio de dados estatísticos sem a compreensão do universo dos demais setores. Os efeitos podem ser captação ou exclusão de investimento bem como de ordem social (Cooper *et al.* 2011, Henz, 2021).

Quanto aos seus objetivos, esta pesquisa está caracterizada como exploratória e descritiva. Pode ser considerada exploratória, pois o desenho do desenvolvimento dela, numa perspectiva de análise de um fenômeno, a partir de uma triangulação teórica ainda não foi explorado, que de acordo com Ricardson (2008) a pouca exploração de um tema e a dificuldade de formulação de hipóteses determina uma pesquisa como exploratória.

O método é de natureza exploratória, ocorre primeiro o estudo, seguido da análise do objeto e ao final, ocorre o registro dos dados encontrados e posterior interpretação. O principal objetivo desse método está em descrever as características da população ou fenômeno que está sendo estudado, e assim, fazer a relação entre as variáveis. Gerando então a possibilidade de calcular e analisar o comportamento dessas variáveis imprimindo o resultado mediante ao estudo de caso. O método descritivo ainda permite a abertura para novas ponderações sobre o tema pesquisado Gil (2008).

Pode se considerar que foram realizadas duas etapas nessa pesquisa. A primeira etapa caracterizada como teórica, a qual foi lançada mão de revisões teóricas que serviram de pilar para o embasamento do tema proposto, ou seja, a sustentação desse método é categorizada como um estudo exploratório, já que lançou mão de revisão teórica e de literatura, em vista a aprofundar o entendimento sobre as

temáticas que foram abordadas para analisar o fenômeno do turismo do ponto de vista das teorias de cunho econômicos, social e do sistemismo do turismo e as contribuições dessas.

A ideia principal na construção teórica foi desenvolver os capítulos direcionado com elementos que tivessem inter-relação, ou seja, que os tópicos fossem convergentes para análise posterior, portanto, para consolidação dessa etapa. optou-se pela escolha de livros, artigos de cunho científico, documentos oficiais e extraoficiais, disponibilizados por meio físico e digital.

E a partir da teoria, segue-se para a segunda etapa, a etapa empírica, o qual Demo (2000) enfatiza que é a pesquisa teórica que cria a base para a investigação empírica. O ponto central da etapa empírica se deu na ida a campo para obter materiais sobre o fenômeno estudado, no caso, o turismo, já a visita ocorreu em órgãos públicos e privados, que tem relação direta com a atividade no município.

6.2 Procedimento da Coleta de Dados

A coleta de dados desta pesquisa se utilizou da junção de duas técnicas complementares, sendo a análise de documentos e a observação. A opção estratégica por essas técnicas possibilitou a associação da análise dos materiais teóricos, registros econômicos e institucional com a observação da dinâmica do campo do turismo no território.

Mas afinal, o que vem a ser essas técnicas? A pesquisa documental tem por foco a busca por documentos em fontes primárias e secundária, em formatos escritos ou não, incluindo uma gama de materiais, englobado arquivos, textos impressos, manuscritos, registros estatísticos (IBGE, Estudos Socioeconômicos, Órgãos Públicos etc.), documentos pessoais (memórias, autobiografias, cartas, diários etc.), jornais, revistas, programas de rádio e televisão, mídias sociais, boletins, fotografias, filmes e até mesmo objetos físicos, como artefatos históricos. Esses materiais recebem o tratamento analítico com intuito da elaboração de acordo com o objeto da pesquisa (Marconi e Lakatos, 2003; Pereira *et al.*, 2018).

A pesquisa documental tem sua importância principalmente para a junção de dados que por vezes estão dispersos, contudo, sempre deve ser priorizada fontes confiáveis, a fim de que valide a qualidade da pesquisa, evitando a reprodução e ampliação de erros. O uso desse tipo de pesquisa converge para as puramente

teóricas e para estudo de caso (Gil, 1999, Marconi e Lakatos, 1996).

As vantagens nesse tipo de coleta de dados estão na estabilidade (consultado a qualquer momento) e riqueza (base para os mais variados tipos de estudo), de modo que reforça a fundamentação das afirmações e declarações do pesquisador. Mas tem a sua sensibilidade como qualquer tipo de coleta, pois os documentos são idealizados por seres humanos, com suas virtudes e falhas, impessoalidades e pessoalidades, que pode estar sujeito a diversos vieses, sem contar na interpretação que pode recair em subjetividade. Porém, entra em cena a capacidade criteriosa do pesquisador em considerar o contexto da escrita e se deter. Outro ponto que caracteriza como desvantagem é a indisponibilidade ou falta de acessibilidade dos documentos, o que pode gerar lacunas na pesquisa (Lüdke e André, 1986).

O levantamento documental contemplou fontes primárias e secundárias de natureza pública e institucional, incluindo materiais científicos sobre a história do turismo em Corumbá, planos municipais e estaduais de turismo, atas de conselhos municipais, legislações e decretos locais, além de relatórios técnicos e dados estatísticos provenientes do Ministério do Turismo (MTur), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e demais órgãos públicos vinculados ao setor.

O recorte temporal para esse estudo compreende dois períodos, a saber: a década de 1980 e o período de 2010 a 2025. O primeiro período contextualiza o início do turismo no território corumbaense, relevante para a compreensão da trajetória histórica da atividade e da sua configuração ao longo do tempo. Já o segundo tem como marco inicial o ano de 2010, considerando o processo de institucionalização da política nacional de turismo, por meio das diretrizes estabelecidas pelo Plano Nacional de Turismo (PNT), que orientaram os municípios quanto ao alinhamento e à organização das políticas públicas de turismo em âmbito local. A definição desse período possibilita, portanto, analisar a trajetória do turismo no município a partir desse contexto institucional, bem como as políticas e estratégias implementadas no território corumbaense até 2025.

A coleta dos documentos foi realizada entre os meses de julho de 2024 a setembro de 2025, por meio de consultas a bases digitais, arquivos públicos e acervos institucionais. Cada documento foi identificado, catalogado e arquivado digitalmente, com registro de origem, data, categoria e relevância temática,

compondo um banco de dados sistematizado para a análise.

Além disso, para o cálculo do Quociente Locacional (QL), coletaram-se dados de fontes secundárias. Nesse sentido, foram extraídos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), ano base 2010, 2020 e 2024, referentes às subclasses econômicas das Atividades Características do Turismo-ACT's baseadas no Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos-CADASTUR. Essa classificação é oficial, definida pelo Ministério do Turismo – Mtur através do sistema CADASTUR, com respaldo na Portaria MTur nº 38, de 11 de novembro de 2021, no Art. 2 pela Consolida as normas que instituem e disciplinam o Cadastro dos Prestadores de Serviços Turístico (BRASIL, 2021). Outra classificação para fins de análise econômica é dada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-IPEA, que traz o agrupamento generalizado, contemplando parte dos a gastos dos turistas (IPEA, 2025). Na realidade, as calssificações são convergente, pois se utilizam da Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE, conforme listadas no Quadro 21.

Quadro 21: Atividades Características do Turismo-ACT's

CNAES 2.0	Atividades do turismo
5510-8/01; 5510-8/02; 5590-6/01; 5590-6/02; 5590-6/99; 7911-2/00; 7912-1/00; 4929-9/03; 4929-9/04; 5011-4/02; 5099-8/01; 8230-0/01; 8230-0/02; 9321-2/00; 9001-9/01; 9001-9/02; 9001-9/03; 9003-5/00; 9102-3/01; 9200-3/02; 9329-8/99; 7990-2/00; 7721-7/00	Hotéis; Apart-hotéis; Albergues, exceto assistenciais; Campings; Outros alojamentos não especificados anteriormente; Agências de viagens; Operadores turísticos; Organização de excursões em veículos rodoviários próprios, municipal; Organização de excursões em veículos rodoviários próprios, intermunicipal, interestadual e internacional; Transporte marítimo de cabotagem - passageiros; Transporte aquaviário para passeios turísticos; Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas; Casas de festas e eventos; Parques de diversão e parques temáticos; Produção teatral; Produção musical; Produção de espetáculos de dança; Gestão de espaços para artes cênicas, espetáculos e outras atividades artísticas; Atividades de museus e de exploração de lugares e prédios históricos e atrações similares; Exploração de apostas em corridas de cavalos; Outras atividades de recreação e lazer não especificadas anteriormente; Serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente; Aluguel de equipamentos recreativos e esportivos.

Fonte: CADASTUR (2021), IPEA (2025) e RAIS (2025).

Já a coleta por meio da observação é um processo complexo para analisar e interpretar os fatos ou fenômenos, e perpassa o ver e ouvir, desempenhando um importante papel para o próprio desenvolvimento da pesquisa e sua análise, com a aplicação da modalidade conforme as circunstâncias. As modalidades são classificadas segundo: meios utilizados (assistemática e sistemática), participação do observador (não participante e participante), número de observações (individual e equipe), lugar onde se realiza (vida real ou laboratório) conforme Marconi e Lakatos 1996, 2003, SelltizWrightsman e Cook, 1965).

Desse modo, essa pesquisa, na modalidade meios utilizados, optou-se pela observação sistemática, denominada também como estruturada, planejada e controlada por se utilizar de instrumentos na coleta, até porque, o observador sabe exatamente o que pesquisar e direciona a pesquisa para evitar ocorrência de erros e distorções sobre o objeto que está no centro do estudo. Quanto a participação do observador caracterizou-se como participante, pois se envolveu com a realidade estudada, ao direcionar os diálogos e apresentações para o ponto central da pesquisa. O número de observações se deu em caráter individual com o pesquisador presente no local, denominando o local de realização como vida real (Marconi e Lakatos, 1996, 2003, SelltizWrightsman e Cook. ,1965).

Como toda técnica, tem a sua vantagem e desvantagem, e com a observação não seria diferente. A principal vantagem está assentada na coleta dos dados com riquezas de detalhe e em tempo real, o que permite a facilidade para análise e compreensão do fenômeno. Por outro lado, a desvantagem está na limitação do sujeito, pois pode se apresentar sem naturalidade e autenticidade, devido estar ciente que está sendo observado. Outro ponto de desvantagem está relacionado ao tempo e preparação prévias das categorias que serão analisadas, pois demanda de muita atenção e esforço do observador para categorizar com clareza para que obtenha dados realmente relevantes (Marconi e Lakatos, 2003; Pereira e Oliveira, 2024).

Contudo, ainda assim, a observação sistemática ainda é importante na coleta de dados empíricos, pois é essencial no uso de teste de hipóteses, permite novas descobertas e até base para o desenvolvimento de novas teorias, já que as evidências permitem sustentar ou refutar as ideias e teorias (Pereira e Oliveira, 2024).

Na prática, a observação se deu no território corumbaense, em locais

específicos com atuação direta e indireta ao fenômeno estudado, no caso, o turismo, o qual resultou em apontamentos que serviram para a análise. Desse modo, a observação ocorreu, primeiramente em órgãos públicos, escolhidos pela relação direta com os temas abordados nessa investigação, como por exemplo, órgãos responsáveis diretamente pelo turismo, economia e meio ambiente. Caracterizou-se como participante, em virtude de seguir um roteiro direcionado com as categorias que conduziram as conversas, que aconteceram em visita presencial a esses órgãos e posterior troca de mensagens via aplicativo, em continuidade para dirimir dúvidas no desenvolvimento da escrita. No privado, essa observação se deu na empresa que atua diretamente com a operacionalização da prática turística, do principal produto que é a pesca.

A observação foi orientada pelas categorias analíticas estabelecidas no referencial teórico, considerando aspectos relacionados às instituições e à organização da atividade turística (North), às práticas, posições e relações entre os agentes do campo turístico (Bourdieu) e à articulação entre os componentes do sistema turístico (Beni). Durante a observação *in loco*, foram considerados elementos passíveis de observação direta, como as formas de participação e interação entre os agentes, práticas relacionadas à atividade turística, articulação entre os setores público, privado e terceiro setor, bem como aspectos relacionados à inserção da comunidade nas dinâmicas do turismo. As evidências observadas foram registradas e posteriormente sistematizadas para compor, juntamente com o corpus documental, a Análise de Conteúdo. Desse modo, os resultados decorrentes da observação possuem natureza qualitativa e interpretativa, sendo apresentados como evidências ou indícios identificados no contexto investigado, não correspondendo à mensuração quantitativa de percepções, sentimentos ou comportamentos da população.

6.3 Técnica de análise de dados

As técnicas para análise de dados nesta pesquisa foram definidos conforme a questão norteadora com os objetivos geral e específicos estabelecidos, sendo conduzido de forma integrada, na combinação de métodos qualitativos e quantitativos orientados por uma matriz teórico-analítica baseada em North, Bourdieu e Beni. Essa perspectiva assegura a captação simultânea das ênfases da base econômica e institucional, a praxiologia sedimentada no *habitus*, campo e capital, e o sistema com

seus conjuntos para análise do turismo no território corumbaense.

Assim, os procedimentos estão articulados e coerentes para interpretação do fenômeno turístico em sua complexidade sistêmica no território, o qual foram empregadas três técnicas principais de análise de dados: **1.** Análise de Conteúdo – com o tratamento e interpretação dos dados qualitativos oriundos da observação e do corpus documental, tendo o capítulo 2 desta tese também como parte integrante do corpus para análise. **2.** Quociente Locacional - é utilizado para a análise de ordem quantitativa da base econômica do turismo do território corumbaense. **3.** SISTUR – a partir desse sistema com seus conjuntos e subconjuntos fez-se a classificação do turismo de Corumbá.

A combinação dessas técnicas permitiu organizar os dados de modo, que em etapa posterior, foram interpretados por meio da triangulação teórica, com a articulação dos aportes teóricos de Douglass North, Pierre Bourdieu e Mário Carlos Beni, produzindo evidências consistentes para desenvolvimento do cap. 7, correspondente a análise e discussão de resultados.

A seguir, consta a descrição das técnicas de AC e QL, e posterior explanação da triangulação teórica e de métodos.

6.3.1 Análise de Conteúdo (AC)

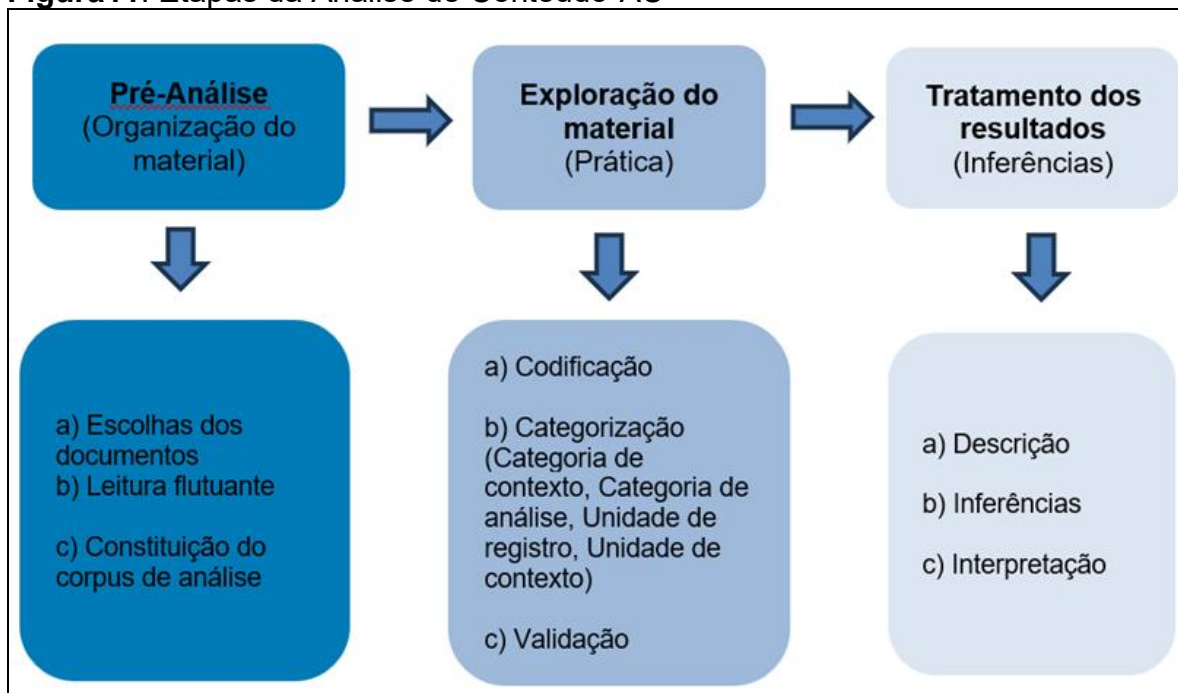
O conjunto de técnicas para analisar comunicação por meio de procedimento sistemáticos e objetivos na descrição do que contém as mensagens, indicadores (quantitativos e qualitativos) com os seus significados que permite a inferência de conhecimentos é o que define a análise de conteúdo segundo Bardin (1977). As principais características dessa técnica são quanto a sua utilização (exploratória ou verificação); exige categorias exaustivas, exclusivas, objetivas e pertinente; em grandes quantidades de dados pode ser feita a interpretação com apoio de tecnologia; tem-se o risco de deixar passar o que está ausente ou raro (Bardin, 1977; Bauer, 2002; Vergara, 2005).

Flick (2005) ainda complementa que a análise textual é uma característica de procedimento da análise de conteúdo, seguindo a lógica de emprego de categorias, oriundas da frequência, de modelos teóricos. Quanto as categorias, o autor destaca que, estas não desenvolvidas a partir do material empírico, mas são trazidas para ele. E quanto a codificação (Bauer, 2002) enfatiza que deve ser considerado o corpus do

texto, sendo um referencial coerente e simples, mas que haja convergência nos códigos.

O rigor científico dessa análise está assentado no cumprimento das etapas, sintetizadas a partir de Bardin (1977, 2020), a qual totalizam 3, sendo a etapa 1 de Pré-análise, a etapa 2 Exploração do material e a etapa 3 Tratamento do resultado, que constam sintetizadas no Figura 11:

Figura11: Etapas da Análise de Conteúdo-AC



Fonte: Bardin (1977, 2020).

Na primeira etapa que corresponde a pré-análise, foi realizada a busca pelos materiais (artigos e livros) que tinha relação com o fenômeno objeto da pesquisa bem como as teorias que serviram de esteio para análise desse. Após a seleção dos materiais, deu-se o contato com eles por intermédio da leitura flutuante. Após essa leitura, foi possível demarcar os trechos importantes para a construção do corpus de análise.

Contudo, como o capítulo 2 desta tese apresenta a contextualização geográfica, histórica, socioeconômica e estrutural do território de Corumbá-MS, e como tais informações estão fundamentadas em documentos oficiais, bem como artigos científicos extraídos de bases confiáveis e coerentes com o objetivo proposto, então, o capítulo foi tratado como documento analítico, já que contém as informações essenciais para a compreensão do território, por esse motivo, foi integrado no corpus

da análise de conteúdo juntamente com os apontamentos da observação direta participante.

Nesse conjunto analítico, os registros provenientes da observação participante foram incorporados como fonte complementar de evidências, sendo interpretados em articulação com os documentos e com as categorias teóricas previamente estabelecidas. As inferências decorrentes dessa análise possuem natureza qualitativa e interpretativa, não correspondendo de alguma forma à mensuração das percepções dos agentes ou da população.

A segunda etapa, que consistiu na exploração de materiais, passou pelo processo de categorização, a identificação das unidades de registros e das unidades de contexto. A unidade de registro, que segundo Bardin (1977, 2020), corresponde ao segmento de conteúdo da base que subsidia a categorização, sendo as mais utilizadas a de palavras (léxico) e de temas (semântico). Assim, para a categorização, esta pesquisa está assentada no critério de tema (semântico) devido já estar estabelecida em três teorias que confluem para analisar um fenômeno em um território, assim, os temas abordados em cada uma das teorias analisadas, serviu para o desenvolvimento das categorias, que confluem para posterior análise.

Desse modo, a análise qualitativa dos dados foi guiada pelas categorias previamente definidas a partir dos referenciais teóricos e dos *checklists* elaborados nos capítulos anteriores, conforme recomendado por Bardin (2020) no processo de categorização dirigida. A construção das categorias respeitou os princípios de exclusividade, objetividade, homogeneidade e exaustividade, o que assegura rigor metodológico e coerência epistemológica na análise.

A terceira etapa da análise de conteúdo corresponde ao tratamento dos resultados, à inferência e à interpretação. Nesta fase, os dados anteriormente codificados são reorganizados e condensados, de modo a evidenciar as informações centrais que sustentam a compreensão do fenômeno investigado. Trata-se do momento em que o dado é lapidado e submetido a um exame interpretativo mais profundo, seguindo com coerência uma intuição analítica e reflexão crítica. Vale ressaltar que as inferências são construídas à luz das teorias adotadas, distribuídas no Capítulos 3, 4 e 5, respectivamente Base Econômica e Instituições (Douglass North); O Poder Simbólico (Pierre Bourdieu) e o Sistema do Turismo (Mário Carlos Beni), que visam atender os objetivos da pesquisa.

Mas para análise de cada objetivo específico, a AC teve um cumprimento

diferente no processo, pois de acordo com Bardin (2020) a AC é uma técnica flexível, que permite adaptação ao conteúdo e ao objetivo investigado. Sendo assim, para o objetivo específico 2, a AC auxiliou na interpretação dos documentos institucionais relacionados à trajetória econômica e à matriz institucional do turismo de Corumbá, complementando a análise estatística (QL). Já para o objetivo específico 3, a técnica foi aplicada em sua totalidade, tendo por eixo central da codificação das categorias o “*habitus*”, “campo” e “capital”, que orientaram a interpretação das dinâmicas do campo turístico corumbaense. E no objetivo específico 4, a AC foi utilizada de modo interpretativo para apoiar a leitura sistêmica do turismo à luz do modelo SISTUR.

E desse modo, a AC funcionou para articulação dos resultados parciais, que permitiu a integração para elaboração da triangulação teórica, resultando em uma síntese que responde ao objetivo geral.

A primeira, teve a aplicação da técnica conhecida como Análise de Conteúdo (Bardin 2020), que se utilizou do corpus composto no Capítulo 2, que abarca dados de Corumbá, o qual apresenta sua contextualização histórica e socioeconômica, até delimitação para o fenômeno do turismo nesse território bem como as anotações sistematizadas a partir da observação participante realizada *in loco*, que atende aos objetivos específicos 2, 3 e 4.

Porém, é importante pontuar que a técnica de A.C tem suas limitações como: Uma análise explicativa apenas do texto básico que denota numa falta de profundidade; a falta e neutralidade na inferência por parte do pesquisador; prioriza a comunicação oral e escrita, excluindo outros que podem ser significativos para análise. Assim, a criatividade e flexibilidade são itens chaves que não limitarão pesquisa (Flick, 2005, Thompson, 1995, Godoy, 1995).

6.3.2. Quociente Locacional (QL)

O Quociente Locacional (QL) visa medir o grau de especialização regional de determinada atividade econômica. De acordo com a descrição de Ferrera de Lima (2022) tal medida propicia a visão mais setorial, o que possibilita enxergar os setores mais especializados e que possuem uma concentração de variável de análise específica, como por exemplo, o emprego ou valor de produção. Complementar a isso, Piffer (1997) destaca que, quando o QL de uma determinada atividade em uma região apresenta valor superior a um, considera-se que essa atividade possui caráter básico

ou exportador, evidenciando sua capacidade de atrair recursos externos e impulsionar a dinâmica econômica local.

Nesse contexto, para a atividade turística, pertencente ao setor terciário, será utilizada a variável emprego como indicador de análise. A mensuração será realizada a partir da comparação entre a participação do emprego nas Atividades Características do Turismo (ACTs) no município de Corumbá e sua participação no conjunto das atividades econômicas do município, tendo como referência comparativa o estado de Mato Grosso do Sul.

Assim, para se calcular o QL, Alves (2012) apresenta a seguinte expressão:

$$QL_{ij} = \frac{VA_{ij}/VA_{iT}}{VR_{jTj}/VR_{TT}}, \text{ ou } QL_{ij} = \frac{VA_{ij}/VR_{Tj}}{VA_{iT}/VR_{TT}}$$

Desse modo: QL_{ij} é o Quociente Locacional do setor i da região j ; V é a variável escolhida para se calcular o QL; VA_{ij} é o valor da variável para o setor i de Corumbá, VA_{iT} é o total de todos os setores de Corumbá; VR_{Tj} é valor do setor i do Mato Grosso do Sul; e, VR_{TT} é o total de todos os setores do Mato Grosso do Sul.

Para fins de análise do QL, Ferrera de Lima (2022) expõe que se o resultado for igual ou superior ($\geq$) a 1, indica uma concentração significativa da atividade econômica em análise, uma vez que ela possui uma importância relativa e percentualmente maior para o território em comparação ao espaço de referência. O autor ainda acrescenta que a praticidade do QL reside justamente na capacidade de fornecer informações que pode ser interpretada tanto no contexto de cada território quanto na perspectiva da distribuição das atividades. Ainda, seus resultados possibilitam generalizações tanto em relação à localização das atividades produtivas quanto à especialização do território.

Contudo, Alves (2012) destaca que, mesmo que o resultado do QL é superior a 1 não significa necessariamente que a região j seja a principal região nesse setor, mas que ela se configura como um polo de concentração relativa desse setor. Isso dá em decorrência do setor i possuir uma representatividade na região j que excede a representatividade desse setor na região de referência. Para o turismo a utilização do QL é um método fundamental, pois para Henz (2021) permite apresentar a relevância da atividade na região.

6.3.3 Triangulação de teorias e métodos

A triangulação é uma estratégia pertinente a pesquisa qualitativa, que se utiliza de dados adicionais visando a sustentação e ampliação das interpretações do pesquisador, com a incorporação de diferentes perspectivas para esclarecimento dos significados a partir das observações ou interpretações, ou seja, propicia abertura para diferentes visões afim de responder à questão de pesquisa, permitindo o estudo do fenômeno de diferentes maneiras. Dentre essas diferentes maneiras, pode se destacar a triangulação de fontes e evidências; triangulação de métodos de coleta e análise de dados; triangulação de teorias; triangulação de pesquisadores (Stake, 2011; Flick, 2013; Bruning, Godri e Takahashi, 2018).

Nesta tese, triangulação se desenvolveu em dois tipos: a triangulação teórica e a triangulação metodológica. Portanto, quanto a primeira, para Flick (2009) e Zappellini e Feuerschütte (2015) o ponto central da triangulação teórica, os dados são abordados com utilização de perspectivas teóricas de áreas diferentes para explicar uma realidade. Nesse sentido, a triangulação teórica, ampliará a capacidade de análise e interpretação do fenômeno do turismo no território corumbaense, por meio do cruzamento de três vertentes teóricas, que trazem em seu bojo, abordagem do âmbito econômico, institucional, social e sistêmico, a partir da articulação entre os aportes de Douglas North, Pierre Bourdieu e Mário Carlos Beni.

Na perspectiva da base econômica e institucional de North permitiu compreender como trajetórias históricas, regras formais e informais e estruturas de incentivos moldam o desempenho econômico do turismo em Corumbá. Já o referencial bourdieusiano contribuiu para revelar como *habitus*, capitais e posições no campo turístico estruturam práticas sociais, percepções e disputas simbólicas que influenciam a articulação entre os agentes. Por sua vez, o Sistema do Turismo (SISTUR) de Beni enfatiza que o funcionamento do turismo depende da integração entre subsistemas, sendo insuficiente compreender a atividade apenas pelo viés econômico ou sociológico.

Enquanto a segunda, a triangulação metodológica configura-se como um recurso metodológico essencial para a análise profunda de fenômenos específicos, permitindo a construção de um panorama detalhado e abrangente do objeto empírico. Esse tipo de triangulação admite duas orientações distintas, sendo a triangulação dentro do método, o qual é definida pelo emprego de diferentes técnicas de coleta e

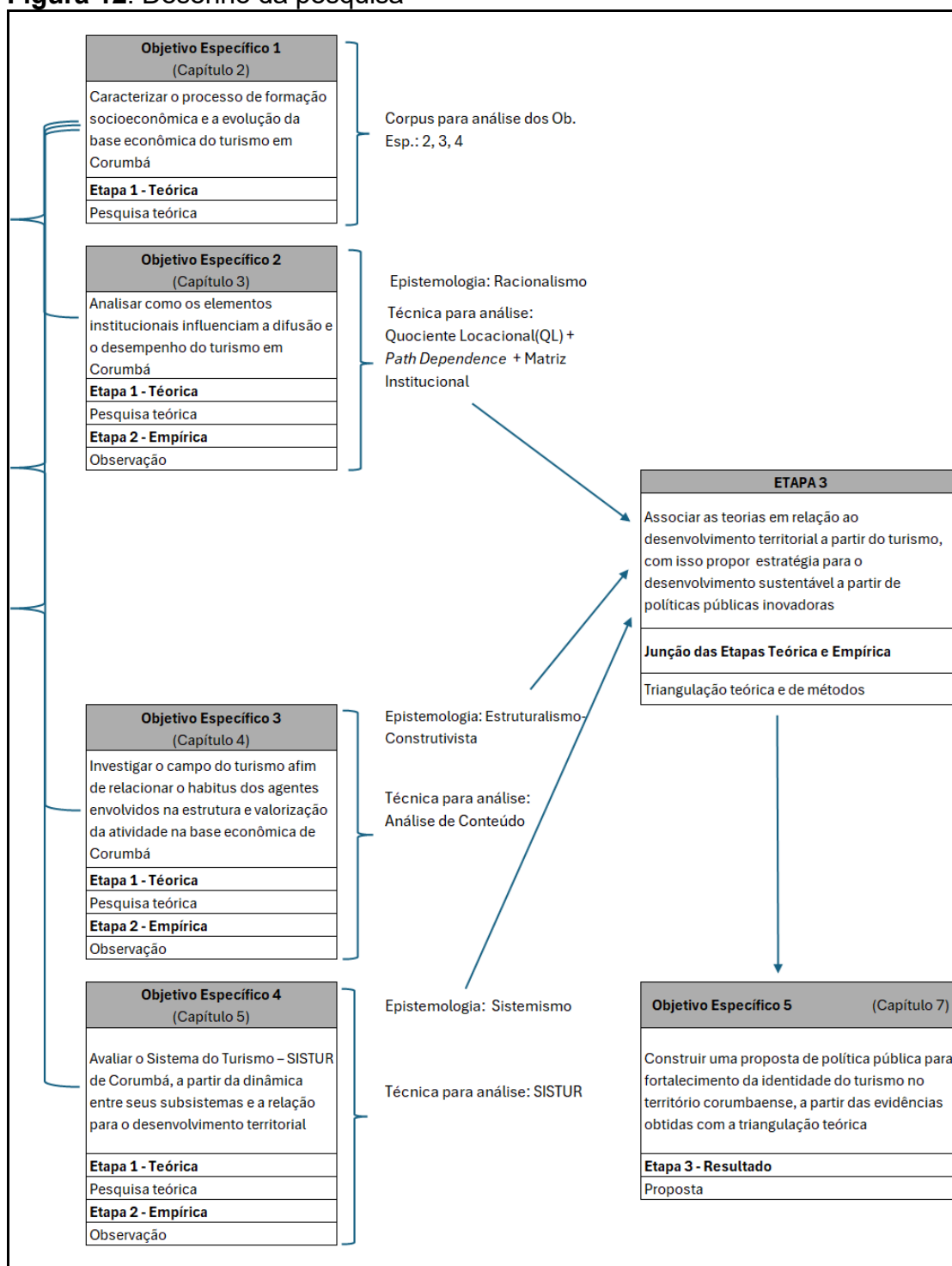
interpretação em uma única abordagem, enquanto a triangulação entre métodos, integra metodologias diversas para compensar as limitações de cada uma se tratada de forma isolada. Contudo, vale destacar que a validade dessa multiplicidade metodológica está na congruência com as perguntas norteadoras da pesquisa e na combinação de métodos quantitativos e qualitativos em um único estudo (Denzin e Lincoln, 2006; Gary, 2012; Neves, 1996; Holanda e Farias, 2020).

A triangulação metodológica, articulou procedimentos distintos para assegurar a consistência interpretativa e coerência interna da análise. O Quociente Locacional (QL) é a técnica quantitativa que permitiu mensurar a especialização e o peso econômico das Atividades Características do Turismo na estrutura ocupacional de Corumbá, conferindo objetividade e comparabilidade histórica aos resultados. A Análise de Conteúdo empregada possibilitou identificar categorias analíticas ligadas ao *habitus*, campo e capital, aprofundando a leitura qualitativa de documentos institucionais. Já o uso do SISTUR como matriz de análise forneceu um instrumento estruturado para avaliar a relação entre os subsistemas, demonstrando quais as potencialidades e gargalos do sistema turístico do território.

As abordagens teóricas, quando analisada isoladamente, evidencia dimensões importantes da atividade turística, mas é somente pela triangulação que se tem a possibilidade de verificar as relações existentes entre a estrutura econômica, institucionalidade, práticas sociais (*habitus*, campo e capital) e o sistema turístico, e quais os limites e as potencialidades da atividade no território para promover desenvolvimento territorial bem como as contradições que caracterizam a atividade no Pantanal corumbaense.

Desse modo, na presente tese, a triangulação teórica e metodológica adotada é para correlacionar as teorias na aplicação do turismo no território corumbaense. Tal integração é fundamental para articular a mensuração econômica da especialização turística corumbaense à complexidade das disposições simbólicas e sistêmicas que caracterizam o território. O delineamento estratégico desta pesquisa está detalhado na Figura 12:

Figura 12: Desenho da pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora.

7. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise e discussão dos resultados apresentada neste capítulo está condizente para o atendimento dos objetivos propostos nesta pesquisa bem como a coerência com a metodologia escolhida, a qual foi adotada a abordagem mista, porém, a abordagem qualitativa, atende a maior parte desta tese e a quantitativa tem o seu papel no apoio para compreender a especialização do território corumbaense. A primeira, teve a aplicação da técnica conhecida como Análise de Conteúdo (Bardin 2020), que se utilizou do corpus composto no Capítulo 2, que abarca dados de Corumbá, o qual apresenta sua contextualização histórica e socioeconômica, até delimitação para o fenômeno do turismo nesse território bem como as anotações sistematizadas a partir da observação participante realizada *in loco*, que atende aos objetivos específicos 2, 3 e 4. Quanto a análise quantitativa, essa foi complementada pelo cálculo do Quociente Locacional (QL), que permitiu medir a especialização econômica do turismo no município e sua relevância no contexto do estado de Mato Grosso do Sul.

A estratégia adotada corresponde ao percurso metodológico estabelecido, onde cada objetivo específico tem o seu próprio bloco de análise, de modo articulado ao arcabouço teórico adotado, nesse caso, apoiados especificamente nos autores Douglass North, Pierre Bourdieu e Mário Carlos Beni. Os resultados interpretados com devidas inferências, foram triangulados, com o intuito de obter uma análise interdependente entre base econômica, instituições, *a praxeologia bourdiesiana* e a estrutura sistêmica do turismo no território, e consequentemente, serviu para responder o objetivo específico 5.

O corpus analisado revelou elementos recorrentes que indicam padrões interpretativos relacionados à estruturação histórica da atividade turística em Corumbá, dinâmica econômica, presença do Estado, formas de organização dos agentes e funcionamento sistêmico. Esses elementos emergiram tanto do contexto histórico documentado quanto das expressões observadas durante a coleta de dados em campo.

Assim, essa discussão ultrapassa a fronteira de descrição de resultados, já que também teve a construção interpretativa e analítica que permitiu a identificação do *habitus* que molda o turismo em Corumbá, a partir de sua trajetória histórica, o que apresenta uma contribuição inédita da pesquisa.

7.1 A base econômica do turismo de Corumbá-MS sob a perspectiva institucional de North

O Objetivo Específico 2 consistiu em “analisar como os elementos institucionais influenciam a difusão e o desempenho do turismo em Corumbá” segundo a abordagem da base econômica e institucional de Douglass North (1955, 2018). O autor compreende a base econômica explicada a partir dos fluxos econômicos, com a atividade básica promovendo um efeito dinâmico sobre a não-básica, ou seja, setores responsáveis que abastecem a demanda externa é que são determinantes para o desenvolvimento do território (Piffer, 2009; Haddad, 1999) e as instituições como regras formais e informais que moldam incentivos, reduzem incertezas e orientam comportamentos, influenciando diretamente o desempenho econômico dos territórios.

A análise da base econômica de Corumbá, alicerçada nos dados socioeconômicos detalhados no Capítulo 2 (Gráfico 01), revela uma estrutura produtiva cuja atual configuração é liderada pelo setor de Comércio e Serviços (31%), seguido pela Administração Pública (24%) e pelas Indústrias (23%). Embora as características próprias do turismo dificulte uma definição econômica, a atividade insere-se no segmento de serviços, visto que, conforme a perspectiva sistêmica de Beni (2003), o setor não opera um processo de transformação industrial tangível, mas sim a agregação de valor econômico a ativos naturais e culturais do território.

Sob a ótica de North, essa predominância do setor de serviços ganha relevância estratégica quando identificamos o turismo como uma atividade básica especializada se torna uma apoio estratégico para que o desenvolvimento ocorra, capaz de captar fluxos de renda externos e promover o efeito multiplicador na economia do território (Beni, 2003; Tomazzoni, 2009; Piffer, 2009). A investigação da realidade turística de Corumbá exigiu uma análise que integrou o rigor estatístico com a sua trajetória histórica.

Portanto, esse objetivo foi atendido mediante a junção da aplicação do Quociente Locacional (QL) para medir especialização e a operacionalização pela Análise de Conteúdo para inferência da dinâmica econômica e institucional por meio da trajetória econômica. Essa escolha metodológica fundamenta-se na premissa de North (1955) de que o crescimento de uma região é impulsionado por sua base exportadora, capaz de atrair fluxos de renda externos e gerar um efeito multiplicador

sobre as atividades não básica.

Assim, o primeiro momento, buscou identificar se o território corumbaense é especializado no turismo, ou seja, se o setor é parte da base econômica. Então, o cálculo para averiguar a realidade da especialização se deu a partir do Quociente Locacional (QL), tendo por referência o estado de Mato Grosso do Sul, a partir das Atividades Características do Turismo-ACTs. Diante disso, conforme o Quadro 22, o território corumbaense, demonstrou especializado em tal atividade, correspondente ao período de 2010, com $QL \geq 1$.

Quadro 22: QL setor do turismo – Ano 2010

Região Emprego	Emprego no turismo	Emprego total	Percentual do emprego no turismo	QL Corumbá
Corumbá	389	15.549	2,50%	3,04
Mato Grosso do Sul	4.640	560789	0,82%	

Fonte: Resultado da pesquisa.

Com o resultado do primeiro período (2010) analisado, pode-se destacar que o território de Corumbá é especializado no turismo, com o QL superior a 1, com um valor de “3,04” ou seja, a composição do emprego relacionado ao turismo nessa localidade é de 2,50% em relação ao emprego total. Corumbá tem sua expressividade devido o bioma Pantanal com a passagem do rio Paraguai, e o ano de 2010 o setor teve uma representatividade boa, demonstrando força do território como destino turístico dentro do estado de MS, tendo a continuidade no crescimento no Ano de 2020, conforme apresentado no Quadro 23:

Quadro 23: QL setor do turismo – Ano 2020

Região Emprego	Emprego no turismo	Emprego total	Percentual do emprego no turismo	QL Corumbá
Corumbá	431	13.519	3,18%	3,74
Mato Grosso do Sul	5.594	654413	0,85%	

Fonte: Resultado da pesquisa.

O ano de 2020, o setor teve um aumento em relação ao emprego total no território, o que resultou em um QL de “3,74”. É possível inferir que tal resultado

denota do turismo de pesca já consolidado juntamente com um calendário de eventos. E a partir de 2012, o turismo foi institucionalizado com a criação da Lei n. 2.251, a qual institui o Sistema Municipal de Turismo de Corumbá, o que deu amparo ao setor com as regras claras, significando o fortalecimento de políticas para o setor. Foi um período marcado também pelo aumento do fluxo de passageiros de Barcos-Hotel a partir de 2019, período anterior à pandemia que consolidou o turismo como uma das bases da economia corumbaense (Plataforma Alumia, 2025).

Contudo, em período de análise posterior, especificamente o ano de 2024, esse número sofreu um decréscimo, em relação aos períodos anteriores, o que pode ser visto no Quadro 24:

Quadro 24: QL setor do turismo – Ano 2024

Região Emprego	Emprego no turismo	Emprego total	Percentual do emprego no turismo	QL Corumbá
Corumbá	526	19.532	2,69%	2,15
Mato Grosso do Sul	8.337	662117	1,25%	

Fonte: Resultado da pesquisa.

O resultado do QL do ano de 2024 foi superior a 1, chegou a “2,15”, porém, se comparado a 2010 e 2020, é nítido que diminuiu, ainda que tenha havido aumento no emprego total, porém, o setor do turismo não cresceu o suficiente para se projetar com um percentual maior, que pudesse mostrar que o setor mantém a constância no território. Um dos pontos é que essa diminuição tem relação com a principal atividade turística que é a pesca, que depende diretamente do rio Paraguai, e segundo o Mapbiomas Brasil (2025), a classe que refere a Água e Meio Ambiente, é informado que o rio Paraguai está baixando, já que em 1985, estava acima de 2M por hectare e em dados mais atuais, especificamente em 2020 estava abaixo de 1M por hectare. Esse dado, revela a geração de problemas diretos ao bioma Pantanal.

Porém, pode ser observado nos dados expostos no Gráfico 04, extraídos da Plataforma Alumia,(2025), em que o fluxo de passageiros de Barco-Hotel em Corumbá, teve uma redução aos períodos anteriores (2022 e 2023), o que já apresenta uma queda no quantitativo de turistas. Mas de modo geral, o QL do turismo em Corumbá, ficou da seguinte forma (Quadro 25) nos períodos de 2010, 2020 e 2024:

Quadro 25: QL geral do turismo em Corumbá

Ano	2010	2020	2024
QL	3,04	3,74	2,15

Fonte: Resultado da pesquisa.

A análise dos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) permitiu calcular o Quociente Locacional (QL) para as Atividades Características do Turismo (ACTs), então, os valores do QL para os anos 2010, 2020 2024 foram respectivamente “3,04”, “3,74” e “2,15”, indicando que o município apresenta especialização ocupacional no turismo, embora, nota-se que no último período analisado denota numa tendência de redução na atividade.

Contudo, é notável que o território corumbaense apresentou nos períodos analisados o QL superior a 1, o que pode se observar é que o emprego no setor do turismo é relativamente baixo em relação ao número do emprego total, o que segundo Alves (2022) não necessariamente um QL superior a 1,o valida a especialização dessa região, mas que pode ocorrer de ser um polo de concentração relativa do setor do turismo.

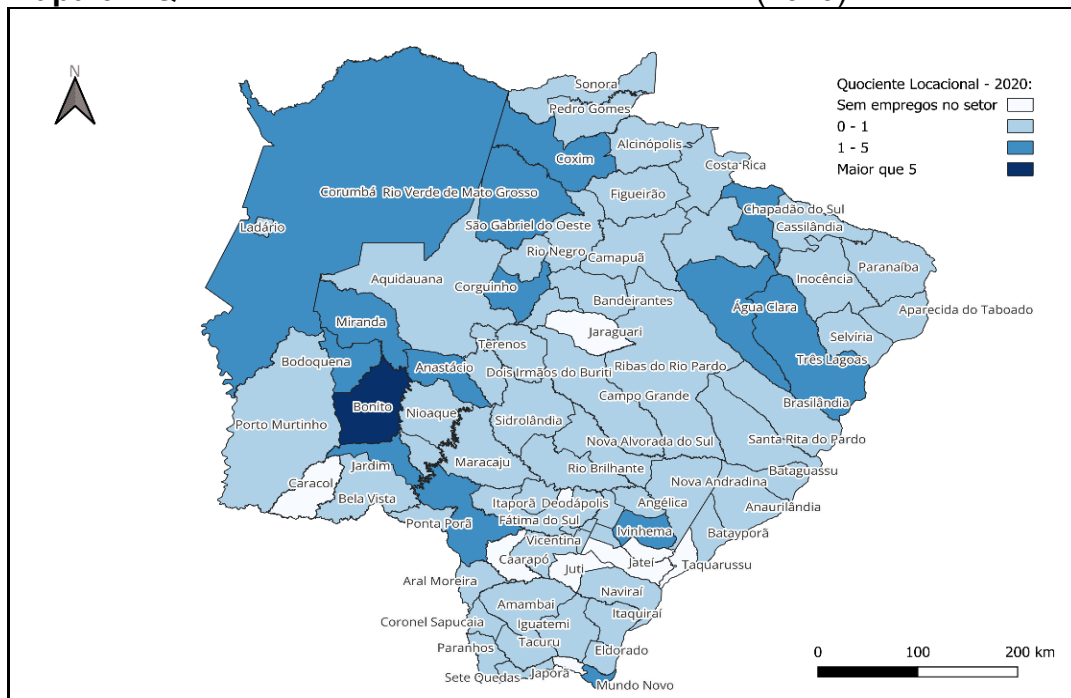
A análise da base econômica turística no estado de Mato Grosso do Sul é complementada pela visualização do QL em escala estadual. O panorama dos resultados da especialização ocupacional nas demais regiões estão demonstrados no Mapa 01 (2010), Mapa 02 (2020) e Mapa 03 (2024). Tais mapas funcionam como indicadores da engrenagem sistêmica do turismo no estado, revelando como a atividade se territorializa para atender demandas externas e promover o efeito multiplicador na economia regional.

Quociente Locacional - 2010:

- Sem empregos no setor
- 0 - 1
- 1 - 5
- Maior que 5

Em síntese, o QL superior a 3 registrado para o ano de 2010 evidencia que o turismo nesse período, era um setor representativo no território corumbaense, demonstrando uma concentração de emprego significativa e superior à média estadual. O $QL > 5$ correspondeu ao território turístico de Bonito, que juntamente com o bioma Pantanal é considerado destino turístico com beleza excepcional assim como encontra-se na classificação estadual “Fase Colher”, que na realidade, apresentou QL superior a 21, o que ratifica a alta especialização do turismo nesse território.

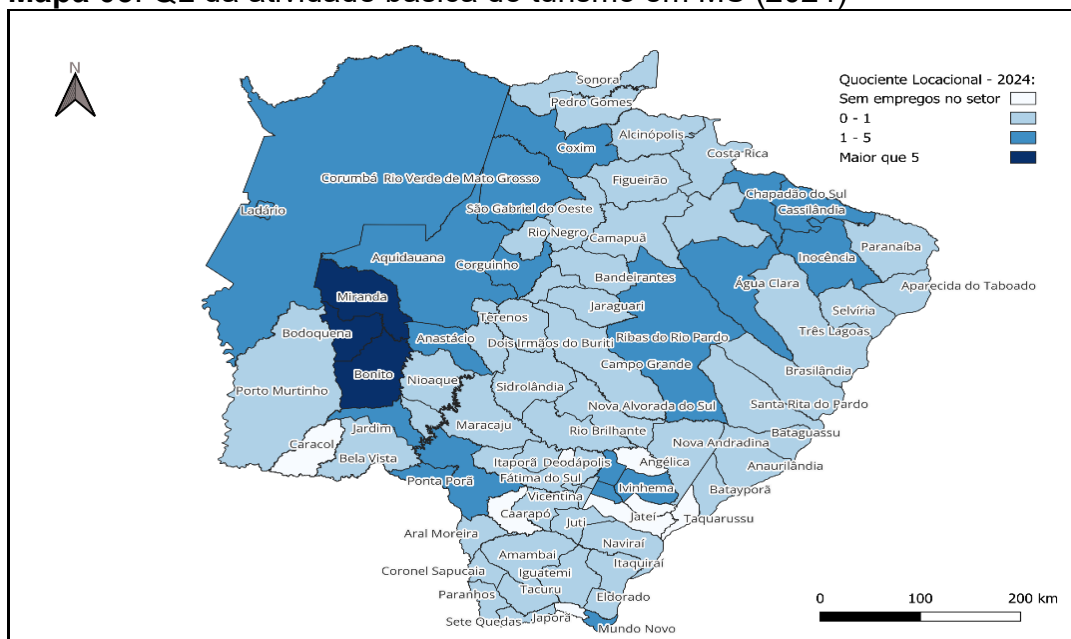
Mapa 02: QL da atividade básica do turismo em MS (2020)



Fonte: Resultado da pesquisa.

O QL referente ao período de 2020 apresentou o índice mais elevado entre os períodos analisados, caracterizou-se como o ápice da especialização do setor no território corumbaense. Paralelamente, o território de Bonito também registrou seu maior índice em relação aos outros períodos (2010 e 2024), com o QL superior a 23, que demonstra a força da atividade básica em um polo turístico consolidado.

Mapa 03: QL da atividade básica do turismo em MS (2024)



Fonte: Resultado da pesquisa.

Embora o QL do ano de 2024 permaneça superior à média estadual, a diminuição em relação aos períodos anteriores sugere que o setor está perdendo o dinamismo em reter e atrair força de trabalho, o que pode evidenciar, fragilidades institucionais e estruturais como ausência de coordenação do setor. O território turístico de Bonito apresentou o QL > 19, bom, porém, menor se comparado em as análises dos períodos anteriores.

Com isso, pode ser feita a inferência que essa desaceleração do setor em Corumbá está ligada com o pós pandemia, e as constantes estiagens no Pantanal, pois de acordo com os dados do Mapbiomas (Figura 02), que tem provocado declínio na série Floresta assim como a diminuição no nível do rio Paraguai, ambos atrativos naturais ligados diretamente ao segmento de turismo de pesca, o qual é a principal oferta turística do território corumbaense, e a própria fragilidade institucional bem como a falta de articulação público-privado para buscar alternativas para o fortalecimento do setor.

O que já é apontado por North (1955, 2018), que as condições para fortalecimento da base econômica dependem da interação entre: base de exportação, difusão, população e distribuição da renda, especialização produtiva e interlocução com agentes econômicos, instituições fortes (Quadro 10). Os pontos analisados no Capítulo 2 e na Observação de campo, apontam aspectos institucionais que corroboram esse diagnóstico: descontinuidade de políticas públicas, baixa institucionalização da governança turística, fragilidade normativa do Sistema Municipal de Turismo, reduzida efetividade do Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) e ausência de sistema contínuo de monitoramento da demanda. Tais fragilidades geram incertezas, aumentam custos de transação e dificultam a diversificação da oferta turística, conforme argumenta North (2018).

Para North (2018), a prosperidade de uma sociedade próspera perpassa dinheiro e tecnologia, também está na forma de organização das pessoas, como se articulam institucionalmente. No entanto, em relação a matriz do ambiente institucional do turismo de Corumbá (Quadro 05), o que pode ser identificado é a existência de regras formais que servem como balizadoras na condução do setor no território

No conjunto de regras formais do âmbito municipal, constam as principais legislações que tratam da estruturação e funcionamento do setor, o Sistema Municipal de Turismo (Lei 2.251/2012) e o Plano de Turismo (Lei 2.727/2020). A organização principal responsável pelo turismo de Corumbá é a Fundação de Turismo do Pantanal,

que tem a sua estrutura de operacionalização vinculada a esfera federal e estadual. Em relação a primeira esfera, se pautam nas diretrizes e normativas do Ministério do Turismo, seguindo uma cartilha geral para os destinos turísticos do Brasil, utilizam da metodologia do Programa 65 Destinos Indutores do MTUR (Programa que parte do Plano Nacional de Turismo -PNT 2007-2010), teve início em 2007 e encerrou em 2014. E quanto a segunda, seguem a cartilha da esfera estadual, com base Programa de Classificação do Turismo dos Municípios do estado de Mato Grosso do Sul.

Porém, tem-se o problema de seguir diretrizes generalizadas, o que pode incorrer em um planejamento que não atenda as particularidades do território. Outro ponto, são as discontinuidades dos programas, visto que são de governo e não de Estado. No entanto, que o ponto nevrálgico se encontra na operacionalização dessas regras formais, já que foi notado que há baixa implementação, principalmente pela descontinuidade administrativa. Ao fazer analogia com o ocorrido com o turismo no Brasil na década de 1990, a falta de planejamento e de regulação estatal gera resultados negativos como evasão de divisa, exploração ambiental e danificação na identidade cultural (Henz, 2021; Hall, 2001; Panosso Netto e Trigo, 2009).

No grupo das regras informais estão as práticas de mercado, as tradições do local, como por exemplo o Carnaval e o Banho de São João, a cultura náutica. Mas, conforme observado na pesquisa de campo, há um ponto crítico quanto as regras informais, percebido a existência da lacuna na articulação entre o *trade* turístico e o Estado.

A base econômica do turismo revelou-se fortemente relacionada à trajetória histórica, ou seja, dependência de trajetória (*path dependence*) de Corumbá, marcada inicialmente por ciclos de navegação, comércio, mineração e pecuária. O turismo aparece como atividade posterior, estruturado sobretudo a partir dos recursos naturais, em especial o rio Paraguai e o bioma Pantanal. A recorrência lexical de termos como “rios”, “Pantanal”, “pesca”, “comércio” e “serviços” evidencia a forte associação territorial e ambiental que sustenta o setor.

Os indicadores atuais demonstram fragilidades na diversificação da base econômica, baixa geração de emprego e renda no ritmo necessário e dependência significativa de poucas atividades. A trajetória histórica da economia local condiciona o turismo a uma atuação restrita e pouco articulada, em que prevalece a herança da pesca como principal segmento turístico. O problema da concentração em uma atividade, no caso a pesca, é a limitação da visibilidade de outros segmentos turísticos

com potencialidade em atrair recursos e investimentos, o qual em uma reação em cadeia, restringe a diversificação econômica e limita os efeitos multiplicadores do turismo sobre o desenvolvimento territorial.

A categoria instituições apontou a presença do Estado, tanto na configuração histórica do território quanto na condução atual da atividade turística. Embora existam estruturas formais, planos e regulamentações, as evidências demonstram fragilidade na governança turística, processos decisórios descontinuados, baixa articulação interinstitucional e ausência de coordenação sistêmica. A dependência da trajetória evidencia que o turismo reproduz padrões históricos já presentes na economia de Corumbá, como a concentração em atividades tradicionais e a influência marcante do Estado na regulação e indução das atividades produtivas. Essa característica condiciona a dificuldade de diversificação do setor e limita sua capacidade de difusão territorial.

Portanto, a análise revelou que o desenvolvimento econômico de Corumbá foi historicamente orientado pelas instituições, especialmente pelo Estado. Os ciclos econômicos, contando a partir desde a navegação até a mineração e, posteriormente, o turismo, pode inferir que foram desencadeados por decisões institucionais, sendo o turismo, como atividade econômica, depende de instituições que reduzam custos de transação, estimulem investimentos e promovam coordenação entre agentes. Os resultados demonstram que tais instituições estão presentes, mas operam de maneira insuficiente, o que causa assimetrias de informação e descontinuidade de políticas públicas.

Desse modo, a partir desse conjunto de elementos analisados, é notável que o turismo é relevante na base econômica de Corumbá, conforme apresentado pelos valores do QL superiores a 1 nos dois três períodos analisados. (2010, 2020 e 2024).

Entretanto, a redução do QL de 3,74, em 2020, para 2,15, em 2024, deve ser interpretada em termos relativos, uma vez que não corresponde à redução absoluta do emprego formal nas Atividades Características do Turismo. Ao contrário, o número de vínculos formais no setor aumentou de 389, em 2010, para 431, em 2020, e 526, em 2024. Assim, embora o turismo tenha ampliado a geração de emprego formal em termos absolutos, sua participação relativa na estrutura de empregos do município apresentou redução no último período analisado. A identificação dos demais ramos econômicos que ampliaram sua participação na absorção da força de trabalho demandaria uma análise comparativa específica entre os diferentes setores da

economia municipal, não contemplada pelo QL aplicado às ACTs nesta pesquisa. Portanto, os resultados permitem confirmar a especialização econômica do turismo e sua contribuição para a geração de emprego, mas não permitem afirmar, isoladamente, que esse dinamismo seja suficiente para promover o desenvolvimento territorial. Nessa lógica, as fragilidades identificadas na operacionalização das instituições, associadas à dependência de trajetória do turismo corumbaense, contribuem para a permanência de uma estrutura historicamente concentrada no segmento da pesca esportiva. Essa configuração apresenta limitações à inovação e à diversificação da atividade turística, restringindo a capacidade de difusão da base econômica.

Nesse sentido, a análise da base econômica e institucional de Corumbá foi conduzida a partir da teoria institucional de Douglass North, operacionalizada por meio de um *checklist* analítico elaborado pela autora e apresentado no Quadro 26. Esse instrumento permitiu articular os resultados do Quociente Locacional (QL) com a Análise de Conteúdo do *corpus* documental do Capítulo 2 e com os registros da observação em campo, possibilitando uma leitura integrada da base econômica e da instituição que influenciam o setor do turismo no território corumbaense.

Quadro 26: *Checklist* analítico da base econômica e institucional do turismo em Corumbá-MS

TEORIA	REQUISITO	RESULTADO
Base Econômica	O território é especializado no turismo?	Sim, o QL superior a 1 apresentado em três períodos analisados (2010, 2020 e 2024) conforme Quadro 25 ficou evidente que o turismo é parte da base econômica do território corumbaense.
	Há fluxo de mercadorias, pessoas e serviços, ou seja, a atividade é exportadora que promove a entrada de novos capitais como fluxos monetários, comerciais e novos investimentos, gerando o efeito multiplicador na economia do território ao propiciar o surgimento de atividades não básicas (difusão)?	Sim, há demanda externa pelo turismo no território devida à atividade de pesca esportiva no rio Paraguai e o bioma Pantanal, espaço onde ocorre a prática turística. Porém, nota-se que há uma concentração nos empreendimentos de agência de turismo, hospedagem e transportadora turística, com um grupo de capital, que tem e detém o monopólio do turismo nos seus meios de produção (Gráfico 05). Apesar do turismo se configurar como atividade especializada no território, conforme demonstrado pelo QL (Quadros 22, 23, 24), os resultados evidenciam limitações quanto à diversificação e à difusão da base econômica, uma vez que a atividade permanece concentrada em segmentos tradicionalmente vinculados à pesca esportiva, com baixa expansão para outros segmentos e reduzido encadeamento com outros agentes da cadeia turística como elemento diversificador da base econômica, centrada no monopólio do território, sem a criação de novas bases. Assim, o turismo mantém sua condição de

		atividade básica, porém apresenta limitações para promover a difusão da base econômica.
	Promove crescimento e/ou desenvolvimento econômico pelo seu dinamismo com geração de renda e emprego a ponto de impactar o desenvolvimento do território?	Parcialmente. Embora o emprego formal nas ACTs tenha aumentado e o QL permaneça superior a 1, sua redução entre 2020 e 2024 evidencia perda relativa de participação do turismo na estrutura do emprego. Assim, a atividade gera empregos e integra a base econômica, mas esse dinamismo, isoladamente, não permite afirmar sua capacidade de promover o desenvolvimento territorial.
Instituição	Há entendimento sobre o quanto a qualidade das instituições (regra do jogo) afetam o desempenho econômico de um território?	Sim, conforme a Observação realizada em órgãos oficiais em Corumbá foi demonstrado que conhecem que a qualidade das instituições afeta diretamente o desempenho econômico do território.
	Quais instituições formais estruturam o turismo no território (leis, conselhos, sistemas, fundos, órgãos gestores)	O território corumbaense dispõe de um arcabouço institucional, com destaque para o marco legal (leis e decretos) como a instituição do Sistema Municipal de Turismo (Lei nº 2.251/2012), o Plano Municipal de Turismo (Lei nº 2.727/2020), integração da Fundação de Turismo do Pantanal a entidade da Administração Direta (Lei Complementar nº 349/2024), Plano Diretor Urbano, que contempla o setor de turismo no planejamento da cidade (Lei Complementar nº 098/2006). Essas leis e decretos visam estabelecer mecanismos de gestão pública para o setor. A gestão direta da atividade é realizada pela Fundação do Turismo do Pantanal (Decreto nº 1.111/2013), pela Instância de Governança Regional Pantanal (IGR-Pantanal) Pelo Decreto nº 1.284/2013 constitui também o Regimento Interno do Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) e há existência do Fundo Municipal de Turismo. Sistema: CADASTUR
	Quais normas, práticas, valores, costumes ou padrões de comportamento informais que orientam a atividade turística no território?	Considera o turismo como algo natural e como vocação do território, devido ao rio Paraguai e ao bioma Pantanal. Devido a isso, tem-se a, pesca esportiva validada como principal atração turística do território, logo o comportamento de mercado é priorizar a hospedagem (barcos-hotéis), desestimulando outros segmentos para além da pesca. Há também a tradição das festividades culturais como o Carnaval e o Banho de São João, que foram incorporadas no calendário de eventos como atrativo ao setor do turismo, promovendo o fluxo de pessoas, e agregam a trajetória econômica desse setor. Quanto aos comportamentos, principalmente aos agentes, há uma baixa articulação. Dependência de Programas Externos, pois se espera por diretrizes ou financiamentos de instâncias estaduais ou federais, em vez de fomentar uma governança local proativa. Observa-se a concentração grupos específicos no que define a regra informal, principalmente na atividade principal que é a pesca, o que pode limitar e inviabilizar a entrada de novos competidores e a distribuição da renda.

	Como se dá a governança do turismo no território, considerando a articulação entre poder público, setor privado e sociedade civil?	Embora existam estruturas formais que instrumentalizam a coordenação do setor do turismo no território, entretanto, a articulação enfrenta desafios significativos de fragmentação e descontinuidade administrativas. A articulação entre o <i>trade</i> turístico (composto por agências de turismo, hospedagem, transportadoras náuticas, restaurantes e outros) e o poder público é marcada por redes de confiança restritas e falta de cooperação mútua. Quanto as políticas públicas, estas sofrem com a descontinuidade, sendo tratadas por vezes como ações de governo e não de Estado, o que gera incerteza para o mercado.
	Que organizações são envolvidas direta e indiretamente na atividade turística?	Fundação de Turismo do Pantanal, Fundação de Cultura, Ministério do Turismo, FUNDTUR, SEBRAE, SENAC, IFMS, UFMS, IHP, ACERT.
	Há compreensão da dependência da trajetória (<i>path dependence</i>) sobre o formato atual da atividade?	É perceptível que matriz institucional de Corumbá tem influência pelo passado. Pela sua história, a economia do território foi moldada por ciclos de navegação, mineração e pecuária, e posteriormente (1970) com o turismo emergindo, tendo por atrativo a pesca esportiva. No formato atual, priorização da pesca está enraizada de tal modo que dificulta a inovação e diversificação da oferta para outros segmentos do turismo, como o ecoturismo e o cultural, de forma estratégica. Assim, ao manter o <i>status quo</i> do setor do turismo, operando na lógica da dependência histórica de uma única atividade, o território perde dinamismo, conforme observado no QL do período de 2024.
	E como se dá a atuação da Matriz Institucional (Instituições x Organizações) no papel de direcionar os incentivos, redução de incertezas e desenvolvimento da base, ou seja, é fortalecida que permite resultado econômico satisfatório?	No território corumbaense, ficou evidente na Matriz Institucional do Turismo, que existem as instituições formais e organizações responsáveis pela condução da política turística, porém, a interação entre essas dimensões ocorre de forma limitada. As “regras do jogo” não necessariamente se transformam por completo em práticas organizacionais coordenadas, o que de certo modo, implica no direcionamento dos incentivos econômicos, elevando as incertezas e reduzindo a capacidade de difusão da atividade. Portanto, significa que à luz da teoria de North, não cumpre os requisitos de redução do custo de transação e nem estimula a cooperação entre os agentes, não promovendo o dinamismo para o crescimento econômico. Como resultado, o turismo se mantém como parte da base econômica do município, porém com impactos restritos e baixo efeito multiplicador sobre o desenvolvimento territorial.

Fonte: Resultado da pesquisa.

No entendimento de alinhamento dessa teoria, a base econômica formada por instituições, logo a instituição é formada por indivíduos com seu *habitus*. Então, a formação econômica de Corumbá tem em sua instituição um conjunto de *habitus* que não desembocam para o turismo como um setor estratégico.

7.2 *Habitus*, campo e capital do turismo de corumbá na perspectiva bourdieusiana

O Objetivo Específico 3 investigou as dinâmicas socioculturais que estruturam o turismo de Corumbá-MS, sob o prisma da praxeologia social de Bourdieu (2010), articulando seus conceitos de *habitus*, campo e capitais. A Análise de Conteúdo (Bardin, 2016), foi aplicada ao *corpus* analítico integrado, composto pela reconstrução histórica e socioeconômica do território descrito no Capítulo 2 juntamente com os registros qualitativos da observação participante sistemática realizada *in loco*, permitindo inferir as lógicas do setor do turismo no território.

Entre a inferência dessas lógicas, tem-se a identificação do *habitus* do campo turístico, as disputas simbólicas existentes no campo, capital(is) dominante desse campo. Portanto, o Quadro 27, sistematiza os resultados obtidos a partir das técnicas já apresentadas. Assim, ao articular as categorias de *habitus*, campo e capital, a análise revela como as disposições incorporadas dos agentes, as relações de força e as disputas por legitimidade simbólica condicionam o desempenho econômico do setor, enfatizando as tensões de ordem estruturais existente no território, como por exemplo, a manutenção de modelos tradicionais, como a pesca esportiva, e os desafios para a inovação no desenvolvimento territorial.

Quadro 27: *Cheklis* do turismo de Corumbá

Eixos	Reflexões a partir da praxeologia	Resultado
Habitus	As práticas dos agentes do turismo em Corumbá-MS (público, privado, terceiro setor, <i>trade</i>) revelam disposições incorporadas ao longo de suas trajetórias sociais?	As práticas, percepções e decisões dos agentes do turismo em Corumbá-MS revelam disposições históricas incorporadas e associadas à da pesca esportiva e à naturalização do bioma Pantanal como principal ativo turístico. Esse <i>habitus</i> , construído ao longo das trajetórias (iniciado na década de 1970 e incorporado na base econômica na década 1980) sociais e institucionais dos agentes, orienta escolhas conservadoras, reproduz modelos tradicionais e limita a incorporação de práticas inovadoras no setor.
	É possível identificar elementos de <i>hexis</i> (gestos corporais, modo no atendimento, postura) nas práticas cotidianas que caracterizam o território como destino turístico?	Observam-se elementos de <i>hexis</i> nas práticas cotidianas do turismo, expressos no modo de informal das relações, especialmente nos segmentos ligados à pesca esportiva e à hospitalidade. Essas disposições corporais e comportamentais reforçam a dependência de práticas tradicionais e que também precisa ser profissionalizada.
	Qual a influência do <i>habitus</i> no território e com as instituições?	O <i>habitus</i> dos agentes mantém relação direta porém, pouco eficiente com instituições formais. As instituições informais estão enraizadas, contribuindo para a reprodução de práticas fragmentadas, que resulta em baixa cooperação

		interinstitucional e resistência à consolidação de uma governança turística integrada.
	Há convergências entre o <i>habitus</i> individual e um <i>habitus</i> coletivo que se expressa como um modo da sociedade corumbaense de fazer turismo?	Identificou-se a existência de um <i>habitus</i> coletivo (grupo do setor privado-empresários) articulado em associação, que se expressa como um modo corumbaense de fazer turismo”, marcado pela dependência da pesca esportiva, sazonalidade da atividade e percepção do turismo como vocação natural, e não como política pública estruturada. Porém, esse <i>habitus</i> prioriza o grupo então tem convergência para o <i>habitus</i> individual, o cidadão como parte do universo desse campo.
	As práticas observadas são predominantemente de reprodução do que já está estabelecido ou indicam estratégias de adaptação e transformação?	As práticas observadas indicam predominância de estratégias de reprodução do modelo turístico vigente, com baixo grau de adaptação ou transformação, o que reforça a dependência de trajetória e limita a diversificação da atividade no território
Campo	Quais são as regras, valores e lógicas específicas que estruturam o campo turístico no território corumbaense?	Apesar da existência de regras formais, o campo turístico em Corumbá-MS é estruturado por regras informais que privilegiam a pesca esportiva como segmento dominante, associada a uma lógica econômica concentradora e pouco integrada a outros segmentos turísticos, como o cultural, religioso e ambiental.
	Sobre o campo de forças no estabelecimento das instituições, há disputas perceptíveis entre agentes públicos, privados, terceiro setor e comunidade pela definição legítima do que é o turismo no local??	O campo de forças se expressa em disputas simbólicas e institucionais entre agentes públicos, privados e terceiro setor, especialmente quanto à definição legítima do turismo local, criando assimetrias de poder e dificuldades de construção de consensos em torno de um projeto turístico territorial.
	Como se expressam as posições dominantes e dominadas dentro do campo do turismo?	As posições dominantes no campo são ocupadas por agentes privados vinculados à pesca esportiva, enquanto agentes ligados à cultura, comunidades locais e segmentos alternativos ocupam posições com menor influência sobre as decisões estratégicas do setor.
	O campo turístico em Corumbá-MS funciona como um microcosmo relativamente autônomo ou altamente dependente do Estado?	O campo turístico apresenta baixa autonomia relativa, sendo fortemente dependente do Estado e de programas federais e estaduais, o que reforça a descontinuidade institucional e a instabilidade das ações no território.
	Quais são as doxas (consensos) e nomos (leis gerais) que estruturam o turismo no território?	As doxas do campo incluem a ideia de que o turismo em Corumbá se resume à pesca esportiva e aos atrativos naturais do Pantanal, enquanto os nomos reforçam práticas conservadoras, porém, com dificuldade em operacionalizar para a inovação e à diversificação produtiva.
	O campo turístico se movimenta em função de mudanças externas (políticas públicas, Estado, mercado) e internas (disputas entre agentes), ou o Estado atua como “metacampo” influenciando diretamente nas regras, oportunidades e posições no turismo corumbaense?	O campo turístico se movimenta predominantemente em função do mercado.
	Quais capitais (econômico, social, cultural ou simbólico) são mais valorizados no campo turístico de Corumbá-MS??	No campo turístico de Corumbá-MS, os capitais econômico e simbólico associados à pesca esportiva e à imagem do Pantanal são os mais valorizados, em detrimento do capital cultural e social ligado à diversidade cultural e histórica do território.
Capital	É perceptível a concentração do	O Estado concentra capital simbólico

	capital simbólico no Estado?	relacionado à legitimidade institucional e ao reconhecimento formal do destino turístico, embora apresente limitada capacidade de convertê-lo em capital econômico e organizacional efetivo, devido a falta de projetos para captação de recursos.
	Há agentes que concentram capital social e outros que lhes permitem uma visão macro do campo que viabiliza as melhores estratégias, impondo a forma do jogo e a ditando as regras conforme seus interesses?	Determinados agentes concentram capital social estratégico, operando em redes fechadas que lhes permitem impor regras implícitas ao funcionamento do campo, o que dificulta o ingresso de novos atores e a ampliação das estratégias de desenvolvimento turístico.
	O capital simbólico (reputação, legitimidade, tradição) é utilizado para criar distinções dentro do turismo (ex.: pesca esportiva, Pantanal, hotelaria)?	O capital simbólico é utilizado como mecanismo de distinção dentro do campo turístico, sobretudo por meio da valorização da pesca esportiva, da tradição pantaneira e de segmentos elitizados, reforçando hierarquias internas e restringindo a pluralização da oferta turística.

Fonte: Resultado da pesquisa.

A categoria *habitus* identificou elementos culturais e disposições incorporadas pelos agentes do território. A pesca, as festividades (Quadro 04), o dia a dia à beira do rio, o modo de vida pantaneiro e as práticas social denotam em um *ethos* territorial que orienta percepções e ações. Entretanto, a análise do corpus documental, articulada aos registros da observação participante, evidenciou indícios de distanciamento da população quanto a sua inserção nas dinâmicas do turismo como atividade estratégica, sugerindo que o *habitus* econômico da difusão da atividade ainda não está consolidado. A partir de Bourdieu, é observado que o *habitus* pantaneiro orienta práticas que reforçam a identidade cultural, mas não convergem automaticamente para o fortalecimento econômico do turismo que transborde para toda comunidade.

Outro ponto importante, é sobre *habitus* turístico local: disposições, práticas e modos de perceber o turismo, *habitus* manifesta-se como um conjunto de disposições duráveis que orientam práticas e percepções sobre o turismo (Thiry-Cherques, 2006). No caso de Corumbá, a partir do *corpus* documental, pode-se dizer que existem três características desse *habitus*. O primeiro é o *habitus* tradicional naturalizado pelo rio Paraguai e o bioma Pantanal, que reforça a essência do turismo no território engendrado pela base dos atrativos naturais. O que por um lado é positivo, na força da marca que o município carrega como “Capital do Pantanal”, porém, essa vocação, gera um aspecto negativo, no sentido inovação e difusão, visto que a o turismo fica atrelado quase que exclusivamente à pesca esportiva de domínio seletivo.

A segunda característica, reverberada pela primeira, é a concepção comercial

e operacional, a qual centraliza no segmento da pesca esportiva estruturada historicamente, formando-se o *habitus* com a lógica voltada para o turista pescador, de temporada, das embarcações e com hospedagem especializada em barcos-hotéis, pousadas em fazendas (Gráficos 04, 05 e 06). Reforçando a dominância dos agentes privados com longa trajetória no segmento, e influenciam as prioridades desse campo. Então, nesse contexto, as evidências analisadas indicam a predominância de uma representação do turismo ligados somente a pesca e pertencente a um grupo vinculado historicamente a esse segmento, não colocados em evidências outros atrativos como os expostos no Quadro 07.

E a terceira característica é a do *habitus* cultural da comunidade, que se tem consciente ou inconscientemente, é a valorização do patrimônio imaterial, com suas tradicionais festas de Banho de São João e Carnaval, valorizando a identidade local e continuidade das tradições. É um tipo de *habitus* que confere ao capital simbólico, porém, ainda pouco em termos econômicos se comparado a pesca. E no aspecto institucional, baixa articulação entre os órgãos responsáveis (Turismo e Cultura) para fortalecimento de políticas públicas em vista ao turismo cultural.

Apesar das disposições que compõem o *habitus* do campo turístico do território corumbaense possa até sugerir a impressão de que são fragmentados, observa-se na realidade que há coexistência entre os três *habitus* (tradicional, comercial e operacional, cultural). Essa convergência molda as ações dos agentes no campo, criando padrões de percepção e reprodução social e econômica da atividade, designando o modo do território da fazer o turismo.

Essa fragmentação nas relações objetivas entre os agentes promove tensões no campo, e conforme foi observado, são geradas principalmente nos aspectos de promoção da atividade em conjunto, visto que a pesca esportiva predomina e essa sim é vista como atrativo com retorno econômico para os agentes coletivos dominantes nas áreas de agenciamento, hospedagem, embarcações (há organização do setor privado entorno desse atrativo). Um exemplo sobre o que foi observado que a tensão reside entre órgãos da esfera pública, principalmente na condução da cultura do local ser reduzida como insumo do turismo, pois o entendimento é que essa precede o turismo.

No entanto, essa tensão no campo amplifica a resistência para mudanças e ações conjuntas. No âmbito institucional, há reconhecimento da importância dessa inserção e conexão entre turismo e cultura, porém, a prática, revela baixa efetividade,

ou seja, mesmo com a instituição de uma regra formal não necessariamente se traduz em ação concreta.

Obviamente, implica em relação aos capitais, já que foi identificado as manifestações de capital simbólico vinculadas ao bioma Pantanal, à pesca e às festividades tradicionais; capital econômico concentrado em atividades de comércio e serviços; e capital cultural e social manifestado na memória histórica e nas práticas locais. Contudo, os capitais econômico e simbólico associados à pesca esportiva e à imagem do Pantanal são os mais valorizados, em detrimento do capital cultural e social ligado à diversidade cultural e histórica do território.

A conversão entre os diferentes tipos de capital, principalmente em relação a transformação do capital simbólico (relacionado as festividades e ritos tradicionais), o cultural e o social em capital econômico, esse foi demonstrado limitado, já que os diferentes capitais presentes no território não se articulam de maneira sinérgica. O capital simbólico, por exemplo, é expressivo, mas não se transforma em geração de renda, enquanto o capital simbólico existente nas redes comunitárias ainda não está mobilizado para fortalecer a governança turística. Em suma, a ausência de um *habitus* turístico que reconheça a atividade como estratégica e geradora de oportunidades, limita o engajamento da população e a conversão de capital simbólico, cultural e social em capital econômico.

O capital simbólico concentrado no Estado (Bourdieu, 1994) em suas esferas federal, estadual e municipal, detém o metacapital (ou metacampo), exercendo regulações (capital jurídico e organizacional) sobre outros capitais (econômico, cultural, comercial etc.) do território corumbaense. É pela esfera federal (MTur) e estadual (FUNDTUR) que Corumbá está legitimado como destino turístico pelo seu atrativo natural. Da esfera municipal, se dá sistematização municipal do setor do turismo, transformando um reconhecimento simbólico em uma realidade institucionalizada.

Esse metacapital é o que permite ao Estado ditar as "regras do jogo" (nomos), exercendo o que Bourdieu (1994) e Bourdieu e Wacquant (2005) e denominam como a capacidade do Estado, enquanto fiduciário organizado, de impor categorias de percepção e estruturas formais que são aceitas como legítimas pela sociedade. Embora, em Corumbá o Estado seja detentor do metacapital, no campo, a realidade é diferente. Pois, por dados empíricos e secundários, a influência e determinação da condução da dinâmica do mercado turístico do território corumbaense vem do capital

econômico (agências, hospedagens, transportadoras turísticas).

Esse cenário converge com a sociologia econômica de Bourdieu que integra as dimensões histórica, social e política, para compreensão do dispositivo econômico em relação ao agente econômico (Raud, 2007). No campo turístico do território corumbaense, historicamente o turismo teve início com a iniciativa privada a partir da pesca esportiva, que foi posteriormente institucionalizado por força política dentro do Estado, resultando em uma conjuntura que permanece sob o domínio quase que exclusivo do setor privado, o qual concentra os principais benefícios econômicos da atividade no território, exercendo um poder no campo, o poder invisível, o poder simbólico, exercido por meio da força econômica de acordo com Bourdieu, 2010.

Desse modo, no Quadro 28, apresenta a hierarquia das formas de capital que estruturam o campo turístico de Corumbá, sistematizada conforme a influência nas relações de poder existente entre os agentes no território.

Quadro 28: Capital dominante no campo do turismo de Corumbá

Capital predominante	Agente		Implicações
Econômico, comercial, social	Setor privado (agências, hospedagem, transportadores turísticos)		Pequenos grupos detentores do capital oriundo do turismo de pesca. A atuação entre o grupo é organizada, porém, pouca atuação conjunta com o público, apenas em ações pontuais e não estratégica para expandir a atividade (encadeamento) a fim de fortalecer a base econômica, a fim de atrair outros investidores, para ampliar a cadeia turística do local para geração de emprego e renda.
Metacapital	Estado (federal, estadual e municipal)		Regulações com estruturas formais que são aceitas como legítimas, porém, pouca capacidade de planejar e dependente de mudanças políticas, o que resulta em limitações operacional.
Capital simbólico e cultural	Comunidade, grupos culturais		Grande legitimidade identitária; baixa capacidade de conversão para ganhos econômicos. Exemplo: eventos culturais estabelecidos em calendário (Quadro 04), mas não se sustentam economicamente como vetor primário da ACT.

Fonte: Resultado da pesquisa.

Pela observação do capital no campo, é notável a existência da priorização do segmento da pesca, promotora da maximização do lucro (Gráfico 04 e 05, Quadro 08) aos agentes do capital econômico. Com isso, pode ser inferido a baixa valorização a outros segmentos e a articulação com outros agentes da rede no campo. Assim, as assimetrias internas do campo produzem efeitos diretos sobre a governança e sobre a capacidade de o turismo contribuir para o desenvolvimento territorial e sua diversificação da base econômica.

A análise das categorias evidencia o campo turístico corumbaense tendo o órgão municipal responsável pelo turismo apresentando baixa autonomia, reduzida cooperação entre agentes e com dependência de diretrizes da esferas federal e estadual. Embora o campo turístico disponha de elevado capital simbólico, derivado do bioma Pantanal e da cultura local, tais recursos não são plenamente mobilizados para diversificar a oferta turística ou fortalecer redes de colaboração.

O fortalecimento das redes no setor demanda de exercício de integração com o mundo, turistas, empresários e o território onde se desenvolve, ou seja, a cooperação fortalece projetos convergentes com objetivos benéficos para o desenvolvimento do território (Carrière e Cazella, 2006; Cara, 1999). Assim, na falta de fortalecimento da rede, a conversão dos capitais disponíveis, especialmente o simbólico e o cultural em capital econômico continua limitado, o que prejudica a capacidade do turismo operar como vetor de desenvolvimento territorial.

O campo turístico corumbaense é marcado por um *habitus* da base econômica tradicional associado à pesca esportiva, à vida ribeirinha e às festividades locais, que orientam as percepções e expectativas sobre o turismo, resultando em um setor com baixa inovação, que não possibilita difusão na base econômica, com a promoção do efeito multiplicador por meio da atividade. Observou-se e identificou-se (Quadro 05 e 09) a predominância do Estado nas instâncias decisórias (legislações, recursos etc.), porém, baixa reciprocidade com os demais agentes (*trade* privado, agentes culturais e comunidade) para articulação no desenvolvimento de projetos para planejamento estratégico do turismo para o território. Contudo, de um lado o Estado com as regras formais, as a dinâmica do jogo no campo é estabelecida pelo capital econômico dos agentes privados (agências, hospedagens, transportadoras turísticas) que são organizados em associação. A síntese das evidências obtidas de cada categoria analisada (*habitus*, campo e capital) estão demonstradas no Quadro 29:

Quadro 29: Síntese da evidência do campo do turismo de Corumbá

Categoria	Subcategorias identificadas	Evidências <i>corpus</i> e observação
<i>Habitus</i>	<i>Habitus</i> tradicional da pesca (simbólico), <i>habitus</i> turista pescador, <i>habitus</i> cultural	Turismo internalizado na pesca esportiva (produto da história), a vida ribeirinha e as festividades locais, que orientam as percepções e expectativas sobre o turismo, resultando em um setor com baixa inovação.
Campo	Posições (Estado, <i>trade</i> turístico, comunidade, terceiro setor)	O campo turístico é composto pelo poder público (município), setor privado (<i>trade</i> turístico, comunidade e o terceiro setor. O órgão responsável pelo turismo é dependente das esferas federal e estadual no direcionamento das instituições formais. Disputas simbólicas dentro do campo quanto posições diferenciadas. O Estado regulamentador e financiador; o setor privado visto como articulado e o principal beneficiado economicamente; enquanto foram identificados indícios de limitada inserção da comunidade nas dinâmicas relacionadas ao turismo; o terceiro setor tem atuação com o público na oferta de ações para profissionalização da atividade.
Capital	Metacapital, econômico, simbólico, cultural e social	Regulações com estruturas formais que são aceitas como legítimas pela sociedade; capital simbólico ligado ao bioma Pantanal; grupos detentores do capital oriundo do turismo de pesca (concentração); memória histórica e práticas locais; festividades tradicionais.

Fonte: Resultado da pesquisa.

O Quadro 29 evidencia que há uma relação complexa entre agentes e estruturas, o que resulta na baixa inovação, como por exemplo, existe um capital simbólico, mas não é utilizado em sua total capacidade. Com essas características, fica claro que não há uma estratégia desenhada e operacionalizada em cooperação conjunta entre público, privado e o terceiro setor para o turismo, o que explicada de certa forma, a perda de dinamismo observada nos indicadores econômicos.

7.3 O turismo de corumbá sob o SISTUR de Beni

O Objetivo Específico 4 consistiu em avaliar o turismo de Corumbá-MS com base no Modelo Sistêmico do Turismo (SISTUR), que compreende a atividade turística como sistema composto por subsistemas interdependentes: atrativos, serviços, infraestrutura, superestrutura e demanda.

O território de Corumbá tem o bioma Pantanal com a passagem do rio Paraguai como atrativo excepcional, que constitui o núcleo do sistema turístico. Desse modo, a formação sistêmica do turismo no território corumbaense, encontra-

se encaixada em cada conjunto do SISTUR (Relações Ambientais-RA, Organização Estrutural-OE e das Relações Operacionais-RO). Sabendo que cada um desses conjuntos, desdobra-se em subsistemas interdependentes. Portanto, no Quadro 30, está explanado o SISTUR de Corumbá:

Quadro 30: SISTUR de Corumbá

CONJUNTOS	SUBSISTEMAS	RESULTADOS
Relações Ambientais (RA)	<i>Ecológico</i>	O núcleo do subsistema encontram-se os atrativos naturais principais, os quais são o bioma Pantanal (44% da área total está em Corumbá) e o rio Paraguai. No primeiro tem a fauna, flora, áreas de inundação e planícies alagáveis moldam produtos turísticos como a pesca esportiva, ecoturismo, turismo de aventura e observação de aves. Já o segundo é o eixo estruturante para pesca, navegação, turismo náutico e paisagem cultural do Porto Geral. Lacuna: Apresenta vulnerabilidade ambiental, com queda nos níveis florestal e hídricos e tem-se também “Meio Ambiente” crítico (417º lugar no ranking) estiagens, fragilidades ambientais, falta de monitoramento permanente.
	<i>Social</i>	População estimada em 99 mil habitantes. Os dados analisados e os registros da observação participante indicam limitada inserção da comunidade nas dinâmicas do turismo e fragilidades na participação social na governança turística.
	<i>Econômico</i>	Território especializado no turismo (QL > 1), com o setor de Serviços/Comércio representando 31% do PIB. Contudo, há baixa diversificação, o que gera forte dependência do segmento da pesca, e dificuldade em converter capital simbólico em renda estável.
	<i>Cultural</i>	Patrimônio imaterial: Banho de São João (tradicional), Carnaval histórico, Festivais gastronômicos, culturais e esportivos Identidade pantaneira (ribeirinhos, pescadores, músicos da viola de cocho) grupos culturais e religiosos. Possui 7 edificações tombadas, incluindo o Casario do Porto e o Forte Coimbra.
Organização Estrutural (OE)	<i>Superestrutura</i>	Composta pela Fundação de Turismo do Pantanal, Conselho Municipal (COMTUR), o Sistema Municipal de Turismo (Lei 2.251/2012), Fundo Municipal de Turismo. Sofre com descontinuidade administrativa e baixa articulação entre o público e o privado (<i>trade</i>). Lacuna: marcos legais precisa de ajustes, governança fraca, baixa articulação intersetorial.
	<i>Infraestrutura</i>	Acesso via Aeroporto Internacional (AENA) e Rodoviário (BR-262). Apresenta gargalos logísticos, precariedade em vias de acesso e falta de integração modal, dificultando a circulação pelos distritos. Lacuna: deficiência de sinalização, acessibilidade limitada em alguns pontos, ausência de equipamentos estruturantes. Entraves logísticos, rodovia precária, acesso hidroviário sensível a enchentes/estiagens; ausência de integração modal.
Relações Operacionais (RO)	<i>Oferta</i>	Predomínio do Turismo de Pesca (Barcos-Hotéis), com 54 meios de hospedagem e cerca de 2.045 leitos cadastrados. Verificou-se outros segmentos como o ecoturismo, turismo cultural e o de eventos. Carência de atrativos artificiais, como parques temáticos.

		<u>Lacuna</u> : dependência do segmento da pesca; baixa diversificação da oferta; qualificação dos serviços, segmentos subaproveitados e pouco integrados à oferta principal.
	<i>Demanda</i>	Perfil majoritariamente masculino (79,1%), oriundo de SP, PR e MG, com foco na pesca esportiva. Fluxo de passageiros em Barcos-Hotel em recuperação pós-pandemia, mas com sazonalidade marcada. <u>Lacuna</u> : sazonalidade marcada, ausência de sistema permanente de monitoramento. Deficiência de dados por ausência de coleta em aeroportos/rodoviárias.
	<i>Distribuição</i>	Pacotes vendidos por agências, principalmente das regiões Sul e Sudeste.

Fonte: Resultado da pesquisa.

No caso de Corumbá, a análise revela um sistema sensível especialmente no que refere ao Conjunto de Relações Ambientais, que tem o subsistema Ecológico, e nesse conjunto, encontram-se alocados os principais atrativos turísticos de Corumbá. O ponto de partida do turismo implica em dois aspectos paradoxal, o ponto forte e o ponto crítico. O seu ponto forte está a sua classificação como atrativo de hierarquia internacional, alta capacidade de geração de demanda. O ponto crítico está relacionado a vulnerabilidade ambiental, pois de acordo com dados do Mapbiomas (2025) a classe Florestal e Água e Ambiente na série temporal estão tendo declínio em seus números, assim como o pilar “Meio Ambiente” ocupa posição crítica no Ranking de Competitividade (417ª de 418 municípios).

Contudo, em 30 de setembro de 2025 foi publicada a Lei federal nº. 15.288, pertinente ao bioma Pantanal, quanto ao seu uso, conservação, proteção, e a recuperação. Essa Lei traz em seu bojo, especificamente no Art. 13 e 14, a instrumentalização para políticas públicas quanto o que buscar e quais áreas estratégicas para o desenvolvimento do turismo nesse bioma (BRASIL, 2025).

No Artigo 13 desta lei estão definidos os objetivos fundamentais das políticas públicas para o turismo pantaneiro, priorizando o planejamento estratégico e participativo e a articulação entre as esferas federal, estadual e municipal. A norma busca disseminar o turismo como uma atividade básica capaz de promover o uso racional dos recursos naturais e a valorização cultural, incentivando investimentos sustentáveis e o fomento a pesquisas estatísticas para orientar o crescimento do setor. Além disso, estabelece como metas a capacitação profissional em parcerias público-privadas, o suporte ao desenvolvimento de pequenas e médias empresas e a criação de infraestrutura básica e eixos turísticos ambientais. O foco final recai na promoção do turismo como ferramenta de educação ambiental e práticas de mínimo impacto.

Em seu Artigo 14 delimita as áreas estratégicas de intervenção estatal, focando na gestão e fomento ao turismo sustentável e no desenvolvimento de destinos turísticos. A legislação também enfatiza o apoio à comercialização dos produtos turísticos e a implementação de sistemas de certificação de atividades e empreendimentos sustentáveis.

Para North, esses artigos representam a criação de regras do jogo formais que visam reduzir as incertezas institucionais e os custos de transação no território corumbaense, que permite romper com a dependência de trajetória ao incentivar a diversificação da base econômica para além da pesca esportiva. Para a lógica de Bourdieu, a lei atua como um instrumento do Estado (metacampo) para legitimar novas práticas (*habitus*) no campo turístico, buscando transformar o capital simbólico do bioma em capital econômico distribuído via inclusão das comunidades locais. Enquanto, de acordo com Beni, esses dispositivos fortalecem a Superestrutura do sistema, ordenando os subsistemas ecológico e social para que a engrenagem operacional (oferta e demanda) funcione em equilíbrio sustentável.

Da esfera estadual, tem-se a Lei Nº 6.160, de 18 de dezembro de 2023 voltada mais para o ordenamento ambiental, pois dispõe sobre a “conservação, a proteção, a restauração e a exploração ecologicamente sustentável da Área de Uso Restrito da Planície Pantaneira [...]e cria o Fundo Estadual de Desenvolvimento Sustentável do Bioma Pantanal” (MATO GROSSO DO SUL, 2023). Tanto a lei federal e estadual, constituem um marco para o bioma Pantanal, e que invariavelmente, reformula a rota quanto ao ecossistema e possibilita creditar que pode diminuir o ponto crítico que cerca o subsistema ecológico dentro SISTUR corumbaense.

O subsistema econômico demonstra especialização, o que gera valor para oferta turística, mas está concentrado em produtos tradicionais e espacialmente restritos. Ponto forte: setor consolidado, com QL bom e histórico de demanda estável por seus atrativos, em especial, a pesca esportiva. O seu ponto crítico se dá na baixa diversificação de produtos e dependência da sazonalidade.

Quanto ao subsistema cultural embora possuam significativo capital simbólico, muitos desses agentes, não participam de forma contínua da governança turística e nem se beneficiam economicamente da atividade; ocorre também de não serem incorporados às estratégias institucionais. O ponto forte desse subsistema se concentra na identidade cultural singular, com forte capacidade simbólica. Mas seu ponto crítico está na baixa capacidade de conversão do capital simbólico em capital

econômico.

O conjunto de Organização Estrutural-OE está o subsistema da Superestrutura. Em Corumbá, identificou que a superestrutura turística existe, mas não opera como comando articulador do sistema, gerando dispersão de esforços. Contudo, se tem como pontos positivos a existência de arranjo institucional formal; reconhecimento da importância do turismo nas políticas públicas; classificação na Fase “Colher” (destino consolidado). O aspecto crítico está na descontinuidade administrativa; dificuldades na implementação de políticas; baixa integração entre os agentes; articulação insuficiente com o trade turístico; planejamento que não se converte integralmente em ações; fragilidade na articulação territorial (pouca integração dos distritos). Com isso, pode inferir que a superestrutura, embora existente, não funciona de forma plenamente sistêmica, dificultando a articulação entre os demais subsistemas.

O subsistema de Infraestrutura urbana relativamente consolidada no centro (hotéis, restaurantes), mas com deficiências em mobilidade, acessibilidade, sinalização turística, infraestrutura nos distritos.

O conjunto de Relações Operacionais demonstrou no subsistema de Oferta que há um atrativo consolidado e que promove um dinamismo econômico, no caso a pesca esportiva. Entretanto, essa especialização na pesca estabelece uma vulnerabilidade sistêmica, pois essa oferta turística é dependente da resiliência do subsistema Ecológico (bioma Pantanal e Rio Paraguai). Como o setor carece de diversificação, se não houver regeneração do ambiental, toda engrenagem produtiva do turismo no território fica comprometida, afetando o subsistema Demanda, que está totalmente voltada para o segmento da pesca.

A análise sistêmica mostra que o turismo de Corumbá não funciona como um sistema integrado, mas como um conjunto de componentes isolados, o que compromete encadeamentos produtivos, diminui o tempo de permanência do visitante e reduz a capacidade de geração de renda. Assim, o SISTUR evidencia que a conversão do potencial turístico em desenvolvimento territorial depende da integração funcional entre os subsistemas, reforçando a importância de políticas públicas coordenadas e infraestrutura adequada.

7.3.1 A relação do SISTUR corumbaense e as implicações para o desenvolvimento territorial

Diferente das análises anteriores mais econômicas (North) ou sociológicas (Bourdieu), o SISTUR permite enxergar o turismo como um organismo complexo, composto por subsistemas que interagem continuamente. Sob a ótica sistêmica, o território de Corumbá apresenta uma relação paradoxal no que concerne ao desenvolvimento territorial, pois embora seja um destino consolidado no turismo com seus classificados como excepcional (Hierarquia 4), a atividade ainda não opera de forma plenamente articulada como um sistema integrado. Essa falta de articulação implica na redução da capacidade do turismo de promover inclusão territorial e atuar como um setor estratégico na difusão de renda e inovação territorial.

De acordo com o modelo de Beni, o fenômeno turístico só se converte em desenvolvimento quando há um equilíbrio dinâmico entre seus subsistemas, permitindo o fluxo contínuo de recursos e coordenação. No contexto corumbaense, observa-se que o sistema é fortalecido em partes e não em sua totalidade, pois, enquanto o subsistema Ecológico (bioma Pantanal/rio Paraguai) com pontos críticos é o ponto central da oferta, os subsistemas de Infraestrutura e Superestrutura apresentam lacunas que a engrenagem da operação, limitando o transbordamento dos benefícios econômicos no território.

Essa operação manifesta-se em descontinuidades entre o planejamento formal e a execução prática, resultando em uma atividade que possui força econômica (especialização evidenciada pelo QL 2010, 2020 e 2024), mas cuja força não é plenamente distribuída pelo território. A falta de difusão da base do turismo em território corumbaense não é um evento isolado, mas o reflexo institucional e de um *habitus* tradicional que privilegia segmentos específicos e seletivos, como a pesca esportiva, em detrimento de uma base diversificada.

Com a lente ampliada, o que pode ser observado é que a governança sistêmica é limitada, o que demonstra a falta de alinhamento entre o subsistema de Superestrutura (regras do jogo) com os demais subsistemas. Nesse sentido, observa-se a ausência de articulação plena da cadeia turística; uma vez que o diálogo entre os órgãos ligados diretamente e indiretamente ao turismo ainda é bem sensível. A sustentabilidade ambiental se tornou um ponto crítico, devido as estiagens e redução do nível do rio, o que gera pressão ambiental, então, o

subsistema Ecológico, o qual é conjunto estruturante e sustenta a oferta do turismo em amaça, gera um risco a continuidade do setor. Embora a cultura seja forte e relevante, permanece pouca integrada as estratégias turísticas.

Complementar a isso; os distritos do território (possuem os atrativos turísticos) apresentam fragilidades em sua infraestrutura, o que acentua dependência da área urbana, no caso, Corumbá. A ausência de percepção coletiva (redes) da atividade como geradora de oportunidades, a fragilidade institucional da governança, a dependência de trajetória e o funcionamento fragmentado do sistema turístico ainda restringem a capacidade da atividade promover transformações estruturais necessárias.

Com base nos apontamentos realizados, observa-se que o SISTUR de Corumbá apresenta uma complexidade na interação entre os subsistemas, o que implica na capacidade da atividade turística de atuar como promotora do desenvolvimento territorial. Embora a promoção desse desenvolvimento não seja impossível, o estado atual do sistema revela que a engrenagem turística opera de forma fragmentada, não atingindo os requisitos de maturação e densidade institucional (Quadro 19) necessários para o fortalecimento do território como um todo, evidencia uma divergência de ordem estrutural.

O território possui ativos excepcionais como o bioma Pantanal e o rio Paraguai, mas a falta de articulação entre a superestrutura e as ações operacionais impede que esses recursos se convertam em benefícios socioeconômicos distribuídos de forma homogênea. A análise demonstra que o desenvolvimento territorial via turismo depende de uma reestruturação institucional e social, capaz de romper dependências de trajetória e mobilizar capitais (econômico, social, cultural e simbólico) de maneira integrada.

O turismo tem características que o tornam estratégico para Corumbá, pois é uma atividade multifacetada, que utiliza intensivamente mão de obra, estimula serviços e possui forte aderência aos recursos naturais e culturais do território. O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 8 destaca a importância do crescimento econômico sustentável, inclusão produtiva e trabalho decente. Os resultados indicam que o turismo em Corumbá possui potencial para contribuir com esses objetivos, especialmente pela capacidade de gerar empregos formais e informais, dinamizar o comércio e ampliar a base produtiva.

No entanto, para que a contribuição do setor seja efetiva no alcance do ODS 8,

se faz necessário diversificar a oferta turística, qualificar mão de obra, melhorar e ampliar a infraestrutura, consolidar a governança turística, reduzir custo de transação e transformar o *habitus* turístico em prática econômica e social produtiva.

Entretanto, o desempenho do município em indicadores com o IFDM Consolidado (0,6490) e o ODS 8 (43,6), considerados em níveis moderado e baixo, respectivamente, demonstra fragilidades estruturais que dificultam a expansão do turismo como vetor de desenvolvimento. A baixa articulação institucional, a inexistência de um *habitus* econômico turístico e a operação incompleta do sistema limitam a capacidade de a atividade gerar efeitos multiplicadores e promover inclusão produtiva.

Nessa perspectiva, o desenvolvimento territorial deve ser compreendido como uma construção social, política e de relações, estabelecido pelas intencionalidades, disputas e mecanismos envoltos do poder (Raffestin, 1993). Assim, tem-se o processo multidisciplinar de transformação social e pode-se dizer mental é que pressupõe a articulação sinérgica entre atores, a capitalização das potencialidades locais, a inovação institucional e a integração sistêmica. O turismo assume papel estratégico nesse processo por ampliar a base econômica, gerar emprego, diversificar as fontes de renda e fortalecer a identidade territorial. Porém, sua consolidação como motor de crescimento depende da capacidade de aproximar a população local da atividade, interiorizando práticas e valores que reforcem um *habitus* turístico alinhado aos objetivos do desenvolvimento territorial.

Portanto, a análise fundamentada no SISTUR mostra que, embora exista um potencial para impulsionar o território, sua efetivação depende de uma transição para uma governança sistêmica, contínua e sustentável. Esse diagnóstico permite encaminhar para a triangulação teórica e metodológica dessa pesquisa, onde a racionalidade da base econômica e das instituições (North), a praxeologia bourdieusiana (*habitus*, campo e capital) (Bourdieu) juntamente com a dinâmica do SISTUR (Beni) serão integradas para mapear a identidade turística corumbaense de modo holístico, afim de propor estratégias que culminam na promoção em um desenvolvimento territorial, contribuindo para a geração de emprego e renda.

7.4 Triangulação teórica e metodológica de North x Bourdieu x Beni

A triangulação aqui utilizada alinha-se ao entendimento de Stake (2011), para quem fenômenos complexos exigem “múltiplos olhares” capazes de iluminar dimensões distintas de uma mesma realidade, sendo um movimento onde cada: cada teoria explica aquilo que as outras não alcançam. O território de Corumbá é essa realidade complexa no setor turístico em todos os aspectos analisados: econômico, institucional, sociológico e sistêmico, por isso, a triangulação adotada na pesquisa articulou teoria e métodos, o qual, a explicação sobre cada tipo triangulação, está definida no Quadro 31:

Quadro 31: Tipo de triangulação

TRIANGULAÇÃO	AUTOR	DESCRIÇÃO
Teórica	North	Como instituições e trajetórias, com seus incentivos e limitações, moldam o desempenho econômico.
	Bourdieu	Como, <i>habitus</i> e capitais estruturam práticas e relações no campo turístico.
	Beni	Como o turismo opera como sistema e como sua engrenagem pode bloquear ou viabilizar o funcionamento da atividade.
Metodológica	MÉTODO	DESCRIÇÃO
	QL	Mensurou a especialização econômica
	Análise de conteúdo	Interpretou documentos e práticas sociais
	SISTUR	Funcionamento estrutural da atividade

Fonte: Elaborado pela autora.

Em relação a convergência desses três níveis permitiu identificar que o turismo enfrenta a falta de operacionalização das instituições, ao mesmo tempo não diversifica a base econômica e social, o que gera incertezas (North), fortalecendo a fragmentação do campo, com capitais desiguais e práticas tradicionais que dificulta a diversificação da oferta (Bourdieu), denotando um SISTUR com lacunas de integração (Beni), o que permite compreender como o turismo pode (ou não) se converter em geração de emprego, renda e desenvolvimento territorial.

A triangulação final articula os resultados construídos nos quatro objetivos específicos, permitindo responder ao objetivo geral da pesquisa: Compreender a base econômica do turismo de Corumbá-MS e analisar como os fatores institucionais, simbólicos e sistêmicos exercem influência para o desenvolvimento territorial, considerando desafios e possibilidades futuras para identidade turística do município.

O turismo de Corumbá possui potencial para atuar como vetor de

desenvolvimento territorial, mas sua capacidade plena depende de maior eficiência institucional (North), maior equilíbrio nas relações e cooperação entre os agentes no campo turístico (Bourdieu) e da integração funcional de seus subsistemas (Beni). De outra forma, as instituições ainda não coordenam plenamente o sistema; os agentes não compartilham um projeto coletivo; o sistema não opera em equilíbrio. No Quadro 32, constam os resultados da triangulação teórica das categorias analisadas.

Quadro32: Triangulação teórica – Turismo Corumbá

Categorias	Douglass North	Pierre Bourdieu	Mário Carlos Beni	Síntese Integrativa
Ponto Central	As instituições são as "regras do jogo" que moldam incentivos, reduzem incertezas e determinam o desempenho econômico.	O poder simbólico e a relação dialética entre o agente (habitus) e a estrutura social (campo/capital).	O turismo como um sistema aberto composto por subsistemas interdependentes (RA, OE, AO).	O turismo é uma atividade básica (QL > 1) que depende da sinergia entre regras formais, práticas sociais e equilíbrio sistêmico.
Estado	Criador das regras formais; atua como indutor ou obstáculo ao desenvolvimento.	Detentor do metacapital e "metacampo"; possui o poder de nomeação e de legitimar o capital simbólico	Representa a Superestrutura; responsável pelo planejamento estratégico, regulação e coordenação do sistema	Em Corumbá, o Estado é central, mas sofre com descontinuidades administrativas , agindo mais como governo do que como política de Estado estável
Regras e Normas	Restrições formais (leis, constituições) e informais (costumes, tradições) que estruturam a interação.	<i>Habitus</i> (disposições interiorizadas) e Nomos (leis gerais do campo) que orientam as práticas sem necessidade de cálculo consciente	Normas operativas e marcos regulatórios que ordenam os fluxos e a governança do setor.	Coexistem leis sólidas (Sistema Municipal de Turismo) e um <i>habitus</i> tradicional da pesca que resiste à inovação e diversificação da base.
Agentes	Organizações (políticas, econômicas, sociais) que atuam como "jogadores" em busca de objetivos comuns.	Portadores de diferentes volumes de capital que disputam posições dominantes ou subordinadas no campo.	Componentes do mercado (oferta/demanda), <i>trade</i> turístico e comunidade receptora.	O campo é marcado por um setor privado dominante (pesca). Quanto à comunidade local , as observações realizadas em campo evidenciaram indícios de limitada identificação e inserção nas dinâmicas relacionadas ao turismo.
Capital	Acúmulo de capital físico e humano estimulado por uma matriz institucional eficiente.	Diversas formas: econômico, cultural, social e simbólico, que são conversíveis entre si.	Capital territorial e recursos (atrativos naturais e infraestrutura) que sustentam a oferta	Corumbá possui alto capital simbólico (Pantanal), mas baixa conversão em capital econômico estável para a população local.

Território	Moldado pela dependência da trajetória (<i>path dependence</i>); o passado condiciona as escolhas presentes.	Espaço de disputas simbólicas e relações de força; arena onde a identidade social é construída.	O lugar turístico onde o fenômeno se materializa através do consumo do espaço e das relações ambientais.	O território é uma "Cidade-Pantanal" presa a um modelo extrativista de pesca, carecendo de um projeto estratégico espacial integrado
Desenvolvimento	Resultado da eficiência institucional e da capacidade de reduzir custos e aumentar produtividade.	Transformação das estruturas sociais e simbólicas, ampliando capitais e emancipando agentes.	Equilíbrio sistêmico entre oferta, demanda, serviços, infraestrutura e superestrutura	Desenvolvimento limitado quando instituições, agentes e sistema não operam em sinergia o que explica Corumbá.

Fonte: Resultado da pesquisa.

A tríade North–Bourdieu–Beni mostra que nenhum desses elementos isolados explica o fenômeno e a interação entre eles demonstra o verdadeiro papel do turismo. Essa triangulação teórico-metodológica revelou, em conjunto, que o turismo em Corumbá é simultaneamente condicionado por instituições fragilizadas (North), relações socioculturais e simbólicas desiguais (Bourdieu) e um sistema turístico que não está funcionando em sua engrenagem de forma plena e articulada (Beni).

Cada perspectiva, analisada isoladamente, forneceria apenas uma explicação parcial do fenômeno, portanto, integradas, é possível compreender que: desempenho econômico do turismo não é apenas função de mercado, mas depende de instituições estáveis, coordenação política e regras claras; capacidade de inovação e diversificação turística é limitada por *habitus* tradicionais, baixa cooperação e distribuição desigual de capitais entre agentes; a plena conversão do Pantanal em ativo gerador de renda depende de um sistema turístico integrado, com infraestrutura, serviços de qualidade e governança eficaz.

Dessa forma, os resultados demonstram que a fragilidade do turismo corumbaense não decorre de um único fator, mas da combinação entre instituições pouco adaptativas, campo social fragmentado e sistema turístico desarticulado. Ao mesmo tempo, a triangulação evidencia que o potencial de desenvolvimento é elevado, uma vez que o município possui capital simbólico excepcional, atrativo natural singular e forte identidade territorial, elementos que, se adequadamente ativados, podem transformar o turismo em motor de desenvolvimento econômico e territorial.

Mas é notável na análise que a teoria dos autores converge para o Estado

em papel de protagonista como incentivador para a modificação e reestruturação da atividade em um campo econômico. É delegado ao Estado os incentivos essenciais para alavancar um destino como setor exportador, com esses elementos potencializa o setor como estratégico para desenvolvimento de uma região (Dias, 2008; Hall, 2001).

O Estado como principal ator na promoção do turismo em um destino, na perspectiva de North dita as regras jogo (instituição), para Bourdieu é o detentor do metacapital, legitima as regras, e Beni, dentro do SISTUR, classifica essas regras subsistema da Superestrutura), que visam moldar o *habitus* (*já que não é destino*) individual dos agentes do território corumbaense, ampliando o seu capital social e cultural por meio de instituição e fortalecendo as engrenagens do SISTUR em todos seus ambientes, ampliando a especialização dessa atividade na base econômica.

A triangulação final articula os achados construídos nos quatro objetivos específicos, permitindo responder ao objetivo geral desta pesquisa: compreender as interdependências entre a base econômica do turismo de Corumbá e o seu desenvolvimento territorial, conforme sintetizado no Quadro 33.

Quadro 33: Síntese dos resultados

Teoria	Resultados	Implicações
North	O turismo é uma especialização produtiva, mas a sua difusão é limitada por fragilidades institucionais, já que não é fortalecida, há descontinuidade nas regras, dependência de trajetória (pesca), tudo isso gera um custo de transação elevado.	Sem instituições sólidas aumenta a incerteza, o que reduz investimento e não diversifica a ACT's, deixando o setor sem acumular capital econômico suficiente para gerar empregos estáveis e diversificados.
Bourdieu	<i>Habitus</i> tradicional da pesca, forte dependência do Estado, pouca articulação entre trade e comunidade, capitais simbólicos altos (Pantanal), mas baixa conversão em capital econômico para a comunidade. Disputas simbólicas no campo que fragilizam as instituições, os agentes dominantes reforçam o <i>habitus</i> tradicional, o que reduz a diversificação.	O campo turístico de Corumbá possui capital simbólico abundante, mas não consegue convertê-lo em capital econômico, o que resulta em baixa diversificação e inovação, sazonalidade, pouca profissionalização, geração de emprego limitada. Outro ponto, a falta de articulação e cooperação fragmenta o setor, o que reforça a incapacidade de estruturar produtos turísticos mais complexos e com valor agregado.
Beni	Atrativos: Corumbá possui em nível excepcional; infraestrutura e serviços insuficientes; superestrutura carece de atualização, governança frágil; integração entre subsistemas limitada, é funcional, mas não integrado, o que reduz a capacidade sistêmica de diversificação.	O sistema não transforma potencial em desenvolvimento, pois sua engrenagem não opera de forma plena, o que explica a baixa capacidade de multiplicação de renda.

Fonte: Resultado da pesquisa.

A integração teórica e metodológica desta pesquisa mostra que o desenvolvimento territorial em Corumbá não decorre de fatores isolados, mas de uma dinâmica sinérgica em que as instituições (North), os agentes (Bourdieu) e o sistema turístico (Beni) operam de forma interdependente. Assim, diante da perspectiva de North, o desenvolvimento territorial é viabilizado quando as instituições funcionam como regras do jogo estáveis, reduzindo incertezas e custos de transação, o que provê a segurança necessária para que os agentes invistam no território. Mas conforme o corpus do Capítulo 2 e o tópico 7.1) o desenvolvimento do turismo em Corumbá está ancorado em trajetórias relacionadas ao bioma Pantanal e ao rio Paraguai. A dependência de trajetória (*path dependence*), conceito central em North (1990), revela que escolhas institucionais passadas moldam o turismo atual, que permanece fortemente vinculado a atividades tradicionais (pesca esportiva) e pouco diversificadas. Além disso, as instituições formais (legislação, planos) esbarram na falta de articulação que dificulta a construção de governança sólida.

Então, para gerar emprego e renda em Corumbá, é importante se atentar para a sequência de um fluxo lógico impulsionado por essa base: instituições sólidas atraem investimentos que ampliam a oferta turística e fortalecem o SISTUR. Essa estrutura estimula o surgimento de produtos diferenciados, aumentando a demanda e expandindo os empreendimentos locais, o que resulta na contratação de trabalhadores e na movimentação da economia local através do efeito multiplicador. Assim, numa sistematização dessa lógica tem a junção de Turismo + Instituições + Campo + Sistema, que pode resultar em desenvolvimento territorial.

Simultaneamente, os agentes do território, conforme a praxeologia de Bourdieu, devem cooperar e compartilhar seus capitais (econômico, social, cultural e simbólico) para formar um campo turístico articulado, capaz de transformar disposições individuais em um *habitus* coletivo voltado à inovação. Por fim, essa estrutura social e institucional sustenta a operação do sistema turístico (SISTUR) de Beni, que deve funcionar como uma engrenagem integrada para converter os ativos naturais e culturais do Pantanal em produtos econômicos de valor agregado.

Esse pano de fundo institucional dialoga com os achados bourdieusianos no Tópico 7.2, especialmente no que diz respeito às disposições (*habitus*) e capitais que estruturam o campo turístico local. A análise de conteúdo demonstrou que o capital

simbólico associado ao Pantanal é potente e amplamente reconhecido, enquanto o capital econômico permanece concentrado em segmentos específicos, particularmente na pesca. O campo turístico é marcado por relações de poder assimétricas, dependência do Estado e baixa articulação entre agentes que, segundo Bourdieu (1989; 1996), influenciam diretamente a capacidade de produção e reprodução simbólica da identidade territorial.

Esse entrelaçamento entre instituições (North) e práticas sociais (Bourdieu) repercute no funcionamento do sistema turístico analisado à luz de Beni (2006) no Tópico 7.4. Embora Corumbá disponha de um atrativo natural de excepcionalidade global como o Pantanal, o sistema turístico apresenta lacunas nos subsistemas de serviços, infraestrutura, superestrutura e governança. Para que haja identidade territorial consolidada, é necessário que tais subsistemas estejam integrados, formando uma rede coerente que sustente a experiência turística. Essa integração sistêmica, quando bem realizada, tem força para reorganizar trajetórias e elevar a capacidade competitiva do destino.

Assim, a partir da triangulação entre economia institucional (North), sociologia do campo (Bourdieu) e sistema turístico (Beni), torna-se possível propor uma identidade turística territorialmente ancorada e teoricamente consistente. A identidade nesta pesquisa se baseia na interpretação científica das evidências empíricas e teóricas mobilizadas. Pela triangulação ficou evidenciado onde estão os gargalos e quais são as rotas para superá-los, já que turismo não gera mais empregos e renda porque sua base institucional, social e sistêmica não se converte em estrutura econômica consolidada.

Essa leitura integrada fundamenta a necessidade de propor uma identidade do turismo no território corumbaense (Objetivo 5) e orientar políticas públicas capazes de articular instituições, agentes e sistemas. Tal identidade resulta da convergência entre dimensões econômicas e institucional (North), praxeologia sociológica (Bourdieu) e sistêmicas (Beni), configurando uma visão integrada e situada do turismo no Pantanal sul-mato-grossense. que cumpre sua função ao fornecer um quadro interpretativo suficiente para orientar tanto o diagnóstico quanto as proposições estratégicas desta pesquisa, reforçando que o turismo somente se consolidará como vetor de desenvolvimento territorial mediante a articulação simultânea entre instituições fortes, agentes mobilizados e sistema turístico integrado.

7.5 Proposição de política pública para fortalecer identidade turística no território de Corumbá

Os resultados apresentados ao longo dos tópicos anteriores evidenciam que o turismo de Corumbá, embora disponha de um conjunto expressivo de recursos naturais, em especial o bioma Pantanal e o rio Paraguai, além dos recursos históricos e culturais, ainda assim não converte plenamente seu capital territorial em capacidade sustentável de geração de renda e emprego. A triangulação teórica realizada a partir de North, Bourdieu e Beni compreender os fatores que condicionam essa realidade e, ao mesmo tempo, identificar caminhos para que o setor se consolide como uma atividade estratégica para o desenvolvimento territorial corumbaense.

Referente as soluções baseadas na teoria de North, as instituições tem o papel fundamental para o desenvolvimento das atividades econômicas por meio das regras, normas e os mecanismos com capacidade para reduzir incertezas existentes nas relações entre os agentes. Com a redução de incertezas institucionais, cria-se um ambiente favorável para atrair e realizar investimentos por parte do trade turístico, estimulando a diversificação da oferta de produtos e serviços e fortalecimento das relações entre os diferentes segmentos que compõem a atividade. Com isso, os investimentos realizados refletem na expansão da atividade turística, o que amplia as oportunidades de emprego e geração de renda. Assim, instituições mais eficientes promovem confiança dos agentes, o que favorece novos investimentos e impulsiona uma dinâmica capaz de contribuir para o desenvolvimento no território.

No que compete a fundamentação em Bourdieu, as ações bourdieusiana de reconfiguração das relações e práticas do campo modificam as disposições, práticas, relações e formas de engajamento no turismo, o que favorece maior cooperação, participação e articulação entre os diferentes atores envolvidos com a atividade. Com isso, ocorre a valorização dos capitais (social, cultural e simbólico) existentes no território, o que pode contribuir para a construção de uma identidade turística. Dado a isso, passa a existir a coordenação entre agentes, favorecendo a diversificação de produtos bem como o fortalecimento da oferta do local, o que pode deixar o destino mais atrativo para demanda e com maior absorção de mão de obra.

O efeito da solução a partir de Beni, tem-se um sistema mais eficiente,

operando com uma engrenagem integrada, convertendo os produtos naturais e culturais com capacidade de gerar maior fluxo de visitantes, consumo e negócios. Dessa forma, o fortalecimento sistêmico da atividade pode ampliar os efeitos econômicos do setor, viabilizando geração de emprego e renda.

A articulação dessas três perspectivas, permite compreender que a identidade turística do território corumbaense não pode ser desvinculada da sua trajetória institucional (North), das práticas e disposições dos agentes (Bourdieu) e das conexões sistêmicas que sustentam a atividade (Beni). Assim, a identidade emerge como um constructo socioterritorial, resultado da interação entre história, símbolos, práticas e estruturas.

Entretanto, a análise realizada a partir do SISTUR de Corumbá evidenciou fragilidades, especificamente o subsistema Social, no qual foram identificados indícios relacionados à percepção turística por parte da população local devido limitada inserção da comunidade nas dinâmicas relacionadas ao turismo e fragilidades na participação social na governança turística. Essa fragilidade dificulta a consolidação de uma identidade turística capaz de promover maior inserção econômica do turismo, considerando que a atividade tem a capacidade de atingir outros setores da economia, o que compromete a articulação necessárias entre diferentes componentes do sistema.

Diante disso, propõe-se que a identidade turística de Corumbá seja expressa pela síntese interpretativa apresentada nesta tese. Nessa perspectiva, a identidade deixa de ser um elemento estético ou mercadológico e passa a constituir uma estratégia de desenvolvimento territorial, orientando políticas públicas, investimentos privados e iniciativas comunitárias voltadas ao fortalecimento da atividade turística.

Para alcançar esse caminho, primeiramente a população precisa se aproximar e conhecer a atividade já existente no território. Aproximar da atividade aqui citada está no sentido de perceber, sentir, pensar (*habitus*) em um estado de pertencimento, reconhecendo a sua importância tanto do aspecto social quanto cultural e econômico, em que a população é afetada direta e indiretamente, ou seja, essa aproximação tem-se o sentido de ampliação do conhecimento e da compreensão do turismo como parte das dinâmicas sociais, culturais e econômicas do território, favorecendo a inserção e a participação dos agentes locais na atividade. Para se aproximar, é preciso conhecer, só há o entrosamento e engajamento naquilo que se torna familiar. Conhecer para se apropriar da identidade da atividade.

O alcance para esse percurso se adquire pela interiorização de um modo de pensar, ou seja, reforçar e validar o *habitus*. Nesse sentido, a proposta se envereda pelo caminho da educação, compreendendo-a como instrumento capaz de fortalecer o capital social e difundir o conhecimento sobre a atividade turística, visto que o território já dispõe de recursos endógenos.

De acordo com Putnam (1997) o capital social está relacionado às redes, normas de reciprocidade e confiança que facilitam a cooperação em benefício mútuo. Dessa forma, ao disseminar o conhecimento da população sobre o turismo e sua importância para o território, cria-se um ambiente mais propício ao engajamento coletivo e à valorização dos ativos locais.

A proposta consiste em institucionalizar, por meio da matriz educacional, o turismo como disciplina obrigatória na educação básica, configurando-se como um programa de Estado, voltada a formação de uma cultura turística territorial. A opção pela educação básica tem respaldo na representatividade do primeiro nível da educação formal.

Essa proposição encontra amparo na Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e base da educação nacional, reconhecida como LDB -Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional. No Art. 22 dessa Lei, a finalidade da educação básica está sedimentada em “desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posterior” (BRASIL, 1996, art. 22).

Complementar a isso, Lena (2025) interpreta essas finalidades da educação básica como desenvolvimento do indivíduo em sua integralidade, abarcando as dimensões intelectuais, físicos, emocionais, sociais e éticos. Nessa perspectiva, a educação não se restringe ao simples fator de transmissão de conhecimento, mas contribui para assegurar os conhecimentos e valores necessários para a participação ativa na sociedade, favorecendo a construção de habilidades e competências que permitam sua autonomia pessoal e social. Alinhado ao contexto desta tese, a inserção do turismo no ambiente escolar possibilita o fortalecimento do sentimento de pertencimento ao território, a valorização dos recursos locais e a compreensão da atividade turística como elemento estratégico para o desenvolvimento territorial de Corumbá.

No estado de Mato Grosso do Sul já existe uma experiência alinhada à essa

proposta. O município de Bonito, por meio da Lei nº 1125, de 19 de dezembro de 2007 dispõe a obrigatoriedade da disciplina “Noções Básicas de Turismo” na Rede Municipal de Ensino. Essa iniciativa demonstra como a educação pode atuar na formação de valores, percepções e práticas relacionadas ao turismo, fortalecendo o sentimento de pertencimento e a compreensão da atividade como elemento estratégico para o desenvolvimento territorial.

Nesse entendimento, a inserção do turismo no ambiente escolar, possibilita o conhecimento sobre a atividade o que gera aproximação com o tema. Esse processo favorece a internalização de disposições, valores e percepções sobre o turismo, formatando novo *habitus* direcionado para essa atividade, permitindo a oportunidade para que uma nova geração seja habituada à relevância dessa atividade para o território já classificado como destino turístico. Thiry-Cherques (2006) compreende o *habitus* como um sistema de disposições capaz de orientar a racionalidade prática dos indivíduos, influenciando suas ações e sendo, simultaneamente, influenciado pelas relações e experiências construídas no meio social. Assim, a educação pode atuar como um mecanismo estruturante de fortalecimento desse *habitus*, afim de que possibilite a construção de uma proposta para o turismo.

Portanto, para que o turismo se consolide efetivamente como vetor de desenvolvimento, esta pesquisa aponta para uma solução que requer movimentos articulados entre economia, instituições, agentes, sistema turístico e territorialidade. O centro dessa transformação reside na institucionalização do turismo via matriz curricular para educação básica, compreendida não como um programa de governo, mas sim uma política de Estado.

Sob a ótica de North, essa medida visa romper a dependência de trajetória (*path dependence*) e reduzir as incertezas institucionais ao estabelecer regras do jogo com fins de mudança mental para as futuras gerações. Pela perspectiva de Bourdieu, a educação atua na socialização secundária (capital social), remodelando o *habitus* turístico local e permitindo que a população se aproprie do campo econômico, convertendo capital cultural em pertencimento territorial.

Desse modo, a mudança de mentalidade apontada por Ferrera de Lima, 2022 pode representar o caminho para que o turismo se consolide como setor estratégico para o desenvolvimento do território de Corumbá. Essa configuração, permite a esses agentes a criação de uma identidade turística que pode gerar o círculo virtuoso com estímulos a novas ações, investimentos e políticas públicas para o fortalecimento do turismo como

uma atividade estratégica para o território como resultado de uma política pública para o setor com ênfase na educação básica.

Entretanto, para que essa política estruturante se traduza em desenvolvimento territorial, torna-se necessária sua articulação com iniciativas locais capazes de mobilizar os recursos específicos do território, promover a cooperação entre os atores e ampliar os encadeamentos entre o turismo e as demais atividades locais. Nesse sentido, a proposição apresentada articula a educação, como elemento estruturante de longo prazo, às possibilidades de sua operacionalização no território, em consonância com as abordagens de desenvolvimento territorial apresentadas no Quadro 19. Essa articulação encontra-se pautada em cada eixo teórico e seus possíveis desdobramentos locais, conforme detalhado no Quadro 34:

Quadro 34: Proposição para o turismo de Corumbá

Eixo teórico	Solução estruturante	Ações estratégicas (Política Pública)	Iniciativa Local (Cesta Territorial Corumbá)	Efeito no Desenvolvimento Territorial
North (Base econômica e Instituição)	Fortalecimento e Estabilidade: Criar ambiente de baixa incerteza e continuidade de longo prazo, propício para geração de emprego e renda.	Institucionalização Educacional: Introduzir o turismo na matriz curricular municipal como disciplina obrigatória e estável (Política de Estado).	Articular produtos, serviços e experiências locais no turismo (gastronomia, artesanato, cultura, patrimônio, eventos e produção regional) que estimule o encadeamento entre o turismo e outras atividades econômicas. A contribuição da educação está em formar capital humano com conhecimento para que possa identificar oportunidades de empreendedorismo associadas aos recursos locais.	Pode contribuir para reduzir custos de transação social e incertezas quanto a previsibilidade necessária para atração de novos investimentos na base econômica. A base precisa gerar renda local. Diminuir a evasão de renda local.
Bourdieu (Praxeologia social)	Reorganizar o campo: alinhar <i>habitus</i> , e capitais e práticas sociais inovadora.	Educação Identitária: Utilizar o patrimônio cultural e o bioma Pantanal como conteúdos práticos, socializando a população no campo turístico.	Mobilizar atores e valorizar recursos simbólicos do território (Pantanal, rio Paraguai, patrimônio histórico, cultura fronteiriça, gastronomia, saberes e práticas locais), afim de favorecer sua conversão em recursos territoriais reconhecidos e compartilhados.	Favorece a reconfiguração de disposições e práticas relacionadas à valorização do território, aumentando o capital social e o senso de pertencimento dos agentes locais.
Beni (SISTUR)	Integração Funcional: Ativar a engrenagem	Educação para a sustentabilidade: ações de campo,	Integrar os recursos naturais e culturais aos diferentes	Garante a sustentabilidade da oferta (bioma)

	sistêmica para converter recursos em ativos.	conhecimento do sistema turístico e monitoramento nas escolas visando à preservação do Subsistema Ecológico e à compreensão integrada da atividade turística.	componentes do sistema turístico (atrativos, serviços, infraestrutura, comunidade, agentes públicos e privados), em vista a estruturar uma oferta territorial articulada e sustentável.	Pantanal e o rio Paraguai) e amplia os encadeamentos produtivos em todo o território.
--	--	---	---	---

Fonte: Resultado da pesquisa.

Aqui vale destacar que o objetivo não é interferir ou suprimir as demais atividades da base econômica do local, mas sim fortalecer a capacidade de difusão da base turística já especializada a, possibilitando aos locais mais uma atividade que pode promover a geração de emprego (formal e informal) e renda. É claro, que o objetivo ao se criar novo *habitus* do setor do turismo tendo a educação como promotora dessa lógica, envolve compreender as ramificações da atividade e as associações e articulações que podem ser feitas por meio dela. Ainda que tenha que se apresentado o poder público como o fomentador, ainda assim, não se pode pensar na atividade sem o setor privado e terceiro setor. A cadeia turística é imbricada em sua operacionalização entre esses setores, sem um deles no elo, a operacionalização fica comprometida.

Porém, para que essa valorização se converta em desenvolvimento territorial, torna-se necessário avançar da identificação dos recursos existentes para sua articulação com os diferentes agentes do território. Nesse sentido, proposta da Cesta Territorial Corumbá como iniciativa local de operacionalização, pode ser compreendida não apenas como um conjunto de produtos, mas como uma oferta integrada de recursos, produtos, serviços e experiências vinculados ao território. Sua constituição pode articular elementos como o Pantanal, o rio Paraguai, o patrimônio histórico, a cultura fronteiriça, a gastronomia, o artesanato, os eventos, os saberes locais, as comunidades e a produção regional, favorecendo a participação de diferentes atores e atividades na dinâmica turística.

Assim, essa proposição dialoga com as abordagens de desenvolvimento territorial apresentadas no Quadro 19, especialmente quanto à valorização dos recursos específicos, à mobilização das forças endógenas, à cooperação entre os atores e à construção de uma oferta combinada e coerente dos atributos territoriais. Dessa forma, busca-se ampliar os encadeamentos da atividade turística e favorecer maior circulação da renda no próprio território, de modo que a especialização identificada pelo Quociente Locacional possa ampliar sua capacidade de difusão para

outras atividades locais.

Embora o poder público assuma papel relevante como fomentador e articulador dessa iniciativa, não se pode pensar sua operacionalização sem a participação do setor privado e da sociedade civil. A cadeia turística é constituída pela interdependência entre esses atores, no entanto, que a fragilidade ou ausência de articulação entre seus elos compromete a integração da atividade no território corumbaense. Assim, a cooperação entre poder público, iniciativa privada e sociedade civil torna-se condição importante para que os recursos elencados de Corumbá sejam mobilizados de forma articulada e possam contribuir para o desenvolvimento territorial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese teve por objetivo “compreender a base econômica do turismo de Corumbá-MS e analisar como os fatores institucionais, simbólicos e sistêmicos exercem influência para o desenvolvimento territorial, considerando desafios e possibilidades futuras para identidade turística do município”. Para o alcance desse objetivo, adotou-se uma abordagem teórico-metodológica integrada, fundamentada na triangulação entre Douglass North, Pierre Bourdieu e Mário Carlos Beni.

Os resultados encontrados nesta tese sustentam a afirmação de que o turismo possui relevância para a base econômica de Corumbá, visto que apresentou especialização produtiva em todos os períodos analisados. Porém, sua capacidade de promover o desenvolvimento territorial esbarra na fragilidade de difusão econômica, identificada pela dependência histórica da pesca esportiva, o que de certa forma interfere para ampliação e fortalecimento de outras atividades turísticas. Outro ponto notável é a baixa integração sistêmica dos componentes que estruturam a atividade.

Segundo a teoria de base econômica (North), análise da base econômica, por meio do Quociente Locacional (QL), confirmou a especialização produtiva do turismo em Corumbá. Porém, a redução do QL de 3,74, em 2020, para 2,15, em 2024, evidencia uma perda relativa de participação do turismo na estrutura de empregos do município, embora o número absoluto de vínculos formais no setor tenha aumentado. Assim, o resultado não representa redução do emprego turístico em termos absolutos, mas indica que seu crescimento não acompanhou, na mesma proporção, a expansão do emprego total no território. Essa dinâmica, associada a concentração da atividade em segmentos vinculados principalmente à pesca esportiva, evidencia limitações quanto à difusão da base econômica, ou seja, o setor é presente na base econômica do município, mas ainda é uma atividade que não promove a difusão dessa base. No âmbito institucional, embora o município apresente avanços formais, como a criação do Sistema Municipal de Turismo pela Lei nº 2.251/2012, os resultados apontam para a necessidade de maior efetividade operacional dessas instituições para favorecer a diversificação e o fortalecimento da atividade turística.

O turismo de Corumbá tem peso histórico (*path dependence*) na base produtiva, tendo pesca esportiva como atrativo principal. A análise revelou que o desenvolvimento

econômico de Corumbá foi historicamente orientado pelas instituições norteadas pelo Estado. Os ciclos econômicos, desde a navegação até a mineração e, posteriormente, o turismo, foram desencadeados por decisões institucionais, sendo a institucionalização da pesca um marco na transformação da atividade em produto turístico. Essa trajetória contribuiu para estruturar práticas, empreendimentos e formas de organização da atividade que permanecem presentes no turismo contemporâneo, demonstrando como escolhas construídas historicamente condicionam possibilidades atuais de diversificação.

Os indicadores atuais demonstram fragilidades na diversificação e difusão da base econômica do turismo. Embora tenha ocorrido aumento do número absoluto de vínculos formais no setor, sua participação relativa na estrutura de empregos do município apresentou redução em 2024. A trajetória histórica da economia local condiciona o turismo a uma atuação restrita e pouco articulada, em que prevalece a herança da pesca como principal segmento, limitando a ampliação e articulação de outros produtos turísticos no território.

Desse modo, o turismo em Corumbá-MS configura-se como uma relação paradoxal: embora o território possua especialização econômica consolidada ($QL > 1$) e ativos ambientais de hierarquia excepcional, esses elementos por si só, ainda assim não tem sido suficiente para promover a diversificação e a difusão dessa base. Esse resultado demonstra que a existência de recursos endógenos e de especialização produtiva constitui condição relevante, porém insuficiente para transformar a atividade em vetor pleno de desenvolvimento territorial. E consequentemente, não tem sido atrativo para atração de investimento que possam abrir postos de trabalho, gerando emprego e renda, resultando em uma atividade que ainda não opera como um vetor pleno de desenvolvimento territorial.

A análise bourdieusiana deixou evidente que o turismo em Corumbá se organiza como campo desigual, marcado por posições diferenciadas, no qual agentes com diferentes capitais disputam legitimidade, recursos e posições. O *habitus* turístico dominante é tradicional, o qual associa o turismo ao bioma Pantanal e à pesca esportiva no rio Paraguai; os agentes com maior capital econômico e social (setor privado) ocupam posições dominantes. Por outro lado, os agentes culturais detêm capital simbólico, porém pouco convertido em capital econômico. As tensões presentes no campo ajudam a compreender a permanência de determinadas práticas, marcada pela tradição. Assim, Bourdieu explica por que certas práticas persistem, por que alguns

agentes influenciam mais a política turística, e por que a diversificação do turismo enfrenta resistências.

Sob a perspectiva bourdieusiana, constatou-se que o turismo em Corumbá se organiza como um campo social desigual, no qual *habitus* tradicionais e capitais concentrados orientam práticas conservadoras e dificultam a inovação e a cooperação. O capital simbólico do bioma Pantanal e das manifestações das tradições culturais não se convertem plenamente em capital econômico, a ponto de provocar o transbordamento da base econômica (difusão), restringindo os efeitos do turismo sobre o desenvolvimento territorial.

A análise sistêmica pelo SISTUR demonstrou que o turismo opera de forma incompleta, com subsistemas que funcionam de maneira isolada, com funcionamento fragmentado. O turismo em Corumbá tem em seu subsistema Ecológico atrativos de reconhecimento internacional, porém, frágil quanto a sua sustentabilidade devido os dados apresentados tanto quanto ao bioma Pantanal quanto ao rio Paraguai. O subsistema de superestrutura existe, porém, tem problemas com a continuidades administrativa e articulação efetiva com o *trade* turístico (baixa governança). Isso implica nos demais conjuntos do SISTUR, que impede a engrenagem funcionar em equilíbrio.

A triangulação teórica e metodológica revelou que as três abordagens utilizadas são complementares, o qual a análise realizada em conjunto, permitiu demonstrar que o desempenho limitado do turismo em Corumbá não decorre de um único fator, mas da interação entre instituições frágeis, campo turístico fragmentado e sistema turístico pouco integrado. A limitada efetividade das instituições interfere na coordenação dos agentes; a fragmentação do campo dificulta a mobilização e a conversão dos capitais existentes; e essas condições repercutem na integração dos subsistemas turísticos.

Por outro lado, identificou-se elevado potencial do município, sustentado por ativos naturais, culturais e simbólicos singulares. Outro ponto de convergência identificado na triangulação refere-se ao papel do Estado. Apesar de cada abordagem ter interpretação sob perspectivas distintas, os resultados demonstram sua centralidade na coordenação, regulação e indução da atividade turística. No caso analisado, essa centralidade convive com fragilidades de continuidade e articulação, que repercute no funcionamento do campo e do sistema turístico.

Assim, pode ser considerado como principal contribuição desta tese é que o fato de existir a especialização econômica do turismo não há não garantia da promoção de desenvolvimento territorial. No caso de Corumbá, é visível que a transformação da

atividade turística em vetor de desenvolvimento depende da articulação entre instituições, práticas e relações sociais, capitais mobilizados pelos agentes e integração sistêmica dos agentes e recursos existentes no território. O turismo corumbaense não atinge seu potencial máximo porque sua base institucional e social ainda não se converteu em uma estrutura econômica integrada, o que leva a inferir que o desenvolvimento territorial do município depende de uma reestruturação institucional que promova regras claras e estáveis, e de uma reconfiguração social que mobilize os agentes em torno de um projeto comum.

Diante desse cenário, no âmbito prático, a pesquisa resultou na proposição de uma política pública voltada para a criação da identidade turística territorial, o que constitui-se em uma contribuição original desta tese. A fundamentação da proposta está na compreensão de que a ampliação do conhecimento sobre o turismo e sua inserção nas dinâmicas sociais, culturais e sociais do território pode contribuir para a reconfiguração de disposições (*habitus*) relacionada a atividade tende a favorecer o fortalecimento do sentimento de pertencimento, valorização do recurso endógenos e integração sistêmica. Essa condição favorece a capacidade adaptação e coordenação do SISTUR local, o que permite a viabilidade de uma estabilidade (homeostase) frente as transformações ocorridas no território.

Como desdobramento dessa política estruturante, segue-se com a iniciativa local da Cesta Territorial Corumbá como forma de operacionalização, com a junção da oferta de recursos, produtos, serviços e experiências vinculados ao território. Essa iniciativa busca articular o Pantanal, o rio Paraguai, o patrimônio histórico, a cultura fronteiriça, a gastronomia, o artesanato, os eventos, os saberes locais, as comunidades e a produção regional, envolvendo poder público, setor privado e sociedade civil na valorização dos recursos específicos do território, afim de ampliar e diversificar os encadeamentos da atividade turística, favorecer a circulação da renda no próprio território e contribuir para que a especialização econômica.

Embora esta tese tenha buscado adotar um percurso metodológico consistente e alinhado ao objetivo geral, esbarrou em algumas limitações inerentes ao desenho da pesquisa e à disponibilidade dos dados utilizados, mas que não comprometeram a consistência na análise da pesquisa. A primeira refere-se a natureza e disponibilidade dos dados secundários, especialmente aqueles provenientes de bases governamentais, que apresentam defasagens temporais e limites de desagregação territorial. Essas condições podem influenciar na precisão de alguns indicadores, como o Quociente

Locacional e séries históricas do emprego. Também se reconhece que a análise da especialização econômica foi realizada a partir de dados formais de emprego, o que pode não captar integralmente a participação das atividades informais vinculadas ao turismo.

A segunda limitação diz respeito ao corpus documental institucional relacionado aos órgãos públicos, visto que as informações não estão consolidadas em plataformas específicas do município. Já na Plataforma pertinente ao órgão estadual, as informações estão fragmentadas, devido à falta de alimentação dos dados por parte do município de Corumbá. Esse cenário pode ter limitado a profundidade da reconstrução da trajetória institucional do turismo no território.

Do ponto de vista teórico-metodológico, tem-se a terceira limitação, a qual na triangulação entre North, Bourdieu e Beni também trouxe desafios, uma vez que integra perspectivas epistemológicas distintas, ainda que a combinação tenha enriquecido a análise, reconhece-se que cada autor possui premissas próprias, e essas não foram exploradas devido ao escopo da pesquisa.

A quarta limitação identificada trata-se da ausência de entrevistas junto aos agentes do campo turístico. Embora a análise de conteúdo do corpus documental, complementada pelos registros da observação participante, tenha permitido identificar *habitus*, capitais e relações de poder, uma investigação empírica ajudaria aprofundar a compreensão das percepções, motivações e dinâmicas internas do campo.

Por fim, reconhece-se que o estudo de caso, embora adequado para a profundidade analítica proposta, limita a generalização dos resultados para outros contextos territoriais. Ainda assim, o protocolo analítico construído por meio da articulação entre QL, Análise de Conteúdo, observação participante e triangulação teórica apresenta potencial de aplicação e adaptação a outros destinos turísticos, respeitadas suas especificidades territoriais. Nesse sentido, os resultados contribuem para ampliar o debate sobre turismo numa relação com a base econômica e instituições, praxeologia social, sistema turístico e desenvolvimento territorial.

Conclui-se, portanto, que os objetivos específicos convergiram de forma consistente para o atendimento do objetivo geral da pesquisa, demonstrando que o turismo integra a base econômica de Corumbá e apresenta condições para contribuir com o desenvolvimento territorial, embora a especialização econômica identificada não se converta automaticamente nesse desenvolvimento. Essa conversão depende da capacidade do território de articular instituições, agentes, capitais e os diferentes componentes do sistema turístico, promovendo maior diversificação e difusão da

atividade.

A tese contribui teoricamente ao demonstrar que especialização produtiva e disponibilidade de recursos endógenos não são suficientes, isoladamente, para explicar o desenvolvimento territorial; metodologicamente, ao integrar abordagens econômicas, sociológicas e sistêmicas e, do ponto de vista prático, oferece subsídios para a formulação de políticas públicas mais eficientes devido ao direcionamento para atender as demandas encontradas a partir da análise bem como atuar com estratégias territoriais orientadas aos eixos da sustentabilidade. Assim, o turismo pode ampliar sua contribuição para o desenvolvimento de Corumbá à medida que instituições, agentes e sistema operem de forma mais articulada, contínua e integrada.

Por fim, esta pesquisa não esgota as possibilidades de análise sobre o turismo e sua relação com o desenvolvimento territorial. Os resultados encontrados abrem caminhos para estudos futuros que aprofundem a percepção dos agentes do campo turístico, comparem o desempenho do turismo com outros setores da base econômica e apliquem a triangulação teórica e metodológica proposta em outros territórios. No caso de Corumbá, novas pesquisas poderão ainda acompanhar as transformações na diversificação da atividade, na articulação entre os agentes e na integração do sistema turístico.

REFERÊNCIAS

ACEMOGLU, D.; ROBINSON, J. The role of institutions in growth and development. **Washington, D. C.:** The World Bank, 2008. (Working Paper, n. 10). Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/entities/publication/1c1c7a97-7df0-576a-a857-3670a0810a51>. Acesso em: 26 ago. 2024.

ABLAS, L. A. Q. **Efeitos do turismo no desenvolvimento regional. Turismo em Análise, São Paulo**, v. 2, n. 1, p. 42-52, maio 1991.

ACERENZA, M. Á. **Administração do turismo: conceituação e organização.** Bauru: EDUSC, 2002.

ALMEIDA, M. B. **Noções básicas sobre Metodologia de pesquisa científica.** Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em <http://mba.eci.ufmg.br/downloads/metodologia.pdf>. Acesso em 20 ago. 2024.

ALVES, L. R. Indicadores de localização, especialização e estruturação regional. In: (Orgs). PIACENTI, C. A.; FERRERA DE LIMA, J. **Análise regional: metodologias e indicadores.** F. Curitiba: Camões. 2012.

ANDRADE. J.V. **Turismo: Fundamentos e Dimensões.** São Paulo. SP. Ática S.A. 1995.

ARMSTRONG, M.; TAYLOR, J. **Regional Economics & Policy**, 2. ed. Londres: Philip Allan, 1993.

AUGUSTO, M. **Metodologias quantitativas/metodologias qualitativas: mais do que uma questão de preferência.** Forum Sociológico (online), 24/2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/272432041_Metodologias_quantitativasmetodologias_qualitativas_Mais_do_que_uma_questao_de_preferencia. Acesso em: 25 ago. 2024.

BACHELARD, G. **O novo espírito científico.** Lisboa: Edições 70, 1996.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 1977.

_____. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 2020.

BARQUERO, A. V. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização.** Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001. p. 280.

BARRETO, M. **Planejamento e Organização em Turismo.** Campinas, SP: Papirus, 9 ed. 2003.

BARRETO, M. **Planejamento responsável do Turismo.** Campinas, SP: Papirus, 2005.

BAUER, M. W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2002.

BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. 5. ed. atual. São Paulo: Editora Senac: São Paulo, 2001.

_____. **Análise estrutural do turismo**. 8. ed. atual. São Paulo: Editora Senac: São Paulo, 2003.

_____. **Política e Planejamento de Turismo no Brasil**. São Paulo: ALEPH, 2006.

BERTALANFFY, K. L. . **Teoria geral dos sistemas: fundamentos, desenvolvimento e aplicações**. Trad. Francisco M. Guimarães. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1973.

BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

_____. What makes a social class? On the theoretical and practical existence of groups. **Berkeley Journal of Sociology**, v. 32, p. 1-17, 1987.

_____. **Raisons pratiques: sur la théorie de l'action**. Paris: Éditions du Seuil, 1994.

_____. Campo econômico. Trad. Suzana Cardoso e Cécile Raud-Mattedi **Revista Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, n. 119, p. 48-66, set., 1997.

_____. **A Distinção. crítica social do julgamento**. Trad. Daniela Ken, Guilherme J. F. Teixeira - São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.

_____. **O senso prático**. RJ, Vozes, 2009.

_____. **O poder simbólico**. 14ª ed. Rio de Janeiro: Bertland Brasil, 2010.

_____. **Sobre o Estado: Cursos no Collège de France(1989-92)**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

_____. **Sociologie Générale: cours au collège de France** (1983-1986). Paris. Editions du Seuil, 2016, v.2ed.

BOURDIEU, P.; WACQUANT, L. **Una invitacion a la sociologia reflexiva**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores Argentina, 2005.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2025]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 30

nov. 2025.

_____. **Mapabiomas**. Disponível em: <https://plataforma.brasil.mapbiomas.org/>. Acesso em: 29 ago.2025.

_____. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Painéis de monitoramento**. Disponível em: <https://aplicacoes.cidadania.gov.br/ri/pbfcad/painel.html>. Acesso em: 20 jul. 2025.

_____. Ministério da Cidadania. Notícia: **Presidente Jair Bolsonaro sanciona Lei que torna permanente Auxílio Brasil com piso de R\$ 400**. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2022/05/presidente-jair-bolsonaro-sanciona-lei-que-torna-permanente-auxilio-brasil-com-piso-de-r-400>. Acesso em: 23 set. 2025.

_____. Ministério do Turismo. **Portaria MTur nº 38, de 11 de novembro de 2021**. Dispõe sobre os procedimentos e requisitos para a inscrição e o funcionamento do Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos (CADASTUR), em conformidade com o disposto na Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008. Diário Oficial da União, Seção 1, Brasília, DF, n. 213, p. 115, 12 nov. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-/publicacoes/atos-normativos-2/2021-1/portaria-mtur-no-38-de-11-de-novembro-de-2021>. Acesso em: 20 out. 2025.

_____. **Lei nº 15.228, de 30 de setembro de 2025**. Dispõe sobre o uso, a conservação, a proteção e a recuperação do bioma Pantanal. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/Lei/L15228.htm. Acesso em: 08 jan. 2025.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 20 mar. 2026.

BRUNING, C., GODRI, L., TAKAHASHI, A. R. W. Triangulação em Estudos de Caso: incidência, apropriações e mal-entendidos em pesquisas da área de Administração. **Rev. Administração: Ensino e Pesquisa**, v. 19, n. 2, p.277-307, 2018. BUTLER, R. W. *The concept of the tourist area cycle of evolution: implications for management of resources*. **Canadian Geographer**, v. 24, n. 1, p. 5-12, 1980.

CABRERO, D. R. O. BACANI, V. M. Análise multitemporal (1975-2017) da expansão da área construída na região fronteira de Corumbá (MS). **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros Seção Três Lagoas** – v.1, nº 36, 2022. CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados. Painel de Informações do Novo CAGED – Corumbá/2022. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiNWl5NWl0ODEtYmZiYy00Mjg3LTkzNWUtY2UyYjIwMDE1YWl2IiwidCI6IjNIYzkyOTY5LTlhNTU0NGYxOC04YWM5LWVmOThmYmFmYTk3OCJ9&pageName=ReportSectionb52b07ec3b5f3ac6c749>. Acesso em: 04 Nov. 2025.

CAPRA, F. **O ponto de mutação**. 30. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

CARA, B. *El turismo y los procesos de transformacion territorial*. In. RODRIGUES, Ayr, A. B. (org). Turismo e Geografia. Reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo: HUCITEC, 1999.

CARRIÈRE, J-P., CAZELLA, A. A. **Abordagem introdutória ao conceito de desenvolvimento territorial**. 2006. Disponível em:<https://www.researchgate.net/publication/278405323_Abordagem_introdutoria_ao_conceito_de_desenvolvimento_territorial> Acesso em: 18 jul. 2025.

CHAPARRO, J. B. **As políticas públicas para o turismo e o desenvolvimento endógeno em Corumbá-MS**. 125 f, *Dissertação* (Mestrado) – Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos– Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Ponta Porã, MS: UEMS, 2017.

CENTRO DE LIDERANÇA PÚBLICA-CLP. Relatório Técnico 2025 do Ranking de Competitividade dos Municípios. Disponível em: <https://conteudo.clp.org.br/relatorios-tecnicos-2025>. Acesso em: 01 set. 2025.

CONCEIÇÃO, O. A. C. *Elementos para uma Teorização Apreciativa Institucionalista do Crescimento Econômico: uma comparação das abordagens de North, Matthews e Zysman*. **Anais do XXXI Encontro Nacional de Economia da ANPEC - Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia**, 2003. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro2003/artigos/A38.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2024.

COOPER, C. et al. **Turismo Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

CORIOLOANO, L. N. **Do local ao global: o turismo litorâneo cearense**. Campinas-SP: Papirus, 1998.

CORREA, E. S., LORIERI, M. A. Teoria e método no pensamento de Edgar Morin. **Caderno de Pós-Graduação-Educação**, São Paulo, v.8, p.55-63, 2009.

CORRÊA, L. S. Mercado Regional e mercado mundial na América Latina: o caso de Mato Grosso (1870-1914). In: **Revista Científica da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul**. Campo Grande/ MS, 2 (2): 16-20, 1995.

COSTA, E. J. M. Instituições, evolução institucional e historiografia econômica: A contribuição de Douglas North. **CONEXÕES**, Belém, v. 8, n. 1, p. 31-55 • jan/jun • 2020.

COSTA, H. A. FONSECA, M. A. P. Turismo e interações espaciais no destino Natal/RN. **Para Onde!?** Edição Especial - Geografia(s) do Turismo, v.16, n. 02, p.114-135, 2022.

COSTA, H. A. ROCHA, R. R. N. Turismo e Território-Rede: Aproximações teóricas. **Geotemas**, Pau dos Ferros, RN, Brasil, v.13, p. 01-22, e02310, 2023.

CRUZ, R. **Política de turismo e território**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 1995.

_____. Pesquisa e construção do conhecimento: metodologia científica no caminho de Habermas. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000.

DENCKER, A. F. M. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. São Paulo: Futura, 1998.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y.S. *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2006, 432 p.

DIAS, R. **Planejamento do Turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2008.

DIEHL, A. A. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas**. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

DOLLFUS, O. **O espaço geográfico**. 5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

DUARTE, V. N. **Diversificação produtiva e desenvolvimento regional: o caso de Mato Grosso do Sul**. Tese (Doutorado Campus de Toledo) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, 2022.

FARIA, D. M. C. P. **Análisis de la capacidad del turismo en el desarrollo económico regional: el caso de Inhotim y Brumadinho**. 2012. 364 f. Tese (Doutorado) - Departamento de Análise Económica da Faculdade de Economia da Universidade de Alicante e do Curso de Pós-Graduação de Economia do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, Alicante/Belo Horizonte, 2012.

FEIL, A. A. SCHREIBER, D. *Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: desvendando as sobreposições e alcances de seus significados*. **Cad. EBAPE.BR**, v. 14, nº 3, p. 667-681, Artigo 7, Rio de Janeiro, Jul./Set. 2017.

FERRERA DE LIMA, J. **Economia Territorial: Teoria e Indicadores**. Editora Universidade Estadual da Paraíba (EDUEPB), Campina Grande/PB, 2022.

_____. Desenvolvimento regional baseado em valores locais. **Patrimonialização: desenvolvendo territórios - Patrimonialización: territorios en desarrollo**. Organizadores: Carlos Otávio Zamberlan, João Evânio Borba Caetano, Fabricio Antonio Deffacci - Amambai, MS: Editora Ipes, 2024

FLICK, U. **Introdução à metodologia de pesquisa**. Porto Alegre: Penso, 2013.

_____. Uma introdução à pesquisa qualitativa. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

FRATUCCI, A. **Os lugares turísticos: Territórios do fenômeno turístico**.

GEOgraphia – Ano. II – No 4 – 2000. Disponível em : https://www.researchgate.net/publication/328816010_Os_Lugares_Turisticos_Territorios_do_Fenomeno_Turistico. Acesso em: 12 jul. 2025.

FRATUCCI, A. C., MORAES, C. C. A., ALLIS, T. **Espaços e territórios do turismo: reflexões e indagações**. XII Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo, 2015, Natal. **Anais do Seminário ANPTUR**. Disponível em: <https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/12/46.pdf> . Acesso em: 12 jul. 2025.

FUNDAÇÃO DE TURISMO DE MATO GROSSO DO SUL-FUNDTUR. **Portaria FUNDTUR n. 09, de 05 de outubro de 2021**. Institui o Programa de Classificação Turística dos Municípios do Estado de Mato de Mato Grosso do Sul, disciplina sua aplicação e dá outras providências. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.turismo.ms.gov.br/wp-content/uploads/2022/03/pag-117-DO10650_06_10_2021.pdf Acesso em: 22 out.2025.

GALA, P. A teoria institucional de Douglass North. **Revista de Economia Política**, v. 23, n. 2, p. 276-292, abr./jun. 2003.

GARLET, V. GRELLMANN, C. P. MADRUGA, L. R. R. G. Contributions of sustainable practices for the consolidation of sustainable tourism in Brazil. **Rev. Adm. UFSM**, Santa Maria, v. 14, n.2, apr.jun., p. 263-275, 2021.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GODED SALTO, M. **El impacto del turismo sobre el desarrollo económico: el caso de Argentina**. Tesis (Doctorado em Economía Internacional y Desarrollo). Madrid, Espanha: Facultad de Ciencias Económicas y Empresariales, Universidad Complutense de Madrid, 1998.

GODOY, A .S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *Revista de Administração de Empresas*, 35(2), 1995.

GONÇALVES, J. C.; ISQUIERDO, S. W. Fronteira Brasil, Bolívia e Paraguai no município de Corumbá: uma abordagem sobre as diferentes divisões político administrativas. **Revista Geográfica de América Central**. Número Especial EGAL, p. 1-13, 2º sem. 2011.

GRAY, D. E. *Pesquisa no mundo real*. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

GRECHI, D. C. O desenvolvimento turístico sob a ótica da economia institucional: uma análise do caso de Bonito/MS. **Tese** (doutorado). Programa de Pós-Graduação em Economia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

GRENFELL, M. Uma reflexão sobre a teoria do campo (e dentro dela) na prática. **Tempo social, Revista de Sociologia da USP**, v.30, n.2, 195-217, may-aug. 2018.

GUIMARÃES, M. R. C. PONTE, K. M. B. DOS ANJOS, F.A. **Planejamento turístico sob a perspectiva da abordagem sistêmica nos artigos publicados em revistas científicas Ibero-Americanas de turismo**. El Periplo Sustentable, n.40, Enero/Junio 2021.

HACHMANN, F.; RIPPEL, R. Sustentabilidade e desenvolvimento em uma área de fronteira: uma aplicação do Barômetro da Sustentabilidade no Oeste do Paraná. *Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional*. ISSN 2317-5443, DOI: 10.7867/2317-5443.2015v3n1p127-156. 2015.

HADDAD, P. R. **A competitividade do agronegócio e o desenvolvimento regional no Brasil**. estudo de clusters. Org. por Paulo Roberto Haddad *et al*. Brasília: CNPq/EMBRAPA, 1999.

HALL, C. M. **Planejamento turístico**: políticas, processos e relacionamentos. São Paulo: Contexto, 2001.

HANY, F. E. S. **Corumbá, Pantanal de Mato Grosso do Sul: Periferia ou Espaço Central?** 2005, f.152. Dissertação - Programa de Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais, Escola Nacional em Ciências Estatísticas-ENCE, Rio de Janeiro, 2005.

HANAI, F. Y. Desenvolvimento sustentável e sustentabilidade do turismo: conceitos, reflexões e perspectivas. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v.8, n.1, p. 198-231, jan-abr/2012.

HENZ, A. P. **Turismo e Desenvolvimento Econômico Regional**. Tese (doutorado), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Toledo, Centro Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, 2021.

HIRSCHIMAN, A. **A estratégia de desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

IGNARRA, L. R. **Fundamentos do Turismo**. 3ª ed., São Paulo: Pioneira, 2013.

ÍNDICE FIRJAN DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL – IFDM.– Corumbá-MS (Ano 2023). Disponível em: <https://www.firjan.com.br/ifdm/consulta-ao-indice/ifdm-indice-firjan-de-desenvolvimento-municipal-resultado.htm?UF=MS&cidade=500320&indice=1&ano=2023>. Acesso em: 06 jul. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA-IBGE. **Cidades**. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/corumba/panorama>> Acesso em: 20 jun. 2024.

. **Tabela PIB**.
Disponível em:
<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6784#/n1/all/v/9812/p/all/d/v9812%202/l/v,,t+p/resultado>. Acesso em: 30 jun. 2025.

_____. Panorama impresso. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/panorama-impresso?cod=5003207>. Acesso em: 07 jul. 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ–IPECE. *Análise da Participação da Administração Pública na Economia: Brasil e Ceará. IPECE informe*. Fortaleza – Ceará: Ipece, 2018.
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-IPEA. **Extrator de dados**. Brasília, DF: IPEA. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/extrator/>. Acesso em: 22 out. 2025

JACOBS, J. ***The Economy of Cities***. New York: Random House, 1969.

JENKINS, C. L.; HENRY, B. M. *Government involvement in tourism in developing countries. Annals of Tourism Research*, v. 9, n. 4, p. 499-521, 1982.

JIMÉNEZ HERRERO, L. M. ***Los procesos de sostenibilidad en España***. Ambianta, Madrid, p. 8-19, nov. 2006.

KNAFOU, R. **Turismo e Território. Por uma abordagem científica do turismo**. In: Adyr, A. B. Rodrigues (org.). *Turismo e Geografia. Reflexões teóricas e enfoques regionais*. São Paulo: HUCITEC, 1999.

KUHN T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. 4ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva; 1996.

LAGE, B. H. G. MILONE, P. C. **Economia do Turismo**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LAMOSO, L. P. **A exploração de minério de ferro no Brasil e no Mato Grosso do Sul**. 2001. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2001.

LANE, T. O multiplicador da base urbana: avaliação de sua situação atual. In: SCHWARTZMAN, J. (Org.). **Economia regional: textos escolhidos**. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977.

LEFEBVRE, H. ***La producción del espacio***. Trad e Introdução Emilio Martinez Gutiérrez. Madrid: Editora Capitain Swing (Col. Entrelíneas), [1974] 2013.

LEITE, M. B. A. Pantanal – Localização e caracterização. Disponível em https://ambientes.ambientebrasil.com.br/natural/biomas/pantanal_-_localizacao_e_caracterizacao.html. Acesso: 08 nov. 2024.

LENA, A. V. **A estrutura, divisão e classificação escola no Brasil: Níveis, Etapas e Modalidades Educacionais do Ensino Brasileiro a Luz da LDB**. 2.025 Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/1000930>. Acesso em: 15 mar. 2026

LIMA, E. C. de; LIMA, E. P. C. de; EVAS, I. M.; TEIXEIRA, M. do S. G. Teoria da base de exportação e sua relação com o desempenho econômico: o caso do estado

de Santa Catarina. **Textos de Economia**, v. 16, n. 1, p.95-117, 24 jun. 2013.

LIMA, J. F. **Economia Territorial**: teoria e indicadores. Campina Grande PB: EDUEPB, 2022. V. 01. 168p.

LICKORISH, L. J.; JENKINS, C. L. **Introdução ao turismo**. Trad. Fabíola de Carvalho S. Vasconcelos. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

LOPES, H. C. Instituições e crescimento econômico: os modelos teóricos de Thorstein Veblen e Douglass North. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 33, n. 4, out./dez. 2013.

LOURENÇO, R. L. **Controle Gerencial como Prática Social no Poder Judiciário: Relações de Poder no contexto da Reforma Gerencial** – Tese (Doutorado em Ciências Contábeis), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018, 291f.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo, Editora Pedagógica e Universitária, 1986.

McCOOL, S. F.; MOISEY, R. N.; NICKERSON, N. P. *What should tourism sustain? The disconnect with industry perceptions of useful indicators*. **Journal of Travel Research**, Sage Publications, Thousand Oaks, v. 40, n.2, p.123-131, nov. 2001.

MACUCULE, A. J. ALMEIDA, C. C., FRANCELIN, M.M., VALENTIM, M. L. P. Por uma epistemologia sem fronteiras. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 29, e-126315, 2023.

MALTA, G. A. P. **Turismo e desenvolvimento: análise de uma complexa relação considerando as abordagens e concepções presentes na literatura do turismo**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte/BH, 2011.

_____. **O turismo como projeto político e sua capacidade de indução ao desenvolvimento econômico: destinos indutores ou concentradores do desenvolvimento turístico regional em Minas Gerais?** Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte/BH, 2018.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5.Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

_____. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração e interpretação de dados**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MARTINS, P. C. S. **As paisagens da faixa de fronteira Brasil/Bolívia: complexidades do Pantanal Sul-Matogrossense e suas potencialidades para o Turismo de Natureza**. 2017. Tese (Doutorado em Geografia)-Universidade Federal da Grande Dourados, Faculdade de Ciências Humanas, Dourados, 2018.

MASSEY, D. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MATO GROSSO DO SUL. **Lei nº 6.160, de 18 de dezembro de 2023**. Dispõe sobre a conservação, a proteção, a restauração e a exploração ecologicamente sustentável da Área de Uso Restrito da Planície Pantaneira (AUR-Pantanal), no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, e cria o Fundo Estadual de Desenvolvimento Sustentável do Bioma Pantanal. Disponível em: <https://aacpdappls.net.ms.gov.br/appls/legislacao/secoge/govato.nsf/448b683bce4ca84704256c0b00651e9d/69530422ecd62e3c04258a8a006140ce>. Acesso em: 08 jan. 2026.

MEZZAROBIA, O.; MONTEIRO, C. C. **Manual de metodologia da pesquisa no direito**. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

MONTAGNHAN, B. A.; SHIKIDA, P. F. A. Base econômica e desenvolvimento local: estudo de caso múltiplo em municípios canavieiros. *Revista Economia e Desenvolvimento*, v. 24, n. 2, 2012.

MOREIRA, G. **Comparativo metodológico entre as bases lógicas de investigação dialética e fenomenológica**. 2022. Disponível em: <https://relacoesexteriores.com.br/comparativo-dialetica-fenomenologia/>. Acesso em: 22 set. 2024.

MORIN, E. O Método 1: **A Natureza da Natureza**. 2ª ed. Lisboa: Europa-América, 1996.

_____. **Introdução ao pensamento complexo**. Trad. Eliane Lisboa. 5. ed. Porto Alegre: Sulina, 2015.

MORIN, E. CIURANA, E-R, MOTTA, R. **Educar na era planetária: o pensamento complexo como método de aprendizagem no erro e na incerteza humana**. Trad. Sandra Trabuco Valenzuela. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

NEVES, J. L. **Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades**. *Caderno de Pesquisas em Administração*, São Paulo, v.1, n. 3, p. 1-5, ago./dez. 1996.

NOGUEIRA, R. J. B. Fronteira: espaço de referência identitária. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 1, n.2, p. 27-41, dez. 2007.

NOGUEIRA, M. G. O papel do turismo no desenvolvimento econômico e social do Brasil. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, abr./jun., 1987.

NORTH, D. C. Teoria da localização e crescimento econômico regional (1955). Trad. Maria do Carmo Salazar Martin. SCHWARTZMAN, J. (Org.). **Economia Regional: textos escolhidos**. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977.

_____. ***Institutions, institutional change and economic performance.*** Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

_____. **Instituições, Mudança institucional e desempenho econômico.** São Paulo: Três Estrelas, 2018.

OLIVEIRA, A. P. **Turismo e Desenvolvimento:** planejamento e organização. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002b.

OLIVEIRA JUNIOR, A. **Instituição, espaço e desenvolvimento:** o Polo Moveleiro de Ubá, MG. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2011.

ONU. ***World Commission on Environment and Development (Brundtland Commission).*** Nova Iorque: A/42/427: [s.n.]. 1987. Disponível em: <<https://ambiente.files.wordpress.com/2011/03/brundtland-report-our-common-future.pdf>>. Acesso em: 18 jul. 2024.

OBSERVATÓRIO SEBRAE. **Observatório Setorial Territorial:** Corumbá em números. Disponível em <https://observatorio.sebrae.com.br/profile/geo/corumba?redirect=true&selector475id=year2010&selector470id=comexTipoExport&selector756id=year2023&selector765id=year2023&selector70id=sectorOption&selector159id=&selector471id=comexMedidasValor&selector473id=codigo>. Acesso em: 30 nov. 2025.

PAIXÃO, R. O. **Globalização, Turismo de fronteira, identidade e planejamento da região internacional de Corumbá, MS** – Tese (Doutorado em Ciências Humanas: Geografia), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências humanas - Departamento de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, 2006.

PANOSSO NETTO, A.; TRIGO, L. G. G. **Cenários do Turismo Brasileiro.** São Paulo: Aleph, 2009.

PASSANEZI, P. O processo de criação das instituições segundo Douglass North (1990) e uma avaliação crítica da lógica northiana. **Revista Gerenciais.** São Paulo, v.2, set., 2003.

PEREIRA, A. S.; SHITSUKA, D. M.; PARREIRA, F. J.; SHITSUKA, R. **Metodologia da Pesquisa Científica.** 1ª ed. Santa Maria-RS: UFSM-NTE, 2018.

PEREIRA, N. X.; OLIVEIRA, G. S. Observação e análise documental as suas contribuições na pesquisa científica. **Revista Multidisciplinar Humanidades e Tecnologia (FINOM)**, v. 46, jan-mar., 2024.

PIAIA, T. C. Instituições, organizações e mudança institucional: análises e perspectivas. **Justiça do Direito**, v. 27, n. 2, p. 257-274, jul./dez. 2013.

PIFFER, M. **A dinâmica do Oeste Paranaense: sua inserção na economia nacional.** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1997. 169f.

_____. **A teoria da base econômica e o desenvolvimento regional do Estado do Paraná no final do século XX** -Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional), Universidade de Santa Cruz do Sul, 2009.167f.

PIFFER, M.; AREND, S. C. Desenvolvimento regional paranaense a partir da abordagem teórica de Douglass North. In: **IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO (SIDR)**, Santa Cruz do Sul, 2008. Anais. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2008.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **O que é o IDHM**. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil/o-que-e-o-idhm>. Acesso em: 30 jun. 2025.

POZZEBON, M. FREITAS, H. M. R. Pela Aplicabilidade com um Rigor Científico dos Estudos de Caso em Sistemas de Informação. **Revista de Administração Contemporânea-RAC**, v 2, n. 2, , Maio/Ago. 1998: p. 143-170

PRASAD, P. Structuration and Praxeology: Transcending Dualism Within Frameworks of Power. In: PRASAD, P. (Ed.). **Crafting Qualitative Research: Working in the postpositivist traditions**. New York: M.E.Sharpe, 2005. p. 183-209.

PROENÇA, A. C. **PANTANAL – Gente, tradição e história**. Campo Grande/MS: Ed. UFMS, 1992.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro : Fundação Getúlio Vargas, 1997.

QUEIROZ, P. R. C. **Uma ferrovia entre dois mundos: a E. F. Noroeste do Brasil na primeira metade do século XX**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2004.

_____. **Articulações econômicas e vias de comunicação do antigo sul de Mato Grosso (séculos XIX e XX)**. In: Lisandra P. Lamoso (org.). **Transportes e políticas públicas em Mato Grosso do Sul**. Dourados: Ed. UFGD, 2008.

_____. **O desafio do espaço platino às tendências de integração do antigo sul de Mato Grosso ao mercado nacional brasileiro: um hiato em dois tempos**. In: **História econômica & história de empresas**, vol. 11, n.1, p. 119-154. São Paulo: ABPHE, 2008.

RABAHY, W. A. Análise e perspectivas do turismo no Brasil. **RBTUR**, São Paulo, 14 (1), p. 1-13, jan./abr. 2020.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS, E. C. Reestruturações produtivas de Corumbá-MS na região pantaneira. **Mercator**, Fortaleza, v.21,e21002, 2022.

_____. Rugosidades e redefinições da morfoestrutura urbana de Corumbá-MS e seus impactos ambientais na planície do Pantanal. **Revista da ANPEGE**, v.19, n. 39, 2023.

RAUD. C. Bordieu e a nova sociologia econômica. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, v1.19, n. 2, 2007.

RENZI, A.; HENZ, A. P; RIPPEL, R. Desenvolvimento Econômico: do crescimento à prosperidade. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. Edição Especial, v. 15, n. 6, p. 65-77, nov., 2019.

REYNALDO, N. I. Comércio e navegação no rio Paraguai (1870-1940). **XI Jornadas Interescuelas/Departamento de Historia**. Facultad de Filosofía y Letras. Universidade de Tucumán, San Miguel de Tucumán-Argentina, 2007.

ROBBINS, D. Sociology and philosophy in the work of Pierre Bourdieu, 1965-75. **Journal of Classical Sociology**, London, v.2, n.3, p.299-328, 2002.

ROCHA JR, W. F. **Análise do Agronegócio da Erva-Mate com o enfoque da Nova Economia Institucional e o uso da matriz estrutural prospectiva**. Florianópolis, Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - UFSC, 2001.

RODRIGUES, A. B. **O turismo como desafio ao desenvolvimento local**. São Paulo. Hucitec, 1997

ROMÃO, J. **Tourism, territory and sustainable development: theoretical foundations and empirical applications in Japan and Europe**. New frontiers in Regional Science: Asian Perspectives. Singapura, 2018.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

SANTOS, F. A. V. SILVA, D. S. SANTANA, J. R. RIBEIRO, L. C. S. Grau de especialização e decomposição do crescimento das exportações brasileiras por intensidade tecnológica. **Revista de Desenvolvimento Econômico -RDE**, Ano XXII, v. 3, n. 47, p. 7-32, dezembro, 2020.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4.a. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

_____. **A Natureza do Espaço**. 4.Ed. São Paulo: EDUSP, 2012.

SAKOWSKI, P. A. M Mensurando o emprego no setor turismo no brasil: do nível nacional ao regional e local. **Texto para discussão 2073**. Brasília: IPEA, 2015.

SCHWARTZMAN, J. (Org.). **Economia Regional: textos escolhidos**. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977.

SCOTT, N. **Tourism Policy: A Strategic Review**. Oxford: Goodfellow, 2011.

SELLTIZ, C.; WRIGHTSMAN, L. S.; COOK, S. W. **Métodos de pesquisa das relações sociais**. São Paulo: Herder, 1965.

SENA, D. M.; NOGUEIRA, L.G.S. “Gado para o consumo”: Comércio de Carne Verde e Açougueiros em Corumbá 1870-1888 (Província de Mato Grosso). **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, vol.6, n. 2, jul-dez., 2013.

SETTON, M. G. J. A teoria do *habitus* em Pierre Bordieu. Uma leitura contemporânea. **Rev. Bras. Educ.**, n.20, maio/jun/jul/ago, 2002.

SILVA, C. S.; LUZ, J. T. da.; GAFFURI, J. K. F.; ALVES, L. R. A base de exportação e a reestruturação das atividades produtivas no paraná (2002 A 2018). **Agronegócio paranaense: potencialidades e desafios II** / Organizadores: Pery Francisco Assis Shikida, Valdir Antonio Galante e Renata Cattelan - Foz do Iguaçu: IDESF, 2020.

SILVA, J. A. O Turismo como atividade econômica: enfoque de demanda versus enfoque de oferta. **TURyDES**, v. 1, n.1, out., 2007.

SILVA, J. S. V. ABDON, M. M. Delimitação do Pantanal brasileiro e suas sub-regiões. **Pesq. agropec. bras.**, Brasília, v.33, Número Especial, p.1703-1711, out. 1998.

SIMÕES, A. Instituições e desenvolvimento econômico: os contrastes entre as visões da Nova Economia Institucional (NEI) e dos neoinstitucionalistas. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 35, n. 1, p. 33-54, jun. 2014.

SOL , E. F.; MORALEDA, L. F.; MAZÓN, A. I. M. *Tourism for development*. In: SOL , E. F.; DA SILVA, J. A.; JAFARI, J (editors). **Knowledge management tourism: policy and governance applications**. UK: Emerald, 2012.

SOUZA, J. C. **Sertão Cosmopolita: Tensões da modernidade de Corumbá (1872-1918)**. São Paulo: Alameda Editorial, 2008.

SOUZA, M. J. L. O território: Sobre Espaço e Poder, Autonomia e Desenvolvimento. In CASTRO, I. E. GOMES, P. C. CORRÊA, R. L. (Org.) In: **Geografia: conceitos e temas**. 2  ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

STAKE, R. E **Pesquisa qualitativa: estudando como as coisas funcionam**. Porto Alegre: Penso, 2011.

STRASSBURG, U.; OLIVEIRA, N. M.; ROCHA JR., W. F. Revisitando o conceito da Nova Economia Institucional. PRACS: **Revista Eletrônica de Humanidades de Ciências Sociais da UNIFAP**. Macapá, v. 12, , n. 2, p. 57-74, jul./dez. 2019.

TARGAS, Z.I.M.S. **As casas comerciais importadoras/exportadoras de Corumbá (1904-1915)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2012.

TOMAZZONI, E. L. Turismo e Desenvolvimento Regional: modelo APL TUR aplicado   região das Hortênsias (Rio Grande do Sul – Brasil). **Tese** (doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Relações Públicas, Propaganda e

Turismo. Universidade de São Paulo, 2007.

_____. **Turismo e desenvolvimento regional: dimensões, elementos e indicadores**. Caxias do Sul/RS: Educs, 2009.

THIRY-CHERQUES, H. R. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. **Revista de Administração Pública - RAP**, Rio de Janeiro, v.40 (1), p. 27-55. Jan/Fev. 2006.

THOMPSON, J.B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

TRIGO, L. G. G. **A sociedade pós-industrial e o profissional em turismo**. Campinas, SP: Papirus, 1998.

UNTWO – THE WORLD TOURISM ORGANIZATION. **International recommendations for tourism statistics** 2008. Madrid; New York: United Nations World Tourism Organization, 2010.

URANO, D. G. Contribuições de Leiper, Wahab e Cuervo para abordagem sistêmica do turismo. **Revista de Turismo Contemporâneo– RTC**, v. 4, p. 77-95, abr. 2016.

VEBLEN, T. B. **A teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições (os economistas)**. Trad. Olivia Krähenbühl. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

VIEIRA, A. R. M. Planejamento e Políticas Públicas de Turismo: análise dos módulos operacionais do Programa de Regionalização do Turismo no Pólo São Luis/MA. **Dissertação** (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Turismo. Universidade de Brasília, 2011.

VILLAS BÔAS FILHO, O. Reflexões sobre o Estado: As tensões e as afinidades entre os pensamentos de Louis Althusser e de Pierre Bordieu. **Revista Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**, v. 117, p. 169-201, jan/dez. 2022.

WACQUANT, L. Poder simbólico e fabricação de grupos: Como Bordieu reformula as questões da classe. Trad. Sérgio Lamarão. **Novos estudos CEBRAPE** (96), jul, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-33002013000200007>. Acesso em: 25 abr. 2024.

ZIMERMANN, A. **Turismo rural: um modelo brasileiro**. Florianópolis: Ed. do autor. 1996.

YÁZIGI, E. A., CARLOS, A. F. A. **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. Yázigi, E. A., Carlos, A. F. A., Cruz, R. C. A. (Orgs.). São Paulo: Hucite, 1999.

YIN. R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Trad. Daniel Grassi, 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICE A – QUOCIENTE LOCACIONAL DADOS E RESULTADOS

QUOCIENTE LOCACIONAL

Eij=	389	emprego do setor i na região j
Ej =	15.549	emprego total da região j
Ei =	4.640	empregos no setor i
E..=	560789	empregos totais da região

- **Fórmula:** A fórmula básica compara a participação de um setor em uma região (empregos ou produção) com a participação do mesmo setor no total nacional:

$$QL = \left(\frac{\text{Empregos no setor } i \text{ na região } j}{\text{Empregos totais na região } j} \right) \div \left(\frac{\text{Empregos no setor } i \text{ no total nacional}}{\text{Empregos totais no total nacional}} \right)$$

- **Interpretação:**

- **QL > 1:** A região é relativamente mais especializada naquele setor do que o nível de referência.
- **QL < 1:** A região é menos especializada naquele setor do que o nível de referência.
- **QL = 1:** A participação do setor na região é a mesma que no nível de referência.

Turismo	2010	2020	2024			
Corumbá	389	431	526	QL 2010 3,02	QL 2020 3,73	QL 2024 2,14
Mato Grosso do Sul	4.640	5.594	8.337			
Emprego Total						
Corumbá	15.549	13.519	19.532			
Mato Grosso do Sul	560789	654413	662117			

CNAE 2.0 -ATIVIDADES CARACTERÍSTICAS DO TURISMO

CNAE 2.0: 5510-8/01; 5510-8/02; 5590-6/01; 5590-6/02; 5590-6/99; 7911-2/00; 7912-1/00; 4929-9/03; 4929-9/04; 5011-4/02; 5099-8/01; 8230-0/01; 8230-0/02; 9321-2/00; 9001-9/01; 9001-9/02; 9001-9/03; 9003-5/00; 9102-3/01; 9200-3/02; 9329-8/99; 7990-2/00; 7721-7/00

Turismo: Hotéis; Apart-hotéis; Albergues, exceto assistenciais; Campings; Outros alojamentos não especificados anteriormente; Agências de viagens; Operadores turísticos; Organização de excursões em veículos rodoviários próprios, municipal; Organização de excursões em veículos rodoviários próprios, intermunicipal, interestadual e internacional; Transporte marítimo de cabotagem - passageiros; Transporte aquaviário para passeios turísticos; Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas; Casas de festas e eventos; Parques de diversão e parques temáticos; Produção teatral; Produção musical; Produção de espetáculos de dança; Gestão de espaços para artes cênicas, espetáculos e outras atividades artísticas; Atividades de museus e de exploração de lugares e prédios históricos e atrações similares; Exploração de apostas em corridas de cavalos; Outras atividades de recreação e lazer não especificadas anteriormente; Serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente; Aluguel de equipamentos recreativos e esportivos.

Dados - Turismo município 2024	
RAIS Vínculo Id	
Município	Total
MS-ÁGUA CLARA	97
MS-ALCINOPOLIS	5
MS-AMAMBAI	37
MS-ANASTACIO	56
MS-ANAUROLANDIA	19
MS-ANTONIO JOAO	13
MS-APARECIDA DO TABOADO	54
MS-AQUIDAUANA	94
MS-ARAL MOREIRA	3
MS-BANDEIRANTES	11
MS-BATAGUASSU	72
MS-BATAYPORA	15
MS-BELA VISTA	11
MS-BODOQUENA	97
MS-BONITO	1.499
MS-BRASILANDIA	12
MS-CAARAPO	32
MS-CAMAPUA	19
MS-CAMPO GRANDE	2.010
MS-CASSILANDIA	51
MS-CHAPADAO DO SUL	144
MS-CORGUINHO	24
MS-CORONEL SAPUCAIA	1
MS-CORUMBA	526
MS-COSTA RICA	73
MS-COXIM	95
MS-DEODAPOLIS	31
MS-DOIS IRMAOS DO BURITI	2
MS-DOURADOS	581
MS-ELDORADO	13
MS-FATIMA DO SUL	21
MS-FIGUEIRAO	5
MS-GLORIA DE DOURADOS	29
MS-GUIA LOPES DA LAGUNA	13
MS-IGUATEMI	14
MS-INOCENCIA	100
MS-ITAPORÃ	22
MS-ITAQUIRAI	23
MS-IVINHEMA	56
MS-JARAGUARI	4
MS-JARDIM	152
MS-JUTI	7
MS-LADARIO	33
MS-MARACAJU	109
MS-MIRANDA	237

MS-MUNDO NOVO	56
MS-NAVIRAI	149
MS-NIOAQUE	5
MS-NOVA ALVORADA DO SUL	61
MS-NOVA ANDRADINA	152
MS-PARAISO DAS ÁGUAS	5
MS-PARANAIBA	117
MS-PARANHOS	2
MS-PEDRO GOMES	3
MS-PONTA PORA	231
MS-PORTO MURTINHO	15
MS-RIBAS DO RIO PARDO	200
MS-RIO BRILHANTE	51
MS-RIO NEGRO	5
MS-RIO VERDE DE MATO GROSSO	58
MS-ROCHEDO	5
MS-SANTA RITA DO PARDO	16
MS-SAO GABRIEL DO OESTE	81
MS-SETE QUEDAS	14
MS-SELVIRIA	2
MS-SIDROLANDIA	66
MS-SONORA	43
MS-TACURU	2
MS-TERENOS	12
MS-TRES LAGOAS	460
MS-VICENTINA	4
Total	8.337
Consulta executada em 27-11-2025 às 10:32h	

Seleções vigentes		
Variável	Critério	Valor
Ano	igual a	2024
Vínculo Ativo 31/12	igual a	Sim

Município	igual a	MS-AGUA CLARA; MS-ALCINOPOLIS; MS-AMAMBAI; MS-ANASTACIO; MS-ANAURILANDIA; MS-ANGELICA; MS-ANTONIO JOAO; MS-APARECIDA DO TABOADO; MS-AQUIDAUANA; MS-ARAL MOREIRA; MS-BANDEIRANTES; MS-BATAGUASSU; MS-BATAYPORA; MS-BELA VISTA; MS-BODOQUENA; MS-BONITO; MS-BRASILANDIA; MS-CAARAPO; MS-CAMAPUA; MS-CAMPO GRANDE; MS-CARACOL; MS-CASSILANDIA; MS-CHAPADAO DO SUL; MS-CORGUINHO; MS-CORONEL SAPUCAIA; MS-CORUMBA; MS-COSTA RICA; MS-COXIM; MS-DEODAPOLIS; MS-DOIS IRMAOS DO BURITI; MS-DOURADINA; MS-DOURADOS; MS-ELDORADO; MS-FATIMA DO SUL; MS-FIGUEIRAO; MS-GLORIA DE DOURADOS; MS-GUIA LOPES DA LAGUNA; MS-IGNORADO; MS-IGUATEMI; MS-INOCENCIA; MS-ITAPORA; MS-ITAQUIRAI; MS-IVINHEMA; MS-JAPORA; MS-JARAGUARI; MS-JARDIM; MS-JATEI; MS-JUTI; MS-LADARIO; MS-LAGUNA CARAPA; MS-MARACAJU; MS-MIRANDA; MS-MUNDO NOVO; MS-NAVIRAI; MS-NIOAQUE; MS-NOVA ALVORADA DO SUL; MS-NOVA ANDRADINA; MS-NOVO HORIZONTE DO SUL; MS-PARAISO DAS AGUAS; MS-PARANAIBA; MS-PARANHOS; MS-PEDRO GOMES; MS-PONTA PORA; MS-PORTO MURTINHO; MS-RIBAS DO RIO PARDO; MS-RIO BRILHANTE; MS-RIO NEGRO; MS-RIO VERDE DE MATO GROSSO; MS-ROCHEDO; MS-SANTA RITA DO PARDO; MS-SAO GABRIEL DO OESTE; MS-SELVIRIA; MS-SETE QUEDAS; MS-SIDROLANDIA; MS-SONORA; MS-TACURU; MS-TAQUARUSSU; MS-TERENOS; MS-TRES LAGOAS; MS-VICENTINA
-----------	---------	---

CNAE 2.0 Subclasse	igual a	Hotéis; Apart-hotéis; Albergues, exceto assistenciais; Campings; Outros alojamentos não especificados anteriormente; Agências de viagens; Operadores turísticos; Organização de excursões em veículos rodoviários próprios, municipal; Organização de excursões em veículos rodoviários próprios, intermunicipal, interestadual e internacional; Transporte marítimo de cabotagem - passageiros; Transporte aquaviário para passeios turísticos; Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas; Casas de festas e eventos; Parques de diversão e parques temáticos; Produção teatral; Produção musical; Produção de espetáculos de dança; Gestão de espaços para artes cênicas, espetáculos e outras atividades artísticas; Atividades de museus e de exploração de lugares e prédios históricos e atrações similares; Exploração de apostas em corridas de cavalos; Outras atividades de recreação e lazer não especificadas anteriormente; Serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente; Aluguel de equipamentos recreativos e esportivos
--------------------	---------	---

Dados - Turismo município 2020	
RAIS Vínculo Id	
Município	Total
MS-ÁGUA CLARA	46
MS-ALCINOPOLIS	2
MS-AMAMBAI	35
MS-ANASTACIO	42
MS-ANAUROLANDIA	8
MS-ANGÉLICA	1
MS-ANTONIO JOAO	2
MS-APARECIDA DO TABOADO	33
MS-AQUIDAUANA	55
MS-ARAL MOREIRA	7
MS-BANDEIRANTES	6
MS-BATAGUASSU	40
MS-BATAYPORA	12
MS-BELA VISTA	13
MS-BODOQUENA	57
MS-BONITO	1.018
MS-BRASILANDIA	6
MS-CAARAPO	27
MS-CAMAPUA	17
MS-CAMPO GRANDE	1.465
MS-CASSILANDIA	33
MS-CHAPADAO DO SUL	82
MS-CORGUINHO	14
MS-CORONEL SAPUCAIA	2
MS-CORUMBA	431
MS-COSTA RICA	43
MS-COXIM	81
MS-DEODAPOLIS	11
MS-DOIS IRMAOS DO BURITI	1
MS-DOURADOS	446
MS-ELDORADO	6
MS-FATIMA DO SUL	15
MS-FIGUEIRAO	3
MS-GLORIA DE DOURADOS	8
MS-GUIA LOPES DA LAGUNA	7
MS-IGUATEMI	13
MS-INOCENCIA	10
MS-ITAPORÃ	23
MS-ITAQUIRAI	18
MS-IVINHEMA	49
MS-JARDIM	92

MS-LADARIO	15
MS-MARACAJU	62
MS-MIRANDA	122
MS-MUNDO NOVO	39
MS-NAVIRAI	64
MS-NIOAQUE	3
MS-NOVA ALVORADA DO SUL	39
MS-NOVA ANDRADINA	95
MS-PARAISO DAS ÁGUAS	1
MS-PARANAIBA	67
MS-PARANHOS	2
MS-PEDRO GOMES	2
MS-PONTA PORÁ	200
MS-PORTO MURTINHO	8
MS-RIBAS DO RIO PARDO	29
MS-RIO BRILHANTE	53
MS-RIO NEGRO	4
MS-RIO VERDE DE MATO GROSSO	32
MS-ROCHEDO	3
MS-SANTA RITA DO PARDÓ	1
MS-SAO GABRIEL DO OESTE	51
MS-SETE QUEDAS	8
MS-SELVIRIA	3
MS-SIDROLANDIA	40
MS-SONORA	32
MS-TACURU	2
MS-TERENOS	8
MS-TRES LAGOAS	325
MS-VICENTINA	4
Total	5.594
Consulta executada em 27-11-2025 às 10:32h	

Seleções vigentes		
Variável	Critério	Valor
Ano	igual a	2024
Vínculo Ativo 31/12	igual a	Sim

Dados - Turismo município 2010	
RAIS Vínculo Id	
Município	Total
MS-ÁGUA CLARA	17
MS-AMAMBAI	33
MS-ANASTACIO	23
MS-ANAUROLANDIA	3
MS-ANGELICA	4
MS-APARECIDA DO TABOADO	23
MS-AQUIDAUANA	69
MS-BANDEIRANTES	20
MS-BATAGUASSU	58
MS-BATAYPORA	3
MS-BELA VISTA	7
MS-BODOQUENA	23
MS-BONITO	636
MS-BRASILANDIA	9
MS-CAARAPO	33
MS-CAMAPUA	16
MS-CAMPO GRANDE	1.372
MS-CASSILANDIA	28
MS-CHAPADAO DO SUL	68
MS-CORUMBA	389
MS-COSTA RICA	26
MS-COXIM	78
MS-DEODAPOLIS	21
MS-DOIS IRMAOS DO BURITI	8
MS-DOURADOS	357
MS-ELDORADO	17
MS-FATIMA DO SUL	7
MS-GUIA LOPES DA LAGUNA	6
MS-IGUATEMI	9
MS-INOCENCIA	9
MS-ITAPORÃ	8
MS-ITAQUIRAI	5
MS-IVINHEMA	40
MS-JARDIM	26
MS-JUTI	10
MS-LADARIO	12
MS-LAGUNA CARAPA	1
MS-MARACAJU	43
MS-MIRANDA	93
MS-MUNDO NOVO	13
MS-NAVIRAI	45

MS-NIOAQUE	4
MS-NOVA ALVORADA DO SUL	58
MS-NOVA ANDRADINA	89
MS-PARANAIBA	49
MS-PEDRO GOMES	2
MS-PONTA PORÁ	207
MS-PORTO MURTINHO	33
MS-RIBAS DO RIO PARDO	23
MS-RIO BRILHANTE	15
MS-RIO NEGRO	6
MS-RIO VERDE DE MATO GROSSO	32
MS-ROCHEDO	1
MS-SAO GABRIEL DO OESTE	50
MS-SETE QUEDAS	3
MS-SELVIRIA	2
MS-SIDROLANDIA	75
MS-SONORA	28
MS-TACURU	1
MS-TERENOS	16
MS-TRES LAGOAS	276
MS-VICENTINA	2
Total	4.640
Consulta executada em 27-11-2025 às 10:32h	

Seleções vigentes		
Variável	Critério	Valor
Ano	igual a	2024
Vínculo Ativo 31/12	igual a	Sim

Dados - Emprego total 2024	
RAIS Vínculo Id	
Município	Total
MS-AGUA CLARA	5.373
MS-ALCINOPOLIS	519
MS-AMAMBAI	2.580
MS-ANASTACIO	2.002
MS-ANAUROLANDIA	1.724
MS-ANGELICA	6.267
MS-ANTONIO JOAO	501
MS-APARECIDA DO TABOADO	8.648
MS-AQUIDAUANA	3.085
MS-ARAL MOREIRA	1.036
MS-BANDEIRANTES	1.276
MS-BATAGUASSU	4.581
MS-BATAYPORA	2.042
MS-BELA VISTA	1.729
MS-BODOQUENA	734
MS-BONITO	1.860
MS-BRASILANDIA	2.470
MS-CAARAPO	4.385
MS-CAMAPUA	1.484
MS-CAMPO GRANDE	57.940
MS-CARACOL	528
MS-CASSILANDIA	1.945
MS-CHAPADAO DO SUL	4.250
MS-CORGUINHO	547
MS-CORONEL SAPUCAIA	281
MS-CORUMBA	8.894
MS-COSTA RICA	3.684
MS-COXIM	2.249
MS-DEODAPOLIS	869
MS-DOIS IRMAOS DO BURITI	1.102
MS-DOURADINA	187
MS-DOURADOS	23.361
MS-ELDORADO	1.592
MS-FATIMA DO SUL	1.286
MS-FIGUEIRAO	517
MS-GLORIA DE DOURADOS	467
MS-GUIA LOPES DA LAGUNA	884
MS-IGUATEMI	1.650
MS-INOCENCIA	1.849
MS-ITAPORA	1.495
MS-ITAQUIRAI	3.960
MS-IVINHEMA	1.700
MS-JAPORA	93

MS-JARAGUARI	947
MS-JARDIM	1.291
MS-JATEI	835
MS-JUTI	358
MS-LADARIO	179
MS-LAGUNA CARAPA	1.261
MS-MARACAJU	5.229
MS-MIRANDA	1.733
MS-MUNDO NOVO	1.169
MS-NAVIRAI	6.274
MS-NIOAQUE	830
MS-NOVA ALVORADA DO SUL	3.644
MS-NOVA ANDRADINA	6.959
MS-NOVO HORIZONTE DO SUL	298
MS-PARAISO DAS AGUAS	1.354
MS-PARANAIBA	5.103
MS-PARANHOS	267
MS-PEDRO GOMES	745
MS-PONTA PORÁ	4.801
MS-PORTO MURTINHO	1.804
MS-RIBAS DO RIO PARDO	8.834
MS-RIO BRILHANTE	7.623
MS-RIO NEGRO	444
MS-RIO VERDE DE MATO GROSSO	1.607
MS-ROCHEDO	1.455
MS-SANTA RITA DO PARDO	1.959
MS-SAO GABRIEL DO OESTE	6.211
MS-SETE QUEDAS	491
MS-SELVIRIA	1.606
MS-SIDROLANDIA	7.441
MS-SONORA	2.777
MS-TACURU	477
MS-TAQUARUSSU	248
MS-TERENOS	2.872
MS-TRES LAGOAS	21.378
MS-VICENTINA	750
Total	284.880

Consulta executada em 27-11-2025 às 13:43h

Seleções vigentes		
Variável	Critério	Valor
Ano	igual a	2024
Vínculo Ativo 31/12	igual a	Sim
Município	igual a	MS-AGUA CLARA; MS-ALCINOPOLIS; MS-AMAMBAI; MS-ANASTACIO; MS-ANAUROLANDIA; MS-ANGELICA; MS-ANTONIO JOAO; MS-APARECIDA DO TABOADO; MS-AQUIDAUANA; MS-ARAL MOREIRA; MS-BANDEIRANTES; MS-BATAGUASSU; MS-BATAYPORA; MS-BELA VISTA; MS-BODOQUENA; MS-BONITO; MS-BRASILANDIA; MS-CAARAPO; MS-CAMAPUA; MS-CAMPO GRANDE; MS-CARACOL; MS-CASSILANDIA; MS-CHAPADAO DO SUL; MS-CORGUINHO; MS-CORONEL SAPUCAIA; MS-CORUMBA; MS-COSTA RICA; MS-COXIM; MS-DEODAPOLIS; MS-DOIS IRMAOS DO BURITI; MS-DOURADINA; MS-DOURADOS; MS-ELDORADO; MS-FATIMA DO SUL; MS-FIGUEIRAO; MS-GLORIA DE DOURADOS; MS-GUIA LOPES DA LAGUNA; MS-IGNORADO; MS-IGUATEMI; MS-INOCENCIA; MS-ITAPORA; MS-ITAQUIRAI; MS-IVINHEMA; MS-JAPORA; MS-JARAGUARI; MS-JARDIM; MS-JATEI; MS-JUTI; MS-LADARIO; MS-LAGUNA CARAPA; MS-MARACAJU; MS-MIRANDA; MS-MUNDO NOVO; MS-NAVIRAI; MS-NIOAQUE; MS-NOVA ALVORADA DO SUL; MS-NOVA ANDRADINA; MS-NOVO HORIZONTE DO SUL; MS-PARAISO DAS AGUAS; MS-PARANAIBA; MS-PARANHOS; MS-PEDRO GOMES; MS-PONTA PORA; MS-PORTO MURTINHO; MS-RIBAS DO RIO PARDO; MS-RIO BRILHANTE; MS-RIO NEGRO; MS-RIO VERDE DE MATO GROSSO; MS-ROCHEDO; MS-SANTA RITA DO PARDO; MS-SAO GABRIEL DO OESTE; MS-SELVIRIA; MS-SETE QUEDAS; MS-SIDROLANDIA; MS-SONORA; MS-TACURU; MS-TAQUARUSSU; MS-TERENOS; MS-TRES LAGOAS; MS-VICENTINA

CNAE 2.0 Subclasse Iguais	Cultivo de arroz; Cultivo de milho; Cultivo de trigo; Cultivo de outros cereais não especificados anteriormente; Cultivo de algodão herbáceo; Cultivo de juta; Cultivo de outras fibras de lavoura temporária não especificadas anteriormente; Cultivo de cana-de-açúcar; Cultivo de fumo; Cultivo de soja; Cultivo de amendoim; Horticultura, exceto morango; Cultivo de girassol; Cultivo de mamona; Cultivo de outras oleaginosas de lavoura temporária não especificadas anteriormente; Cultivo de abacaxi; Cultivo de alho; Cultivo de batata-inglesa; Cultivo de cebola; Cultivo de feijão; Cultivo de mandioca; Cultivo de melão; Cultivo de melancia; Cultivo de tomate rasteiro; Cultivo de outras plantas de lavoura temporária não especificadas anteriormente; Horticultura, exceto morango; Cultivo de morango; Cultivo de flores e plantas ornamentais; Cultivo de laranja; Cultivo de uva; Cultivo de açaí; Cultivo de banana; Cultivo de caju; Cultivo de cítricos, exceto laranja; Cultivo de coco-da-baía; Cultivo de guaraná; Cultivo de maçã; Cultivo de mamão; Cultivo de maracujá; Cultivo de manga; Cultivo de pêssego; Cultivo de frutas de lavoura permanente não especificadas anteriormente; Cultivo de café; Cultivo de cacau; Cultivo de chá-da-índia; Cultivo de erva-mate; Cultivo de pimenta-do-reino; Cultivo de plantas para condimento, exceto pimenta-do-reino; Cultivo de dendê; Cultivo de seringueira; Cultivo de outras plantas de lavoura permanente não especificadas anteriormente; Produção de sementes certificadas, exceto de forrageiras para pasto; Produção de sementes certificadas de forrageiras para formação de pasto; Produção de mudas e outras formas de propagação vegetal, certificadas; Criação de bovinos para corte; Criação de bovinos para leite; Criação de bovinos, exceto para corte e leite; Criação de bufalinos; Criação de eqüinos; Criação de asininos e muare; Criação de caprinos; Criação de ovinos, inclusive para produção de lã; Criação de suínos; Criação de frangos para corte; Produção de pintos de um dia; Criação de outros galináceos, exceto para corte; Criação de aves, exceto galináceos; Produção de ovos; Apicultura; Criação de animais de estimação; Criação de escargô; Criação de bicho-da-seda; Criação de outros animais não especificados anteriormente; Serviço de pulverização e controle de pragas agrícolas; Serviço de poda de árvores para lavouras; Serviço de preparação de terreno, cultivo e colheita; Atividades de apoio à agricultura não especificadas anteriormente; Serviço de inseminação artificial em animais; Serviço de tosquiamento de ovinos; Serviço de manejo de animais; Atividades de apoio à pecuária não especificadas anteriormente; Atividades de pós-colheita; Caça e serviços relacionados; Cultivo de eucalipto; Cultivo de acácia-negra; Cultivo de pinus; Cultivo de teca; Cultivo de espécies madeiras, exceto eucalipto, acácia-negra, pinus e teca; Cultivo de mudas em viveiros florestais; Extração de madeira em florestas plantadas; Produção de carvão vegetal - florestas plantadas; Produção de casca de acácia-negra - florestas plantadas; Produção de produtos não-madeireiros não especificados anteriormente em florestas plantadas; Extração de madeira em florestas nativas; Produção de carvão vegetal - florestas nativas; Coleta de castanha-do-pará em florestas nativas; Coleta de látex em florestas nativas; Coleta de palmito em florestas nativas; Conservação de florestas nativas; Coleta de produtos não-madeireiros não especificados anteriormente em florestas nativas; Atividades de apoio à produção florestal; Pesca de peixes em água salgada; Pesca de crustáceos e moluscos em água salgada; Coleta de outros produtos marinhos; Atividades de apoio à pesca em água salgada; Pesca de peixes em água doce; Pesca de crustáceos e moluscos em água doce; Coleta de outros produtos aquáticos de água doce; Atividades de apoio à pesca em água doce; Criação de peixes em água salgada e salobra; Criação de camarões em água salgada e salobra; Criação de ostras e mexilhões em água salgada e salobra; Criação de peixes ornamentais em água salgada e salobra; Atividades de apoio à aquicultura em água salgada e salobra; Cultivos e semicultivos da aquicultura em água salgada e salobra não especificados anteriormente; Criação de peixes em água doce; Criação de camarões em água doce; Criação de ostras e mexilhões em água doce; Criação de peixes ornamentais em água doce; Ranicultura; Criação de jacaré; Atividades de apoio à aquicultura em água doce; Cultivos e semicultivos da aquicultura em água doce não especificados anteriormente; Extração de carvão mineral; Beneficiamento de carvão mineral; Extração de petróleo e gás natural; Extração e beneficiamento de xisto; Extração e beneficiamento de areias betuminosas; Extração de minério de ferro; Pelotização, sinterização e outros beneficiamentos de minério de ferro; Extração de minério de alumínio; Beneficiamento de minério de alumínio; Extração de minério de estanho; Beneficiamento de minério de estanho; Extração de minério de manganês; Beneficiamento de minério de manganês; Extração de minério de metais preciosos; Beneficiamento de minério de metais preciosos; Extração de minerais radioativos; Extração de minérios de nióbio e titânio; Extração de minério de tungstênio; Extração de minério de níquel; Extração de minérios de cobre, chumbo, zinco e outros minerais metálicos não-ferrosos não especificados anteriormente; Beneficiamento de minérios de cobre, chumbo, zinco e outros minerais metálicos não-ferrosos não especificados anteriormente; Extração de ardósia e beneficiamento associado; Extração de granito e beneficiamento associado; Extração de mármore e beneficiamento associado; Extração de calcário e dolomita e beneficiamento associado; Extração de gesso e caulim; Extração de areia, cascalho ou pedregulho e beneficiamento associado; Extração de argila e beneficiamento associado; Extração de saibro e beneficiamento associado; Extração de basalto e beneficiamento associado; Beneficiamento de gesso e caulim associado à extração; Extração e britamento de pedras e outros materiais para construção e beneficiamento associado; Extração de minerais para fabricação de adubos, fertilizantes e outros produtos químicos; Extração de sal marinho; Extração de sal-gema; Refino e outros tratamentos do sal; Extração de gemas (pedras preciosas e semipreciosas); Extração de grafita; Extração de quartzo; Extração de amianto; Extração de outros minerais não-metálicos não especificados anteriormente; Atividades de apoio à extração de petróleo e gás natural; Atividades de apoio à extração de minério de ferro; Atividades de apoio à extração de minerais metálicos não-ferrosos; Atividades de apoio à extração de minerais não-metálicos; Frigorífico - abate de bovinos; Frigorífico - abate de eqüinos; Frigorífico - abate de ovinos e caprinos; Frigorífico - abate de bufalinos; Matadouro - abate de reses sob contrato, exceto abate de suínos; Abate de aves; Abate de pequenos animais; Frigorífico - abate de suínos; Matadouro - abate de suínos sob contrato; Fabricação de produtos de carne; Preparação de subprodutos do abate; Preservação de peixes, crustáceos e moluscos; Fabricação de conservas de peixes, crustáceos e moluscos; Fabricação de conservas de frutas; Fabricação de conservas de palmito; Fabricação de conservas de legumes e outros vegetais, exceto palmito; Fabricação de sucos concentrados de frutas, hortaliças e legumes; Fabricação de sucos de frutas, hortaliças e legumes, exceto concentrados; Fabricação de óleos vegetais em bruto, exceto óleo de milho; Fabricação de óleos vegetais refinados, exceto óleo de milho; Fabricação de margarina e outras gorduras vegetais e de óleos não-comestíveis de animais; Preparação do leite; Fabricação de laticínios; Fabricação de sorvetes e outros gelados comestíveis; Beneficiamento de arroz; Fabricação de produtos do arroz; Moagem de trigo e fabricação de derivados; Fabricação de farinha de mandioca e derivados; Fabricação de farinha de milho e derivados, exceto óleos de milho; Fabricação de amidos e féculas de vegetais; Fabricação de óleo de milho em bruto; Fabricação de óleo de milho refinado; Fabricação de alimentos para animais; Moagem e fabricação de produtos de origem vegetal não especificados anteriormente; Fabricação de açúcar em bruto; Fabricação de açúcar de cana refinado; Fabricação de açúcar de cereais (dextrose) e de beterraba; Beneficiamento de café; Torrefação e moagem de café; Fabricação de produtos à base de café; Fabricação de produtos de panificação; Fabricação de produtos de panificação industrial; Fabricação de produtos de padaria e confeitaria com predominância de produção própria; Fabricação de biscoitos e bolachas; Fabricação de produtos derivados do cacau e de chocolates; Fabricação de frutas cristalizadas, balas e semelhantes; Fabricação de massas alimentícias; Fabricação de especiarias, molhos, temperos e condimentos; Fabricação de alimentos e pratos prontos; Fabricação de vinagres; Fabricação de pós alimentícios; Fabricação de fermentos e leveduras; Fabricação de gelo comum; Fabricação de produtos para infusão (chá, mate, etc.); Fabricação de adoçantes naturais e artificiais; Fabricação de alimentos dietéticos e complementos alimentares; Fabricação de outros produtos alimentícios não especificados anteriormente; Fabricação de aguardente de cana-de-açúcar; Fabricação de outras aguardentes e bebidas destiladas; Fabricação de vinho; Fabricação de malte, inclusive malte úisque; Fabricação de cervejas e chopes; Fabricação de águas envasadas; Fabricação de refrigerantes; Fabricação de chá mate e outros chás prontos para consumo; Fabricação de refrescos, xaropes e pós para refrescos, exceto refrescos de frutas; Fabricação de bebidas isotônicas; Fabricação de outras bebidas não-alcoólicas não especificadas anteriormente; Processamento industrial do fumo; Fabricação de cigarros; Fabricação de cigarilhas e charutos; Fabricação de filtros para cigarros; Fabricação de outros produtos do fumo, exceto cigarros, cigarilhas e charutos; Preparação e fiação de fibras de algodão; Preparação e fiação de fibras têxteis naturais, exceto algodão; Fiação de fibras artificiais e sintéticas; Fabricação de linhas para costurar e bordar; Tecelagem de fios de algodão; Tecelagem de fios de fibras têxteis naturais, exceto algodão; Tecelagem de fios de fibras artificiais e sintéticas; Fabricação de tecidos de malha; Estamparia e texturização em fios, tecidos, artefatos têxteis e peças do vestuário; Alveamento, tingimento e torção em fios, tecidos, artefatos têxteis e peças do vestuário; Outros serviços de acabamento em fios, tecidos, artefatos têxteis e peças do vestuário; Fabricação de artefatos têxteis para uso doméstico; Fabricação de artefatos de tapeçaria; Fabricação de artefatos de cordoaria; Fabricação de tecidos especiais, inclusive artefatos; Fabricação de outros produtos têxteis não especificados anteriormente; Confecção de roupas íntimas; Fação de roupas íntimas; Confecção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida; Confecção, sob medida, de peças do vestuário, exceto roupas íntimas; Fação de peças do vestuário, exceto roupas íntimas; Confecção de roupas profissionais, exceto sob medida; Confecção, sob
------------------------------	--

medida, de roupas profissionais; Fação de roupas profissionais; Fabricação de acessórios do vestuário, exceto para segurança e proteção; Fabricação de meias; Fabricação de artigos do vestuário, produzidos em malharias e tricotagens, exceto meias; Curtimento e outras preparações de couro; Fabricação de artigos para viagem, bolsas e semelhantes de qualquer material; Fabricação de artefatos de couro não especificados anteriormente; Fabricação de calçados de couro; Acabamento de calçados de couro sob contrato; Fabricação de tênis de qualquer material; Fabricação de calçados de material sintético; Fabricação de calçados de materiais não especificados anteriormente; Fabricação de partes para calçados, de qualquer material; Serrarias com desdobramento de madeira (Desativado); Serrarias sem desdobramento de madeira (Desativado); Serrarias com desdobramento de madeira em bruto; Serrarias sem desdobramento de madeira em bruto Resserragem; Serviço de tratamento de madeira realizado sob contrato; Fabricação de madeira laminada e de chapas de madeira compensada, prensada e aglomerada; Fabricação de casas de madeira pré-fabricadas; Fabricação de esquadrias de madeira e de peças de madeira para instalações industriais e comerciais; Fabricação de outros artigos de carpintaria para construção; Fabricação de artefatos de tanoaria e de embalagens de madeira; Fabricação de artefatos diversos de madeira, exceto móveis; Fabricação de artefatos diversos de cortiça, bambu, palha, vime e outros materiais trançados, exceto móveis; Fabricação de celulose e outras pastas para a fabricação de papel; Fabricação de papel; Fabricação de cartolina e papel-cartão; Fabricação de embalagens de papel; Fabricação de embalagens de cartolina e papel-cartão; Fabricação de chapas e de embalagens de papelão ondulado; Fabricação de formulários contínuos; Fabricação de produtos de papel, cartolina, papel-cartão e papelão ondulado para uso comercial e de escritório, exceto formulário contínuo; Fabricação de fraldas descartáveis; Fabricação de absorventes higiênicos; Fabricação de produtos de papel para uso doméstico e higiênico-sanitário não especificados anteriormente; Fabricação de produtos de pastas celulósicas, papel, cartolina, papel-cartão e papelão ondulado não especificados anteriormente; Impressão de jornais; Impressão de livros, revistas e outras publicações periódicas; Impressão de material de segurança; Impressão de material para uso publicitário; Impressão de material para outros usos; Serviços de pré-impressão; Serviços de acabamentos gráficos (Desativado); Serviços de encadernação e plastificação; Serviços de acabamentos gráficos, exceto encadernação e plastificação; Reprodução de som em qualquer suporte; Reprodução de vídeo em qualquer suporte; Reprodução de software em qualquer suporte; Coqueiras; Fabricação de produtos do refino de petróleo; Formulação de combustíveis; Rerrefino de óleos lubrificantes; Fabricação de outros produtos derivados do petróleo, exceto produtos do refino; Fabricação de álcool; Fabricação de biocombustíveis, exceto álcool; Fabricação de cloro e álcalis; Fabricação de intermediários para fertilizantes; Fabricação de adubos e fertilizantes (Desativado); Fabricação de adubos e fertilizantes organominerais; Fabricação de adubos e fertilizantes, exceto organominerais; Fabricação de gases industriais; Elaboração de combustíveis nucleares; Fabricação de outros produtos químicos inorgânicos não especificados anteriormente; Fabricação de produtos petroquímicos básicos; Fabricação de intermediários para plastificantes, resinas e fibras; Fabricação de produtos químicos orgânicos não especificados anteriormente; Fabricação de resinas termoplásticas; Fabricação de resinas termofixas; Fabricação de elastômeros; Fabricação de fibras artificiais e sintéticas; Fabricação de defensivos agrícolas; Fabricação de desinfestantes domissanitários; Fabricação de sabões e detergentes sintéticos; Fabricação de produtos de limpeza e polimento; Fabricação de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal; Fabricação de tintas, vernizes, esmaltes e lacas; Fabricação de tintas de impressão; Fabricação de impermeabilizantes, solventes e produtos afins; Fabricação de adesivos e selantes; Fabricação de pólvoras, explosivos e detonantes; Fabricação de artigos pirotécnicos; Fabricação de fósforos de segurança; Fabricação de aditivos de uso industrial; Fabricação de catalisadores; Fabricação de chapas, filmes, papéis e outros materiais e produtos químicos para fotografia; Fabricação de outros produtos químicos não especificados anteriormente; Fabricação de produtos farmacológicos; Fabricação de medicamentos alopáticos para uso humano; Fabricação de medicamentos homeopáticos para uso humano; Fabricação de medicamentos fitoterápicos para uso humano; Fabricação de medicamentos para uso veterinário; Fabricação de preparações farmacêuticas; Fabricação de pneumáticos e de câmaras-de-ar; Reforma de pneumáticos usados; Fabricação de artefatos de borracha não especificados anteriormente; Fabricação de laminados planos e tubulares de material plástico; Fabricação de embalagens de material plástico; Fabricação de tubos e acessórios de material plástico para uso na construção; Fabricação de artefatos de material plástico para uso pessoal e doméstico; Fabricação de artefatos de material plástico para usos industriais; Fabricação de artefatos de material plástico para uso na construção, exceto tubos e acessórios; Fabricação de artefatos de material plástico para outros usos não especificados anteriormente; Fabricação de vidro plano e de segurança; Fabricação de embalagens de vidro; Fabricação de artigos de vidro; Fabricação de cimento; Fabricação de estruturas pré-moldadas de concreto armado, em série e sob encomenda; Fabricação de artefatos de cimento para uso na construção; Fabricação de artefatos de fibrocimento para uso na construção; Fabricação de casas pré-moldadas de concreto; Preparação de massa de concreto e argamassa para construção; Fabricação de outros artefatos e produtos de concreto, cimento, fibrocimento, gesso e materiais semelhantes; Fabricação de produtos cerâmicos refratários; Fabricação de azulejos e pisos; Fabricação de artefatos de cerâmica e barro cozido para uso na construção, exceto azulejos e pisos; Fabricação de material sanitário de cerâmica; Fabricação de produtos cerâmicos não-refratários não especificados anteriormente; Britamento de pedras, exceto associado à extração; Aparelhamento de pedras para construção, exceto associado à extração; Aparelhamento de placas e execução de trabalhos em mármore, granito, ardósia e outras pedras; Fabricação de cal e gesso; Decoração, lapidação, gravação, vitrificação e outros trabalhos em cerâmica, louça, vidro e cristal; Fabricação de abrasivos; Fabricação de outros produtos de minerais não-metálicos não especificados anteriormente; Produção de ferro-gusa; Produção de ferroligas; Produção de semi-acabados de aço; Produção de laminados planos de aço ao carbono, revestidos ou não; Produção de laminados planos de aços especiais; Produção de tubos de aço sem costura; Produção de laminados longos de aço, exceto tubos; Produção de arames de aço; Produção de relaminados, treilados e perfilados de aço, exceto arames; Produção de tubos de aço com costura; Produção de outros tubos de ferro e aço; Produção de alumínio e suas ligas em formas primárias; Produção de laminados de alumínio; Metalurgia dos metais preciosos; Metalurgia do cobre; Produção de zinco em formas primárias; Produção de laminados de zinco; Produção de soldas e ânodos para galvanoplastia; Metalurgia de outros metais não-ferrosos e suas ligas não especificados anteriormente; Fundição de ferro e aço; Fundição de metais não-ferrosos e suas ligas; Fabricação de estruturas metálicas; Fabricação de esquadrias de metal; Fabricação de obras de caldeiraria pesada; Fabricação de tanques, reservatórios metálicos e caldeiras para aquecimento central; Fabricação de caldeiras geradoras de vapor, exceto para aquecimento central e para veículos; Produção de forjados de aço; Produção de forjados de metais não-ferrosos e suas ligas; Produção de artefatos estampados de metal; Metalurgia do pó; Serviços de usinagem, solda, tratamento e revestimento em metais (Desativado); Serviços de usinagem, tornearia e solda; Serviços de tratamento e revestimento em metais; Fabricação de artigos de cutelaria; Fabricação de artigos de serralheria, exceto esquadrias; Fabricação de ferramentas; Fabricação de equipamento bélico pesado, exceto veículos militares de combate; Fabricação de armas de fogo e munições; Fabricação de embalagens metálicas; Fabricação de produtos de treilados de metal padronizados; Fabricação de produtos de treilados de metal, exceto padronizados; Fabricação de artigos de metal para uso doméstico e pessoal; Serviços de confecção de armações metálicas para a construção; Serviços de corte e dobra de metais; Fabricação de outros produtos de metal não especificados anteriormente; Fabricação de componentes eletrônicos; Fabricação de equipamentos de informática; Fabricação de periféricos para equipamentos de informática; Fabricação de equipamentos transmissores de comunicação, peças e acessórios; Fabricação de aparelhos telefônicos e de outros equipamentos de comunicação, peças e acessórios; Fabricação de aparelhos de recepção, reprodução, gravação e amplificação de áudio e vídeo; Fabricação de aparelhos e equipamentos de medida, teste e controle; Fabricação de cronômetros e relógios; Fabricação de aparelhos eletromédicos e eletroterapêuticos e equipamentos de irradiação; Fabricação de equipamentos e instrumentos ópticos, peças e acessórios; Fabricação de aparelhos fotográficos e cinematográficos, peças e acessórios; Fabricação de mídias virgens, magnéticas e ópticas; Fabricação de geradores de corrente contínua e alternada, peças e acessórios; Fabricação de transformadores, indutores, conversores, sincronizadores e semelhantes, peças e acessórios; Fabricação de motores elétricos, peças e acessórios; Fabricação de pilhas, baterias e acumuladores elétricos, exceto para veículos automotores; Fabricação de baterias e acumuladores para veículos automotores; Recondicionamento de baterias e acumuladores para veículos automotores; Fabricação de aparelhos e equipamentos para distribuição e controle de energia elétrica; Fabricação de material elétrico para instalações em circuito de consumo; Fabricação de fios, cabos e condutores elétricos isolados; Fabricação de lâmpadas; Fabricação de luminárias e outros equipamentos de iluminação; Fabricação de fogões, refrigeradores e máquinas de lavar e secar para uso doméstico, peças e acessórios; Fabricação de aparelhos elétricos de uso pessoal, peças e acessórios; Fabricação de outros aparelhos eletrodomésticos não especificados anteriormente, peças e acessórios; Fabricação de eletrodos, contatos e outros artigos de carvão e grafita para uso elétrico, eletroímãs e isoladores; Fabricação de equipamentos para sinalização e alarme; Fabricação de

outros equipamentos e aparelhos elétricos não especificados anteriormente; Fabricação de motores e turbinas, peças e acessórios, exceto para aviões e veículos rodoviários; Fabricação de equipamentos hidráulicos e pneumáticos, peças e acessórios, exceto válvulas; Fabricação de válvulas, registros e dispositivos semelhantes, peças e acessórios; Fabricação de compressores para uso industrial, peças e acessórios; Fabricação de compressores para uso não-industrial, peças e acessórios; Fabricação de rolamentos para fins industriais; Fabricação de equipamentos de transmissão para fins industriais, exceto rolamentos; Fabricação de fornos industriais, aparelhos e equipamentos não-elétricos para instalações térmicas, peças e acessórios; Fabricação de estufas e fornos elétricos para fins industriais, peças e acessórios; Fabricação de máquinas, equipamentos e aparelhos para transporte e elevação de pessoas, peças e acessórios; Fabricação de máquinas, equipamentos e aparelhos para transporte e elevação de cargas, peças e acessórios; Fabricação de máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação para uso industrial e comercial, peças e acessórios; Fabricação de aparelhos e equipamentos de ar condicionado para uso industrial; Fabricação de aparelhos e equipamentos de ar condicionado para uso não-industrial; Fabricação de máquinas e equipamentos para saneamento básico e ambiental, peças e acessórios; Fabricação de máquinas de escrever, calcular e outros equipamentos não-eletrônicos para escritório, peças e acessórios; Fabricação de outras máquinas e equipamentos de uso geral não especificados anteriormente, peças e acessórios; Fabricação de tratores agrícolas, peças e acessórios; Fabricação de equipamentos para irrigação agrícola, peças e acessórios; Fabricação de máquinas e equipamentos para a agricultura e pecuária, peças e acessórios, exceto para irrigação; Fabricação de máquinas-ferramenta, peças e acessórios; Fabricação de máquinas e equipamentos para a prospecção e extração de petróleo, peças e acessórios; Fabricação de outras máquinas e equipamentos para uso na extração mineral, peças e acessórios, exceto na extração de petróleo; Fabricação de tratores, peças e acessórios, exceto tratores; Fabricação de máquinas para a indústria metalúrgica, peças e acessórios, exceto máquinas-ferramenta; Fabricação de máquinas e equipamentos para as indústrias de alimentos, bebidas e fumo, peças e acessórios; Fabricação de máquinas e equipamentos para a indústria têxtil, peças e acessórios; Fabricação de máquinas e equipamentos para as indústrias do vestuário, do couro e de calçados, peças e acessórios; Fabricação de máquinas e equipamentos para as indústrias de celulose, papel e papelão e artefatos, peças e acessórios; Fabricação de máquinas e equipamentos para a indústria do plástico, peças e acessórios; Fabricação de máquinas e equipamentos para uso industrial específico não especificados anteriormente, peças e acessórios; Fabricação de automóveis, camionetas e utilitários; Fabricação de chassis com motor para automóveis, camionetas e utilitários; Fabricação de motores para automóveis, camionetas e utilitários; Fabricação de caminhões e ônibus; Fabricação de motores para caminhões e ônibus; Fabricação de cabines, carrocerias e reboques para caminhões; Fabricação de carrocerias para ônibus; Fabricação de cabines, carrocerias e reboques para outros veículos automotores, exceto caminhões e ônibus; Fabricação de peças e acessórios para o sistema motor de veículos automotores; Fabricação de peças e acessórios para os sistemas de marcha e transmissão de veículos automotores; Fabricação de peças e acessórios para o sistema de freios de veículos automotores; Fabricação de peças e acessórios para o sistema de direção e suspensão de veículos automotores; Fabricação de material elétrico e eletrônico para veículos automotores, exceto baterias; Fabricação de bancos e estofados para veículos automotores; Fabricação de outras peças e acessórios para veículos automotores não especificadas anteriormente; Recondicionamento e recuperação de motores para veículos automotores; Construção de embarcações de grande porte; Construção de embarcações para uso comercial e para usos especiais, exceto de grande porte; Construção de embarcações para esporte e lazer; Fabricação de locomotivas, vagões e outros materiais rodantes; Fabricação de peças e acessórios para veículos ferroviários; Fabricação de aeronaves; Fabricação de turbinas, motores e outros componentes e peças para aeronaves; Fabricação de veículos militares de combate; Fabricação de motocicletas, peças e acessórios (Desativado); Fabricação de motocicletas; Fabricação de peças e acessórios para motocicletas; Fabricação de bicicletas e triciclos não-motorizados, peças e acessórios; Fabricação de equipamentos de transporte não especificados anteriormente; Fabricação de móveis com predominância de madeira; Fabricação de móveis com predominância de metal; Fabricação de móveis de outros materiais, exceto madeira e metal; Fabricação de colchões; Lapidação de gemas; Fabricação de artefatos de joalheria e ourivesaria; Cunhagem de moedas e medalhas; Fabricação de bijuterias e artefatos semelhantes; Fabricação de instrumentos musicais, peças e acessórios; Fabricação de artefatos para pesca e esporte; Fabricação de jogos eletrônicos; Fabricação de mesas de bilhar, de sinuca e acessórios não associada à locação; Fabricação de mesas de bilhar, de sinuca e acessórios associada à locação; Fabricação de outros brinquedos e jogos recreativos não especificados anteriormente; Fabricação de instrumentos não-eletrônicos e utensílios para uso médico, cirúrgico, odontológico e de laboratório; Fabricação de mobiliário para uso médico, cirúrgico, odontológico e de laboratório; Fabricação de aparelhos e utensílios para correção de defeitos físicos e aparelhos ortopédicos em geral sob encomenda; Fabricação de aparelhos e utensílios para correção de defeitos físicos e aparelhos ortopédicos em geral, exceto sob encomenda; Fabricação de materiais para medicina e odontologia; Serviços de prótese dentária; Fabricação de artigos ópticos; Fabricação de artefatos de tecido não tecido para uso odonto-médico-hospitalar; Serviço de laboratório óptico; Fabricação de escovas, pincéis e vassouras; Fabricação de roupas de proteção e segurança e resistentes a fogo; Fabricação de equipamentos e acessórios para segurança pessoal e profissional; Fabricação de guarda-chuvas e similares; Fabricação de canetas, lápis e outros artigos para escritório; Fabricação de letras, letreiros e placas de qualquer material, exceto luminosos; Fabricação de painéis e letreiros luminosos; Fabricação de aviamentos para costura; Fabricação de velas, inclusive decorativas; Fabricação de produtos diversos não especificados anteriormente; Manutenção e reparação de tanques, reservatórios metálicos e caldeiras, exceto para veículos; Manutenção e reparação de equipamentos transmissores de comunicação; Manutenção e reparação de aparelhos e instrumentos de medida, teste e controle; Manutenção e reparação de aparelhos eletromédicos e eletroterapêuticos e equipamentos de irradiação; Manutenção e reparação de equipamentos e instrumentos ópticos; Manutenção e reparação de geradores, transformadores e motores elétricos; Manutenção e reparação de baterias e acumuladores elétricos, exceto para veículos; Manutenção e reparação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos não especificados anteriormente; Manutenção e reparação de máquinas motrizes não-elétricas; Manutenção e reparação de equipamentos hidráulicos e pneumáticos, exceto válvulas; Manutenção e reparação de válvulas industriais; Manutenção e reparação de compressores; Manutenção e reparação de equipamentos de transmissão para fins industriais; Manutenção e reparação de máquinas, aparelhos e equipamentos para instalações térmicas; Manutenção e reparação de máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação para uso industrial e comercial; Manutenção e reparação de máquinas, equipamentos e aparelhos para transporte e elevação de cargas; Manutenção e reparação de máquinas de escrever, calcular e de outros equipamentos não-eletrônicos para escritório; Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para uso geral não especificados anteriormente; Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para agricultura e pecuária; Manutenção e reparação de tratores agrícolas; Manutenção e reparação de máquinas-ferramenta; Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para a prospecção e extração de petróleo; Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para uso na extração mineral, exceto na extração de petróleo; Manutenção e reparação de tratores, exceto agrícolas; Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos de terraplenagem, pavimentação e construção, exceto tratores; Manutenção e reparação de máquinas para a indústria metalúrgica, exceto máquinas-ferramenta; Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para as indústrias de alimentos, bebidas e fumo; Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para a indústria têxtil, do vestuário, do couro e calçados; Manutenção e reparação de máquinas e aparelhos para a indústria de celulose, papel e papelão e artefatos; Manutenção e reparação de máquinas e aparelhos para a indústria do plástico; Manutenção e reparação de outras máquinas e equipamentos para usos industriais não especificados anteriormente; Manutenção e reparação de veículos ferroviários; Manutenção e reparação de aeronaves, exceto a manutenção na pista; Manutenção de aeronaves na pista; Manutenção e reparação de embarcações e estruturas flutuantes; Manutenção e reparação de embarcações para esporte e lazer; Manutenção e reparação de equipamentos e produtos não especificados anteriormente; Instalação de máquinas e equipamentos industriais; Serviços de montagem de móveis de qualquer material; Instalação de outros equipamentos não especificados anteriormente; Geração de energia elétrica (Desativado); Geração de energia elétrica; Atividades de coordenação e controle da operação da geração e transmissão de energia elétrica; Transmissão de energia elétrica; Comércio atacadista de energia elétrica; Distribuição de energia elétrica; Produção de gás, processamento de gás natural; Distribuição de combustíveis gasosos por redes urbanas; etc.

RAIS Vínculo Id	
Município	Total
MS-AGUA CLARA	1.458
MS-ALCINOPOLIS	195
MS-AMAMBAI	2.109
MS-ANASTACIO	923
MS-ANAUROLANDIA	356
MS-ANGELICA	395
MS-ANTONIO JOAO	298
MS-APARECIDA DO TABOADO	1.405
MS-AQUIDAUANA	2.566
MS-ARAL MOREIRA	423
MS-BANDEIRANTES	546
MS-BATAGUASSU	1.642
MS-BATAYPORA	423
MS-BELA VISTA	985
MS-BODOQUENA	308
MS-BONITO	2.895
MS-BRASILANDIA	580
MS-CAARAPO	2.136
MS-CAMAPUA	869
MS-CAMPO GRANDE	103.951
MS-CARACOL	126
MS-CASSILANDIA	1.377
MS-CHAPADAO DO SUL	4.674
MS-CORGUINHO	149
MS-CORONEL SAPUCAIA	271
MS-CORUMBA	7.292
MS-COSTA RICA	2.162
MS-COXIM	2.456
MS-DEODAPOLIS	745
MS-DOIS IRMAOS DO BURITI	295
MS-DOURADINA	192
MS-DOURADOS	24.505
MS-ELDORADO	546
MS-FATIMA DO SUL	1.421
MS-FIGUEIRAO	117
MS-GLORIA DE DOURADOS	463
MS-GUIA LOPES DA LAGUNA	362
MS-IGUATEMI	688
MS-INOCENCIA	2.170
MS-ITAPORA	1.190
MS-ITAQUIRAI	943
MS-IVINHEMA	1.801
MS-JAPORA	46
MS-JARAGUARI	165

MS-JARDIM	1.756
MS-JATEI	83
MS-JUTI	230
MS-LADARIO	637
MS-LAGUNA CARAPA	304
MS-MARACAJU	4.134
MS-MIRANDA	1.339
MS-MUNDO NOVO	1.154
MS-NAVIRAI	4.067
MS-NIOAQUE	451
MS-NOVA ALVORADA DO SUL	1.603
MS-NOVA ANDRADINA	4.665
MS-NOVO HORIZONTE DO SUL	138
MS-PARAISO DAS AGUAS	339
MS-PARANAIBA	3.185
MS-PARANHOS	185
MS-PEDRO GOMES	247
MS-PONTA PORA	6.639
MS-PORTO MURTINHO	395
MS-RIBAS DO RIO PARDO	3.413
MS-RIO BRILHANTE	2.853
MS-RIO NEGRO	248
MS-RIO VERDE DE MATO GROSSO	1.171
MS-ROCHEDO	200
MS-SANTA RITA DO PARDO	285
MS-SAO GABRIEL DO OESTE	3.005
MS-SETE QUEDAS	345
MS-SELVIRIA	222
MS-SIDROLANDIA	3.523
MS-SONORA	1.008
MS-TACURU	194
MS-TAQUARUSSU	80
MS-TERENOS	594
MS-TRES LAGOAS	14.790
MS-VICENTINA	204
Total	242.305
Consulta executada em 27-11-2025 às 15:03h	

Seleções vigentes		
Variável	Critério	Valor
Ano	igual a	2024
Vínculo Ativo 31/12	igual a	Sim
Município	igual a	MS-AGUA CLARA; MS-ALCINOPOLIS; MS-AMAMBAI; MS-ANASTACIO; MS-ANAUROLANDIA; MS-ANGELICA; MS-ANTONIO JOAO; MS-APARECIDA DO TABOADO; MS-AQUIDAUANA; MS-ARAL MOREIRA; MS-BANDEIRANTES; MS-BATAGUASSU; MS-BATAYPORA; MS-BELA VISTA; MS-BODOQUENA; MS-BONITO; MS-BRASILANDIA; MS-CAARAPO; MS-CAMAPUA; MS-CAMPO GRANDE; MS-CARACOL; MS-CASSILANDIA; MS-CHAPADAO DO

	SUL; MS-CORGUINHO; MS-CORONEL SAPUCAIA; MS-CORUMBA; MS-COSTA RICA; MS-COXIM; MS-DEODAPOLIS; MS-DOIS IRMAOS DO BURITI; MS-DOURADINA; MS-DOURADOS; MS-ELDORADO; MS-FATIMA DO SUL; MS-FIGUEIRAO; MS-GLORIA DE DOURADOS; MS-GUIA LOPES DA LAGUNA; MS-IGNORADO; MS-IGUATEMI; MS-INOCENCIA; MS-ITAPORA; MS-ITAQUIRAI; MS-IVINHEMA; MS-JAPORA; MS-JARAGUARI; MS-JARDIM; MS-JATEI; MS-JUTI; MS-LADARIO; MS-LAGUNA CARAPA; MS-MARACAJU; MS-MIRANDA; MS-MUNDO NOVO; MS-NAVIRAI; MS-NIOAQUE; MS-NOVA ALVORADA DO SUL; MS-NOVA ANDRADINA; MS-NOVO HORIZONTE DO SUL; MS-PARAISO DAS AGUAS; MS-PARANAIBA; MS-PARANHOS; MS-PEDRO GOMES; MS-PONTA PORA; MS-PORTO MURTINHO; MS-RIBAS DO RIO PARDO; MS-RIO BRILHANTE; MS-RIO NEGRO; MS-RIO VERDE DE MATO GROSSO; MS-ROCHEDO; MS-SANTA RITA DO PARDO; MS-SAO GABRIEL DO OESTE; MS-SELVIRIA; MS-SETE QUEDAS; MS-SIDROLANDIA; MS-SONORA; MS-TACURU; MS-TAQUARUSSU; MS-TERENOS; MS-TRES LAGOAS; MS-VICENTINA
--	---

Comércio atacadista de fumo em folha não beneficiado; Comércio atacadista de cacau; Comércio atacadista de sementes, flores, plantas e gramíneas; Comércio atacadista de sisal; Comércio atacadista de matérias-primas agrícolas com atividade de fracionamento e acondicionamento associada; Comércio atacadista de alimentos para animais; Comércio atacadista de matérias-primas agrícolas não especificadas anteriormente; Comércio atacadista de leite e laticínios; Comércio atacadista de cereais e leguminosas beneficiados; Comércio atacadista de farinhas, amidos e féculas; Comércio atacadista de cereais e leguminosas beneficiados, farinhas, amidos e féculas, com atividade de fracionamento e acondicionamento associada; Comércio atacadista de frutas, verduras, raízes, tubérculos, hortaliças e legumes frescos; Comércio atacadista de aves vivas e ovos; Comércio atacadista de coelhos e outros pequenos animais vivos para alimentação; Comércio atacadista de carnes bovinas e suínas e derivados; Comércio atacadista de aves abatidas e derivados; Comércio atacadista de pescados e frutos do mar; Comércio atacadista de carnes e derivados de outros animais; Comércio atacadista de água mineral; Comércio atacadista de cerveja, chope e refrigerante; Comércio atacadista de bebidas com atividade de fracionamento e acondicionamento associada; Comércio atacadista de bebidas não especificadas anteriormente; Comércio atacadista de fumo beneficiado; Comércio atacadista de cigarros, cigarilhas e charutos; Comércio atacadista de café torrado, moído e solúvel; Comércio atacadista de açúcar; Comércio atacadista de óleos e gorduras; Comércio atacadista de pães, bolos, biscoitos e similares; Comércio atacadista de massas alimentícias; Comércio atacadista de sorvetes; Comércio atacadista de chocolates, confeitos, balas, bombons e semelhantes; Comércio atacadista especializado em outros produtos alimentícios não especificados anteriormente; Comércio atacadista de produtos alimentícios em geral; Comércio atacadista de produtos alimentícios em geral, com atividade de fracionamento e acondicionamento associada; Comércio atacadista de tecidos; Comércio atacadista de artigos de cama, mesa e banho; Comércio atacadista de artigos de armarinho; Comércio atacadista de artigos do vestuário e acessórios, exceto profissionais e de segurança; Comércio atacadista de roupas e acessórios para uso profissional e de segurança do trabalho; Comércio atacadista de calçados; Comércio atacadista de bolsas, malas e artigos de viagem; Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano; Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso veterinário; Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios; Comércio atacadista de próteses e artigos de ortopedia; Comércio atacadista de produtos odontológicos; Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria; Comércio atacadista de produtos de higiene pessoal; Comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria; Comércio atacadista de livros, jornais e outras publicações; Comércio atacadista de equipamentos elétricos de uso pessoal e doméstico; Comércio atacadista de aparelhos eletrônicos de uso pessoal e doméstico; Comércio atacadista de bicicletas, triciclos e outros veículos recreativos; Comércio atacadista de móveis e artigos de colchoaria; Comércio atacadista de artigos de tapeçaria, persianas e cortinas; Comércio atacadista de lustres, luminárias e abajures; Comércio atacadista de filmes, CDs, DVDs, fitas e discos; Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar; Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar, com atividade de fracionamento e acondicionamento associada; Comércio atacadista de jóias, relógios e bijuterias, inclusive pedras preciosas e semipreciosas lapidadas; Comércio atacadista de outros equipamentos e artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente; Comércio atacadista de equipamentos de informática; Comércio atacadista de suprimentos para informática; Comércio atacadista de componentes eletrônicos e equipamentos de telefonia e comunicação; Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário, partes e peças; Comércio atacadista de máquinas, equipamentos para terraplenagem, mineração e construção, partes e peças; Comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso industrial, partes e peças; Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odontológico-hospitalar, partes e peças; Comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso comercial, partes e peças; Comércio atacadista de bombas e compressores, partes e peças; Comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos não especificados anteriormente, partes e peças; Comércio atacadista de madeira e produtos derivados; Comércio atacadista de ferragens e ferramentas; Comércio atacadista de material elétrico; Comércio atacadista de cimento; Comércio atacadista de tintas, vernizes e similares; Comércio atacadista de mármore e granitos; Comércio atacadista de vidros, espelhos e vitrais; Comércio atacadista especializado de materiais de construção não especificados anteriormente; Comércio atacadista de materiais de construção em geral; Comércio atacadista de álcool carburante, biodiesel, gasolina e demais derivados de petróleo, exceto lubrificantes, não realizado por transportador re; Comércio atacadista de combustíveis realizado por transportador retalhista (TRR); Comércio atacadista de combustíveis de origem vegetal, exceto álcool carburante; Comércio atacadista de combustíveis de origem mineral em bruto; Comércio atacadista de lubrificantes; Comércio atacadista de gás liquefeito de petróleo (GLP); Comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo; Comércio atacadista de resinas e elastômeros; Comércio atacadista de solventes; Comércio atacadista de outros produtos químicos e petroquímicos não especificados anteriormente; Comércio atacadista de produtos siderúrgicos e metalúrgicos, exceto para construção; Comércio atacadista de papel e papelão em bruto; Comércio atacadista de embalagens; Comércio atacadista de resíduos de papel e papelão; Comércio atacadista de resíduos e sucatas não-metálicos, exceto de papel e papelão; Comércio atacadista de resíduos e sucatas metálicos; Comércio atacadista de produtos da extração mineral, exceto combustíveis; Comércio atacadista de fios e fibras têxteis beneficiados; Comércio atacadista especializado em outros produtos intermediários não especificados anteriormente; Comércio atacadista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios; Comércio atacadista de mercadorias em geral, com predominância de insumos agropecuários; Comércio atacadista de mercadorias em geral, sem predominância de alimentos ou de insumos agropecuários; Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - hipermercados; Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - supermercados; Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns; Lojas de departamentos ou magazines (Desativado); Lojas de variedades, exceto lojas de departamentos ou magazines; Lojas duty free de aeroportos internacionais (Desativado); Lojas de departamentos ou magazines, exceto lojas francas (Duty free); Lojas francas (Duty Free) de aeroportos, portos e em fronteiras terrestres; Padaria e confeitaria com predominância de produção própria (Desativado); Padaria e confeitaria com predominância de revenda; Comércio varejista de laticínios e frios; Comércio varejista de doces, balas, bombons e semelhantes; Comércio varejista de carnes - açougues; Peixaria; Comércio varejista de bebidas; Comércio varejista de hortifrutigranjeiros; Tabacaria; Comércio varejista de mercadorias em lojas de conveniência; Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente; Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores; Comércio varejista de lubrificantes; Comércio varejista de tintas e materiais para pintura; Comércio varejista de material elétrico; Comércio varejista de vidros; Comércio varejista de ferragens e ferramentas; Comércio varejista de madeira e artefatos; Comércio varejista de materiais hidráulicos; Comércio varejista de cal, areia, pedra britada, tijolos e telhas; Comércio varejista de materiais de construção não especificados anteriormente; Comércio varejista de pedras para revestimento; Comércio varejista de materiais de construção em geral; Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática (Desativado); Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática; Recarga de cartuchos para equipamentos de informática; Comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação; Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo; Comércio varejista de móveis; Comércio varejista de artigos de colchoaria; Comércio varejista de artigos de iluminação; Comércio varejista de tecidos; Comércio varejista de artigos

de armarinho; Comércio varejista de artigos de cama, mesa e banho; Comércio varejista especializado de instrumentos musicais e acessórios; Comércio varejista especializado de peças e acessórios para aparelhos eletroeletrônicos para uso doméstico, exceto informática e comunicação; Comércio varejista de artigos de tapeçaria, cortinas e persianas; Comércio varejista de outros artigos de uso doméstico não especificados anteriormente; Comércio varejista de livros; Comércio varejista de jornais e revistas; Comércio varejista de artigos de papelaria; Comércio varejista de discos, CDs, DVDs e fitas; Comércio varejista de brinquedos e artigos recreativos; Comércio varejista de artigos esportivos; Comércio varejista de bicicletas e triciclos, peças e acessórios; Comércio varejista de artigos de caça, pesca e camping; Comércio varejista de embarcações e outros veículos recreativos, peças e acessórios; Comércio varejista de produtos farmacêuticos, sem manipulação de fórmulas; Comércio varejista de produtos farmacêuticos, com manipulação de fórmulas; Comércio varejista de produtos farmacêuticos homeopáticos; Comércio varejista de medicamentos veterinários; Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal; Comércio varejista de artigos médicos e ortopédicos; Comércio varejista de artigos de óptica; Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios; Comércio varejista de calçados; Comércio varejista de artigos de viagem; Comércio varejista de artigos de joalheria; Comércio varejista de artigos de relojoaria; Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP); Comércio varejista de antiguidades; Comércio varejista de outros artigos usados; Comércio varejista de suvenires, bijuterias e artesanatos; Comércio varejista de plantas e flores naturais; Comércio varejista de objetos de arte; Comércio varejista de animais vivos e de artigos e alimentos para animais de estimação; Comércio varejista de produtos saneantes domissanitários; Comércio varejista de fogos de artifício e artigos pirotécnicos; Comércio varejista de equipamentos para escritório; Comércio varejista de artigos fotográficos e para filmagem; Comércio varejista de armas e munições; Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente; Transporte ferroviário de carga; Transporte ferroviário de passageiros intermunicipal e interestadual; Transporte ferroviário de passageiros municipal e em região metropolitana; Transporte metroviário; Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, municipal; Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, intermunicipal em região metropolitana; Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, intermunicipal, exceto em região metropolitana; Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, interestadual; Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, internacional; Serviço de táxi; Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista; Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, municipal; Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, intermunicipal, interestadual e internacional; Organização de excursões em veículos rodoviários próprios, municipal; Organização de excursões em veículos rodoviários próprios, intermunicipal, interestadual e internacional; Outros transportes rodoviários de passageiros não especificados anteriormente; Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal; Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional; Transporte rodoviário de produtos perigosos; Transporte rodoviário de mudanças; Transporte dutoviário; Trens turísticos, teleféricos e similares; Transporte marítimo de cabotagem - Carga; Transporte marítimo de cabotagem - passageiros; Transporte marítimo de longo curso - Carga; Transporte marítimo de longo curso - Passageiros; Transporte por navegação interior de carga, municipal, exceto travessia; Transporte por navegação interior de carga, intermunicipal, interestadual e internacional, exceto travessia; Transporte por navegação interior de passageiros em linhas regulares, municipal, exceto travessia; Transporte por navegação interior de passageiros em linhas regulares, intermunicipal, interestadual e internacional, exceto travessia; Navegação de apoio marítimo; Navegação de apoio portuário; Serviços de rebocadores e empurradores; Transporte por navegação de travessia, municipal; Transporte por navegação de travessia, intermunicipal; Transporte aquaviário para passeios turísticos; Outros transportes aquaviários não especificados anteriormente; Transporte aéreo de passageiros regular; Serviço de táxi aéreo e locação de aeronaves com tripulação; Outros serviços de transporte aéreo de passageiros não-regular; Transporte aéreo de carga; Transporte espacial; Armazéns gerais - emissão de warrant; Guarda-móveis; Depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis; Carga e descarga; Concessionárias de rodovias, pontes, túneis e serviços relacionados; Terminais rodoviários e ferroviários; Estacionamento de veículos; Serviços de apoio ao transporte por táxi, inclusive centrais de chamada; Serviços de reboque de veículos; Outras atividades auxiliares dos transportes terrestres não especificadas anteriormente; Administração da infra-estrutura portuária; Operações de terminais; Gestão de terminais aquaviários; Atividades de agenciamento marítimo; Atividades auxiliares dos transportes aquaviários não especificadas anteriormente (Desativado); Serviços de praticagem; Atividades auxiliares dos transportes aquaviários não especificadas anteriormente; Operação dos aeroportos e campos de aterrissagem; Atividades auxiliares dos transportes aéreos, exceto operação dos aeroportos e campos de aterrissagem; Comissaria de despachos; Atividades de despachantes aduaneiros; Agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo; Organização logística do transporte de carga; Operador de transporte multimodal - OTM; Atividades do Correio Nacional; Atividades de franqueadas e permissionárias do Correio Nacional; Serviços de malote não realizados pelo Correio Nacional; Serviços de entrega rápida; Hotéis; Apart-hotéis; Motéis; Albergues, exceto assistenciais; Campings; Pensões (alojamento); Outros alojamentos não especificados anteriormente; Restaurantes e similares; Bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas (Desativado); Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares; Bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas, sem entretenimento; Bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas, com entretenimento; Serviços ambulantes de alimentação; Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para empresas; Serviços de alimentação para eventos e recepções - bufê; Cantinas - serviços de alimentação privativos; Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para consumo domiciliar; Edição de livros; Edição de jornais (Desativado); Edição de jornais diários; Edição de jornais não diários; Edição de revistas; Edição de cadastros, listas e outros produtos gráficos; Edição integrada à impressão de livros; Edição integrada à impressão de jornais (Desativado); Edição integrada à impressão de jornais diários; Edição integrada à impressão de jornais não diários; Edição integrada à impressão de revistas; Edição integrada à impressão de cadastros, listas e outros produtos gráficos; Estúdios cinematográficos; Produção de filmes para publicidade; Atividades de produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas anteriormente; Serviços de dublagem; Serviços de mixagem sonora em produção audiovisual; Atividades de pós-produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas anteriormente; Distribuição cinematográfica, de vídeo e de programas de televisão; Atividades de exibição cinematográfica; Atividades de gravação de som e de edição de música; Atividades de rádio; Atividades de televisão aberta; Programadoras; Atividades relacionadas à televisão por assinatura, exceto programadoras; Serviços de telefonia fixa comutada - STFC; Serviços de redes de transporte de telecomunicações - SRTT; Serviços de comunicação multimídia - SCM; Serviços de telecomunicações por fio não especificados anteriormente; Telefonia móvel celular; Serviço móvel especializado - SME; Serviços de telecomunicações sem fio não especificados anteriormente; Telecomunicações por satélite; Operadoras de televisão por assinatura por cabo; Operadoras de televisão por assinatura por microondas; Operadoras de televisão por assinatura por satélite; Provedores de acesso às redes de comunicações; Provedores de voz sobre protocolo internet - VOIP; Outras atividades de telecomunicações não especificadas anteriormente; Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda (Desativado); Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda; web design; Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis; Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis; Consultoria em tecnologia da

	informação; Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação; Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet; Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet; Agências de notícias; Outras atividades de prestação de serviços de informação não especificadas anteriormente; Banco Central; Bancos comerciais; Bancos múltiplos, com carteira comercial; Caixas econômicas; Bancos cooperativos; Cooperativas centrais de crédito; Cooperativas de crédito mútuo; Cooperativas de crédito rural; Bancos múltiplos, sem carteira comercial; Bancos de investimento; Bancos de desenvolvimento; Agências de fomento; Sociedades de crédito imobiliário; Associações de poupança e empréstimo; Companhias hipotecárias; Sociedades de crédito, financiamento e investimento - financeiras; Sociedades de crédito ao microempreendedor; Bancos de Câmbio; Outras Instituições de Intermediação Não-Monetária não especificadas anteriormente; Arrendamento mercantil; Sociedades de capitalização; Holdings de instituições financeiras; Holdings de instituições não-financeiras; Outras sociedades de participação, exceto holdings; Fundos de investimento, exceto previdenciários e imobiliários; Fundos de investimento previdenciários; Fundos de investimento imobiliários; Sociedades de fomento mercantil - factoring; Securitização de créditos; Administração de consórcios para aquisição de bens e direitos; Clubes de investimento; Sociedades de investimento; Fundo garantidor de crédito; Caixas de financiamento de corporações; Concessão de crédito pelas OSCIP; Outras atividades de serviços financeiros não especificadas anteriormente; Seguros de vida; Planos de auxílio-funeral; Seguros não-vida; Seguros-saúde; Resseguros; Previdência complementar fechada; Previdência complementar aberta; Planos de saúde; Bolsa de valores; Bolsa de mercadorias; Bolsa de mercadorias e futuros; Administração de mercados de balcão organizados; Corretoras de títulos e valores mobiliários; Distribuidoras de títulos e valores mobiliários; Corretoras de câmbio; Corretoras de contratos de mercadorias; Agentes de investimentos em aplicações financeiras; Administração de cartões de crédito; Serviços de liquidação e custódia; Correspondentes de instituições financeiras; Representações de bancos estrangeiros; Caixas eletrônicas; Operadoras de cartões de débito; Outras atividades auxiliares dos serviços financeiros não especificadas anteriormente; Peritos e avaliadores de seguros; Auditoria e consultoria atuarial; Corretores e agentes de seguros, de planos de previdência complementar e de saúde; Atividades auxiliares dos seguros, da previdência complementar e dos planos de saúde não especificadas anteriormente; Atividades de administração de fundos por contrato ou comissão; Compra e venda de imóveis próprios; Aluguel de imóveis próprios; Loteamento de imóveis próprios; Corretagem na compra e venda e avaliação de imóveis; Corretagem no aluguel de imóveis; Gestão e administração da propriedade imobiliária; Serviços advocatícios; Atividades auxiliares da justiça; Agente de propriedade industrial; Cartórios; Atividades de contabilidade; Atividades de consultoria e auditoria contábil e tributária; Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica; Serviços de arquitetura; Serviços de engenharia; Serviços de cartografia, topografia e geodésia; Atividades de estudos geológicos; Serviços de desenho técnico relacionados à arquitetura e engenharia; Serviços de perícia técnica relacionados à segurança do trabalho; Atividades técnicas relacionadas à engenharia e arquitetura não especificadas anteriormente; Testes e análises técnicas; Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências físicas e naturais; Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências sociais e humanas; Agências de publicidade; Agenciamento de espaços para publicidade, exceto em veículos de comunicação; Criação de stands para feiras e exposições; Promoção de vendas; Marketing direto; Consultoria em publicidade; Outras atividades de publicidade não especificadas anteriormente; Pesquisas de mercado e de opinião pública; Design; Decoração de interiores; Design de produtos; Atividades de Design não Especificadas Anteriormente; Atividades de produção de fotografias, exceto aérea e submarina; Atividades de produção de fotografias aéreas e submarinas; Laboratórios fotográficos; Filmagem de festas e eventos; Serviços de microfilmagem; Serviços de tradução, interpretação e similares; Escafandria e mergulho; Serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e pecuárias; Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários; Agenciamento de profissionais para atividades esportivas, culturais e artísticas; Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente; Atividades veterinárias; Locação de automóveis sem condutor; Locação de embarcações sem tripulação, exceto para fins recreativos; Locação de aeronaves sem tripulação; Locação de outros meios de transporte não especificados anteriormente, sem condutor; Aluguel de equipamentos recreativos e esportivos; Aluguel de fitas de vídeo, DVDs e similares; Aluguel de objetos do vestuário, jóias e acessórios; Aluguel de aparelhos de jogos eletrônicos; Aluguel de móveis, utensílios e aparelhos de uso doméstico e pessoal, instrumentos musicais; Aluguel de material médico; Aluguel de outros objetos pessoais e domésticos não especificados anteriormente; Aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador
--	--

RAIS Vínculo Id	
Município	Total
MS-AGUA CLARA	205
MS-ALCINOPOLIS	24
MS-AMAMBAI	1.234
MS-ANASTACIO	152
MS-ANAUROLANDIA	78
MS-ANGELICA	89
MS-ANTONIO JOAO	57
MS-APARECIDA DO TABOADO	685
MS-AQUIDAUANA	1.116
MS-ARAL MOREIRA	60
MS-BANDEIRANTES	35
MS-BATAGUASSU	656

MS-BATAYPORA	75
MS-BELA VISTA	305
MS-BODOQUENA	179
MS-BONITO	1.391
MS-BRASILANDIA	167
MS-CAARAPO	1.240
MS-CAMAPUA	176
MS-CAMPO GRANDE	72.994
MS-CARACOL	35
MS-CASSILANDIA	522
MS-CHAPADAO DO SUL	937
MS-CORGUINHO	17
MS-CORONEL SAPUCAIA	30
MS-CORUMBA	3.346
MS-COSTA RICA	494
MS-COXIM	782
MS-DEODAPOLIS	446
MS-DOIS IRMAOS DO BURITI	34
MS-DOURADINA	84
MS-DOURADOS	19.836
MS-ELDORADO	310
MS-FATIMA DO SUL	657
MS-FIGUEIRAO	25
MS-GLORIA DE DOURADOS	161
MS-GUIA LOPES DA LAGUNA	72
MS-IGUATEMI	225
MS-INOCENCIA	52
MS-ITAPORA	202
MS-ITAQUIRAI	340
MS-IVINHEMA	713
MS-JAPORA	56
MS-JARAGUARI	25
MS-JARDIM	561
MS-JATEI	34
MS-JUTI	56
MS-LADARIO	115
MS-LAGUNA CARAPA	46
MS-MARACAJU	2.112
MS-MIRANDA	423
MS-MUNDO NOVO	606
MS-NAVIRAI	1.765
MS-NIOAQUE	66
MS-NOVA ALVORADA DO SUL	153
MS-NOVA ANDRADINA	1.158
MS-NOVO HORIZONTE DO SUL	44
MS-PARAISO DAS AGUAS	16
MS-PARANAIBA	1.591

MS-PARANHOS	79
MS-PEDRO GOMES	28
MS-PONTA PORA	3.351
MS-PORTO MURTINHO	97
MS-RIBAS DO RIO PARDO	607
MS-RIO BRILHANTE	846
MS-RIO NEGRO	26
MS-RIO VERDE DE MATO GROSSO	204
MS-ROCHEDO	24
MS-SANTA RITA DO PARDO	21
MS-SAO GABRIEL DO OESTE	1.003
MS-SETE QUEDAS	76
MS-SELVIRIA	77
MS-SIDROLANDIA	1.278
MS-SONORA	294
MS-TACURU	27
MS-TAQUARUSSU	14
MS-TERENOS	115
MS-TRES LAGOAS	7.651
MS-VICENTINA	49
Total	134.932
Consulta executada em 27-11-2025 às 15:03h	

Seleções vigentes		
Variável	Critério	Valor
Ano	igual a	2024
Vínculo Ativo 31/12	igual a	Sim
Município	igual a	MS-AGUA CLARA; MS-ALCINOPOLIS; MS-AMAMBAI; MS-ANASTACIO; MS-ANAUROLANDIA; MS-ANGELICA; MS-ANTONIO JOAO; MS-APARECIDA DO TABOADO; MS-AQUIDAUANA; MS-ARAL MOREIRA; MS-BANDEIRANTES; MS-BATAGUASSU; MS-BATAYPORA; MS-BELA VISTA; MS-BODOQUENA; MS-BONITO; MS-BRASILANDIA; MS-CAARAPO; MS-CAMAPUA; MS-CAMPO GRANDE; MS-CARACOL; MS-CASSILANDIA; MS-CHAPADAO DO SUL; MS-CORGUINHO; MS-CORONEL SAPUCAIA; MS-CORUMBA; MS-COSTA RICA; MS-COXIM; MS-DEODAPOLIS; MS-DOIS IRMAOS DO BURITI; MS-DOURADINA; MS-DOURADOS; MS-ELDORADO; MS-FATIMA DO SUL; MS-FIGUEIRAO; MS-GLORIA DE DOURADOS; MS-GUIA LOPES DA LAGUNA; MS-IGNORADO; MS-IGUATEMI; MS-INOCENCIA; MS-ITAPORA; MS-ITAQUIRAI; MS-IVINHEMA; MS-JAPORA; MS-JARAGUARI; MS-JARDIM; MS-JATEI; MS-JUTI; MS-LADARIO; MS-LAGUNA CARAPA; MS-MARACAJU; MS-MIRANDA; MS-MUNDO NOVO; MS-NAVIRAI; MS-NIOAQUE; MS-NOVA ALVORADA DO SUL; MS-NOVA ANDRADINA; MS-NOVO HORIZONTE DO SUL; MS-PARAISO DAS AGUAS; MS-PARANAIBA; MS-PARANHOS; MS-PEDRO GOMES; MS-PONTA PORA; MS-PORTO MURTINHO; MS-RIBAS DO RIO PARDO; MS-RIO BRILHANTE; MS-RIO NEGRO; MS-RIO VERDE DE MATO GROSSO; MS-ROCHEDO; MS-SANTA RITA DO PARDO; MS-SAO GABRIEL DO OESTE; MS-SELVIRIA; MS-SETE QUEDAS; MS-SIDROLANDIA; MS-SONORA; MS-TACURU; MS-TAQUARUSSU; MS-TERENOS; MS-TRES LAGOAS; MS-VICENTINA

CNAE 2.0 Subclasse igual a	Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes; Aluguel de andaimes; Aluguel de máquinas e equipamentos para escritório; Aluguel de máquinas e equipamentos para extração de minérios e petróleo, sem operador; Aluguel de equipamentos científicos, médicos e hospitalares, sem operador; Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes; Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador; Gestão de ativos intangíveis não-financeiros; Seleção e agenciamento de mão-de-obra; Locação de mão-de-obra temporária; Fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros; Agências de viagens; Operadores turísticos; Serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente; Atividades de vigilância e segurança privada; Serviços de adestramento de cães de guarda; Atividades de transporte de valores; Atividades de monitoramento de sistemas de segurança (Desativado); Atividades de monitoramento de sistemas de segurança eletrônico; Outras atividades de serviços de segurança; Atividades de investigação particular; Serviços combinados para apoio a edifícios, exceto condomínios prediais; Condomínios prediais; Limpeza em prédios e em domicílios; Imunização e controle de pragas urbanas; Atividades de limpeza não especificadas anteriormente; Atividades paisagísticas; Serviços combinados de escritório e apoio administrativo; Fotocópias; Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente; Atividades de teleatendimento; Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas; Casas de festas e eventos; Atividades de cobrança e informações cadastrais; Envasamento e empacotamento sob contrato; Medição de consumo de energia elétrica, gás e água; Emissão de vales-alimentação, vales-transporte e similares; Serviços de gravação de carimbos, exceto confecção; Leiloeiros independentes; Serviços de levantamento de fundos sob contrato; Casas lotéricas; Salas de acesso à internet; Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas não especificadas anteriormente; Administração pública em geral; Regulação das atividades de saúde, educação, serviços culturais e outros serviços sociais; Regulação das atividades econômicas; Relações exteriores; Defesa; Justiça; Segurança e ordem pública; Defesa Civil; Seguridade social obrigatória; Educação infantil - creche; Educação infantil - pré-escola; Ensino fundamental; Ensino médio; Educação superior - graduação; Educação superior - graduação e pós-graduação; Educação superior - pós-graduação e extensão; Educação profissional de nível técnico; Educação profissional de nível tecnológico;
-------------------------------	---

Dados - Emprego total 2020	
RAIS Vínculo Id	
Município	Total
MS-AGUA CLARA	3.251
MS-ALCINOPOLIS	355
MS-AMAMBAI	2.159
MS-ANASTACIO	1.589
MS-ANAUROLANDIA	803
MS-ANGELICA	5.559
MS-ANTONIO JOAO	416
MS-APARECIDA DO TABOADO	5.237
MS-AQUIDAUANA	2.189
MS-ARAL MOREIRA	728
MS-BANDEIRANTES	826
MS-BATAGUASSU	4.146
MS-BATAYPORA	1.134
MS-BELA VISTA	1.426
MS-BODOQUENA	599
MS-BONITO	1.423
MS-BRASILANDIA	1.756
MS-CAARAPO	3.489
MS-CAMAPUA	1.129
MS-CAMPO GRANDE	45.349
MS-CARACOL	424
MS-CASSILANDIA	1.722
MS-CHAPADAO DO SUL	3.840
MS-CORGUINHO	348
MS-CORONEL SAPUCAIA	216

MS-CORUMBA	5.076
MS-COSTA RICA	2.943
MS-COXIM	1.861
MS-DEODAPOLIS	417
MS-DOIS IRMAOS DO BURITI	828
MS-DOURADINA	129
MS-DOURADOS	19.234
MS-ELDORADO	1183
MS-FATIMA DO SUL	944
MS-FIGUEIRAO	291
MS-GLORIA DE DOURADOS	315
MS-GUIA LOPES DA LAGUNA	759
MS-IGUATEMI	1.228
MS-INOCENCIA	907
MS-ITAPORA	942
MS-ITAQUIRAI	3.276
MS-IVINHEMA	1.289
MS-JAPORA	67
MS-JARAGUARI	612
MS-JARDIM	904
MS-JATEI	700
MS-JUTI	596
MS-LADARIO	122
MS-LAGUNA CARAPA	776
MS-MARACAJU	3.660
MS-MIRANDA	1.252
MS-MUNDO NOVO	791
MS-NAVIRAI	5.154
MS-NIOAQUE	864
MS-NOVA ALVORADA DO SUL	2.865
MS-NOVA ANDRADINA	5.430
MS-NOVO HORIZONTE DO SUL	226
MS-PARAISO DAS AGUAS	1.120
MS-PARANAIBA	4.108
MS-PARANHOS	230
MS-PEDRO GOMES	494
MS-PONTA PORÁ	3.964
MS-PORTO MURTINHO	1.260
MS-RIBAS DO RIO PARDO	3.531
MS-RIO BRILHANTE	5.545
MS-RIO NEGRO	220
MS-RIO VERDE DE MATO GROSSO	1.386
MS-ROCHEDO	1.194
MS-SANTA RITA DO PARDO	1.235
MS-SAO GABRIEL DO OESTE	5.453
MS-SETE QUEDAS	352
MS-SELVIRIA	1.338

MS-SIDROLANDIA	6.037
MS-SONORA	2.441
MS-TACURU	352
MS-TAQUARUSSU	192
MS-TERENOS	1.984
MS-TRES LAGOAS	16.012
MS-VICENTINA	664
Total	214.866
Consulta executada em 27-11-2025 às 13:43h	

RAIS Vínculo Id	
Município	Total
MS-AGUA CLARA	938
MS-ALCINOPOLIS	112
MS-AMAMBAI	2.031
MS-ANASTACIO	744
MS-ANAILANDIA	238
MS-ANGELICA	314
MS-ANTONIO JOAO	221
MS-APARECIDA DO TABOADO	1.075
MS-AQUIDAUANA	1.941
MS-ARAL MOREIRA	381
MS-BANDEIRANTES	343
MS-BATAGUASSU	1.188
MS-BATAYPORA	331
MS-BELA VISTA	691
MS-BODOQUENA	210
MS-BONITO	2.168
MS-BRASILANDIA	545
MS-CAARAPO	1.645
MS-CAMAPUA	771
MS-CAMPO GRANDE	82.512
MS-CARACOL	55
MS-CASSILANDIA	1.248
MS-CHAPADAO DO SUL	3.180
MS-CORGUINHO	98
MS-CORONEL SAPUCAIA	253
MS-CORUMBA	5.660
MS-COSTA RICA	1.785
MS-COXIM	2.042
MS-DEODAPOLIS	582
MS-DOIS IRMAOS DO BURITI	213

MS-DOURADINA	161
MS-DOURADOS	19.522
MS-ELDORADO	526
MS-FATIMA DO SUL	993
MS-FIGUEIRAO	75
MS-GLORIA DE DOURADOS	362
MS-GUIA LOPES DA LAGUNA	230
MS-IGUATEMI	534
MS-INOCENCIA	259
MS-ITAPORA	859
MS-ITAQUIRAI	713
MS-IVINHEMA	1.582
MS-JAPORA	34
MS-JARAGUARI	107
MS-JARDIM	1.375
MS-JATEI	55
MS-JUTI	167
MS-LADARIO	495
MS-LAGUNA CARAPA	282
MS-MARACAJU	3.139
MS-MIRANDA	1.031
MS-MUNDO NOVO	938
MS-NAVIRAI	3.405
MS-NIOAQUE	339
MS-NOVA ALVORADA DO SUL	1.263
MS-NOVA ANDRADINA	3.735
MS-NOVO HORIZONTE DO SUL	128
MS-PARAISO DAS AGUAS	198
MS-PARANAIBA	2.870
MS-PARANHOS	195
MS-PEDRO GOMES	158
MS-PONTA PORA	5.154
MS-PORTO MURTINHO	346
MS-RIBAS DO RIO PARDO	1.150
MS-RIO BRILHANTE	2.150
MS-RIO NEGRO	236
MS-RIO VERDE DE MATO GROSSO	829
MS-ROCHEDO	122
MS-SANTA RITA DO PARDO	185
MS-SAO GABRIEL DO OESTE	2.441
MS-SETE QUEDAS	322
MS-SELVIRIA	118
MS-SIDROLANDIA	2.383
MS-SONORA	574
MS-TACURU	141
MS-TAQUARUSSU	56

MS-TERENOS	462
MS-TRES LAGOAS	11.483
MS-VICENTINA	207
Total	187.604
<i>Consulta executada em 27-11-2025 às 15:03h</i>	

RAIS Vínculo Id	
Município	Total
MS-AGUA CLARA	1.031
MS-ALCINOPOLIS	282
MS-AMAMBAI	1.734
MS-ANASTACIO	817
MS-ANAILANDIA	526
MS-ANGELICA	511
MS-ANTONIO JOAO	411
MS-APARECIDA DO TABOADO	1.374
MS-AQUIDAUANA	2.601
MS-ARAL MOREIRA	705
MS-BANDEIRANTES	224
MS-BATAGUASSU	1.135
MS-BATAYPORA	533
MS-BELA VISTA	867
MS-BODOQUENA	674
MS-BONITO	1.537
MS-BRASILANDIA	817
MS-CAARAPO	1.699
MS-CAMAPUA	643
MS-CAMPO GRANDE	143.363
MS-CARACOL	308
MS-CASSILANDIA	1.088
MS-CHAPADA DO SUL	1.404
MS-CORGUINHO	240
MS-CORONEL SAPUCAIA	690
MS-CORUMBA	2.783
MS-COSTA RICA	907
MS-COXIM	1.526
MS-DEODAPOLIS	492
MS-DOIS IRMAOS DO BURITI	519
MS-DOURADINA	262
MS-DOURADOS	24.534
MS-ELDORADO	631
MS-FATIMA DO SUL	1.144
MS-FIGUEIRAO	193
MS-GLORIA DE DOURADOS	569

MS-GUIA LOPES DA LAGUNA	511
MS-IGUATEMI	647
MS-INOCENCIA	456
MS-ITAPORA	1.035
MS-ITAQUIRAI	819
MS-IVINHEMA	1.305
MS-JAPORA	316
MS-JARAGUARI	330
MS-JARDIM	1.296
MS-JATEI	346
MS-JUTI	341
MS-LADARIO	2.925
MS-LAGUNA CARAPA	345
MS-MARACAJU	2.911
MS-MIRANDA	1.476
MS-MUNDO NOVO	912
MS-NAVIRAI	1.006
MS-NIOAQUE	543
MS-NOVA ALVORADA DO SUL	1.038
MS-NOVA ANDRADINA	2.842
MS-NOVO HORIZONTE DO SUL	280
MS-PARAISO DAS AGUAS	350
MS-PARANAIBA	2.182
MS-PARANHOS	539
MS-PEDRO GOMES	392
MS-PONTA PORA	5.472
MS-PORTO MURTINHO	550
MS-RIBAS DO RIO PARDO	1.080
MS-RIO BRILHANTE	2.316
MS-RIO NEGRO	348
MS-RIO VERDE DE MATO GROSSO	757
MS-ROCHEDO	261
MS-SANTA RITA DO PARDO	446
MS-SAO GABRIEL DO OESTE	1.623
MS-SETE QUEDAS	328
MS-SELVIRIA	803
MS-SIDROLANDIA	2.132
MS-SONORA	1.264
MS-TACURU	415
MS-TAQUARUSSU	294
MS-TERENOS	631
MS-TRES LAGOAS	8.967
MS-VICENTINA	339
Total	251.943
Consulta executada em 27-11-2025 às 15:03h	

Dados - Emprego total 2010	
RAIS Vínculo Id	
Município	Total
MS-AGUA CLARA	3.386
MS-ALCINOPOLIS	523
MS-AMAMBAI	1.691
MS-ANASTACIO	693
MS-ANAILANDIA	866
MS-ANGELICA	2.798
MS-ANTONIO JOAO	309
MS-APARECIDA DO TABOADO	3.764
MS-AQUIDAUANA	2240
MS-ARAL MOREIRA	210
MS-BANDEIRANTES	580
MS-BATAGUASSU	3.676
MS-BATAYPORA	1.551
MS-BELA VISTA	948
MS-BODOQUENA	481
MS-BONITO	1.114
MS-BRASILANDIA	2.186
MS-CAARAPO	2.975
MS-CAMAPUA	1.092
MS-CAMPO GRANDE	50.616
MS-CARACOL	323
MS-CASSILANDIA	2.303
MS-CHAPADAO DO SUL	2.811
MS-CORGUINHO	304
MS-CORONEL SAPUCAIA	173
MS-CORUMBA	4.764
MS-COSTA RICA	2.364
MS-COXIM	1.982
MS-DEODAPOLIS	353
MS-DOIS IRMAOS DO BURITI	492
MS-DOURADINA	104
MS-DOURADOS	15.418
MS-ELDORADO	518
MS-FATIMA DO SUL	472
MS-FIGUEIRAO	79
MS-GLORIA DE DOURADOS	218
MS-GUIA LOPES DA LAGUNA	482
MS-IGUATEMI	770
MS-INOCENCIA	884
MS-ITAPORA	726
MS-ITAQUIRAI	1.497
MS-IVINHEMA	1.284

MS-JAPORA	56
MS-JARAGUARI	479
MS-JARDIM	705
MS-JATEI	481
MS-JUTI	217
MS-LADARIO	96
MS-LAGUNA CARAPA	530
MS-MARACAJU	3.883
MS-MIRANDA	1.077
MS-MUNDO NOVO	1.097
MS-NAVIRAI	6.243
MS-NIOAQUE	622
MS-NOVA ALVORADA DO SUL	3.128
MS-NOVA ANDRADINA	3.805
MS-NOVO HORIZONTE DO SUL	144
MS-PARANAIBA	4.279
MS-PARANHOS	126
MS-PEDRO GOMES	420
MS-PONTA PORA	3.116
MS-PORTO MURTINHO	1.476
MS-RIBAS DO RIO PARDO	3.730
MS-RIO BRILHANTE	5.941
MS-RIO NEGRO	222
MS-RIO VERDE DE MATO GROSSO	1.235
MS-ROCHEDO	605
MS-SANTA RITA DO PARDO	1.161
MS-SAO GABRIEL DO OESTE	2.942
MS-SETE QUEDAS	316
MS-SELVIRIA	793
MS-SIDROLANDIA	5.495
MS-SONORA	2.312
MS-TACURU	324
MS-TAQUARUSSU	150
MS-TERENOS	1.331
MS-TRES LAGOAS	14.421
MS-VICENTINA	230
Total	193.208
Consulta executada em 27-11-2025 às 13:43h	

Município	Total
MS-AGUA CLARA	641
MS-ALCINOPOLIS	44
MS-AMAMBAI	1.262
MS-ANASTACIO	511
MS-ANAUROLANDIA	179
MS-ANGELICA	391
MS-ANTONIO JOAO	99
MS-APARECIDA DO TABOADO	792
MS-AQUIDAUANA	1.624
MS-ARAL MOREIRA	195
MS-BANDEIRANTES	195
MS-BATAGUASSU	937
MS-BATAYPORA	266
MS-BELA VISTA	527
MS-BODOQUENA	188
MS-BONITO	1.352
MS-BRASILANDIA	340
MS-CAARAPO	1.190
MS-CAMAPUA	555
MS-CAMPO GRANDE	69.846
MS-CARACOL	59
MS-CASSILANDIA	1.195
MS-CHAPADAO DO SUL	1.839
MS-CORGUINHO	36
MS-CORONEL SAPUCAIA	173
MS-CORUMBA	5.231
MS-COSTA RICA	971
MS-COXIM	1.704
MS-DEODAPOLIS	470
MS-DOIS IRMAOS DO BURITI	136
MS-DOURADINA	98
MS-DOURADOS	15.661
MS-ELDORADO	437
MS-FATIMA DO SUL	822
MS-FIGUEIRAO	30
MS-GLORIA DE DOURADOS	303
MS-GUIA LOPES DA LAGUNA	198
MS-IGUATEMI	508
MS-INOCENCIA	183
MS-ITAPORA	510
MS-ITAQUIRAI	355
MS-IVINHEMA	897
MS-JAPORA	12
MS-JARAGUARI	85
MS-JARDIM	1.075
MS-JATEI	97

MS-JUTI	72
MS-LADARIO	411
MS-LAGUNA CARAPA	139
MS-MARACAJU	2.575
MS-MIRANDA	772
MS-MUNDO NOVO	639
MS-NAVIRAI	2.573
MS-NIOAQUE	276
MS-NOVA ALVORADA DO SUL	778
MS-NOVA ANDRADINA	2.599
MS-NOVO HORIZONTE DO SUL	95
MS-PARANAIBA	2.268
MS-PARANHOS	101
MS-PEDRO GOMES	180
MS-PONTA PORÁ	3.381
MS-PORTO MURTINHO	251
MS-RIBAS DO RIO PARDO	604
MS-RIO BRILHANTE	2.057
MS-RIO NEGRO	74
MS-RIO VERDE DE MATO GROSSO	663
MS-ROCHEDO	61
MS-SANTA RITA DO PARDO	76
MS-SAO GABRIEL DO OESTE	1.523
MS-SETE QUEDAS	190
MS-SELVIRIA	98
MS-SIDROLANDIA	1.565
MS-SONORA	555
MS-TACURU	99
MS-TAQUARUSSU	36
MS-TERENOS	325
MS-TRES LAGOAS	7.690
MS-VICENTINA	145
Total	147.090
<i>Consulta executada em 27-11-2025 às 15:03h</i>	

RAIS Vínculo Id	
Município	Total
MS-AGUA CLARA	620
MS-ALCINOPOLIS	346
MS-AMAMBAI	1.517
MS-ANASTACIO	754
MS-ANAUROLANDIA	600
MS-ANGELICA	354
MS-ANTONIO JOAO	388

MS-APARECIDA DO TABOADO	962
MS-AQUIDAUANA	1.956
MS-ARAL MOREIRA	204
MS-BANDEIRANTES	295
MS-BATAGUASSU	1.112
MS-BATAYPORA	536
MS-BELA VISTA	825
MS-BODOQUENA	516
MS-BONITO	1.141
MS-BRASILANDIA	693
MS-CAARAPO	1.234
MS-CAMAPUA	629
MS-CAMPO GRANDE	133.026
MS-CARACOL	358
MS-CASSILANDIA	990
MS-CHAPADAO DO SUL	1.065
MS-CORGUINHO	381
MS-CORONEL SAPUCAIA	751
MS-CORUMBA	5.554
MS-COSTA RICA	814
MS-COXIM	1.278
MS-DEODAPOLIS	426
MS-DOIS IRMAOS DO BURITI	439
MS-DOURADINA	352
MS-DOURADOS	16.668
MS-ELDORADO	428
MS-FATIMA DO SUL	938
MS-FIGUEIRAO	136
MS-GLORIA DE DOURADOS	403
MS-GUIA LOPES DA LAGUNA	382
MS-IGUATEMI	586
MS-INOCENCIA	411
MS-ITAPORA	814
MS-ITAQUIRAI	593
MS-IVINHEMA	989
MS-JAPORA	415
MS-JARAGUARI	657
MS-JARDIM	1.038
MS-JATEI	389
MS-JUTI	194
MS-LADARIO	1.560
MS-LAGUNA CARAPA	324
MS-MARACAJU	2.092
MS-MIRANDA	1.296
MS-MUNDO NOVO	697
MS-NAVIRAI	2.252
MS-NIOAQUE	613

MS-NOVA ALVORADA DO SUL	620
MS-NOVA ANDRADINA	2.189
MS-NOVO HORIZONTE DO SUL	256
MS-PARANAIBA	1.900
MS-PARANHOS	486
MS-PEDRO GOMES	374
MS-PONTA PORA	3.495
MS-PORTO MURTINHO	660
MS-RIBAS DO RIO PARDO	953
MS-RIO BRILHANTE	1.558
MS-RIO NEGRO	218
MS-RIO VERDE DE MATO GROSSO	882
MS-ROCHEDO	199
MS-SANTA RITA DO PARDO	442
MS-SAO GABRIEL DO OESTE	1.132
MS-SETE QUEDAS	393
MS-SELVIRIA	395
MS-SIDROLANDIA	1.736
MS-SONORA	609
MS-TACURU	382
MS-TAQUARUSSU	425
MS-TERENOS	619
MS-TRES LAGOAS	6.284
MS-VICENTINA	293
Total	220.491
Consulta executada em 27-11-2025 às 15:03h	